

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LUCIANA SOARES DE MORAIS

**Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná:** um  
estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou  
não no meio rural

MARINGÁ  
2014

LUCIANA SOARES DE MORAIS

**Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná:** um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração de Políticas Públicas

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Wânia Rezende Silva

MARINGÁ  
2014

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca Central – UEM, Maringá – PR., Brasil)**

Morais, Luciana Soares de

M827j            Juventudes rurais no Território Integração Norte  
Pioneiro do Paraná : um estudo dos fatores que interferem  
em sua decisão de permanecer ou não no meio rural / Luciana  
Soares de Moraes. -- Maringá, 2014.

193 f. : il. algumas color.

Orientador: Prof.a Dr.a Wânia Rezende Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação  
em Políticas Públicas, 2014.

1. Juventude rural - Norte Pioneiro do Paraná. 2.  
Sucessão familiar - Agricultura. 3. Agricultura familiar.  
I. Silva, Wânia Rezende, orient. II. Universidade Estadual  
de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.  
Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação  
em Políticas Públicas. III. Título.

CDD 22.ed. 306.852

LUCIANA SOARES DE MORAIS

**Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná:** um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

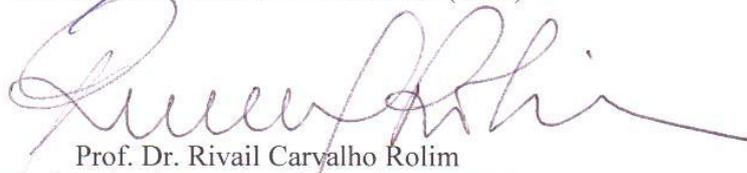
COMISSÃO JULGADORA



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Wânia Rezende Silva  
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Paulo Bassani  
Universidade Estadual De Londrina (UEL)



Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof. Dr. Eflay Miranda  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 06 de maio de 2014

Local de defesa: Bloco H-12, sala 14, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

*À minha família, onde primeiro aprendi a valorizar a terra  
e o modo de vida camponês, dedico este trabalho.*

*Especialmente à minha mãe (in memoriam), que  
sempre se orgulhou de nos ver prosperar nos  
estudos, e partiu antes de me ver Mestre.*

*E ao meu pai, agricultor familiar,  
camponês, norte mineiro, que sempre  
deixou claro que a única coisa que  
poderia nos dar seria “os estudos”.*

## AGRADECIMENTOS

Ao criador do universo, Senhor de todas as coisas.

À minha família, que sempre me apoiou e incentivou a estudar, razão de toda minha dedicação e empenho.

Aos amigos de toda hora, que de perto ou de longe dão a força necessária para continuar na caminhada.

Ao Instituto Emater (diretoria, gerentes e colegas de trabalho) pela liberação, incentivo e apoio na realização deste curso.

A todos os parceiros do trabalho na extensão rural pela disposição mostrada em contribuir na realização deste estudo.

Aos colegas de turma, por todos os momentos memoráveis que passamos juntos, desde o primeiro dia de aula. Vocês foram fundamentais neste processo.

À Universidade Estadual de Maringá, pela oportunidade de retomar um antigo sonho.

A todos os professores e funcionários ligados ao Mestrado em Políticas Públicas, que tanto contribuíram para nossa formação.

Aos professores Elflay Miranda e Rivail Carvalho Rolim, pela gentileza das contribuições realizadas no processo de qualificação.

À minha orientadora, conterrânea, amiga e conselheira, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wânia Rezende Silva, pela paciência, confiança e oportunidades proporcionadas.

A todos os agricultores e agricultoras familiares do Norte Pioneiro do Paraná, que a quase sete anos vêm me proporcionando momentos intensos de trabalho e aprendizado por meio do serviço de assistência técnica e extensão rural.

E especialmente aos jovens rurais, informantes diretos ou indiretos desta pesquisa, meus agradecimentos, carinho e respeito.

MORAIS, L. S. **Juventudes rurais no Território Integração Norte Pioneiro do Paraná:** um estudo dos fatores que interferem em sua decisão de permanecer ou não no meio rural. 193 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Wânia Rezende Silva. Maringá, 2014.

## RESUMO

Entende-se que a atual discussão sobre o desenvolvimento de territórios rurais passa necessariamente pelo entendimento das preocupações que envolvem a agricultura familiar, em geral, e a juventude rural, em particular, como protagonistas e beneficiários desta proposta de desenvolvimento. Neste sentido, procuramos investigar nesta dissertação a realidade vivenciada pelos jovens do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, bem como os fatores que interferem em sua decisão de permanecerem ou não no meio rural, além de trazer a discussão sobre o papel das políticas públicas neste contexto. Para obtenção dos dados, utilizou-se o levantamento bibliográfico e dados censitários, bem como observação participante, entrevistas e questionários junto aos jovens rurais, o que permitiu compreender as características e a dinâmica populacional nos municípios que compõem o Território em questão, bem como as dificuldades vivenciadas, os sonhos e expectativas destes jovens em relação a permanecer ou não no meio rural. Os informantes somaram 20 jovens (rapazes e moças, filhos/as de agricultores familiares, assentados e beneficiários do Crédito Fundiário) de 7 municípios do Território, cujas famílias tinham como atividades produtivas principais o cultivo do café, fruticultura, olericultura e gado de leite. Constatou-se que persistem as perdas populacionais em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que o grupo populacional de 0 a 24 anos sofre redução e cresce o número de habitantes acima de 40 anos de idade, tendência também observada para o Brasil. Considerando-se que são as mulheres jovens que mais deixam o meio rural, temos aqui um número maior de jovens do sexo masculino que feminino, tanto no meio rural quanto no total do Território, indicativos de envelhecimento e masculinização. Os tradicionais problemas enfrentados pela agricultura familiar também se fazem presentes no Território, destacando-se a concentração fundiária e dificuldade de acesso à terra, e o baixo rendimento das propriedades, especialmente aquelas que tem um único produto como fonte de renda, no contexto de uma economia majoritariamente agrária. Somam-se a estas, as dificuldades relativas ao distanciamento das propriedades em relação ao meio urbano, más condições das estradas e transporte. E ainda problemas mais específicos da juventude rural, como a dificuldade de acesso à renda de forma autônoma; a desvalorização do meio rural impressa pela educação tradicional; as diferenças e desigualdades de gênero persistentes na educação de jovens do sexo masculino e feminino; a não valorização dos jovens no modelo de tomada de decisões nas propriedades; os preconceitos e tabus ainda relacionados à identidade de jovem rural; o desconhecimento e a dificuldade de acesso às políticas públicas disponíveis para os jovens agricultores familiares. No entanto, à medida que os/as jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família, acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade, crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural, o que, diga-se de passagem, foi o desejo manifestado por todos os nossos entrevistados.

**Palavras-chave:** juventude, juventude rural, sucessão, agricultura familiar, Norte Pioneiro do Paraná.

MORAIS, L. S. **Rural youth from the North Pioneer of Paraná:** a study about the factors which lead the young people to remain in rural areas. 193 f. Dissertation (Master in Public Policy) – State University of Maringá. Advisor: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Wânia Rezende Silva. Maringá, 2014.

## ABSTRACT

The present discussion about sustainable territorial development requires an understanding of the family farming generally, but specially about the young people that live in rural areas, which are the actors and beneficiaries of this development proposal. In this way, this study tries to understand the reality experienced by youth in the North Pioneer of Paraná as well as the most important factors that motivate young people to continue living in rural areas. Furthermore, this research led us to discuss the importance of the public policies for these groups. Bibliographic and census data, participant observation, interviews and questionnaires were used to achieve our goals. The obtained results permitted us to understand the population dynamics in the municipalities involved in this study, the difficulties, dreams and expectations from the young people about continue or not continue living in rural areas. The key informants were 20 young (men and women) from family farming, including beneficiaries of agrarian reform and agrarian credit, which produce mainly coffee, milk, fruits and vegetables. It was found that the region continues having demographic losses, especially in group from 0 to 24 years old at the same time the 40-year-old-and-older age group has been increasing. It is important to clarify that young women usually leave the rural areas more than young men, what make rural regions like the North Pioneer having more boys than girls (young age – from 15 to 29 years old) in the countryside. The problems faced by family farming over the country like difficult access to land and other resources to produce and low incomes, are also present in this region. Adding to this, there are the problems related to the distance from the city, the lack or poor maintenance of roads, and scarcity of public transportation. There are still special problems such the barriers for access the incomes, devaluation of rural culture by traditional education, gender differences and inequalities, the youth low participation in the decisions, taboos and prejudices related to the rural youth identity, the ignorance and no access to the policies and programs for the family farming. However, since the rural young people are able to own the land, having incomes from the rural property, healthy and sustainable family relationships, access to public policies, sufficient transport and a good education, there is a good chance for them to remain in rural areas. This was the wish of the young rural people we have studied in this research.

**Keywords:** youth, rural youth, family succession, family farming, North Pioneer of Paraná.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Dez qualidades da agricultura familiar .....	37
Figura 02 – Expansão do Povoamento no Norte do Paraná, de 1850 a 1950 .....	69
Figura 03 – Desmembramentos de Municípios do Norte Pioneiro do Paraná, período de 1876 até 1964 .....	70
Figura 04 – Unidades de Desenvolvimento Territorial – Território Integração Norte Pioneiro.....	73
Figura 05- Localização do Território Integração Norte Pioneiro .....	75
Figura 06- Comparação Pirâmides Etárias da População do Território Integração Norte Pioneiro e Brasil – Comparação 2000 e 2010 .....	78
Figura 07 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro – 1991 .....	81
Figura 08 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro – 2000 .....	82
Figura 09 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro – 2010 .....	83
Figura 10 – Pirâmide Etária da População do Território Integração Norte Pioneiro – 2000 e 2011.....	171

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Caracterização dos Jovens Entrevistados .....	88
Quadro 02 – Características dos Entrevistados, Forma de Obtenção de Terra, Tamanho e Tipo de Documentação da Propriedade .....	92
Quadro 03 – Atividade Produtiva, Renda Mensal Familiar, Renda <i>Per Capita</i> e Renda do Jovem .....	98
Quadro 04 – Entrevistados – Dados Pessoais, Família e Outros .....	190

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População Jovem no Brasil, por Faixas Etárias, Censo 2010 .....	50
Tabela 02 - População, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica e Área dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro .....	76
Tabela 03 - População Jovem (15 a 29 anos) no Território, em 2000 e 2010 .....	79
Tabela 04- População Jovem (15 a 29 anos) Total, Rural e Urbana, no Brasil, Paraná e Território – 2000 e 2010 .....	80
Tabela 05- Estabelecimentos Agropecuários Segundo o tipo Familiar ou Não Familiar no Território em 1995/1996 e 2006 .....	86
Tabela 06- População Urbana, Rural e Total em 2000 e 2010, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica e Área dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro ...	170
Tabela 07- População Jovem do Território Norte Pioneiro 2000 e 2010 .....	172
Tabela 08- Relação do IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro, 2000 e 2010 .....	176
Tabela 09- Produto Interno Bruto a Preços Correntes, no período 2008 a 2011, dos Municípios do Território .....	177
Tabela 10- Relação dos Municípios do Território, com Descrição da Renda Per Capita, Rendimento Médio, Ocupados Sem Rendimentos e com Rendimento até 1 S.M. ....	178
Tabela 11- Municípios do Território, com Taxa de Analfabetismo e Expectativa de Anos de Estudo, 2000 e 2010 .....	179
Tabela 12- Esperança de Vida ao Nascer, Razão de Dependência, Taxa de Fecundidade e Envelhecimento 2000 e 2010 .....	180
Tabela 13- % de Ocupados em Cada Setor Produtivo, por Município, em 2000 e 2010 .....	181
Tabela 14- Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários no Território em 2006 ....	182

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO RURAL E A PERSPECTIVA TERRITORIAL SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>20</b>
	2.1 DESENVOLVIMENTO NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL .....	26
	2.2 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS .....	32
	2.3 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR .....	42
<b>3</b>	<b>JUVENTUDE, JUVENTUDE RURAL E SOCIEDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>46</b>
	3.1 JUVENTUDES RURAIS .....	57
<b>4</b>	<b>JUVENTUDE RURAL NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ: ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>66</b>
	4.1 HISTÓRICO DA REGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ .....	66
	4.2 LOCAL DE ESTUDO: TERRITÓRIO INTEGRAÇÃO NORTE PIONEIRO....	71
	4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS INFORMANTES DA PESQUISA REALIZADA .....	87
	4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	90
	4.4.1 “Quem tem terra hoje tem uma pedra de diamante na mão” – a importância do acesso à terra para a permanência dos jovens do Norte Pioneiro no meio rural .....	91
	4.4.2 “Desde pequenininho a gente andava atrás do pai” – produção, trabalho e renda nas propriedades familiares dos Entrevistados .....	97
	4.4.3 “Porque eu não gostaria de sair de casa, pra mim estudar” – Acesso à educação/ escolarização por parte dos jovens do Norte Pioneiro do Paraná .....	110
	4.4.4 “Pra conversar com os amigos, assim, tanto pra ser feliz mesmo, né, às vezes só pra jogar conversa fora, ou pra buscar alguma informação” – internet e celular como parte do dia a dia dos jovens do Território Integração Norte Pioneiro .....	118
	4.4.5 “Porque, o homem que passa por baixo da cerca, ele chacoalha a poeira e sai. A mulher, ela sempre vai ficar com alguma sequela” – persistência da dupla moral sexual na educação dos jovens do Norte Pioneiro .....	122

4.4.6	“Quer casar? Tá, mas você quer ficar na cidade, ou quer ir pro sítio?” - casamento e formação de uma nova família entre os jovens rurais do Norte Pioneiro .....	129
4.4.7	“Ele às vezes só acha certo do jeito dele, num faz pergunta, essas coisas” - Tomada de Decisões nas Famílias dos Entrevistados .....	133
4.4.8	“É, antigamente se falava que quem morava no sítio era jacu, né... tinha esse preconceito” – identidade e representações sobre “ser jovem” no meio rural .....	137
4.4.9	“Tem muito jovem que se manda pra cidade porque não tem incentivo” - implicações do acesso ou não acesso às políticas públicas para a permanência dos jovens no meio rural .....	142
4.4.10	“A gente atende eles como atende os outros mesmo”- o papel da assistência técnica e extensão rural junto aos jovens no Território...148	
4.4.11	“Porque ele não fica no sítio? Porque não tem como ganhar” – percepções dos jovens entrevistados sobre permanecer ou não no meio rural .....	153
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>157</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>169</b>
	APÊNDICE A - Tabela 06 - População Urbana, Rural e Total em 2000 e 2010, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica e Área dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro .....	170
	APÊNDICE B - Figura 10 - Pirâmide Etária da População do Território Integração Norte Pioneiro – 2000 .....	171
	APÊNDICE C - Tabela 07 – População Jovem do Território Norte Pioneiro 2000 e 2010 .....	172
	APÊNDICE D - Tabela 08- Relação do IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro, 2000 e 2010 .....	176
	APÊNDICE E - Tabela 09 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes, no período 2008 a 2011, dos Municípios do Território .....	177
	APÊNDICE F - Tabela 10 - Relação dos Municípios do Território, com Descrição da Renda Per Capita, Rendimento Médio, Ocupados Sem Rendimentos e com Rendimento até 1 S.M. ....	178
	APÊNDICE G - Tabela 11 - Municípios do Território, com Taxa de Analfabetismo e Expectativa de Anos de Estudo, 2000 e 2010 .....	179

APÊNDICE H - Tabela 12- Esperança de Vida ao Nascer, Razão de Dependência, Taxa de Fecundidade e Envelhecimento 2000 e 2010 .....	180
APÊNDICE I - Tabela 13 - % de Ocupados em Cada Setor Produtivo, por Município, em 2000 e 2010 .....	181
APÊNDICE J – Tabela 14- Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários no Território em 2006 .....	182
APÊNDICE K – Roteiro Utilizado para Realização do Grupo Focal .....	185
APÊNDICE L – Questionário – Dados dos Jovens Entrevistados .....	186
APÊNDICE M – Roteiro de Entrevistas – Jovens Rurais .....	187
APÊNDICE N - Quadro 04- Entrevistados – Dados Pessoais, Família e Outros .....	190
APÊNDICE O – Questionário Utilizado para Levantamento de Dados Junto às Unidades Locais do Emater .....	193

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como foco de estudo os jovens rurais<sup>1</sup> do Território Integração Norte Pioneiro, composto por 29 municípios da Meso Região Norte Pioneiro do Paraná<sup>2</sup>. O interesse pela temática em discussão tem, antes de tudo, um conteúdo pessoal. Sendo filha de agricultores familiares da Região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, a pesquisadora sempre manteve presente o desejo de entender, em bases científicas, a situação vivenciada pelos agricultores familiares no país.

Ainda mais porque, confirmando a tendência de migração do jovem rural em direção à cidade (conforme tem sido demonstrado por diversos estudos), esta pesquisadora engrossa as estatísticas daqueles que rumaram para a cidade em busca de educação, trabalho e melhores condições de vida. Resultou como agente de assistência técnica e extensão rural do Governo do Estado do Paraná, trabalhando junto a agricultores familiares, mulheres e jovens rurais no Norte Pioneiro, desde Dezembro de 2007.

Começa aí o interesse profissional pela questão. Em 2008 foi indicada pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater para iniciar treinamento e posterior atuação junto a jovens rurais, em parceria, inicialmente, com o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural – PEJR, no Território Caminhos do Tibagi. Uma semana de observação junto a este grupo consistiu no primeiro contato com a Pedagogia da Alternância<sup>3</sup> e com atualidades da discussão sobre a juventude rural no Paraná.

Posteriormente, passou a trabalhar em parceria com duas Casas Familiares Rurais – CFRs<sup>4</sup> que atendem a jovens do Território Integração Norte Pioneiro, a CFR de Figueira e a CFR de Sapopema, trabalho realizado até o período de concretização da pesquisa. Neste trabalho, a pesquisadora realizou visitas e diagnóstico junto às famílias dos jovens estudantes,

<sup>1</sup> Neste estudo, entendemos que as expressões “jovens rurais”, “jovens do campo”, “jovens da roça” ou “jovens do sítio” são intercambiáveis, e não estabelecemos diferenciação entre elas. Em conversas com os entrevistados, é mais comum se definirem como “jovens do sítio” em oposição aos “jovens da cidade”, enquanto nas Casas Familiares Rurais usualmente são referidos como “jovens do campo”.

<sup>2</sup> Histórico de formação, características dos municípios e outros dados relevantes para a compreensão do Território em questão estão descritos na primeira seção do capítulo 3 desta dissertação.

<sup>3</sup> A Pedagogia da Alternância “consiste na formação da pessoa utilizando tempos e espaços diferentes divididos entre o meio socioprofissional (família, comunidade e trabalho) e meio escolar (com monitores e colaboradores) guiado por uma proposta que visa a formação integral do educando e o desenvolvimento do meio em que está inserido” (PEREIRA, 2005, p. 63).

<sup>4</sup> As Casas Familiares Rurais – CFRs, também chamadas CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância surgiram na França, em 1935, devido ao descontentamento dos agricultores em relação à escola convencional urbana (PEREIRA, 2005). No Brasil, a primeira CFR em Barracão – PR, em 1989. O crescimento do número destas instituições resultou na criação da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFARSUL, que hoje representa 67 CFRs (CASTRO e STEPHAN, 2007).

que após sistematização e análise, deu origem a um plano de trabalho<sup>5</sup>, executado pelos parceiros (Emater e CFRs). Com isso a pesquisadora teve forte aproximação com jovens rurais de distintas realidades do Território Integração Norte Pioneiro, suas expectativas, anseios e frustrações.

A partir destas ações, a pesquisadora se inseriu também, na organização de encontros municipais e territoriais de jovens, bem como do I e II Salão Estadual da Juventude, organizados pelo Instituto Emater e parceiros. Foi ainda indicada para fazer parte da Câmara Temática de Educação do Território, e assim pode iniciar-se na discussão do papel da educação do campo<sup>6</sup> no contexto da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial sustentável.

No que se refere a esta aproximação da pesquisadora com o tema, partimos do pressuposto de que todo cientista está imerso numa dada realidade, pois segundo afirma Minayo (2007, p. 19) “ser pesquisador é também estar integrado no mundo: não existe conhecimento científico acima ou fora da realidade”. Desta forma, procuramos deixar claro aqui que o que manifestaremos neste trabalho é apenas um ponto de vista, inerente à posição de quem está tão próxima do processo.

Todas estas experiências, somadas ao trabalho cotidiano da pesquisadora no serviço público de extensão rural, contribuíram para manter o interesse pelo tema, que se reforçava a cada vez que ouvia, seja por parte dos colegas técnicos, seja das famílias dos agricultores familiares atendidas, que o meio rural está ficando envelhecido, pois os jovens estão se mudando para a cidade, “não querem mais permanecer no sítio”.

Por outro lado, na convivência com jovens rurais nos eventos regionais ou estaduais em que teve a oportunidade de participar, bem como na rotina das Casas Familiares Rurais da região, constatou que diversos grupos destes jovens reclamavam para si condições de permanência no meio rural e denunciavam a falta de políticas públicas que pudessem favorecer esta permanência.

---

<sup>5</sup> Os pontos de destaque do diagnóstico realizado junto às famílias foram: baixa presença feminina nas CFRs, baixa renda das propriedades e das famílias, necessidade de melhoria da habitação e saneamento básico, baixa mobilização e participação social, presença deficiente da assistência técnica, segurança alimentar, baixa demanda para estudar na CFR e cobrança da SEED em relação a número de alunos, grande número de famílias sem acesso à terra, inexistência de registros (custos, produção e lucros) na propriedade, sistema convencional de cultivo, não observância da legislação ambiental.

<sup>6</sup> A educação do campo é aquela voltada aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, dentre os quais se incluem camponeses, quilombolas, nações indígenas, assalariados e outros que estejam vinculados ao trabalho e vida no meio rural (FERNANDES et al, 2009). Compreende, segundo o Conselho Nacional de Educação – CNE a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio (CNE, 2008). Os apoiadores desta ideia falam em “campo” e não em “rural” para levar à discussão sobre o sentido do trabalho do camponês e suas lutas sociais que aí tentam se manter.

Surgem assim os questionamentos iniciais desta pesquisa, quais sejam: Quem são e como se entendem os jovens rurais do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná? Em que medida a realidade vivenciada por estes jovens possibilita sua permanência no campo? Quais as condições necessárias para que seja efetivada esta permanência? Qual o papel das políticas públicas neste contexto?

Cabe esclarecer aqui nosso entendimento sobre o conceito de juventude rural, ou *juventudes rurais*, conforme nos parece mais acertado dizer. Conhecendo a discussão atual relativa à definição do termo, aceitamos aqui a proposta de “juventude rural como construção social” (WEISHEIMER, 2005). Entendemos assim que os jovens rurais não formam um grupo homogêneo, mas diversos subgrupos em que tem peso a relação com a terra, atividade produtiva e renda da família, gênero, etnia, local de moradia e relação de proximidade ou não com a cidade, entre outros.

O conceito de juventude é então compreendido como tendo, por um lado, uma dimensão simbólica, e por outro, uma dimensão relativa aos aspectos materiais, históricos e políticos próprios da sociedade em que este grupo se encontra (MARGULIS e URRESTI, 1996).

Weisheimer (2005, p. 26) afirma que, “nesse sentido, é mais correto privilegiar as noções de *juventudes* e *jovens rurais* no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas”. Por outro lado, não poderíamos ignorar que, a fim de possibilitar o acesso às políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar atualmente, os marcos legais tem definição precisa do que seria o “jovem rural”.

Assim, de forma complementar, aceitamos a definição utilizada pelo poder público e movimentos sociais do campo, segundo a qual jovem rural é o filho ou filha de agricultores familiares, com Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP<sup>7</sup>, com idade entre 15 e 29 anos de idade, independente do estado civil. Esta definição tornar-se-á útil no momento em que passarmos à análise das políticas públicas direcionadas a este público.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo tem a pretensão de contribuir para a discussão acerca da temática, que segundo Castro *et al* (2009), até pouco tempo era invisível no meio acadêmico brasileiro. Segundo a autora, somente a partir dos anos 2000 os estudos

---

<sup>7</sup> A Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP é um documento que identifica a família como sendo de agricultores familiares, podendo ser emitida pelos escritórios do Emater ou Sindicatos de Trabalhadores Rurais ligados à Fetaep mediante a apresentação de documentos pessoais e da terra e comprovante de exercício de atividade agrícola. Mais informações em no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br).

sobre juventude rural alcançaram relevância, consolidando-se aí como objeto de estudos. Ao mesmo tempo, os jovens rurais passaram a ser uma categoria social reconhecida, mas ainda lutam para obter reconhecimento enquanto categoria política (CASTRO *et al*, 2009).

Não obstante tenha-se com isso crescido o número de trabalhos relativos à juventude rural, Brumer (2007) alerta que a maioria deles enfatiza os motivos que levam os jovens a deixar o meio rural, permanecendo uma lacuna no que se refere às possíveis razões que levariam estes jovens a permanecer no campo, o que procuramos enfatizar neste estudo, cujos resultados deram origem a presente dissertação.

Convém ressaltar que esta proposta possui ainda relevância no contexto atual de discussão e construção de políticas públicas voltadas à juventude brasileira, em que vem ganhando destaque também a juventude rural, em particular em territórios como o nosso, o Norte Pioneiro, por suas características predominantemente rurais. Torna-se primordial a discussão em torno da dinâmica populacional, com destaque para o questionamento acerca da persistência do êxodo rural entre a população jovem proveniente do meio rural, e os efeitos de tal dinâmica sobre o desenvolvimento da região.

Por fim, tem-se que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, segundo descrito na Nova Lei de ATER (Lei Nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010), tem como um de seus objetivos “contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.” Desta forma, cada vez mais se cobra das entidades de assistência técnica e extensão rural – ATER, um serviço voltado às especificidades dos grupos, como é o caso dos jovens rurais, podendo este estudo contribuir para a formulação de uma proposta que venha de encontro aos anseios deste grupo.

Conformou-se assim o objetivo geral desta pesquisa: investigar, sob a ótica das Ciências Sociais, a realidade vivenciada pela juventude rural no Norte Pioneiro do Paraná e as condicionantes que os levam a permanecer no campo, além do papel das políticas públicas neste contexto.

E como objetivos específicos:

- Caracterizar as juventudes rurais estudadas, a partir de sua relação com a terra, atividade produtiva e renda da família, gênero, identidade, bem como o lugar ocupado junto às instituições presentes em seu meio.

- Entender quais são os fatores relevantes na tomada de decisão dos jovens em relação a permanecer ou não no meio rural.

- Refletir sobre o papel das políticas públicas voltadas aos jovens, no contexto de uma proposta de desenvolvimento deste Território.

Ainda que se reconheça a diversidade das juventudes rurais presentes no Brasil hoje, e no Território, em particular, que poderiam abarcar indígenas, pescadores artesanais, filhos de micro empreendedores rurais, filhos de trabalhadores rurais volantes e acampados da reforma agrária (todos estes presentes no Território), no recorte deste estudo, focamos em jovens provenientes de famílias de agricultores familiares tradicionais, assentados, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF<sup>8</sup>, ou seja, aqueles cujas famílias, de alguma forma tem acesso à terra para produção em regime familiar.

Por outro lado, a agricultura familiar no Território está envolvida em atividades variadas, dentre as quais a cafeicultura, bovinocultura de leite, fruticultura e olericultura são as mais relevantes<sup>9</sup> (RONQUE, 2013). Estas atividades resultam em diferentes rendimentos e lucratividade, bem como tem exigências diversas em relação ao uso da tecnologia, da terra, ocupação de mão de obra e investimentos. Neste sentido, procuramos entrevistar jovens cujas famílias se ocupam destas diferentes atividades produtivas, bem como possuem diferenciação econômica em relação à renda obtida por suas famílias.

Para efetivar o levantamento de dados necessários à compreensão da realidade dos jovens do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, primeiramente realizamos um levantamento de dados dos Censos Demográficos, nos bancos de dados do IBGE - disponíveis na rede mundial de computadores – internet e análise documental e bibliográfica, com a intenção de conhecer o histórico, características da população e outros dados que revelassem a realidade do Território.

Ao mesmo tempo, foram realizadas observações assistemáticas (BONI e QUARESMA, 2005) junto aos sujeitos investigados. Estas observações se deram nas atividades de trabalho desenvolvidas pela pesquisadora enquanto técnica da área de Inclusão Social do Instituto Emater em parceria com as Casas Familiares Rurais, Núcleo Regional de Educação e Câmara Temática de Educação do Território.

---

<sup>8</sup> Dados do IparDES informam que havia em 2007 o número de 1.091 famílias assentadas em 21 assentamentos distribuídos em 10 municípios do Território. Além disso, devido aos altos índices de concentração fundiária, a região concentra aproximadamente 32,5% das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF do estado (IPARDES, 2007).

<sup>9</sup> Embora o IparDES (2010) considere que o cultivo de grãos (soja e milho em grão) como atividades típicas e relevantes para a agricultura familiar no Paraná, no Território estas culturas não são assim entendidas pelo serviço de Ater, que não inclui as mesmas entre as cadeias produtivas prioritárias para o trabalho com a agricultura familiar. Optamos então por seguir a definição do Emater para esta questão.

As informações levantadas nestas observações, somadas aos pontos de destaque obtidos no levantamento teórico sobre a questão, auxiliaram no planejamento e realização de um grupo focal (4 participantes) e 16 entrevistas individuais semi estruturadas (BONI e QUARESMA, 2005), levadas a cabo junto aos jovens de 07 municípios do Território.

Utilizamos a técnica grupo focal para testar a pertinência das questões que seriam trabalhadas nas entrevistas semiestruturadas, junto a 01 grupo de jovens do território. O grupo participante, compôs-se de 04 jovens, sendo três rapazes e uma moça, todos estudantes da Casa Familiar Rural – CFR de Figueira e provenientes de famílias com propriedades no município de Ibaíti.

A definição dos jovens para a realização das entrevistas foi realizada com base nos seguintes critérios: i) filhos de agricultores familiares; ii) de ambos os sexos; iii) famílias com diferentes formas de acesso à terra; iv) atividades produtivas mais relevantes no Território (cafeicultura, bovinocultura de leite, fruticultura e olericultura); v) diversidade de situações econômicas (segundo a renda e estrutura da propriedade); vi) disponibilidade em participar do estudo. Seguindo estes critérios, contamos com a colaboração de técnicos locais do Emater, lideranças de agricultores e Casas Familiares Rurais para a indicação e convite dos jovens para a entrevista<sup>10</sup>.

A idade que demarca legalmente a “juventude” (15 a 29 anos) serviu apenas como referência no momento de se analisar a questão do acesso às políticas públicas e não como fator de definição do público a ser entrevistado. Houve casos em que a liderança que auxiliou na escolha dos jovens indicou jovens de 14 anos para a entrevista, o que nos levou a concluir que está demarcação não é tão clara para os próprios agricultores. Da mesma forma, entrevistamos tanto jovens solteiros (as) quanto casados (as), apesar de haver indícios de que apenas os solteiros seriam considerados “jovens”, como demonstra a fala de um técnico do Emater, para quem “estava difícil encontrar jovens rurais no seu município, uma vez que a maioria era já casada”.

De forma complementar, utilizamos ainda questionários com questões abertas e fechadas (apêndice), em duas situações: i) para levantar dados socioeconômicos juntos aos jovens entrevistados; ii) para obter informações sobre a realização de atividades de Ater junto a jovens rurais pelos técnicos do Instituto Emater lotados nos 29 municípios do Território em questão. Nesta segunda situação, os questionários foram enviados por email, para os

---

<sup>10</sup> As entrevistas foram, na maioria das vezes realizadas nos Escritórios locais do Emater e na Casa Familiar Rural de Figueira, em sala separada, para maior privacidade dos jovens. Optamos não realizar as mesmas nas propriedades para evitar a interferência dos pais ou mesmo a resistência dos jovens em falar sobre alguns assuntos neste ambiente familiar.

escritórios locais, com a devida autorização das gerências regionais do Emater, dos quais obtivemos resposta de 20 municípios, no próprio email ou por meio do telefone<sup>11</sup>.

Os resultados dessa investigação serão apresentados a seguir, em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, discute-se o desenvolvimento rural, a partir de seu histórico no Brasil até a abordagem territorial, destacando-se a agricultura familiar e a discussão sobre sucessão nas propriedades rurais familiares.

No segundo capítulo, passamos à discussão da juventude rural e sociedade brasileira, apresentando a discussão conceitual sobre juventude, marcos legais referentes à construção de uma política nacional da juventude, e considerações sobre estudos recentes acerca da juventude rural no país.

No terceiro capítulo apresentaremos o estudo de caso, partindo de um breve histórico da região Norte Pioneiro e formação do Território de mesmo nome. A seguir, analisaremos os dados do estudo de caso realizado, discorrendo sobre a dinâmica populacional no Território, a partir da comparação dos dados do IBGE – Censo 2000 e 2010.

A partir daí, tecemos uma caracterização dos jovens rurais pesquisados, no que se refere ao estado civil e características familiares; acesso à terra, atividade econômica familiar e renda auferida; diferenças e desigualdades de gênero; como os jovens percebem a si mesmos e em relação aos jovens da cidade. Busca-se ainda entender os fatores que levam à decisão de ficar ou partir, e as condições efetivas de permanência ou não no meio rural.

Por último, apresentaremos as considerações finais. Além do resumo de todo o estudo, neste capítulo refletiremos ainda sobre uma proposta de política de assistência técnica e extensão rural – ATER voltada aos jovens rurais deste Território, com vistas a ampliar suas condições de permanência no meio rural.

---

<sup>11</sup> Em alguns casos, devido a dificuldades de acesso à internet, os técnicos locais forneceram as respostas por telefone. Os municípios que responderam ao questionário foram: Abatiá, Carlópolis, Conselheiro, Guapirama, Ibaiti, Jacarezinho, Japira, Joaquim Távora, Jundiá, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Ribeirão Claro, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, Sapopema, Tomazina e Wenceslau Braz.

## 2 DESENVOLVIMENTO RURAL E A PERSPECTIVA TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

As discussões em torno do conceito de desenvolvimento não são recentes e já motivaram intensos debates. Vieira (2009), de forma simplificada, distingue três correntes interpretativas do desenvolvimento que predominaram nos países do hemisfério sul até os anos 1970, quais sejam: a da modernização nacional; a estruturalista-desenvolvimentista e a dependista.

A primeira corrente, relativa à modernização nacional, procurava entender a dinâmica de desenvolvimento dos países com base em critérios lineares e universalizantes, rotulando os países “sub-desenvolvidos” como “atrasados” em relação à curva de progresso dos países industrializados. O desenvolvimento era, assim, reduzido ao crescimento econômico (VIEIRA, 2009).

A segunda corrente, por sua vez, denominada pelo autor como estruturalista-desenvolvimentista, opunha-se a esta primeira forma de análise. Os autores desta corrente criticavam os efeitos da dominação econômica e cultural exercida por um grupo de países (os mais influentes) sobre outros (os mais pobres). “O subdesenvolvimento era visto sobretudo como um conjunto de problemas sociais de corte estrutural – pobreza em massa, desemprego crônico, urbanização descontrolada – exigindo uma revisão crítica das relações entre crescimento econômico e distribuição de renda” (VIEIRA, 2009, p. 31).

Apesar dos avanços em relação à primeira abordagem, Vieira (2009) alerta que esta forma de conceber o desenvolvimento não chegou a superar a ideia do crescimento econômico enquanto inerente ao desenvolvimento, nem a necessidade de “domínio da natureza” e transferência de tecnologias geradas pelos países mais influentes, o que consiste em sua limitação (VIEIRA, 2009).

A terceira corrente, por sua vez, segundo Vieira (2009), vem para contestar as duas primeiras, a partir do conceito chave de “dominação” que os países imperialistas mantinham em relação aos ditos “subdesenvolvidos”, afirmando que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento representam faces de uma mesma moeda, no contexto de acumulação capitalista mundial. Segundo o autor, “o socialismo de corte estatizante emergiu como um novo ideal-regulativo para o desenho de propostas alternativas de mudança social nos países do Sul” (VIEIRA, 2009, p. 32).

Entretanto, sabemos que, por um longo período, a concepção dominante foi aquela que relacionava desenvolvimento ao crescimento econômico, que foi aos poucos cedendo

lugar à percepção de que o desenvolvimento refere-se a um processo bem mais amplo e complexo do que a ampliação dos rendimentos<sup>12</sup>. Esta antiga concepção influenciou decisivamente as ideias sobre o desenvolvimento rural, que nesta proposta, estaria relacionado ao aumento da produção e produtividade, e modernização ou eliminação do “setor atrasado” presente no meio rural. Assim Silva (1982, p. 17), afirma que:

A industrialização era apresentada como a fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento; e o setor agrícola, responsável pelo atraso desses países [então chamados de ‘subdesenvolvidos’], deveria ceder a sua posição dominante na economia.

Neste sentido, a urbanização, industrialização e modernização do campo foram tidas como a solução para a situação chamada de “atraso” do Brasil rural. O campo era visto apenas como um espaço de produção, tendo além deste, o papel de fornecer mão de obra e produzir matéria prima para a indústria, bem como desenvolver-se enquanto mercado consumidor dos produtos industrializados, que seriam produzidos nas cidades.

Schneider (2010) destaca que este modelo de desenvolvimento rural, atrelado às ações do estado e organismos internacionais, especialmente em regiões tidas como “pobres” e “atrasadas”, teve como suporte ideológico a chamada “revolução verde”<sup>13</sup>, e por sua caracterização política e normativa, acabou por afastar da discussão do tema grande parte dos pesquisadores e estudiosos.

Octaviano (2010) afirma que a chamada “revolução verde” teve como alvo principalmente os países tidos como menos desenvolvidos, com mais força nas décadas de 1960 e 1970, a partir da ideia de modernização das técnicas utilizadas. A autora pondera que, ainda que esta proposta tenha surgido com a promessa de acabar com a fome no mundo, constatou-se que a mesma trouxe consigo incontáveis problemas sociais e ambientais.

Uma das premissas deste modelo de produção é que a agricultura poderia ser “industrializada”. Em busca de cumprir todas estas promessas, investiu-se nas monoculturas

---

<sup>12</sup> A concepção de desenvolvimento que orienta este estudo, convém esclarecer, orienta-se pelas ideias de Sen (2010), que compreende o desenvolvimento como ampliação das capacidades/ liberdades das pessoas e remoção das fontes de privação desta liberdade. Nas palavras do autor: “O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. (...) Ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo” (SEN, 2010, p. 16-17).

<sup>13</sup> A chamada “revolução verde” refere-se à adoção de inovações científicas e tecnológicas - químicas, biológicas e técnicas - na agricultura, que resultou, por um lado, no progresso econômico, e por outro, no acirramento das desigualdades e exclusão social no meio rural brasileiro (RAMBO e FILLIPI, 2008).

de plantas híbridas, uso intensivo de agrotóxicos e adubos e mecanização, normalmente oferecidos em “pacotes tecnológicos”<sup>14</sup>. Para dar suporte a estas mudanças, foram criadas políticas públicas de crédito e órgãos de pesquisa e extensão rural<sup>15</sup>, para fazer chegar aos agricultores toda esta tecnologia (OCTAVIANO, 2010).

Diversos autores concordam que este modelo, não obstante tenha obtido resultados positivos no aumento da produção e produtividade, também resultou em problemas sociais, econômicos e ambientais, como êxodo rural, perda de identidade cultural dos povos do campo, redução dos laços comunitários e de solidariedade, perda de conhecimentos tradicionais, aumento das desigualdades, concentração fundiária, dependência de insumos externos e degradação ambiental, entre outros.

Embora tenha sido dominante neste período, desde 1960 iniciou-se mundialmente uma reflexão sobre as consequências deste modelo de agricultura que depredava a natureza, bem como sobre os efeitos da indústria e do consumo crescente de recursos naturais não renováveis<sup>16</sup>. Já em 1972, com a realização da Conferência sobre Meio Ambiente e os direitos Humanos, “os grupos ligados às questões ambientais começam a empregar o termo ecodesenvolvimento para ressaltar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento das zonas rurais nos países em desenvolvimento” (BIANCHINI e MEDAETS, 2012, p. 2).

No que se refere à formulação do conceito de ecodesenvolvimento, que posteriormente originaria a expressão “desenvolvimento sustentável”, tem destaque os estudos de Ignacy Sachs, que segundo Bianchini e Medaets (2012), relacionou o crescimento com a qualidade social e ambiental, destacando cinco dimensões: sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

---

<sup>14</sup> Bianchini e Medaets (2012) afirmam que a adoção dos insumos modernos foi o determinante para a expansão da área cultivada e produtividade, e trouxe como consequência a dependência de insumos importados. Segundo os autores, o Brasil importa anualmente cerca de 70% do adubo formulado utilizado, e tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, o que resulta em graves problemas socioeconômicos e ambientais (BIANCHINI e MEDAETS, 2012).

<sup>15</sup> Peixoto (2008) considera que nas décadas de 1950 e 1960 é que de fato se institucionalizou o serviço de assistência técnica e extensão rural- Ater no Brasil, a partir da criação das Associações de Crédito e Assistência Rural - ACAR, entidades civis, sem fins lucrativos, com a finalidade de elaborar projetos técnicos visando a obtenção de crédito, bem como prestar serviços de extensão rural. Eram coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, criada em 1956. Em 1959 é criada no Paraná associação semelhante, como o nome de Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, que recentemente, após uma série de mudanças, tornou-se o Instituto Emater. Em 1974, por meio da Lei nº 6.126/74 as ACAR foram estatizadas, passando a responsabilidade pelo serviço de Ater ao Estado. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 75.373 de 14 de Fevereiro de 1975, que transformou a ABCAR no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER (PEIXOTO, 2008).

<sup>16</sup> Como marcos desta outra forma de pensamento, temos em 1960, o livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, que estabelece uma crítica à modernização da agricultura e seus efeitos.

Convém destacar aqui uma destas dimensões – a sustentabilidade espacial. Para Bianchini e Medaets (2012, p.2) esta dimensão da sustentabilidade “(...) sugere uma configuração rural- urbana mais equilibrada, uma agricultura sustentável, processos de agroindustrialização descentralizada, com uso de biomassa como fonte alternativa de energia e uma rede de reservas naturais, para proteger a biodiversidade”, o que consideramos aqui como bastante pertinente para discussões em que tem importância a agricultura familiar e o desenvolvimento do Território, como é o caso deste estudo.

Favareto (2007) argumenta que a forma clássica de entendimento do desenvolvimento rural, a partir de um enfoque setorial (relacionado somente aos aspectos agrícolas e agrários) não mais se sustenta frente aos processos relativos à nova ruralidade, que se configura por meio de mudanças na relação entre a sociedade e a natureza, distanciamento entre as pessoas e enfraquecimento dos laços de solidariedade nas comunidades rurais, bem como modificações nas relações com as cidades. O autor destaca ainda a heterogeneidade do rural e os conflitos derivados de tal questão, sendo que a vida rural tem passado por um processo de racionalização, mesmo que o meio rural continue sendo o lugar que mais valoriza a tradição e a proximidade com a natureza (FAVARETO, 2007).

Wanderley (2010), ao refletir sobre os processos de urbanização e modernização no Brasil, questiona-se sobre o que os mesmos deixaram de oferecer à sociedade, especialmente ao meio rural. Para a autora, este constituiu-se num processo de “modernização conservadora” da agricultura, uma vez que as formas tradicionais de dominação e as relações de produção que as sustentavam continuam presentes na atualidade. A manutenção da concentração fundiária é destaca pela autora como exemplo desta situação.

Outra questão bastante discutida em relação aos efeitos adversos da “modernização do campo” é o êxodo rural. Ferrão (2000), ao discutir a relação entre os mundos rural e urbano, nos lembra que historicamente o meio rural teve como função principal a produção de alimentos e, como atividade principal, a agricultura, sendo a família camponesa o grupo social de referência e a paisagem distinta do meio urbano. Esta situação começou a ser alterada já a partir da revolução industrial, quando o mundo rural teria perdido a centralidade econômica, social e simbólica, passando a ser visto como “arcaico” enquanto o meio urbano passou a ser identificado com o “moderno” e com o progresso. Além disso, o meio rural passou a ter uma nova função, nas palavras do autor: “(...) fornecimento de mão de obra desqualificada e barata para as atividades econômicas em acelerado crescimento nas cidades”, conforme já colocado (FERRÃO, 2000, p. 46).

A partir da Segunda Guerra Mundial, com outras condições tecnológicas, e segundo a concepção de desenvolvimento já discutida, acrescenta-se a este um novo processo, a chamada industrialização da agricultura, que passou a distinguir o meio rural entre mundo rural moderno e mundo rural tradicional (FERRÃO, 2000). No Brasil, este processo contribuiu para o aumento das desigualdades já existentes e aprofundamento do processo de concentração fundiária e o êxodo rural.

No que se refere ao êxodo rural, Alves e Cavenaghi (2010), analisando as tendências demográficas no Brasil, concordam que o país passou, na segunda metade do século XX, por um processo rápido de “modernização, industrialização e urbanização”. Segundo análise dos autores, a população urbana teria crescido 8,5 vezes e a população rural diminuído em torno de 10% no período compreendido entre 1950 e 2010. Na década de 1950, a maioria da população brasileira ainda estava concentrada no meio rural, situação que se inverte na década de 1970 e continua seguindo esta tendência, e assim chegamos em 2010 com 84% da população brasileira vivendo no meio urbano e 16% no meio rural (ALVES e CAVENAGHI, 2010).

Abramovay (2000) constata que, a cada publicação dos resultados do recenseamento, a ideia geral é que persiste o esvaziamento do meio rural brasileiro, alcançando a população urbana números acima de 80%, conforme referido anteriormente. O autor, entretanto, vai questionar a própria definição de rural no país, onde o limite do urbano é definido arbitrariamente, e o que resta passa a fazer parte do rural.

Questiona-se, ainda, a associação entre meio rural e atraso, e a ideia de que apenas permanecem no campo aquelas pessoas que não tem condições de se aventurar em direção à cidade (ABRAMOVAY, 2000). Nesta perspectiva, com vistas à elaboração de uma proposta mais coerente de desenvolvimento, faz-se necessário, segundo a proposta do autor, relativizar estas duas questões.

Acreditamos que esta ideia do meio rural enquanto atrasado e arcaico em muito contribuiu, quiçá continue a influenciar o desejo dos jovens de abandonar o meio rural, com o objetivo de ter acesso a outra realidade, que ele imagina ou lhe é apresentada como uma possibilidade na cidade, o que muitas vezes não se tornou/ não se torna real, frente aos graves problemas sociais presentes principalmente nas cidades brasileiras hoje.

Em relação a este processo migratório brasileiro mais recente, Camarano e Abramovay (1999) citam como uma das novidades justamente o “envelhecimento” e a “masculinização” do meio rural, o que indica que cada vez mais são os jovens que se mudam,

e não mais a família como um todo, como anteriormente, e dentre os jovens, as mulheres representam maior número dos que deixam o meio rural.

Carmo (2009), ao discorrer sobre as transformações do rural, afirma que este espaço tem passado por várias mudanças estruturais, que resultam do processo de urbanização e seus efeitos. O autor lembra, porém, que estas mudanças não são homogêneas nem provocam os mesmo efeitos nas diferentes localidades, uma vez que, enquanto algumas regiões vêm apresentando significativo dinamismo,

(...) assiste-se, simultaneamente, à marginalização de parte substancial das localidades rurais que sofrem processos complexos de esvaziamento populacional, envelhecimento e desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais, que não são substituídos por novas formas de organização social. Estas localidades, que se perdem no tempo e no espaço, estão e são cada vez mais excluídas dos mecanismos de modernização e de urbanização (CARMO, 2009, p. 266).

Wanderley (2000, p. 30), ao discutir a ruralidade no Brasil, entende o rural como “(...) um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida”. A autora afirma, neste sentido, que o rural é construído a partir de duas dinâmicas sociais, uma interna e outra externa.

A primeira refere-se à construção social do rural a partir das relações de parentesco e vizinhança, que Wanderley (2000, p. 30) vai definir como sendo, “(...) o lugar da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes”.

A segunda dinâmica social descrita pela autora como “externa”, refere-se ao fato destas coletividades rurais não estarem isoladas, mas relacionarem-se com os contextos sociais mais amplos, especialmente com o mercado e a vida urbana, com os quais realiza trocas de diversos tipos (WANDERLEY, 2000, p. 30).

A autora defende ainda que o contorno social assumido pelo rural brasileiro deriva de três particularidades históricas, quais sejam: o domínio da grande propriedade fundiária; a definição de rural adotada, que abrange todas as sedes municipais, bem como distritos e vilas; a existência de áreas rurais que tem atraído uma “migração de retorno”, devido aos processos de descentralização econômica e a transformação do rural em produto de consumo (WANDERLEY, 2000, p. 33).

Partindo destes pressupostos, Wanderley (2000) alerta para a necessidade de se criar uma tipologia que possa classificar os diversos espaços rurais existentes, ainda que seja

possível encontrar mais de um tipo num mesmo espaço geográfico ou administrativo, como é o caso dos territórios.

Desta forma, a autora propõe a classificação em seis tipos de “rurais” distintos: i) os espaços rurais destinados ao consumo da população urbana; ii) os espaços rurais que perderam a vitalidade devido à predominância das grandes culturas; iii) os espaços rurais onde a agricultura familiar predomina, com intensa vida social local; iv) os espaços sociais onde predomina a agricultura familiar, porém em condições desfavoráveis, que resultam no êxodo e esvaziamento do meio rural; v) os espaços rurais reconstruídos nas agrovilas nas áreas de fronteira; vi) os assentamentos da reforma agrária, que reconstróem a vida social local.

Esta dinâmica interna e externa de construção do rural, a reflexão sobre as particularidades históricas que conformam este meio, bem como a proposta de classificação das diversas formas como o rural pode se apresentar, segundo Wanderley, além das demais questões discutidas anteriormente, nos parecem importantes para compreender a situação do Território Integração Norte Pioneiro, onde se podem constatar os efeitos do processo de modernização conservadora da agricultura, concentração fundiária e êxodo rural, cujo indicador mais contundente é a ocorrência persistente das perdas populacionais para outras regiões do Estado.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Considerando que a abordagem tradicional de desenvolvimento não logrou o êxito esperado para o rural brasileiro, conforme discutimos anteriormente, parece-nos importante entender como se dá a retomada das discussões a respeito da temática no país. Schneider (2010) considera que é a partir da década de 1990, com a estabilização econômica e a implantação de diversas regulamentações estabelecidas pelas Constituição de 1988, que volta à discussão as propostas de mudança social, inclusive aquelas relacionadas ao desenvolvimento rural.

O autor considera ainda importantes neste contexto dois outros aspectos (SCHNEIRDER, 2010). O primeiro deles refere-se às mudanças pelas quais passou a sociedade brasileira no processo de redemocratização, com o fortalecimento de movimentos e organizações sociais, e surgimento de Organizações não governamentais - ONG's, associações e cooperativas. E o segundo, trata-se da inserção da noção de sustentabilidade e meio ambiente no debate acerca do desenvolvimento rural, a partir da Conferência da ONU para o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992.

Neste sentido, Schneider (2010) destaca como fatores decisivos nesta retomada das discussões a respeito do desenvolvimento rural no Brasil, a partir de 1990: i) o debate em torno da agricultura familiar e suas potencialidades econômicas, produtivas e sociais para a sociedade, a partir do crescimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais bem como da publicação de estudos e pesquisas que tipificaram, classificaram e mostraram sua importância; ii) crescimento da ação do estado no meio rural e das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, reforma agrária e segurança alimentar, e criação de instâncias governamentais voltadas a este público (MDA, SDR e Pronaf); iii) mudanças no âmbito político e ideológico, com a diferenciação e polarização entre agricultura familiar e empresarial, estando o desenvolvimento rural mais relacionado ao primeiro tipo; iv) acirramento das críticas ao modelo proposto pela revolução verde e consolidação da discussão a respeito da sustentabilidade ambiental, passando o desenvolvimento rural a ser adjetivado como “sustentável”.

Vieira (2009, p. 29) destaca que, a partir de 1992, com a realização da Cúpula da Terra, “o conceito de desenvolvimento sustentável passou a circular regularmente no jargão dos gestores governamentais e da mídia”. Porém os efeitos práticos desta discussão, sublinha o autor, “(...) tem permanecido, desde então, nitidamente aquém das expectativas que foram criadas”, especialmente no que se refere às questões socioambientais.

O autor (Vieira, 2009) diferencia duas posições relativas ao conceito de “desenvolvimento sustentável”. A primeira delas seria aquela derivada da proposta do ecodesenvolvimento, que ao invés da utilização dos indicadores tradicionais de desenvolvimento e riqueza, propõe o registro da diversidade de situações econômicas reais, que respondem às “estratégias cotidianas de sobrevivência das comunidades locais” e que favorecem a realização de um debate coletivo que venha a orientar as estratégias de regulação da economia.

A segunda posição destacada pelo autor, no que se refere ao entendimento do ideal de desenvolvimento sustentável, refere-se àquelas concepções que “(...) orientam-se mais no sentido de um enfrentamento *ex post* de sintomas isolados da crise socioambiental, baseando-se numa concepção reducionista de sustentabilidade, ou seja, atrelada à reprodução da lógica profunda do capitalismo globalizado” (VIEIRA, 2009, p. 38).

Por outro lado, Vieira (2009) vai destacar que, a partir da realização de diversos estudos de caso relacionados a experiências de desenvolvimento em contextos nacionais, nas décadas de 1980 e 1990, que passaram a valorizar respostas locais inovadoras (reorganização socioeconômica, sociocultural e político-institucional) às incertezas e restrição de

oportunidades impostas pela globalização, vai surgir um novo conceito de desenvolvimento, chamado então de “desenvolvimento territorial sustentável”.

Diversos autores vêm estudando esta nova proposta de desenvolvimento para o rural, dentre os quais destacaremos aqui Abramovay (2000 e 2010), Favareto (2007 e 2009), Vieira (2009) e Wanderley (s.d). Esta nova abordagem, denominada abordagem territorial de desenvolvimento - propõe uma visão multissetorial e multidimensional da questão, uma vez que o rural não poderia ser limitado à agricultura ou aos seus atores, no que reside a limitação da abordagem setorial tradicional.

A visão “setorial” possui sérias limitações e os investimentos realizados quase sempre não tem o efeito desejado, uma vez que as estruturas municipais têm limitações para promover ações de maior envergadura e o viés setorial leva a investimento em atividades pouco promissoras para a geração de trabalho e renda. Dentro da nova proposta, Abramovay afirma:

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre os indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000, p. 22)

O desenvolvimento rural não pode ser observado simplesmente pelo potencial de produção agrícola, ou sinais de modernidade. Somado a esses fatores deve-se considerar as características das pessoas que habitam o território, que é entendido aqui como uma construção social. Saquet e Silva (2008), refletindo sobre os estudos de Milton Santos, e embasados na teoria deste autor, assim vão definir território:

O território é construído historicamente, cada vez mais, como *negação da natureza natural*. A materialidade do território é, assim, definida por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social. Objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território. Este é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado. Há porções de territórios com objetos e ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas), ritmos, heterogeneidades, agentes (SAQUET e SILVA, 2008, p. 17).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento territorial envolveria então as dimensões sociopolítica, socioeconômica e sociocultural, abarcando os recursos necessários para o desenvolvimento rural. O processo de desenvolvimento passa a ser encarado na perspectiva da

sustentabilidade<sup>17</sup> – viés econômico, social e ambiental – e a gestão dos recursos públicos e recursos naturais demanda a participação social e controle (FAVARETO, 2009).

Vieira (2009), ao discorrer sobre algumas experiências inovadoras, tidas como referências para a concepção de desenvolvimento territorial sustentável, destaca que as características que distinguem as mesmas (reciprocidade econômica, sistemas produtivos locais, organização em redes, governança local e territorial e gestão patrimonial dos recursos e meios naturais):

No rol dessas inovações estão incluídas, entre outras, a emergência de novas formas de *reciprocidade econômica*, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo; a estruturação de *sistemas produtivos locais* em zonas rurais, integrados em *redes* de pequenas e médias empresas que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividade não-agrícola no meio rural; e a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da *governança local e territorial*, da equidade, da busca de sinergia entre as comunidades locais e os diferentes âmbitos de regulação estatal, e da *gestão patrimonial dos recursos e meios naturais* (VIEIRA, 2009, p. 44).

Nesta linha de pensamento, as relações de poder e os laços de proximidade entre pessoas, grupos, instituições e o próprio Estado, bem como a formação de redes, têm grande importância na discussão do desenvolvimento territorial. Abramovay, em diversas de suas obras, ressalta a importância destas questões, chamado de “capital social” do território.

Wanderley (s.d.) esclarece que a perspectiva territorial de desenvolvimento pressupõe que os espaços e os grupos populacionais marginalizados sejam integrados nos processos gerais de desenvolvimento. Entende-se aqui, que as populações e mesmo as regiões rurais sofreriam com este processo de marginalização. Os princípios que orientam este enfoque, então, seriam: aproveitamento das oportunidades econômicas; garantia do bem estar das populações rurais; e proteção do patrimônio sócio cultural das regiões rurais. Assim, a integração proposta se daria mediante a valorização dos recursos ambientais, sociais e culturais de cada território específico.

A autora propõe então que, tomando como referência a trama social e espacial, bem como os caminhos do desenvolvimento já percorridos, que se considerem os pequenos centros urbanos como parte componente do mundo rural. O território é então compreendido, por um lado, como tendo uma dinâmica interna, decorrente das relações sociais locais, e por outro,

---

<sup>17</sup> O desenvolvimento sustentável é entendido como aquele que, além de considerar as variáveis econômicas, sociais e ambientais, ainda trata da satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.

como produto das determinações gerais da sociedade capitalista brasileira, o que mantém relação com a desigualdade de distribuição da riqueza no espaço. Em última instância, a concepção de desenvolvimento defendido pela autora estaria relacionada às possibilidades econômicas, sociais e culturais a que as populações residentes nas áreas rurais têm acesso (WANDERLEY, s.d.).

Convém trazer à tona uma preocupação revelada pela autora no que se refere aos sujeitos a que se direcionaria esta proposta de desenvolvimento. Num contexto em que diversos segmentos da sociedade incorporaram o discurso do desenvolvimento sustentável, e no meio rural brasileiro ele se tornou o discurso inclusive dos grandes proprietários e empreendedores rurais, “resta saber, aqui no Brasil, como transformar esse projeto em um projeto da sociedade brasileira e que atores sociais serão reconhecidos pela sociedade brasileira como portadores desse projeto” (WANDERLEY, s.d., p. 8). A nossa proposta é que ele considere, de forma geral, os agricultores familiares, e especificamente as populações jovens, que tem no meio rural seu espaço de vida.

O próprio estado brasileiro, por meio das políticas públicas, incorporou esta discussão do desenvolvimento rural sustentável, na perspectiva territorial (senão na prática, ao menos no nível do discurso), conforme podemos constatar no documento de referência da 2ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS<sup>18</sup>. Aí se afirma que:

O desenvolvimento rural deve ser abordado necessariamente como um processo social multifacetado e multidimensional de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, de eliminação das desigualdades econômicas e sociais no campo e de preservação do patrimônio ambiental existente para as novas gerações de brasileiros (MDA, 2013).

O MDA (2013) reconhece que esta definição implica na necessidade mesmo de se redimensionar o rural, por meio de novas tipologias que venham a melhor caracterizar estes espaços<sup>19</sup>. Implica, também, na aceitação da abordagem territorial do desenvolvimento como a nova forma de conceber/ implantar políticas públicas voltadas a este meio.

---

<sup>18</sup> A 2ª CNDRSS foi convocada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, a ser realizada no período de abril a dezembro de 2013. A pesquisadora participou das mobilizações da CNDRSS, como delegada representante do segmento poder público estadual, nas etapas territorial, estadual e nacional.

<sup>19</sup> Não obstante as estatísticas oficiais insistam em definir como urbanas todas as sedes de municípios, distritos e vilas, o MDA vem assumindo em suas proposições que o rural brasileiro abarcaria cerca de 1/3 da população brasileira, englobando os municípios com até 50.000 habitantes (89% dos municípios) e densidade demográfica até 80.000 habitantes por km<sup>2</sup> (MDA, 2013).

Neste sentido, o estado passa a assumir o desenvolvimento rural não mais como modernização agrícola ou industrialização ou urbanização do campo, mas como um processo de criação de capacidades que favoreçam a ação das próprias populações no sentido de melhoria de suas condições de vida. O rural, assim, não estaria mais estritamente relacionado à questão agrícola, nem mesmo entendido como atrasado ou residual em relação ao urbano, mas passa a ser visto com tripla função, sendo espaço de produção; de vida, organização social e produção cultural; e espaço de relação com a natureza (MDA, 2013).

Schneider (2010) alerta, porém, critica esta forma de interpretação e ação do estado, que segundo o autor, tem sido muito influenciada pelos estudiosos do tema e mediadores<sup>20</sup>, e pouco pelos agricultores e populações rurais, mais diretamente interessados na questão (ainda que estes tenham algum poder de pressionar o estado).

Na prática, território passou a ser compreendido (pela ótica das políticas públicas) como um conjunto de municípios, com características semelhantes, que se reúnem devido a objetivos comuns, com uma ênfase grande na obtenção de recursos públicos que, sozinhos, teriam dificuldades de acessar. Desde 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/ MDA, por meio do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT incentiva esta forma de organização, e realiza o cadastro e reconhecimento destas organizações. Território, nesta perspectiva do MDA, é assim entendido:

Território é um espaço físico que compreende as cidades e o campo, geograficamente definido, socialmente construído, caracterizado por critérios de ambiente, economia, sociedade, cultura, política, instituições e população, definida por grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, e se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2014).

Desde que iniciou este trabalho com os territórios no Brasil, a SDT já reconheceu 164 territórios rurais, que congregam ao todo 2.500 municípios. Não obstante seja uma iniciativa interessante no sentido incentivar a organização de grupos de municípios em torno de objetivos comuns, o que pode contribuir para o desenvolvimento das regiões com características rurais, muitas vezes o que fala mais alto são os interesses políticos e a busca desenfreada por recursos, que no fundo atrapalham o processo de organização local.

O caso do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná (que trataremos no terceiro capítulo) é um bom exemplo disso, pois partiu inicialmente da organização de um grupo de

---

<sup>20</sup> Dentre os estudiosos que tem exercido grande influência na definição do rumo destas políticas públicas voltadas ao rural brasileiro, Schneider (2010) destaca dois grupos distintos de pesquisadores: o primeiro ligado a Eli da Veiga e Ricardo Abramovay; e o segundo, formado pelos pesquisadores ligados ao Projeto Rurbano, liderados por José Graziano da Silva.

municípios com histórico e características bem semelhantes, e resultou com 29 municípios, sendo que a incorporação de grande parte deles (com características bem diversas) deu-se devido à pressões políticas, que colocaram esta condição para o reconhecimento do Território. O objetivo claro era evitar que estes municípios ficassem atrás na obtenção de recursos, uma vez que o MDA e outros ministérios privilegiam a organização em territórios na hora de distribuir suas verbas.

## 2.2 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

Vieira *et al* (2010) nos alerta que, por mais que o desenvolvimento territorial tenha um caráter multissetorial e multidimensional, conforme discutido anteriormente, não é possível ignorar a importância econômica da agricultura familiar, nem os problemas relacionados ao seu cotidiano, especialmente nos territórios rurais. Nas palavras do autor:

Se é verdade que o rural não é sinônimo de agrícola e tampouco de atraso, não se pode negligenciar o lugar de destaque que a agricultura familiar ocupa na economia nacional e, em particular, nas regiões rurais desses países [latinoamericanos, e especialmente no Brasil]. A persistência de segmentos sociais subjugados a relações de produção arcaicas, a exemplo de parcela importante da agricultura familiar e de assalariados agrícolas sazonais, mantém na ordem do dia a premência de políticas públicas de ordenamento territorial, reforma agrária e crédito fundiário que busquem equacionar o problema do acesso precário à terra por parte de milhões de famílias rurais (VIEIRA et al, 2010, p. 21).

É notável que esta parcela de ocupantes e trabalhadores do meio rural, agora denominada “agricultura familiar” vem ganhando reconhecimento em termos de projetos de pesquisa, bem como propostas de políticas públicas que supostamente venham a atender a seus interesses. Entretanto, isto não garantiu a superação do tradicional embate entre dois segmentos: por um lado, esta economia agrícola de base familiar, por muitos ainda considerada como “entrave”; e por outro a agricultura ligada à exportação de *comodities*, que ainda se quer fazer passar por símbolo de modernidade<sup>21</sup>.

Faz-se necessário, então, tentar esclarecer aqui o entendimento se tem desta categoria social – a agricultura familiar, bem como sua relevância dentro da proposta de desenvolvimento territorial sustentável. Wanderley (2003), propondo-se a refletir sobre a

---

<sup>21</sup> Wanderley (2009) entende que o governo brasileiro historicamente escolheu a grande propriedade e a empresa rural como o modelo a ser estimulado pelas políticas públicas, o que ficou claro já em 1964, com as ações para desarticulação dos movimentos camponeses e aprovação do Estatuto da Terra.

“densidade conceitual da categoria agricultura familiar”, esclarece que existe certa dificuldade teórica quando se trata desta questão, destacando-se duas posições. A primeira delas é do grupo de estudiosos que simplesmente adotam a definição operacional definida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Esta definição tem respaldo nos critérios estabelecidos pela Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, segundo os quais, são estabelecimentos da agricultura familiar aqueles cuja área não exceda quatro módulos fiscais<sup>22</sup>; a mão de obra utilizada seja predominantemente da família; a renda familiar seja majoritariamente advinda de atividades vinculadas ao estabelecimento; e o estabelecimento seja dirigido pela própria família. Acrescenta-se ainda ao público denominado “agricultor familiar”: os silvicultores (florestas nativas ou exóticas) que promovam o desenvolvimento sustentável daquele ambiente; aquicultores com reservatórios de até 02 há ou 500 m<sup>3</sup> de água; e extrativistas/ pescadores que exerçam esta atividade de forma artesanal no meio rural (MDA, 2010).

A segunda linha adotada pelos autores que se dedicam ao estudo da agricultura familiar, segundo Wanderley (2003), seria daqueles que entendem como agricultores familiares aquele grupo de agricultores também chamados de “consolidados”, que tem condições de adaptar-se às exigências do mercado, enquanto os demais “pequenos produtores” não teriam condições de passar por tais mudanças.

Na opinião de Wanderley (2003, p. 44), nesta concepção descrita anteriormente, “a ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado”. Esta visão, que a própria autora entende como sendo também limitada, ignora, por exemplo, que a conformação da categoria “agricultor familiar” resulta, por outro lado, da própria luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

A autora (WANDERLEY, 2003) questiona estas duas posições, buscando nas definições clássicas de camponês<sup>23</sup> uma nova perspectiva de compreensão do agricultor

---

<sup>22</sup> Silva (2012) nos esclarece que, segundo a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, módulo fiscal é uma medida agrária variável, expressa em hectares, fixada para cada município do Brasil, segundo o tipo de exploração predominante e renda obtida com a mesma, outras explorações expressivas em função da renda ou área utilizada, bem como o conceito de agricultura familiar. Em tese, o módulo fiscal corresponderia à área mínima suficiente para a exploração economicamente viável de uma propriedade rural. No Território Integração Norte Pioneiro, o módulo fiscal corresponderia, na maioria dos municípios, a 18 hectares (há). Apenas o município de São Jerônimo da Serra se diferencia, onde um módulo fiscal corresponde a 20 hectares (INCRA, 1980).

<sup>23</sup> A autora toma como referência a definição de campesinato em duas dimensões: 1ª) o campesinato que se constitui historicamente como uma civilização ou cultura, tomando como base os conceitos de Mendras (1984), ressaltando, porém, que os camponeses sempre mantêm vínculos, inclusive mercantis, com o restante da sociedade; 2ª) o campesinato entendido como uma forma social de organização da produção, que se estrutura a partir da unidade de produção gerida pela família, com forte ligação entre patrimônio, trabalho e consumo no interior de cada unidade.

familiar no Brasil. Segundo ela, neste processo de transformação do camponês tradicional em agricultor familiar moderno, existem pontos de ruptura e elementos de continuidade que deve ser considerados. Em suas próprias palavras:

O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).

A autora chama a atenção, porém, para o processo simultâneo de ruptura e continuidades entre o camponês e o agricultor moderno, o que daria aos agricultores familiares modernos a condição de atores sociais e não meros objetos da ação do Estado. Assim, não seria possível considerar os agricultores familiares existentes atualmente como uma reprodução do camponês tradicional, ao mesmo tempo em que devemos considerar que a modernização da agricultura não se resumiu ao modelo da empresa capitalista, mas neste caso resultou na continuidade do modelo de produção familiar (WANDERLEY, 2003).

Desta forma, Wanderley (2003, p. 48) vai constatar em sua análise que, “esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (...) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão”. Apesar da integração forçada destes agricultores ao mercado, com o processo de modernização, permaneceria, em sua opinião, como resquícios do campesinato, a produção para o autoconsumo, a diversificação da produção, a percepção dos resultados produtivos como um rendimento indivisível, a referência ao passado como definidora das suas práticas e representações (WANDERLEY, 2003).

Esta herança camponesa estaria sendo enfatizada por grupos e representações de agricultores em sua dimensão política e ideológica, numa tomada de posição crítica ao modelo produtivista da agricultura moderna e seus efeitos econômicos, sociais e ambientais perversos (WANDERLEY, 2003).

Em resumo, Wanderley (2003) conclui que o conceito de agricultura/ agricultor familiar é pertinente para a compreensão deste ator social, mas é fundamental considerar suas raízes históricas e sociológicas. Além disso, cabe considerar que este agricultor familiar não é passivo, mas procura adaptar-se aos novos contornos do desenvolvimento rural na modernidade, com base na sua experiência camponesa. E ainda que a categoria agricultura familiar inclui uma diversidade de situações no mundo concreto, relativas à capacidade de resistência e adaptação destes agricultores às transformações que ocorrem na sociedade.

Considerando a pertinência desta discussão, tomaremos a definição da autora como referência para este estudo<sup>24</sup>.

Porém, o Estado, por meio das políticas públicas, sempre evitou a utilização do termo “camponês” para se referir a esta categoria, segundo Wanderley (2009), associado às lutas das Ligas Camponesas. Nos programas implantados, sempre foram utilizados eufemismos em substituição à palavra, como “pequenos produtores” e “produtores de baixa renda”, todas expressões que não traziam uma referência positiva para estes agricultores. Felizmente, as políticas públicas mais recentes adotaram definitivamente a expressão “agricultor familiar”, conforme já dito anteriormente.

Schneider (2003) identifica três eventos que teriam levado à disseminação da expressão “agricultura familiar”, em meados da década de 1990, quais sejam: i) seu uso pelos movimentos sociais do campo, que alcançaram grande expressividade neste período; ii) a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que conferiu legitimidade por parte do Estado; iii) reorientação da discussão acadêmica acerca da ruralidade e inclusão de novos temas, com destaque para a agricultura familiar.

O autor (SCHNEIDER, 2003) destaca também alguns elementos que considera úteis para a definição da forma familiar de trabalho e produção agrícola, no intuito de compreender suas características nas sociedades capitalistas. O primeiro destes elementos é a forma de organização do trabalho, com o uso predominante da força de trabalho da própria família. O segundo elemento destacado é a distinção em termos de funcionamento da agricultura e da indústria, sendo a primeira ainda dependente de fatores como o clima, solo e equilíbrio dos ecossistemas, o que impede sua total submissão aos interesses do capital.

Destaca-se ainda, como terceiro fator a ser considerado na busca da compreensão da agricultura familiar, segundo o autor, a necessidade de compreensão, por meio da teoria social, da capacidade de adaptação e interação da agricultura familiar dentro do sistema dominante<sup>25</sup>. E por fim, Schneider (2003) aponta como elemento central a natureza familiar destas unidades produtivas agrícolas. Em suas palavras:

---

<sup>24</sup> Alguns estudiosos questionam, porém, a utilização do termo “camponês” para se referir ao agricultor que trabalha em regime de economia familiar no Brasil. Aqueles que estabelecem esta crítica, afirmam que este conceito não aparece a partir das lutas sociais dos agricultores brasileiros, mas trata-se de um conceito importado, com forte viés esquerdista, que não daria conta da realidade latinoamericana. Não obstante seja pertinente esta crítica, consideramos que o significado impresso ao conceito pela autora (WANDERLEY, 2003), na relação com o agricultor familiar “moderno”, como ela coloca, é condizente com as questões que pretendemos estudar nesta dissertação, o que justifica nossa opção neste texto.

<sup>25</sup> O interacionismo simbólico, que tem como um de seus expoentes Peter Berger, fornece as bases teóricas para esta discussão, ao afirmar que o homem (em coletividade) é visto, ao mesmo tempo, como produtor e produto da sociedade e que “todos os universos simbólicos e todas as legitimações são produtos humanos, cuja existência

É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Neste sentido, tem destaque a interação entre os indivíduos dentro da família e desta com o ambiente social no qual se encontra inserida. Assim, ao mesmo tempo em que a agricultura familiar sofre com alguns condicionantes externos, tem a possibilidade de agir de forma mais ou menos autônoma conforme o uso da força de trabalho familiar torna, em partes, possível. Segundo esta compreensão, nenhum dos fatores isolados (trabalho familiar, contratação de assalariados, relações com o mercado) seriam critérios para definir a natureza de determinada forma social, havendo a possibilidade de algumas formas sociais (no caso a agricultura nos moldes familiares) sofrerem transformações e se reproduzirem às margens das normas de valorização capitalistas (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Nas palavras de Schneider (2003):

Trata-se de aceitar a hipótese de que determinadas formas sociais estabelecem relações com o modo de produção dominante sem que, *a priori*, elas assumam o caráter capitalista. A contratação eventual ou regular de assalariados pelas unidades familiares ou sua inserção em circuitos mercantis, seja pela venda da força de trabalho (via atividades não agrícolas), seja pela venda de produtos agrícolas, não autoriza a categorização compulsória como capitalistas (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Schneider se contrapõe, desta forma, às afirmações de alguns estudiosos, como é o caso de Germer (s.d.) de que seria irrelevante a diferenciação entre estabelecimentos “familiares” e “patronais” uma vez que todos estariam imersos e regidos pelas leis capitalistas, constituindo-se “dois tipos diferentes de empresas, ambas capitalistas”, que manteriam a tendência de concentração do capital, provocando o êxodo rural, até chegar aos níveis já alcançados nos países desenvolvidos (GERMER, s.d, p. 6).

---

tem por base a vida concreta dos indivíduos concretos” (BERGER e LUCKMANN, 2013, p. 166). A expressão “interação simbólica” trataria então da forma como acontece a interação entre os seres humanos, que interpretam as ações uns dos outros e reagem com base no significado que atribuem a estas ações. Neste contexto, tem importância para o indivíduo o sentido que as coisas (objetos, pessoas, instituições, ideias) têm, e este sentido nasce da interação com outros indivíduos (MENDONÇA, 2002).

Ploeg (2014) identifica características, que o autor chama de “dez qualidades da agricultura familiar”, que segundo ele, nem sempre acontecem em todas as situações, ao mesmo tempo. São elas: i) controle sobre os principais recursos utilizados; ii) propriedade enquanto local onde a família investe a maior parte de sua força de trabalho; iii) relação entre a família e o estabelecimento; iv) produção de uma parte ou totalidade da renda e dos alimentos consumidos no próprio estabelecimento; v) o estabelecimento enquanto local de vida; vi) relação entre passado, presente e futuro; vii) estabelecimento enquanto local onde as experiências são acumuladas; viii) estabelecimento como local onde se vivencia e preserva a cultura; ix) família e estabelecimento como partes integrantes da economia rural; x) estabelecimento como parte da paisagem rural.

A figura (1) a seguir representa bem esta caracterização que o autor faz da agricultura familiar (PLOEG, 2014, p.10) e que consideramos interessante para compreender a realidade vivenciada por eles, em especial os jovens, foco de nossa discussão.



### Dez qualidades da agricultura familiar

Figura 01 – Dez Qualidades da Agricultura Familiar

Fonte: Ploeg (2014, p. 10).

Toda esta discussão sobre a agricultura familiar tem sido sustentada, ultimamente, pelos dados que comprovam sua importância econômica no Brasil. Dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006) confirmam esta importância, ao mostrar que atualmente a agricultura familiar representa 84% dos estabelecimentos rurais e 24,3% da área ocupada. Enquanto o tamanho médio destes estabelecimentos é 18,37 há, os estabelecimentos não familiares possuem em média 309,18 há (MDA, 2010).

Apesar desta desvantagem em termos de área ocupada, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção e 74,4% do pessoal ocupado na agropecuária, fornecendo a maior parte dos alimentos básicos para a população brasileira. Desta forma, produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja, bem como na pecuária tem grande relevância, produzindo 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves e 30% dos bovinos (MDA, 2010).

Segundo o MDA (2013), estas características, somadas aos avanços ocorridos nas políticas públicas<sup>26</sup> destinadas à agricultura familiar no país, bem como as incertezas relativas à segurança alimentar no mundo, trazem a possibilidade da agricultura familiar brasileira projetar-se como uma alternativa para a garantia da segurança alimentar no cenário mundial. Trata-se da atribuição de um papel estratégico a este segmento, conforme pode-se constatar no trecho a seguir:

É a agricultura familiar a grande responsável pela produção de alimentos e pelo atendimento regular da demanda, que aumentou significativamente com pelo acréscimo de renda. Com isso há uma relação direta entre a agricultura familiar, a produção de alimentos e a política monetária, que, por sua vez, é determinante para o processo de crescimento com estabilidade e distribuição de renda (MDA, 2013, p. 40).

---

<sup>26</sup> O conceito de política pública remete ao termo inglês *policy*, “utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos” (RUA, 2009, p. 19). Neste sentido, Rua (2009, p. 19) esclarece que “*policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política”. As políticas públicas então seriam, segundo a definição da autora, essenciais à preservação da vida em sociedade, uma vez que se configuram numa forma de resolução pacífica de conflitos. A autora lembra que as políticas públicas acontecem num ambiente de alta tensão e com fortes relações de poder entre diferentes atores, sejam eles representantes do Estado ou da sociedade, agências intersetoriais, diferentes poderes dentro do Estado (ou mesmo no diferentes níveis – nacionais e subnacionais) ou entre os políticos e os burocratas. Tanto os atores governamentais quanto os não governamentais poderão influir no fato de uma questão passar de “estado de coisas” a “problema político”, e assim entrar na agenda governamental. Destacamos aqui a importância da participação da sociedade civil, no caso os agricultores familiares e suas representações, no sentido de garantir que as demandas populares sejam incluídas na agenda e passem a ser objeto de políticas públicas.

Este posicionamento do estado frente à questão demonstra a superação por parte das políticas públicas (pelo menos, em tese) da ideia de que apenas a agricultura em moldes empresariais e ligada à grande propriedade estaria relacionada ao desenvolvimento do meio rural. Ao contrário, torna claro que esta foi, em determinado momento, uma opção política do estado brasileiro, conforme afirma Wanderley (2009, p. 36), ao comparar a situação brasileira com outros países (França e Estados Unidos) onde a opção foi o apoio à agricultura nos moldes familiares.

Neste sentido a autora destaca o reconhecimento de que a agricultura familiar não é incompatível com o desenvolvimento agrícola, mas que os agricultores familiares “(...) são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos que se traduzam em maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e plena valorização do trabalho” (WANDERLEY, 2009, p. 36). Ainda que, conforme já dissemos anteriormente, esta não seja a finalidade nem a forma de avaliar o processo de desenvolvimento, numa perspectiva territorial sustentável.

Não obstante esta nova concepção e as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar venham desempenhando um papel relevante no meio rural brasileiro, Rambo e Filippi (2008) consideram que esta atenção dedicada pelo poder público à agricultura familiar, a partir de segunda metade da década de 1990, inicialmente com a criação do Pronaf, pode refletir uma tendência mundial de atribuição de maior importância aos “pobres rurais”, que recentemente tem despertado o interesse do capitalismo global<sup>27</sup>.

Por outro lado, Schneider (2003) destaca, dentre as mudanças ocorridas nos debates acadêmicos da sociologia rural, o entendimento, ainda não consensual, de que o rural não se restringe às atividades produtivas lá desenvolvidas. Ainda que a agricultura continue a ser uma atividade importante do meio rural, o autor considera que esta importância vem diminuindo no que se refere à geração de emprego e ocupação em algumas regiões do país.

Uma das estratégias<sup>28</sup> que se reconhece estar sendo utilizada pelos agricultores familiares atualmente, neste contexto, é a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas por pelo menos um dos membros unidade agrícola familiar, fenômeno este conhecido como pluriatividade (SCHNEIDER *et al*, 2006 e WANDERLEY, 2011).

---

<sup>27</sup> Segundo Rambo e Filippi (2008), o aumento contínuo da pobreza e concentração da riqueza tem atraído a atenção do mundo empresarial, tanto quanto do Banco Mundial, uma vez que este “mercado da pobreza” representaria a última fronteira de acumulação capitalista.

<sup>28</sup> Schneider entende estratégia, com base no modelo analítico de Chayanov (1974) como “o conjunto de ações conscientes e planejadas que a família utiliza para alcançar seus objetivos” (SCHNEIDER, 2003, p. 107).

Dentre os estudiosos brasileiros que discutem a questão destaca-se Schneider, para quem “a pluriatividade não pode ser entendida como um recurso transitório ou mesmo um mecanismo de precarização das famílias”. Ao contrário, o autor entende que a versatilidade e flexibilidade proporcionadas pela pluriatividade contribuem para a própria manutenção da agricultura familiar (SCHNEIDER *et al*, 2006, p. 1).

Nas palavras de Fuller (1990) *apud* Schneider (2003, p. 105):

A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

Segundo Schneider *et al* (2006, p. 2), “a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares e o contexto social e econômico em que estas estão inseridas”. Manifesta-se, assim, em condições onde a integração dos membros familiares aos circuitos mercantis dá-se por meio do mercado de produtos e/ ou mercado de trabalho. Nas propriedades (dos jovens pesquisados no estudo, cujos resultados serão apresentados adiante), a título de exemplo, poderíamos citar o caso onde uma jovem trabalha parte do tempo em uma atividade fora da propriedade, como professora, e em algum período auxilia no cultivo do café, principal atividade produtiva da família. Ou de famílias onde algum membro exerce alguma atividade não agrícola (como a costura) para complementação da renda familiar, cuja fonte principal ainda é a agricultura<sup>29</sup>.

Schneider (2003) ressalta o papel importante das decisões individuais e familiares no que se refere à pluriatividade, ainda que reconheça a influência dos fatores exógenos (como é o caso do mercado de trabalho não agrícola). Para tanto, se dispõe a discutir a persistência da agricultura familiar em meio ao capitalismo, afirmando que “(...) o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares” (SCHNEIDER, 2003, p. 112). Há casos em que estas formas de produção acabaram sendo absorvidas pelo capitalismo, enquanto em outras situações, dentre as quais se destaca a pluriatividade, “(...) a presença do trabalho familiar em unidades produtivas pode desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes” (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Convém alertar, porém, que pluriatividade e atividades não agrícolas são coisas distintas, conforme nos assegura Schneider *et al* (2006, p. 5):

---

<sup>29</sup> Este é o caso real de duas jovens entrevistadas para esta pesquisa.

Não se pode esquecer que os indivíduos que formam uma determinada família podem optar entre combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar-se exclusivamente de atividades não agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural (SCHNEIDER *et al*, 2006, p. 5).

Em estudo que investigou a relação entre pluriatividade e as condições de vida das famílias rurais no Rio Grande do Sul, Schneider *et al* (2006) constatou que as famílias pluriativas tem como características: maior número de membros; áreas de terra menores e menor superfície média cultivada; maior grau de escolaridade dos filhos; maior renda total anual média; maior diversificação das fontes de rendimento; melhores condições de moradia e acesso a bens.

Além disso, entre as famílias pluriativas é maior o percentual daquelas que já possuem definição do sucessor, bem como daquelas que desejariam que os filhos continuassem na atividade agrícola. Assim, a pluriatividade não constituiria um estímulo para que as famílias abandonem a agricultura ou mesmo passem a se dedicar crescentemente às atividades não agrícolas (SCHNEIDER *et al*, 2006).

Neste sentido, a pluriatividade representaria de fato uma estratégia para a reprodução da agricultura familiar. O autor alerta, porém, que “(...) a pluriatividade não é capaz de promover o desenvolvimento rural sem estar conectada a outras condições, como o acesso à terra, aos mercados, capacidade de inovação, disponibilidade de crédito, etc” (SCHNEIDER *et al*, 2006, p. 1).

Doreto, Del Grossi e Laurenti (2004), ao analisar as rendas agrícolas e não agrícolas de um grupo de agricultores do município de Londrina, Paraná, obtiveram resultados semelhantes. Os pesquisadores constataram que apenas 50% dos domicílios estavam ocupados apenas com atividades agrícolas, enquanto 31,7% eram pluriativos, 13,3% não agrícolas e 5% não ocupados. As famílias pluriativas eram aquelas com maior número de pessoas e segundo maior nível de escolaridade (o primeiro era dos domicílios não agrícolas). Além disso, o tipo de família pluriativo possuía renda mediana domiciliar per capita 77,95% superior àqueles domicílios exclusivamente agrícolas.

Segundo os autores, estariam ocorrendo transformações na origem da renda total das famílias, evidenciando-se, assim, a importância da pluriatividade para a agricultura familiar na região. Em suas próprias palavras:

“Os dados da pesquisa de campo no patrimônio do Espírito Santo, em Londrina, PR, comprovaram as recentes transformações ocorridas no perfil da ocupação das

famílias, ou seja, onde tradicionalmente predominava a exploração exclusivamente agropecuária, já existem famílias pluriativas e representam 1/3 do total. Em termos de renda, as de origem não-agrícola representam uma terça parte da renda total dos domicílios, ficando patente a importância da pluriatividade para as famílias rurais” (DORETO, DEL GROSSI e LAURENTI, 2004, p.261).

Acreditamos desta forma, que o conceito de pluriatividade faz-se importante para entender a realidade dos jovens de famílias de agricultores familiares do Norte Pioneiro do Paraná, foco do estudo cujos resultados apresentamos nesta dissertação.

### 2.3 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A compreensão do importante papel que a agricultura familiar representa para o desenvolvimento rural, bem como para a segurança alimentar na atualidade, leva à preocupação com o futuro destes estabelecimentos e com a reprodução social<sup>30</sup> destes agricultores, o que os estudiosos tem definido como “sucessão na agricultura familiar”.

Spanevello (2008) considera que, do ponto de vista da reprodução social, os agricultores familiares tem sua preocupação dividida entre a reprodução cotidiana ou diária, por um lado, e a reprodução das gerações futuras, por outro. A sucessão refere-se mais especificamente a este último tipo.

Neste sentido, a constatação de que em algumas regiões do país boa parte dos estabelecimentos da agricultura familiar não tem sucessores que possam dar continuidade às atividades produtivas, devido à persistência das migrações, especialmente dos jovens, e às condições de (in)viabilidade econômica destas propriedades, tem ocasionado preocupação de estudiosos e agentes públicos.

O MDA (2013) no documento referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CNDRSS, ao discutir o planejamento do rural brasileiro, identifica como uma das ameaças a questão da sucessão familiar, tendo em vista a aceleração do envelhecimento das populações e a necessidade de incentivar a permanência dos jovens no campo. Nesta perspectiva, entendem que:

Tornar o rural um espaço atrativo para a juventude significa viabilizar seu acesso à terra, desenvolver instrumentos adequados de apoio à produção e à gestão da propriedade, e disponibilizar no meio rural as facilidades e serviços que tornam as

---

<sup>30</sup> Reprodução social refere-se à perspectiva de continuidade de indivíduos ou grupos sociais, relacionando-se às preocupações e análises com relação ao modelo de continuidade de estruturas, grupos, práticas e instituições sociais (SPANEVELLO, 2008).

áreas urbanas tão atrativas, como o acesso à internet, à informação, à cultura e ao lazer (MDA, 2013, p. 28).

A partir desta percepção, um dos eixos transversais definidos como norteadores do debate da 2ª CNDRSS é “autonomia e emancipação da juventude rural”. A juventude rural aqui é definida pelo MDA como “categoria- chave para a reprodução social do meio rural no Brasil”, englobando homens e mulheres de 15 a 29 anos de idade, segundo Emenda nº 65, de 13 de julho de 2013, que incluiu o termo “jovem” em nossa Constituição (MDA, 2013, p. 63).

Reafirmando a importância do debate em torno da juventude rural e sucessão na agricultura familiar, o MDA (2013) afirma que:

O fortalecimento do modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário pressupõe necessariamente a integração da juventude rural no conjunto das políticas públicas agrícolas e agrárias, para garantir efetivamente a reprodução social da agricultura familiar, camponesa, das populações tradicionais do campo, das águas e da floresta, das comunidades tradicionais e indígenas (MDA, 2013, p. 67).

Percebemos assim que, pelo menos no âmbito do discurso, as políticas públicas já incorporaram a juventude rural em suas preocupações. Ainda que isso não represente, na prática, a implantação e efetividade destas políticas, a normatividade teria dimensão positiva para a categoria, o que nos remete à questão da definida como “constitucionalização simbólica”, segundo entendido por Neves (2005).

O autor (NEVES, 2005), ao discutir a “força simbólica dos direitos humanos”, ressalta a ambivalência como característica deste “simbólico”<sup>31</sup>, uma vez que ao enfatizar a dimensão simbólica da lei, fica subentendido seu caráter de ausência de força normativa, mas ao mesmo tempo, o caráter conotativo das declarações nem sempre serve à manutenção da situação de carências destes direitos, podendo contribuir para superá-la. Nas palavras do autor:

A força simbólica de atos, textos, declarações e discursos de caráter normativo serve tanto à manutenção da falta de direitos quanto à mobilização pela construção e realização dos mesmos. Esta ambivalência significa que o simbólico não se reduz ao “ideológico” no sentido de ilusão negadora de outras alternativas ou ao “retórico” no sentido de uma mera persuasão descomprometida com o acesso aos direitos, pois também, paradoxalmente, incorpora o espaço da crítica ao modelo normativo de fachada (NEVES, 2005, p. 5).

---

<sup>31</sup> Segundo o sentido atribuído ao “simbólico” pelo autor, este se constitui numa dimensão do social. Nas palavras do autor, “o simbólico importa uma linguagem ou discurso em que há um deslocamento do sentido para outra esfera de significações. O agir simbólico é conotativo na medida em que ele adquire um sentido mediato e impreciso que se acrescenta ao seu significado imediato e manifesto, e prevalece em relação ao mesmo” (NEVES, 2005, p. 4).

De qualquer forma, devido a fatores diversos, dentre os quais se destaca a dificuldade de acesso à terra (ABRAMOVAY *et al*, 2002), uma grande parte dos jovens rurais ainda tem optado pela migração para os centros urbanos. Oliveira (2011) busca trazer à tona algumas reflexões teóricas relativas à migração, no anseio de contribuir para o entendimento dos deslocamentos populacionais em nosso país.

Segundo o autor (OLIVEIRA, 2011), duas abordagens teóricas sobre o fenômeno da migração se destacam. A primeira delas, conhecida como neoclássica- funcionalista, tem como um de seus principais pensadores Lee (1980) que adota como perspectiva a teoria da modernização. Segundo esta perspectiva, os deslocamentos da população são a base do desenvolvimento econômico e é “(...) o indivíduo, de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento, que decide se empreende ou não o deslocamento” (LEE, 1980 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 12).

A segunda abordagem, chamada estruturalista, conforme nos indica Oliveira (2011), baseia-se nos estudos de Singer (1980). Segundo esta corrente teórica, “o fenômeno migratório é social, assume a dimensão de classe social, que estaria respondendo aos processos social, econômico e político ao migrar”. Assim, as migrações internas resultam e estão ligadas a um processo global de mudança, sendo então condicionadas pelo momento histórico. Existiriam assim, o que os autores em questão chamam de fatores de expulsão (no local de origem) e fatores de atração (no local de destino), que influenciariam a decisão de migrar.

Para Oliveira (2011), o momento histórico que vivenciamos, caracterizado como pós-fordismo e pós-modernidade<sup>32</sup> determina uma nova forma de mobilidade espacial das populações, impossível de se entender com base nos antigos pressupostos das teorias neoclássica ou estruturalista. Alguns autores têm proposto, então, a combinação de aspectos de cada uma das teorias, enquanto passa-se também a discutir a importância das redes sociais na compreensão do processo migratório, e a necessidade de produção de pesquisas amostrais que evidenciem empiricamente aspectos que contribuam para a formulação de teorias.

O autor nos esclarece que, no Brasil a partir dos anos 1980, ocorrem mudanças no sentido das correntes principais, sendo que antigos espaços de atração migratória (como é o

---

<sup>32</sup> Segundo relatado por Harvey (1992) *apud* Oliveira (2011), houve grandes mudanças nas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais, que estariam relacionadas à passagem da modernidade à pós modernidade, com o surgimento de formas mais flexíveis de acumulação do capital, bem como uma reorganização do capitalismo segundo a lógica do espaço- tempo.

caso de São Paulo) perdem expressão. Apesar de todas as mudanças verificadas em nossa sociedade (cultural, social, econômica, política, entre outras), seria o padrão de acumulação do capital que continuaria a representar o eixo estruturante para a explicação dos processos migratórios. Assim, Oliveira (2011) propõe que, além de compreender o padrão de acumulação vigente, devemos considerar ainda a violência contida nos deslocamentos compulsórios; o papel das redes sociais na indução dos movimentos de migração; e as motivações pessoais (busca por melhor qualidade de vida, educação e saúde), que mesmo em menor proporção, influenciam nos deslocamentos populacionais.

Estas considerações do autor (Oliveira, 2011) nos ajudam na reflexão aqui proposta, no sentido de entender, a partir das questões levantadas sobre o Território Integração Norte Pioneiro (economia dos municípios, aspectos sociais, desenvolvimento humano, importância da agricultura familiar e acesso à terra), como tem-se dado a dinâmica populacional, como estas questões se apresentam para os jovens rurais e os reflexos de tudo isso no desenvolvimento desejado e necessário para o Território.

Ainda mais porque estudos realizados junto a jovens rurais em outros locais do país têm identificado as motivações que levam os jovens a abandonar o meio rural, numa combinação de fatores que resultam da motivação individual com as condições sociais em que estes estão inseridos, como é o caso do estudo realizado por Stropasolas (2003), que assim resume a questão:

(...) a decisão de sair da propriedade dos pais – para “mudar de vida” - não é meramente o resultado de forças externas que impulsionam a atitude das famílias e dos jovens, nem exclusivamente é decorrente de uma ação isolada de indivíduos que num certo dia resolvem migrar. É a síntese de inúmeras e pequenas iniciativas, de descobertas, de vontades e trocas cotidianas entre diferentes espaços sociais, o interior e a cidade, que apresentam continuidades e discontinuidades nos diversos aspectos da vida dos jovens, que os levam a buscar a construção de uma identidade social - redefinida, conflituosa e ampliada. Representa a possibilidade de um filho (a) de agricultor familiar viver com mais plenitude a qualidade de ‘ser’ ‘jovem’ (STROPASOLAS, 2003, p. 15-16).

### 3 JUVENTUDE, JUVENTUDE RURAL E SOCIEDADE BRASILEIRA

Um primeiro desafio enfrentado pelos pesquisadores que se dispõem a estudar a juventude é justamente a definição desta categoria, que pode ser entendida a partir de uma definição de faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura ou modo de vida ou representação social (WEISHEIMER, 2005).

Catani e Gilioli (2008) destacam que a categoria juventude pode ser percebida ao menos por dois olhares: por um lado, a autoidentificação dos próprios jovens, e por outro, a identificação pelos outros segmentos da sociedade. Os autores afirmam que, “neste sentido, pode-se dizer que, para a sociedade, o desafio é definir o jovem, enquanto para o jovem é definir-se diante de si próprio, de seus pares e perante a sociedade” (p. 12).

Atualmente no Brasil, para fins legais e definição de políticas públicas, se entende por juventude aquelas pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Esteves e Abramovay (2008) consideram que a incorporação da faixa etária de 25 a 29 anos de idade nos estudos sobre as juventudes brasileiras ocorreu em 2004, por meio do estudo sobre as políticas públicas direcionadas a este grupo, encomendado pela Unesco. Em artigo que reflete sobre os dados desta pesquisa, os autores ressaltam o contraditório no que se refere aos jovens: se por um lado, são vistos de forma depreciativa pela sociedade, por outro lado, eles se vêem com otimismo e satisfação no presente, e vislumbram um futuro de boas possibilidades.

Não obstante a demarcação da juventude com base na idade (15 a 29 anos) seja importante para a realização de comparações com outras realidades e para a definição de público beneficiário de políticas públicas, Esteves e Abramovay (2008) alertam para a heterogeneidade dos grupos juvenis, os quais têm acesso diferenciado às oportunidades, facilidades e poder, configurando-se assim como *juventudes* (no plural). Em suas próprias palavras:

A juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc (ESTEVEES e ABRAMOVAY, 2008, p.4).

Desta forma, Esteves e Abramovay (2008), ao assumirem esta posição teórica, o fazem em concordância com a linha de pensamento de Margulis e Urresti (1996) que

consideram que a categoria juventude, ainda que tenha uma dimensão simbólica, também possui determinantes materiais, históricas, culturais e políticas, o que os leva a afirmar (em intertextualidade, e discordando, em partes, de Bourdieu) que “a juventude é mais que uma palavra”, conforme se pode observar na sua fala:

La juventud, como toda categoría socialmente constituída, que alude a fenómenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos em que toda producción social se desenvuelve (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 02).

Cabe considerar, porém, que segundo Esteves e Abramovay as duas abordagens – faixa etária e construção social – não são excludentes, uma vez que, dependendo do enfoque do estudo, podemos ressaltar a homogeneidade do grupo, quando comparada a outras gerações, ou sua heterogeneidade, ao analisarmos suas condições sociais concretas (ESTEVEES e ABRAMOVAY, 2008).

Esta forma de analisar o conceito (que relaciona faixa etária e o entendimento de juventude enquanto construção social) apresenta-se como particularmente interessante em nosso estudo, no qual buscaremos, em primeiro lugar, entender as diversas realidades vivenciadas pelas juventudes rurais do Norte Pioneiro do Paraná, entendendo porém, que estas realidades possuem uma certa homogeneidade que se contrapõe ao experimentado pelas demais gerações.

Algumas características, segundo Esteves e Abramovay (2008, p. 5) são comuns aos segmentos juvenis, como “(...) a procura pelo novo; a busca de respostas para situações e contextos antes desconhecidos; o jogo com o sonho e a esperança; a incerteza diante dos desafios que lhes são colocados ou inspirados pelo mundo adulto” (ESTEVEES e ABRAMOVAY, 2008, p. 5). Na opinião de grande parte dos próprios jovens (retratada pelos autores), contudo, a característica que melhor definiria os jovens atualmente seria a identidade visual/ aparência. Os autores concluem, desta forma, que a moda, o vestir e a aparência constituem-se em importantes aspectos para a compreensão do contexto histórico e social (ESTEVEES e ABRAMOVAY, 2008, p. 8).

Silva e Silva (2011, p. 664) entendem que o sentido mais comum atribuído à palavra juventude é aquele que remete a “uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta”. As autoras, no entanto, acreditam que mesmo os jovens incluídos dentro de certa faixa etária possuem diferentes características, segundo o contexto no qual se incluem, concordando assim com o uso da expressão “juventudes” (no plural) no sentido de tornar claro que este

segmento pode adquirir diferentes identidades e singularidades, segundo as dimensões de gênero, cor de pele, classe e local de moradia, entre outros.

As autoras, com base no Pacto da Juventude Gaúcha - documento elaborado pelas organizações de juventude do Rio Grande do Sul (2010), reconhecem que, devido às desigualdades vivenciadas pelos jovens, alguns grupos podem até mesmo ter negada esta condição de juventude. Assim se expressam:

(...) as desigualdades econômicas, sociais e culturais dividem esse segmento em duas juventudes distintas: os que conseguem usufruir da condição de “ser jovem” e os que passam da infância diretamente à condição de vida adulta, inserindo-se no mercado de trabalho formal ou informal precocemente, ou, ainda, ingressando no mundo da marginalidade (SILVA e SILVA, 2011, p. 665).

Cabe lembrar, porém, que alguns problemas e demandas estão relacionados à própria questão social contemporânea, não sendo, portanto, exclusivos da juventude. Ou seja, devemos fugir da possível armadilha de analisar as questões levantadas pela juventude como meramente ligadas à questão geracional. É o caso dos históricos problemas vivenciados pela agricultura familiar, e que vem se refletir, a partir de nosso foco de análise, na juventude rural do Norte Pioneiro<sup>33</sup>.

Castro (2009) questiona a opção de se considerar o “jovem” ou a “juventude” a partir de um recorte de população específico, quase sempre relacionada à visão de uma fase da vida transitória, caminho para a vida adulta. Nas palavras da autora: “Privilegiar a característica de transitoriedade nas percepções sobre juventude transfere para aqueles assim identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados” (CASTRO, 2009, p. 188)<sup>34</sup>.

Na opinião da autora, esta forma preconcebida de se pensar a juventude pode ter reflexos negativos na inserção no mercado de trabalho bem como na conquista de espaços de participação e decisão (CASTRO, 2009). Por outro lado, quem sabe isto possa também ter um reflexo positivo, uma vez que acaba demandando um olhar diferenciado para estes grupos.

Outra tendência explicitada pela autora é a de pensar a juventude ligada ora aos problemas (delinqüência) ora às soluções (vanguarda). “Estas duas perspectivas são os dois

---

<sup>33</sup> Como exemplos, poderíamos citar a dificuldade de acesso à terra, baixos rendimentos da atividade agrícola, endividamento, falta de estrutura nas propriedades, entre outros.

<sup>34</sup> Poderíamos nos questionar, aqui, quanto aos limites impostos ou não à juventude na atualidade. Num contexto em que instituições como a família e a escola tem deixado de exercer um papel regulador do comportamento destes jovens, talvez eles comecem a ignorar que na relação com “o outro” sempre existe a necessidade de um limite.

lados de uma mesma moeda. Juventude ‘problema’ ou juventude ‘solução’ abordam ‘jovem’ como dotado de características que definem determinados indivíduos a priori”, e assim, busca tornar homogênea esta categoria, na expectativa de construir um conceito que possa tornar-se paradigma, ressalta Castro (2009, p. 187).

A autora, no entanto, baseando-se nas afirmações de Stolke (2006) entende que “(...) os processos de exclusão daqueles identificados como jovens são complexos e envolvem a intercessão de questões de classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade e, como veremos, o lugar aonde se vive” (CASTRO, 2009, p. 185). A condição de juventude estaria assim relacionada aos processos de interação social e à vivência de relações de poder e hierarquia social<sup>35</sup>. Assim, o ‘ser jovem’ está relacionado aos espaços onde transitam e às posições sociais que lhes são reservadas.

Silva e Silva (2011, p. 663), em artigo que analisa a política nacional da juventude, entendem que “o tema da juventude tem-se apresentado como uma questão emergente no século XXI”. Porém, segundo as autoras, em concordância com Castro (2009), os jovens são apresentados na mídia atualmente ou como vítimas, ou como criminosos, ao que a sociedade assiste com perplexidade, e que resulta inclusive em movimentos conservadores como o que advoga pela redução da idade de responsabilidade penal ou pelo aumento de medidas restritivas à liberdade.

Esteves e Abramovay (2008), assim como Frezza, Maraschin e Santos (2009) também ressaltam esta característica dual atribuída aos jovens, se bem que em outra visão. Pesaria sobre os jovens, em um ou outro momento, a atribuição de um desejo revolucionário ou a acusação de causadores dos problemas sociais, conforme as palavras das próprias autoras, a seguir:

Por vezes, a juventude é definida por sua característica revolucionária, de potência positiva e transformadora. Em outras circunstâncias, a juventude é identificada como geradora de problemas para a sociedade e como um modo de vida que exige cuidados específicos (FREZZA, MARASCHIN e SANTOS, 2009, p. 314).

Cabe questionar qual ou quais grupos de jovens seriam vistos ou ainda se apresentariam como tendo este potencial revolucionário, segundo colocado pela autora. Ao contrário, parece estar crescendo entre os jovens uma onda de conservadorismo, cujos sinais

---

<sup>35</sup> A interação social aqui é entendida segundo os pressupostos do interacionismo simbólico, tomando como referência Berger e Luckmann (2013), com base em que se entende que toda a realidade social (cotidiana) é construída, e que a interação entre os sujeitos dá-se com base na interpretação das ações de uns pelos outros, e que o próprio significado nasce desta interação, a partir de onde se localizam estes sujeitos.

reveladores são, por exemplo, a expansão do número de grupos religiosos carismáticos nas Universidades, a pouca atuação em organizações políticas, entre outros.

Conceitualmente, então, entendemos, a partir da discussão dos autores anteriormente citadas, e a partir das teorias sociológicas que tratam da construção social da realidade<sup>36</sup>, que o jovem, assim como qualquer indivíduo, é jovem a partir de um lugar social determinado, ou seja, não haveria apenas uma, mas diversas experiências de “ser jovem”, mesmo dentro de um território específico, caso do Norte Pioneiro. Porém, para fins de determinação dos sujeitos entrevistados, bem como a análise dos dados, tomamos também como referência o recorte por faixa etária, segundo definido em lei (15 a 29 anos).

Dados do IBGE (*apud* Silva e Silva, 2011) demonstravam que o Brasil possuía em 2007 em torno de 50,2 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos (26,4% da população), dos quais cerca de 14 milhões tinham rendimentos de até meio salário mínimo *per capita*. O Censo de 2010 constatou um ligeiro aumento neste grupo populacional, que contabilizou 51.330.569 pessoas, a maior parte (17.240.864) na faixa etária entre 20 e 24 anos. Nota-se uma pequena vantagem numérica feminina, sendo 25.644.063 homens e 25.686.506 mulheres, concentrando-se as mulheres mais na faixa etária de 25 a 29 anos de idade (Tabela 01).

**Tabela 01 – População Jovem no Brasil, por Faixas Etárias, Censo 2010**

Grupos	Total			Homens			Mulheres		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>15 a 19 anos</b>	16.986.788	14.035.653	2.951.135	8.557.608	6.995.166	1.562.442	8.429.180	7.040.487	1.388.693
<b>20 a 24 anos</b>	17.240.864	14.714.074	2.526.790	8.627.665	7.282.038	1.345.627	8.613.199	7.432.035	1.181.163
<b>25 a 29 anos</b>	17.102.917	14.773.215	2.329.702	8.458.790	7.224.189	1.234.601	8.644.127	7.549.026	1.095.101
<b>Total</b>	<b>51.330.569</b>	<b>43.522.942</b>	<b>7.807.627</b>	<b>25.644.063</b>	<b>21.501.393</b>	<b>4.142.670</b>	<b>25.686.506</b>	<b>22.021.548</b>	<b>3.664.957</b>

**Fonte:** Dados do IBGE (2010), trabalhados pela autora.

Um dado interessante que o último Censo demográfico (IBGE, 2010) vai mostrar é justamente que a maior parte da população brasileira está concentrada no meio da pirâmide, na faixa de 15 a 60 anos, o que representa a população em idade ativa (ALVES e CAVENAGHI, 2012, p. 7). Por um lado, esta situação (chamada de bônus demográfico)

<sup>36</sup> Berger, P.; Luckmann, T. A construção social da realidade. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 239 p.

caracteriza uma menor razão de dependência, abrindo uma oportunidade para o crescimento econômico, a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das famílias. Por outro, vai demandar que o país esteja atento à sua juventude, garantindo políticas para a faixa etária de 15 a 29 anos, a fim de aproveitar esta oportunidade.

Do total de pessoas na faixa etária jovem (15 a 29 anos), 43.522.942 (84,79%) residiam no meio urbano - segundo a definição de urbano do IBGE - e 7.807.627 (15,21%) residiam no meio rural. A maior parte destes jovens residentes no meio rural eram do sexo masculino (4.142.670 pessoas), concentrando-se mais na faixa entre 15 e 19 anos de idade (IBGE, 2010). Se bem que se possa avaliar que é alto o índice de jovens no meio urbano, não se pode negar que são quase 8 milhões de pessoas na faixa etária jovem, um contingente expressivo residindo no meio rural e ali vai demandar a atuação do estado em diversas áreas.

Camarano e Kanso (2012) nos alertam, em interessante artigo que tem por base os dados do Censo 2010, para uma questão preocupante: houve um crescimento expressivo no número de jovens (entre 15 e 29 anos) do sexo masculino que não estudavam, não trabalhavam e nem procuravam trabalho no período entre 2000 e 2010. No ano 2000, era 16,9% da população na faixa etária jovem (8.123.000 pessoas), passando a 17,2% em 2010 (8.832.000 pessoas), denotando um crescimento acima do incremento ocorrido neste grupo populacional.

As autoras (CAMARANO e KANSO, 2012) esclarecem que este aumento deu-se apenas entre os jovens do sexo masculino, enquanto no grupo de mulheres jovens houve uma redução considerável do número de pessoas nesta situação, apesar da porcentagem de mulheres que não estudam nem trabalham (23,2%) continuar acima da porcentagem masculina na mesma situação (11,2%). Desde a década de 1980, ressaltam as autoras, tem-se observado esta redução do número de mulheres jovens que não frequentam a escola ou trabalham.

Dentre as mulheres que não estudavam ou trabalhavam, na época da pesquisa, cerca de 2/3 eram casadas e mais de 61% já tinham filhos, o que indica que pode existir uma relação entre a formação de uma nova família e a não continuidade dos estudos ou mesmo a inserção no mercado de trabalho. Segundo a análise de Camarano e Kanso (2012), a redução do número de mulheres que não estudavam nem trabalhavam, por outro lado, indica que as mais jovens estão passando mais tempo na escola, enquanto as mais velhas (25 a 29 anos) estão conseguindo uma maior participação no mercado de trabalho.

Quanto aos homens jovens que não estudavam nem trabalhavam, o aumento foi verificado em praticamente todas as idades (15 a 29 anos), e acontece ao mesmo tempo em

que ocorre uma diminuição do número de jovens que estudavam/ trabalhavam (principalmente entre os homens de 15 a 19 anos) e daqueles que só trabalhavam ou procuravam trabalho entre os anos 2000 e 2010 (CAMARANO e KANSO, 2012).

A maior parte dos jovens do sexo masculino que estavam fora da escola e do mercado de trabalho, segundo avaliado pelas autoras, vivia em companhia de parentes (pais, avós, sogros, e outros) e possuíam menores médias de escolaridade que os demais. As famílias em que estavam inseridos, por outro lado, tinham o mais baixo rendimento, se comparados aos jovens que apenas estudam, apenas trabalham, ou estudam/ trabalham. No caso destes últimos (os que estudavam e estavam inseridos no mercado de trabalho) o rendimento médio de suas famílias era o dobro, se comparados aos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho (CAMARANO e KANSO, 2012).

Isto leva a crer que estes jovens que não estudam nem trabalham vem de um histórico de exclusão social, que não favorece a frequência à escola, e por outro lado, também não abre portas para a entrada no mercado de trabalho. Segundo as autoras, “do ponto de vista social e econômico, não frequentar a escola pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento do país, uma vez que a educação é apontada como um fator fundamental. Espera-se para um jovem que a saída da escola seja seguida pela entrada no mercado de trabalho” (CAMARANO e KANSO, 2012, p.1). Neste sentido, destaca-se a relevância de políticas públicas que possam contribuir para a inserção destes jovens tanto na escola quanto no mercado de trabalho.

Com a finalidade de identificar as situações de desigualdades por que passam os jovens brasileiros, foi criado o Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ<sup>37</sup>, que tem como finalidade identificar locais, aspectos e grau de desigualdade no que se refere: i) ao acesso dos jovens à educação - taxa de analfabetismo, escolarização adequada e índice de qualidade; ii) ocupação e renda - renda familiar *per capita*; iii) e saúde - taxa de mortalidade por causas violentas e causas internas (WAISELFISZ, 2007).

Apesar do IDJ se constituir num indicador importante para a avaliação das desigualdades entre os jovens brasileiros, cabe aqui pelo menos duas críticas ao mesmo. A primeira se refere à faixa etária analisada, que é de 15 a 24 anos de idade (período adotado pela ONU), se bem que atualmente no Brasil considera-se oficialmente uma faixa de idade mais ampla para a juventude - 15 a 29 anos. A segunda, tem a ver com a periodicidade em que o relatório é organizado, sendo que a última versão foi lançada em 2007. Apesar disso, por

---

<sup>37</sup> Semelhante ao IDH, o valor do IDJ varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor o resultado (mais alto índice de desenvolvimento juvenil).

consistir em um estudo abrangente sobre a situação econômica e social dos jovens brasileiros, constitui importante material a ser tomado como referência em qualquer estudo que pretenda entender a situação destas juventudes.

Waiselfisz (2007), a partir dos dados do relatório de 2007 do IDJ<sup>38</sup>, conclui que no Brasil, houveram alguns avanços no que se refere à educação, com redução na taxa de analfabetismo juvenil e redução na defasagem idade/ série. Porém, persiste a baixa qualidade no que se refere à aprendizagem escolar. O autor alerta que, ainda que uma taxa de analfabetismo juvenil apurada de 2,4% possa ser considerada baixa, em números absolutos equivale a cerca de 839 mil jovens (de 15 a 24 anos) excluídos de um dos benefícios sociais básicos. Além disso, tem-se que 43,8% destes jovens moram no meio rural, local onde se concentram apenas 16,7% dos jovens brasileiros, o que nos leva a concluir que, no meio rural, a taxa de analfabetismo entre os jovens é quatro vezes maior que no meio urbano (WAISELFISZ, 2007).

Outro dado preocupante é o fato de mais da metade dos jovens de 15 a 24 anos não freqüentarem a escola em 21 dos 27 estados. Acrescenta-se a isso o fato da maioria (acima de 50%) dos que estão na escola freqüentarem séries aquém das correspondentes à sua idade, o que é chamado de defasagem escolar (WAISELFISZ, 2007). No que se refere aos anos de estudo, Waiselfisz (2007) constatou que as jovens (moças) possuem uma média (8,8 anos) mais elevada que os jovens (rapazes) cuja média é 8,1 anos de estudo, diferença esta que se apresenta menor no Sul e Sudeste e maior no Norte e Nordeste do país. Este fenômeno da “feminização do ensino” no país talvez esteja ligado a uma percepção diferenciada dos pais em relação à educação e aos papéis e identidades atribuídos a filhos e filhas, conforme discutem os estudos de gênero no Brasil<sup>39</sup>.

Em relação à renda familiar *per capita* dos jovens brasileiros da faixa etária considerada, esta sofreu uma redução de 15,7%, conforme dados analisados por Waiselfisz (2007) em 2001, 2003 e 2006. O rendimento médio dos jovens do sexo masculino com renda própria, em 2006, era de R\$442,09, enquanto das mulheres era igual a R\$370,06 (16,3% a

---

<sup>38</sup> O IDJ brasileiro em 2006 foi igual a 0,535 (sendo IDJ educação = 0,632, IDJ saúde = 0,626 e IDJ renda = 0,348). O índice da região sul, melhor índice entre as regiões do país, é igual a 0,597 (sendo IDJ educação = 0,732; IDJ saúde = 0,626 e IDJ renda = 0,435). O Paraná ocupa o 6º lugar entre os melhores IDJs no Brasil (IDJ= 0,552, sendo IDJ educação = 0,694, IDJ saúde = 0,551 e IDJ renda = 0,412), atrás apenas de DF, SC, SP, RS, e MG. O melhor índice é do DF (0,666) e o pior Alagoas (0,367).

<sup>39</sup> O conceito de gênero é utilizado para desnaturalizar os papéis e identidades tidos como “do homem” e “da mulher”, diferente de sexo, que refere-se à dimensão biológica dos seres humanos. Os estudos de gênero vem demonstrando que as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são construídas social e historicamente, a partir de escolhas culturais arbitrárias (GOLDENBERG, 2001).

menos), além do que a proporção de mulheres jovens com renda própria é bem menor do que homens jovens. Isto numa situação em que menos da metade dos jovens (49,2%) tem acesso a algum tipo de renda.

Outro fator considerado para cálculo do IDJ, a saúde, apresenta dados ainda mais preocupantes. Para este cálculo, consideram-se as mortes por causas externas ou violentas (como acidentes, homicídios e suicídios) e internas (doenças). Os dados mostram que 61,3% das mortes dos jovens brasileiros são por causas violentas, e atingem principalmente o sexo masculino. Quanto às mortes por causas endógenas, que em sua maioria poderiam ser evitadas, estas variam entre as regiões e estados (maior incidência nas regiões e estados mais pobres), demonstrando que os jovens brasileiros tem acesso diferenciado aos serviços de saúde, moradia, saneamento básico e trabalhos preventivos (WAISELFISZ, 2007).

Estes dados sobre o IDJ colocam o Paraná numa posição privilegiada (6º lugar entre os melhores IDJs do Brasil), podendo levar a crer que a juventude de nosso estado desfruta de condições de vida realmente diferentes da maioria de grande parte dos jovens brasileiros. Há que se considerar, no entanto, que assim como a média do IDH, este índice mascara as diferenças existentes dentro do estado. Ao nos aproximarmos das regiões, podemos constatar as disparidades, como é o caso da Região Norte Pioneiro, cujos municípios possuem médias de IDH abaixo da estadual e nacional, se bem que venham obtendo melhoras, conforme discutiremos na sequência (capítulo 3).

Em concordância com estes dados, Machado (2013, p. 140), em artigo que traça uma reflexão sobre os marcos regulatórios do trabalho juvenil em nosso país, também vai considerar que, “além de não ter acesso a uma educação de qualidade, o jovem brasileiro é ainda mais vulnerável ao desemprego e ao trabalho de baixa qualidade”. Desta forma, os jovens continuam a enfrentar desvantagens no mercado de trabalho, apesar da estabilização econômica e crescimento do emprego formal presenciados recentemente (MACHADO, 2013).

Machado (2013) considera que a legislação brasileira, até a década de 1990, limitava-se a regular a entrada dos jovens (menores de 18 anos) no mercado de trabalho, com o intuito de protegê-lo da exploração. A partir daí, as novas propostas de políticas públicas para a juventude buscaram discutir a relação do trabalho com a educação, e a faixa etária jovem foi ampliada até os 29 anos de idade.

Silva e Silva (2011, p.666) concordam que “o reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos é recente”. As autoras destacam o papel dos

movimentos sociais na década de 1980 para o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes na Constituição de 1988, o que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA veio confirmar com sua aprovação, em junho de 1990.

Desde então, o foco das políticas passou a ser as crianças e adolescentes. Em 2010, a Constituição Brasileira sofreu uma alteração importante no que se refere à questão. O marco legal que vai dar novos rumos às políticas públicas voltadas à juventude dá-se com a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, ao acrescentar a expressão “jovem” no art. 227 desta lei, que passa a vigorar com a redação seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010, *apud* MACHADO, 2013, p. 142).

Assume-se, então, como dever do estado, a promoção de políticas públicas voltadas aos jovens. Além de tornar obrigatória a elaboração e adoção de um Estatuto da Juventude, o qual foi aprovado recentemente, em 05 de agosto de 2013 – a Lei nº 12.852 “dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE” (BRASIL, 2013).

O Estatuto da Juventude firma a concepção da faixa etária jovem entre os 15 e 29 anos de idade e traz, entre seus princípios, i) a autonomia e emancipação dos jovens; ii) a participação social e política; iii) promoção da criatividade; iv) reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos; v) desenvolvimento integral; vi) identidade e diversidade; vii) vida segura, cultura de paz, solidariedade e não discriminação; viii) diálogo e convívio com demais gerações (BRASIL, 2013).

Na seção que trata da profissionalização, trabalho e renda, o Estatuto da Juventude, no seu art. 15 - inciso VI trata especificamente da juventude trabalhadora rural. Assim, afirma que as ações públicas destinadas a garantir os direitos dos jovens, nesta linha, deverão contemplar, entre outras medidas:

VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações:

- a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;
- b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;
- c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;

- d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;
- e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;
- f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural.

Desta forma, podemos constatar que, a exemplo do que aconteceu em relação à agricultura familiar, em termos legais, começou-se a romper com a dita invisibilidade desta porção da juventude brasileira que hoje vive e trabalha no meio rural, apontando assim para a perspectiva de uma maior abrangência em termos de políticas públicas voltadas a este grupo.

Machado (2013), entretanto, vai lembrar que a criação da Política Nacional da Juventude, em 2005, juntamente com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens<sup>40</sup> (Pro Jovem) já dava indícios de que uma nova estratégia de políticas para a juventude estava sendo gestada (MACHADO, 2013).

Cabe nos questionarmos aqui sobre a concepção destas políticas públicas que estão sendo gestadas, se de fato estão sendo construídas com a participação dos jovens, e segundo suas necessidades e interesses, ou se mais uma vez poderão tornar-se um mecanismo de subordinação e controle por parte do estado, em sua função parental<sup>41</sup>.

Machado (2013) mesmo já alerta para o fato de que estas políticas voltadas à temática de emprego e formação, muitas vezes demonstram a contradição entre a possibilidade de alguns jovens serem contratados para o trabalho, enquanto outros têm sua entrada postergada neste mercado. Nas palavras do autor, “ainda se reproduz o sentido do trabalho do jovem, ora como um direito da juventude, ora como necessidade” (MACHADO, 2013, p. 146).

Na opinião do autor (MACHADO, 2013), não obstante exista uma proteção específica no que se refere ao trabalho do menor (entre 16 e 18 anos), “(...) ele ainda é justificado como um tipo de aprendizagem ou como alternativa à violência das ruas e, por esse motivo, pode ser privilegiado em detrimento dos estudos”, o que, segundo o autor, abre a possibilidade de se tolerar também o trabalho infantil. Esta questão se torna particularmente crítica no contexto rural, onde o trabalho e a aprendizagem da profissão de agricultor (transmitida de pai para

---

<sup>40</sup> Machado (2013) considera que este programa trouxe uma inovação importante ao ampliar a faixa etária dos beneficiários até os 29 anos de idade.

<sup>41</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a função parental do estado brasileiro, ver Neder (2006). Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2330/233017581004.pdf>>.

filho) são quase inseparáveis, levando os agricultores a reclamarem, algumas vezes, que a observação da rigidez legal levaria seus filhos a abandonarem a agricultura<sup>42</sup>.

Silva e Silva (2011) realizaram levantamento nos diferentes ministérios, no qual foi identificada a existência de 20 programas nacionais direcionados à juventude, sendo a educação a área em que se tem maior oferta, ao passo que nas áreas de cultura, meio ambiente e esportes tem-se baixa oferta. A maioria destes programas volta-se mais especificamente para jovens de 15 a 18 anos, constatando-se uma carência na oferta de opções para aqueles jovens na faixa de 18 a 29 anos de idade, de forma a abarcar todo o grupo definido pela política.

Frezza, Maraschin e Santos (2009, p. 315) concordam que tem aumentado no Brasil o investimento em políticas públicas voltadas à juventude, porém, estas geralmente focalizam uma parcela da sociedade entendida como “estando em situação de maior vulnerabilidade social”. As autoras também chamam a atenção para alguns problemas na implantação destas políticas: desarticulação no planejamento e implantação; centralização no nível federal; atendimento prioritário a jovens com algum grau de inclusão e não aos mais necessitados. E ainda alertam para o potencial que algumas políticas apresentam de engendrarem concepções de juventude mais relacionada às causas dos problemas sociais, tornando-se eles, os jovens marginalizados, um risco para outras parcelas da sociedade.

### 3.1 JUVENTUDES RURAIS

Wanderley (2007), embasada nos estudos de Abramo (2007) e Singer (2005), considera que os jovens rurais configuram-se como uma parcela específica das juventudes brasileiras, que vivenciam situações diversas, diferenciando-se dos grupos urbanos especialmente por pertencerem ao ambiente social rural, estando geralmente conectados a uma propriedade agrícola familiar.

Estes jovens rurais estão envoltos em uma dinâmica espacial na qual se relacionam a casa/ família; vizinhança/ comunidade e a cidade (mundo urbano- industrial). Na opinião de Wanderley (2007, p. 23), “mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade”. Assim, a vivência cotidiana destes jovens carrega as marcas do relacionamento com a família e comunidade local. Se, por um lado, a

---

<sup>42</sup> Por diversas vezes, na função de extensionista, me deparei com esta reclamação dos agricultores, que alegam que, se forem aguardar que o jovem tenha 18 anos para transmitir-lhe os ensinamentos por meio do trabalho e responsabilidades na propriedade, por certo estes já estarão em vias de deixar a propriedade.

contribuição dos jovens nas atividades de seus grupos familiares é vital para a reprodução destas unidades produtivas, por outro, a comunidade traduz-se enquanto espaço de trabalho, das amizades, e das formas tradicionais de lazer e convivência cotidiana (WANDERLEY, 2007).

A autora (Wanderley, 2007), em artigo no qual investiga os jovens rurais de pequenos municípios do Pernambuco, vai afirmar que “os jovens rurais, são, antes de tudo, jovens”. Com isto Wanderley procura ressaltar a semelhança destes com grupos que vivem nas cidades, no que se refere ao modo de vestir, amizades, preferência por artistas, grupos musicais e esportistas, entre outras coisas. O que de forma alguma, ressalta a autora, pode ser entendido como homogeneidade, ou seja, estão integrados à realidade social da juventude brasileira como um todo, à mercê das tensões e contradições da sociedade brasileira. Por outro lado, mesmo dentro das áreas rurais, é grande a diversidade de situações e experimentadas pela juventude que aí vive, o que demonstra também heterogeneidade.

Novaes (2007) *apud* Carneiro e Castro (2007, p.101) vai destacar justamente a existência de desigualdades e diferenças dentro do grupo denominado juventude rural: “Também, no interior do que chamamos genericamente ‘juventude rural’ existem desigualdades e diferenças em termos de cor, etnia, gênero, deficiências, orientação sexual, disparidade regional, local de moradia. A ‘juventude de hoje’ é marcada pela heterogeneidade”.

Dentre as diversas situações juvenis, encontraremos os jovens casados e/ ou com filhos. Castro *et al* (2009, p.70) ao estudarem jovens participantes dos eventos dos movimentos sociais no Brasil, contataram que “os jovens casados e os jovens com filhos, ainda que em minoria, aparecem e são reconhecidos nos eventos como parte da realidade da juventude do campo”. As autoras entendem então ser necessário “(...) repensar a categoria juventude para além da sua ‘natural’ associação com a condição de jovens solteiros sem filhos”. Ou seja, ainda que haja uma tendência a deixar de considerar como “jovens” aqueles que já constituíram uma nova família, nem do ponto de vista legal, nem da prática das organizações de jovens, esta tendência teria razão de ser.

Quanto à temática juventude em si, ainda que tenha ganhado destaque no debate acadêmico, e nas ações governamentais e não governamentais, a atenção geralmente está voltada ao grupo urbano e residente nas grandes metrópoles, enquanto aqueles ligados ao rural tem tido pouca atenção (CASTRO, 2009). Neste sentido, vale citar aqui o estudo de Weisheimer (2005) que se propõe a mapear e discutir o que foi produzido de conhecimento sobre a temática juventude rural no Brasil no período de 1990 a 2004. Os resultados

publicados em forma de artigo mostram a organização regional desta produção, os temas estudados pelas pesquisas e a categorização do conceito juventude rural (a partir das abordagens teóricas privilegiadas por cada autor), além de refletir sobre os consensos e limitações destes estudos.

Para esta finalidade, o autor investigou livros, resumos de teses, dissertações e artigos publicados em revistas ou anais de eventos científicos, material este disponível na rede mundial de computadores – Internet. Os resultados mostraram dois aspectos que são enfatizados no trabalho dos pesquisadores da juventude rural: a participação destes jovens nos processos migratórios e certa “invisibilidade” da juventude rural. Utilizando-se de dados do IBGE, o autor esclarece que de 1991 a 2000 teria havido uma redução de 26% do número de jovens residindo no meio rural, sendo os jovens do sexo feminino que mais migram, resultando na chamada “masculinização” do meio rural (WEISHEIMER, 2005).

No período estudado pelo autor (1990 a 2004), identificaram-se 50 trabalhos de 36 pesquisadores brasileiros<sup>43</sup>. Este número reduzido de trabalhos (menos de quatro por ano no período estudado) embasa a afirmação do autor sobre a invisibilidade da questão para os pesquisadores em nosso país. Porém, é perceptível um aumento do número de estudos a partir do início do novo século, sendo que 86% dos citados trabalhos foram publicados entre os anos 2001 e 2004.

A maioria destes estudos concentrava-se nas regiões sul, seguido pelas regiões sudeste e nordeste e, segundo o pesquisador, puderam ser organizadas em quatro linhas temáticas: I) juventude e educação rural; II) juventude rural, identidades e ação coletiva; III) juventude rural e inserção no trabalho; IV) e juventude e reprodução social na agricultura familiar. Esta última linha temática foi a que apresentou maior número de estudos (WEISHEIMER, 2005).

Em análise mais recente, Castro *et al* (2009), ao traçarem o panorama do campo de estudos sobre a juventude rural no Brasil, identificam até o ano 2007, a publicação de 197 obras relativas à temática, sendo 47,2% (93) referências bibliográficas (artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisas e resumos em anais); 45,2% (89) teses, dissertações e monografias e 7,6% livros (15 livros publicados).

Na opinião das autoras:

---

<sup>43</sup> Dentre estes, estavam duas teses de doutorado, 18 dissertações de mestrado, e 27 artigos (publicados em periódicos e anais de congressos).

“se por um lado, o reduzido número de livros e teses de Doutorado expressa que existem poucas pesquisas de longa duração e maior profundidade sobre o tema no Brasil, por outro, o considerável número de dissertações de Mestrado e artigos sobre a juventude rural sugere o movimento de consolidação de um campo de pesquisa, sobretudo a partir do ano 2000” (CASTRO *et al*, 2009, p.49).

Esta produção acadêmica sobre juventude rural estava concentrada nas regiões Sudeste (48,40%) e Sul (23,40%). A publicação de livros, por exemplo, era em 2007 bem mais relevante na região Sudeste (7 das 15 obras publicadas). As universidades que se destacam no estudo desta temática também são da região Sudeste: UFRRJ, UFV, Unicamp, PUC-SP, Unesp e USP (CASTRO *et al*, 2009).

Destacamos aqui algumas questões explicitadas em alguns trabalhos interessantes sobre juventudes rurais realizados no Brasil. Abramovay *et al* (2000), ao estudar a problemática da sucessão na agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina, busca discutir quais seriam os fatores determinantes para a formação profissional de uma nova geração de agricultores. Os pesquisadores, ao entrevistar pais, filhos e filhas de 116 estabelecimentos da agricultura familiar da região, categorizou as propriedades, segundo a renda auferida, em três tipos: “consolidadas”, “em transição” e “periféricas” (ABRAMOVAY *et al*, 2000, p.1).

Estes autores buscaram, em primeiro lugar, entender se a permanência dos jovens na agricultura seria uma opção ou uma fatalidade e quais fatores determinariam a escolha profissional destes jovens, destacando-se: educação, influência familiar, pobreza e relacionamento social. Segundo as conclusões da pesquisa, o baixo nível de escolaridade daqueles possíveis candidatos à sucessão nas propriedades interferia negativamente no acesso aos seus direitos e exercício da cidadania. Nas palavras dos próprios autores:

A pesquisa constatou um impressionante atraso educacional entre os jovens que pararam de estudar e que são os mais prováveis sucessores, o que dificulta o desempenho da atividade agrícola e principalmente a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para o meio rural (ABRAMOVAY *et al*, 2000, p. 9).

Existiria, porém, uma consciência de que, para encarar o desafio de assumir uma unidade produtiva e gerar renda, seria necessário que os jovens tivessem níveis mais elevados de conhecimento, sendo esta escolaridade no mínimo a 8ª série – agora chamado 9º ano - na opinião de 70% dos rapazes entrevistados pelo trabalho de Abramovay (ABRAMOVAY *et al*, 2000).

Quanto às diferenças em relação à permanência ou saída do meio rural, tem sido constatado o caráter seletivo da migração nas regiões de agricultura familiar no Sul do Brasil,

sendo que a população jovem é que mais migra, e entre os jovens, as mulheres são a maioria dos que deixam o campo, levando ao processo de “masculinização” do meio rural (STROPASOLAS, 2004).

Tanto o estudo de Abramovay *et al* (2000), quanto Stropasolas (2004) constataram tal fenômeno. Abramovay *et al* encontra no estudo que existia um desejo dos rapazes entrevistados, oriundos da agricultura familiar da região estudada, de continuarem na profissão de agricultores. Quanto às moças, porém, tinham uma visão negativa à respeito desta possibilidade: em torno de 32% apenas desejam permanecer no estabelecimento agropecuário, porém 37% acreditam que este seja seu futuro, ou seja, uma parcela destas moças vêem esta permanência como uma fatalidade, sendo que maior parte destas são provenientes das famílias mais empobrecidas (ABRAMOVAY *et al*, 2000).

Os autores atribuem esta diferença de opinião à diferença de escolarização entre rapazes e moças: enquanto eles têm consciência de que o baixo nível de escolarização não lhes garantiria um futuro promissor fora da propriedade, elas talvez percebam que teriam mais chances lá fora, uma vez que estudaram um pouco mais que os rapazes (ABRAMOVAY *et al*, 2000).

Stropasolas (2004), ao estudar os conflitos de valores, representações, expectativas e projetos de vida de filhos de agricultores familiares de Santa Catarina, também vai constatar que o êxodo rural é maior entre as mulheres jovens uma vez que estas foram mais bem preparadas para enfrentar a vida urbana que os rapazes, o que lhes permite inclusive questionar a proposta de vida no meio rural que não proporciona a elas as mesmas oportunidades que aos homens. “A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo” (STROPASOLAS, 2004, p. 255).

Castro *et al* (2009) ao analisar a realidade da juventude rural, a partir de sua experiência de organização política, numa perspectiva de gênero, nos desperta para o peso das desigualdades vivenciadas pelas mulheres jovens (e jovens homossexuais), ao escrever que:

“Se pudermos afirmar que ser ‘jovem rural’ no Brasil carrega o peso de uma posição hierárquica subalterna, ser ‘jovem rural’ e mulher, e/ou ainda, homossexual, representa situação de subalternidade na hierarquia social ainda maior. (...) As jovens vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda, dos espaços de decisão. E também, muitas vezes são as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos de toda a família. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico se estende para os espaços públicos de participação política” (CASTRO *et al*, 2009, P. 139).

Trata-se, portanto, de perceber que as mulheres jovens rurais vivenciam de forma diferenciada o “ser jovem” no meio rural, e que esta desigualdade de oportunidades, bem como a vigilância e controle exercido sobre sua vida, especialmente a partir da sexualidade, pode ser uma das chaves que explicam sua maior mobilidade em direção aos centros urbanos. Assim nos assegura Castro *et al* (2009, p. 145): “Uma das reações ao controle e à exclusão tem sido a saída de um grande contingente de jovens mulheres solteiras das áreas rurais”.

Outra grande dificuldade para que os jovens filhos de agricultores permaneçam na profissão é a questão do acesso à terra, segundo constatam os autores de estudo realizado na região Oeste de Santa Catarina (ABRAMOVAY *et al*, 2000). Além disso, na opinião dos rapazes, outros fatores dificultam, como: falta de capital pra investimento (81%) e falta de novas oportunidades de renda (40%).

Pouca terra, recursos monetários insuficientes e trabalho familiar seriam a base de que os jovens de Pernambuco, estudados por Wanderley (2007) dispunham para o planejamento do seu futuro. “Base precária e insuficiente para uma grande parcela, que torna sua reprodução como agricultor largamente dependente da própria existência de um patrimônio familiar viável para as gerações futuras” (WANDERLEY, 2007, p. 32).

No que se refere à influência dos pais para que os filhos permaneçam na agricultura, o que os autores (ABRAMOVAY *et al*, 2000) nos lembram que até a década de 1960 possuía uma conotação moral, neste caso vai variar segundo os níveis de renda das famílias. Enquanto nas famílias consolidadas e em transição, a maioria estimula os jovens a permanecer na agricultura, apenas 31% das famílias periféricas o faz. Os autores assim concluem:

É interessante observar que a **obrigação de ficar com os pais** (grifo do autor) é também francamente minoritária, confirmando que o padrão sucessório anterior em que o filho destacado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade foi claramente ultrapassado (ABRAMOVAY *et al*, 2000, p. 8).

Vale lembrar ainda uma questão importante para a discussão da possibilidade de permanência dos jovens no meio rural: a possibilidade de participar da tomada de decisões no que se refere à propriedade rural. Sobre esta questão, Castro *et al* (2009, p.154) afirmam que “a falta de autonomia em relação às decisões na unidade produtiva ainda é uma realidade para os jovens e, em especial, para as jovens que permanecem no campo, o que reproduz as relações de subordinação dos jovens à figura do pai, chefe de família”. Neste mesmo sentido, as pesquisas têm demonstrado, segundo Stropasolas (2004, p. 262), “(...) uma débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar e, particularmente, um viés de gênero presente nessas questões, em prejuízo das moças”.

Assim como já afirmado por Castro *et al* (2009), Brumer e Anjos (2008), em artigo onde discute gênero e reprodução social na agricultura familiar, vai constatar que no processo de socialização profissional dos filhos dos agricultores, existem diferenças entre a distribuição de atividades para rapazes e moças, sendo a elas reservado o trabalho doméstico e geralmente a exclusão da principal atividade agrícola e gestão da propriedade. Isto acontece, segundo a autora, porque as mulheres “(...) não são, via de regra, consideradas como possíveis sucessoras do chefe, o pai, na propriedade familiar”, nas diferentes práticas de transmissão de herança e sucessão (BRUMER e ANJOS, 2008, p. 10).

Castro (2009), ao discutir os processos de exclusão social e os significados do “ficar” ou “sair” entre jovens rurais de um assentamento da reforma agrária e um acampamento de trabalhadores sem-terra da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro, parte de duas questões que vem sendo pontuadas pelos estudiosos da questão: as dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo no acesso a escolarização e ao trabalho, por um lado, e por outro uma possível atração que o meio e o estilo de vida urbano exerceriam sobre os jovens rurais.

A autora assim pode constatar as citadas dificuldades de permanência dos jovens no campo, conforme outras pesquisas já haviam indicado, ao analisar principalmente as condições de acesso à escola a partir da segunda fase do Ensino Fundamental. Entretanto, Castro (2009) alerta que estas dificuldades não podem ser tratadas de forma separada das questões que preocupam a agricultura familiar atualmente (produção, reprodução, condições de vida, acesso a bens e serviços), ainda que alguns problemas atinjam de forma mais direta ao público jovem.

Neste sentido, a autora considera que a permanência ou saída do campo é um processo “(...) mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de *juventude rural* como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (CASTRO, 2009, p. 205). Em sua opinião, os jovens rurais, além de conviver rotineiramente com as questões que afligem os agricultores familiares, ainda estão submetidos a outros antigos problemas, como é o caso da autoridade paterna e hierarquia na família, comunidade e outros grupos sociais, onde a opinião e autonomia do jovem nem sempre é considerada (especialmente no que se refere às mulheres).

Por outro lado, Castro (2009) alerta que ainda persiste a visão do jovem como desinteressado e descompromissado com o meio rural, ao mesmo tempo em que cresce uma cobrança (por parte de algumas pesquisas realizadas recentemente, bem como por parte das políticas públicas) no sentido de permanência deste grupo no campo como forma de reverter o processo de esvaziamento do meio rural. A autora propõe então que se problematize esta ideia

do jovem como o herói da transformação social, a partir do entendimento de que as questões enfrentadas pelo meio rural na atualidade “demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira” (CASTRO, 2009, p. 205).

Por fim, cabe destacar ainda que, devido à histórica desvalorização do rural frente ao urbano, questão ainda não superada, “quem se identifica como jovem rural sente cotidianamente o estigma de viver no campo. Há uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar a imagens de atraso” (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.129). Esta hierarquização entre rural e urbano ainda contribuiria para a invisibilidade da juventude rural, na opinião das autoras.

Esta identidade<sup>44</sup> de jovem rural, do sítio ou do campo, permeada, por um lado, pelo que se atribui a ela, e por outro, pelo que se constrói a partir do local social ocupado por cada um destes sujeitos, nem sempre vai ter uma conotação negativa. Freire e Castro (2007, p. 226) ao pesquisar a identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária, constataram que, por um lado, os jovens pesquisados sentem-se orgulhosos de serem do campo, ao passo que outros expressam certa infelicidade com sua condição, devido aos preconceitos e discriminações que vivenciaram ao longo de sua vida. Comparando-se aos jovens da cidade, porém, enumeram como vantagens a vida tranqüila do campo, a natureza exuberante, a alimentação saudável e o ar puro, contrapondo-se à miséria, fome, poluição e violência relacionadas à cidade.

Por outro lado, a cidade também representa uma possibilidade de vida mais digna, com oportunidades diferenciadas de trabalho, educação e lazer. E o campo, apesar de constituir-se num local “bom pra se viver”, ainda estaria relacionado à penosidade do trabalho agrícola (FREIRE e CASTRO, 2007). Assim, as autoras vão entender que:

É na relação de identidade e diferença que jovens do campo constituem e afirmam sua (s) identidade (s) mediada na ‘tensão’ e às vezes contraditória relação campo e cidade. A cidade é vislumbrada como espaço social, sobretudo de oportunidades de formação e qualificação profissional, de acesso à informática e internet, reconhecidas como elementos formativos indispensáveis na atualidade. As raízes no campo e na sua dinâmica sociocultural, no entanto, estimulam os jovens a conceber projetos de vida vinculados ao campo, mas em condições e patamares mais elevados, dignos (FREIRE e CASTRO, 2007, p. 231).

---

<sup>44</sup> “A identidade é uma categoria relacional, é afirmação do eu na relação com o outro, marcada pela diferença, em que se distingue daquilo que não é. Trata-se de uma construção simbólica e social, depende de algo de fora dela, de outra identidade, não nasce pronta e acabada, é construída no tecido social, portanto, vinculada às condições em que a vida dos sujeitos se materializa” (FREIRE e CASTRO, 2007, p. 224).

Desta forma, ao se pensar em políticas públicas para os jovens rurais hoje, devemos ter como norte a articulação entre ações específicas e demandadas por aqueles que se reconhecem como parte deste público, ao mesmo tempo em que se garantem políticas estruturantes voltadas à transformação da realidade rural no Brasil, como a reforma agrária, infraestrutura, educação e trabalho e renda (CASTRO, 2009).

Cabe-nos questionar aqui se as expectativas dos jovens rurais do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná iriam por um caminho semelhante aos de outros grupos juvenis do sul do Brasil. Uma primeira pista para analisarmos tal questão são os relatórios dos trabalhos do I Encontro Territorial da Juventude Rural<sup>45</sup>, onde pudemos perceber que suas demandas estão relacionadas à melhoria da infraestrutura das propriedades (moradia, saneamento básico, estradas e crédito rural), alternativas de renda, educação voltada à realidade em que vivem e melhoria da organização e participação dos jovens em instâncias de decisão.

Não seria incorreto afirmar que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar já demonstram preocupar-se com a situação dos jovens rurais no Brasil, o que pode ser percebido nos documentos lançados por este ministério. Segundo o MDA (2013):

“O Brasil conta com 8 milhões de jovens vivendo em áreas rurais, cuja participação nos processos de trabalho e produção agrícolas é significativa. Esse público enfrenta problemas estruturantes de reprodução social, decorrentes do fluxo de migração para as cidades, relacionados aos atrativos urbanos, à perspectiva de melhoria de vida com acesso facilitado a bens e serviços” (MDA, 2013, p. 64).

Porém, admite-se que o reconhecimento do papel da juventude rural como protagonista na política de desenvolvimento rural proposta é ainda um desafio, demandando ações que promovam a visibilidade, autonomia e emancipação da juventude do campo (MDA, 2013). Algumas ações, como a criação de câmaras temáticas de juventude rural nos territórios rurais e territórios da cidadania vem de encontro à preocupação de dar visibilidade a este público. Entretanto, ainda não alcançaram todos os territórios, como é o caso do local em estudo, o Território Integração Norte Pioneiro.

---

<sup>45</sup> O I Encontro Territorial da Juventude Rural do Norte Pioneiro aconteceu no dia 08 de Novembro de 2010, no município de Ibaiti, Paraná. A autora, enquanto funcionária do Instituto Emater, teve a satisfação de participar da Comissão Organizadora do mesmo.

## 4 JUVENTUDE RURAL NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ: ESTUDO DE CASO

Neste terceiro capítulo, que se trata do estudo de caso sobre a juventude rural no Território Integração Norte Pioneiro, apresentamos um breve histórico da região Norte Pioneiro e formação do Território de mesmo nome. A seguir, analisamos os dados do estudo de caso realizado, discorrendo sobre a dinâmica populacional no Território, a partir da comparação dos dados do IBGE – Censo 2000 e 2010.

A partir daí, tecemos uma caracterização dos jovens rurais pesquisados, no que se refere ao estado civil e características familiares; acesso à terra, atividade econômica familiar e renda auferida; diferenças e desigualdades de gênero; como os jovens percebem a si mesmos e em relação aos jovens da cidade; seus sonhos, desejos, expectativas e frustrações. Busca-se ainda entender os fatores que levam à decisão de ficar ou partir, entendendo as condições efetivas de permanência e as perspectivas imaginadas para a cidade.

### 4.1 HISTÓRICO DA REGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

Os jovens, sujeitos cuja realidade investigamos a partir deste estudo, residiam no momento da pesquisa, no grupo de municípios denominado Território Integração Norte Pioneiro, inscrito na região Norte Pioneiro, também conhecida por alguns como “Norte Velho” do Estado do Paraná.

Em nossa pesquisa bibliográfica, encontramos dois tipos de referências históricas que tratam da ocupação ou (re)ocupação do Norte do Paraná. Por um lado, há um grupo de estudiosos que entendem que a ocupação da região teria se dado de forma “racional, pacífica, moderna e progressista” a partir de 1850, com a chegada de mineiros e paulistas interessados no cultivo do café, como é o caso de Mussalam (1974).

Por outro lado, existem alguns críticos desta visão histórica, que defendem, em primeiro lugar, que a região não teria sido ocupada mas (re)ocupada, uma vez que são fartas as referências históricas que demonstram que a região não era deserta, desocupada nem mesmo desconhecida, destacando o grande número de índios e caboclos que habitavam a região (TOMAZI, 1997).

Tomazi (1997), em sua tese de doutorado sobre a questão, alerta que a primeira visão é dominante na maioria dos textos acadêmicos ou não acadêmicos, sendo apresentada como uma explicação inquestionável. Desta forma, o discurso hegemônico silencia a violência e a

exclusão inerentes a todo o processo de (re)ocupação da região. O autor questiona assim algumas “verdades” estabelecidas, dentre elas:

“(…) que a (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná é um prolongamento da expansão cafeeira que ocorreu no estado de São Paulo, sendo que ela teria sido efetivada quase toda pela iniciativa privada sem o concurso do governo estadual; que há uma identidade "norte-paranaense" que possibilitaria a existência de uma clivagem Norte/Sul, onde os interesses dos agentes sociais envolvidos nas "regiões" seriam conflitantes; que a região em estudo era um "sertão despovoado" e que foi necessária a presença de valorosos "pioneiros" para fecundar a "civilização" nestas "matas virgens"; que o processo de (re)ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo conflitos violentos, tornando-se a região em estudo, a Terra da Promissão, a Nova Canaã e o Novo Eldorado para todos os que para ela afluíram e, finalmente, que há uma identificação entre o processo de (re)ocupação da região norte do estado do Paraná com as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

Segundo Tomazi (1997), a região Norte do Paraná usualmente é subdividida em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, assim especificada pela maioria dos autores: i) Norte Velho ou Norte Pioneiro - seria a região localizada a nordeste do Estado, cuja ocupação teria sido iniciada em meados do séc. XIX, desenvolvendo-se nas primeiras décadas do séc. XX, coincidindo com os municípios que hoje formam o Território Integração Norte Pioneiro, alvo deste estudo (Tomazina, Ibaiti, Santo Antônio da Platina, etc); ii) Norte Novo – compreendendo especialmente as manchas de terra roxa, colonizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e (re)ocupadas entre 1930 e 1940, localizando-se do rio Tibagi até próximo de Maringá, compreendendo cidades como Londrina, Apucarana, Arapongas, Mandaguari e outras; iii) Norte Novíssimo – estende-se do entorno de Maringá até as barrancas do rio Paraná, onde predominaram as colônias organizadas pelo Estado ou empresas particulares, envolvendo cidades como Paranaíba, Nova Esperança, Cianorte, Umuarama, entre outras.

Esta ordenação histórica toma como referência o surgimento da Companhia de Terras do Paraná, que demarca o “novo”, tornando o anterior a ela como “velho” e o posterior “novíssimo”. Tomazi (1997) critica esta subdivisão justamente por esta idéia da (re)ocupação da região como linear e por etapas bem definidas, o que é questionável, na opinião do autor.

Em outro sentido, Mussalam (1974) afirma que o nome Norte “Pioneiro” estaria relacionado à forma como se deu o povoamento e a ocupação do solo, sendo uma região assim considerada quando ocorre a expansão da agricultura de forma acelerada, e ocorre um grande fluxo de população naquela direção, tendo como uma das conseqüências a elevação dos preços da terra, ao passo que aglomerados populacionais surgem em curto período de

tempo. Neste sentido, o autor considera que a região pode então ser considerada “pioneira”, uma vez que, no espaço de 40 anos (1900 a 1940), uma área de cerca de 72.000 km viu surgir mais de uma centena de cidades, que passaram a abrigar cerca de 2 milhões de pessoas.

O historiador Mussalam (1974) afirma que a primeira tentativa de povoamento da região deu-se ainda no século XVII, com a instalação de jesuítas espanhóis, cujas construções foram destruídas por bandeirantes paulistas. A primeira colônia só seria fundada então em 1855 – a Colônia Militar de Jataí - instalada às margens do Rio Tibagi (à direita), com o objetivo de enviar tropas para o Mato Grosso. Devido à sua localização no meio da mata fechada, aos ataques constantes de índios e aos surtos periódicos de malária, a colônia não prosperou, e o norte paranaense permaneceu pouco habitado e conhecido (do ponto de vista dos colonizadores)<sup>46</sup>, segundo afirma Mussalam (1974).

De outra perspectiva, Tomazi (1997) esclarece que dentre os novos ocupantes da terra, os fazendeiros mineiros foram os primeiros a chegar, seguidos pelos paulistas. O intuito destes mineiros era a exploração econômica da terra, por meio da agricultura (milho, fumo, café e outras culturas para consumo) e pecuária suína, e desta forma eles vinham acompanhados de toda a família, agregados e escravos (TOMAZI, 1997).

As terras eram obtidas pelos fazendeiros mediante concessão junto ao governo imperial, ou simplesmente se apossavam dela, lutando, muitas vezes contra os indígenas que aí estavam. Os primeiros a chegarem à região foram Joaquim José Senes e Domiciano Corrêa Machado que, possivelmente, compraram posses do sertanista Manoel Lopes. Estes teriam se instalado na região do Itararé por volta de 1842-1843, constituindo suas posses e um patrimônio com o nome São José do Cristianismo (TOMAZI, 1997). A seguir vieram outros colonizadores, e foram formados núcleos urbanos como São José da Boa Vista (1853); Siqueira Campos, ex-Colônia Mineira (1862); Tomazina (1865); Ribeirão Claro, ex- Espírito Santo de Itararé (1875); e Wenceslau Braz (1867), segundo nos informa Tomazi (1997).

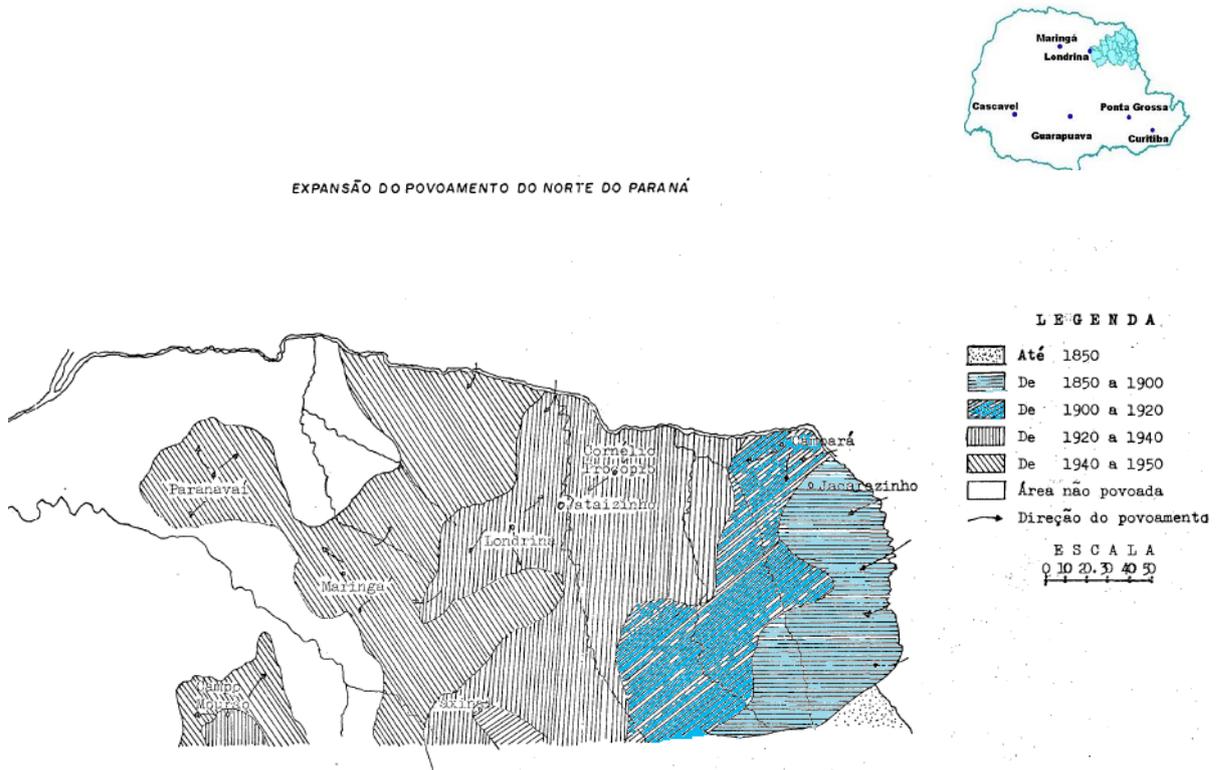
Estudiosos afirmam que estas famílias mineiras que (re)ocuparam a região nesta fase eram patriarcais e escravocratas, com forte interesse pela organização de latifúndios. “Esta verdadeira fome por latifúndios fez com que poucas famílias ocupassem vastíssimos territórios no Norte Pioneiro, tendo se apossado de enormes latifúndios, conservaram-nos como relíquias impedindo manifestamente o seu desenvolvimento (...)” (TOMAZI, 1997, p.51).

---

<sup>46</sup> Destacamos que esta é uma perspectiva do colonizador, dizer que a região era “desabitada” ou “desconhecida”, uma vez que os próprios ataques indígenas citados revelam a existência e a luta destes povos para manter seu território.

A seguir, vieram os paulistas, que nos últimos anos do século XIX já dominavam o processo de (re)ocupação. Tomazi (1997) esclarece que estes paulistas tinham ligações com as casas bancárias paulistas (que financiavam a abertura de fazendas) ou então vendiam suas fazendas com as terras esgotadas com o objetivo de comprar novas terras no Paraná. Surgiram a partir de então novos núcleos urbanos na região, como Jacarezinho (ex-Nova Alcântara) em 1888; Santo Antonio da Platina em 1890; Carlópolis (ex-Jaboticabal) em 1900; Cambará em 1904; Ibaiti em 1909; Quatiguá em 1909 e Joaquim Távora em 1915.

Toda esta área de (re)ocupação mais antiga constitui a região conhecida como Norte Pioneiro do Paraná. Na ilustração a seguir, podemos visualizar melhor a ocupação de todo o Norte paranaense, segundo o período em que esta ocupação se deu, na perspectiva de Mussalam (1974).

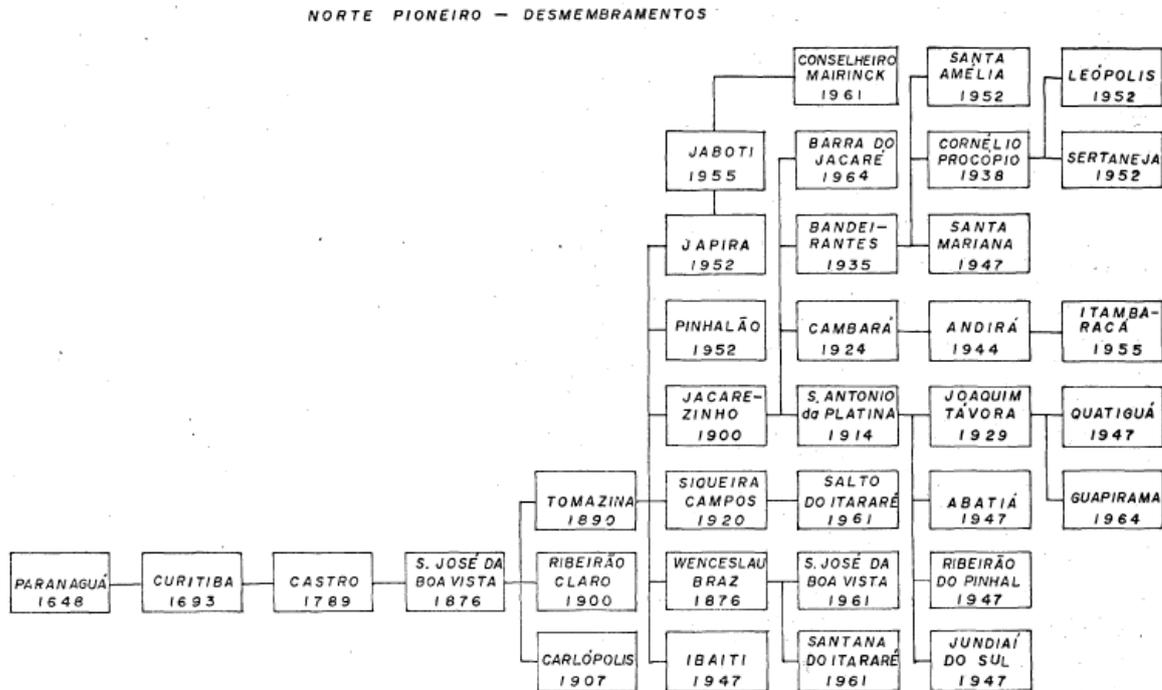


**Figura 02 – Expansão do Povoamento no Norte do Paraná, de 1850 a 1950**

**Fonte:** Mussalam (1974, p. 26), adaptado pela autora.

Apesar das críticas que possam existir em relação a este modelo linear de análise da (re)ocupação da região Norte do Paraná, a ilustração parece útil para visualizarmos como se deu a consolidação desta ocupação, sendo que o grosso da ocupação no Norte Pioneiro deu-se entre os anos 1850 e 1940, quando tiveram origem os municípios, que foram se

desmembrando até resultar nos existentes atualmente. Na figura (3) a seguir, temos representados a data de criação dos municípios e sua origem, segundo os desmembramentos ocorridos:



**Figura 03 – Desmembramentos de Municípios do Norte Pioneiro do Paraná, período de 1876 até 1964**

**Fonte:** Mussalam (1974, p. 52), adaptado pela autora.

Do ponto de vista dominante, as migrações internas em direção e mesmo dentro do Norte do Paraná teriam sido então determinadas pelos interesses de produção agrícola em novas terras, como nos afirma Mussalam (1974): “Efetivamente, mantiveram-se estreitamente correlacionados, nessa região do Paraná, a expansão de sua população e o alastramento da lavoura do café, atraindo estas correntes migratórias que se deslocavam de zona para zona, num ímpeto irrefreável de desbravamento de novas terras” (MUSSALAM, 1974, p. 50).

Como resultado, houve um grande crescimento demográfico da região Norte, a partir de fluxos migratórios vindos de diversas regiões do país, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste. Compara-se esta região, devido às características de sua colonização, com a zona pioneira paulista:

O Norte do Paraná que teve inicialmente sua economia baseada no café e, ultimamente, no algodão, nos cereais cultivados em caráter subsidiário, embora com a importância aí assumida pela pequena propriedade, pouco difere das zonas pioneiras paulista: mão-de-obra assalariada, sob o regime de colonato ou do camarada (peão de trecho e enxada), com características de instabilidade e, até, de nomadismo (casas rústicas, pouco - cuidadas). O grosso dessa mão-de-obra era

constituído pelos nordestinos e sudestinos (mineiros e capixabas), como em São Paulo. O absentismo do proprietário, especialmente quando médio ou grande, é frequente, permanecendo a fazenda sob os cuidados de um administrador (MUSSALAM, 1974, p. 50).

O autor, neste trecho, suscita algumas questões interessantes. A primeira delas é com relação ao tamanho das propriedades, que teriam grande importância na região Norte Pioneiro, uma vez que, segundo o que mostram os dados do Censo de 1920, predominavam as pequenas e médias propriedades na região. Poderíamos supor, assim, que haveria uma boa distribuição de terras, não sendo a concentração fundiária um problema. Esta idéia é logo descartada, ao analisarmos os dados do autor que mostram que 65,14% das propriedades tinham até 100 há, ocupando 16,8% da área total (sendo que quase metade destas tinham menos de 41 há e ocupavam apenas 4,3% da área). Por outro lado, 2,52% das propriedades tinham área entre 1.001 a 25.000 há, ocupando 36,8% da área total (MUSSALAM, 1974). Ou seja, em 1920 já notava o que é certeza hoje: o problema da concentração fundiária na região.

A outra questão interessante, derivada desta primeira, é o regime de trabalho – mão de obra assalariada (colonos ou camarada), vinda de outras regiões do país, com relações instáveis e precárias de trabalho. Os reflexos destas duas questões hoje no território são os altos índices de concentração fundiária e o grande número de trabalhadores rurais volantes, sem-terra, e agricultores familiares com áreas muito pequenas, abaixo de um módulo fiscal (18 há).

Desta forma desenrolou-se a história do Norte “Velho” ou Pioneiro, que hoje oficialmente congrega 46 municípios, definidos pelo IBGE como Meso Região Norte Pioneiro do Paraná. Dentro desta região, recentemente surgiu uma organização de um grupo de 29 municípios, hoje conhecida como Território Integração Norte Pioneiro.

#### 4.2 LOCAL DE ESTUDO – O TERRITÓRIO INTEGRAÇÃO NORTE PIONEIRO

Cabe esclarecer aqui o histórico de organização do grupo de municípios, pertencentes à região Norte Pioneiro, que deu origem ao Território. Ao contrário do que poderíamos supor, este Território não nasce da articulação do grande grupo de municípios que hoje o compõem, mas da organização de grupos menores, ligados por questões históricas, características sociais e econômicas comuns, proximidade e similaridade de problemas.

A origem desta organização deveu-se a um trabalho anterior do Instituto Emater que incentivava o planejamento das ações da assistência técnica e extensão rural – Ater a partir de Áreas de Programação Integrada – APIs, que na prática consistia em pensar projetos para

grupos de municípios com problemas comuns. Incentivava-se, por meio deste trabalho, a participação de representações dos grupos sociais, especialmente os agricultores, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (LOPES, 2010).

A partir de sua organização em APIs, os municípios passaram a demandar projetos comuns, com o objetivo de solucionar problemas ambientais, implantação de consórcios de saúde, obtenção de recursos para implantação de infraestrutura, entre outros. As APIs mais tarde se tornariam os embriões das iniciativas de organização territoriais, que a partir do interesse em obter o reconhecimento como Território pelo MDA, passaram a articular-se, sendo então chamadas de Unidades de Desenvolvimento Territorial – UDTs. A região tinha então 4 UDTs, constituídas conforme nos mostra a figura (4), a seguir.

A organização do Território foi então liderada por duas instituições: de um lado, o Instituto Emater, representante do poder público, e do outro a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná – Fetaep, por meio de suas lideranças e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região (LOPES, 2010). Somou-se a isso o interesse dos prefeitos da região, que perceberam que a organização dos municípios em grupos, por meio de consórcios, seria uma forma de obter mais facilmente recursos. Cumpre assinalar que para grande parte destes administradores, esta era a finalidade da organização, conforme nos alerta Lopes (2010), a partir da fala de um prefeito envolvido: “Nós estávamos trabalhando como consórcio, que tinha um apelido de território. A primeira discussão era para criar o consórcio [...], mas o pessoal do Emater veio e chamou de território” (LOPES, 2010, p.8).

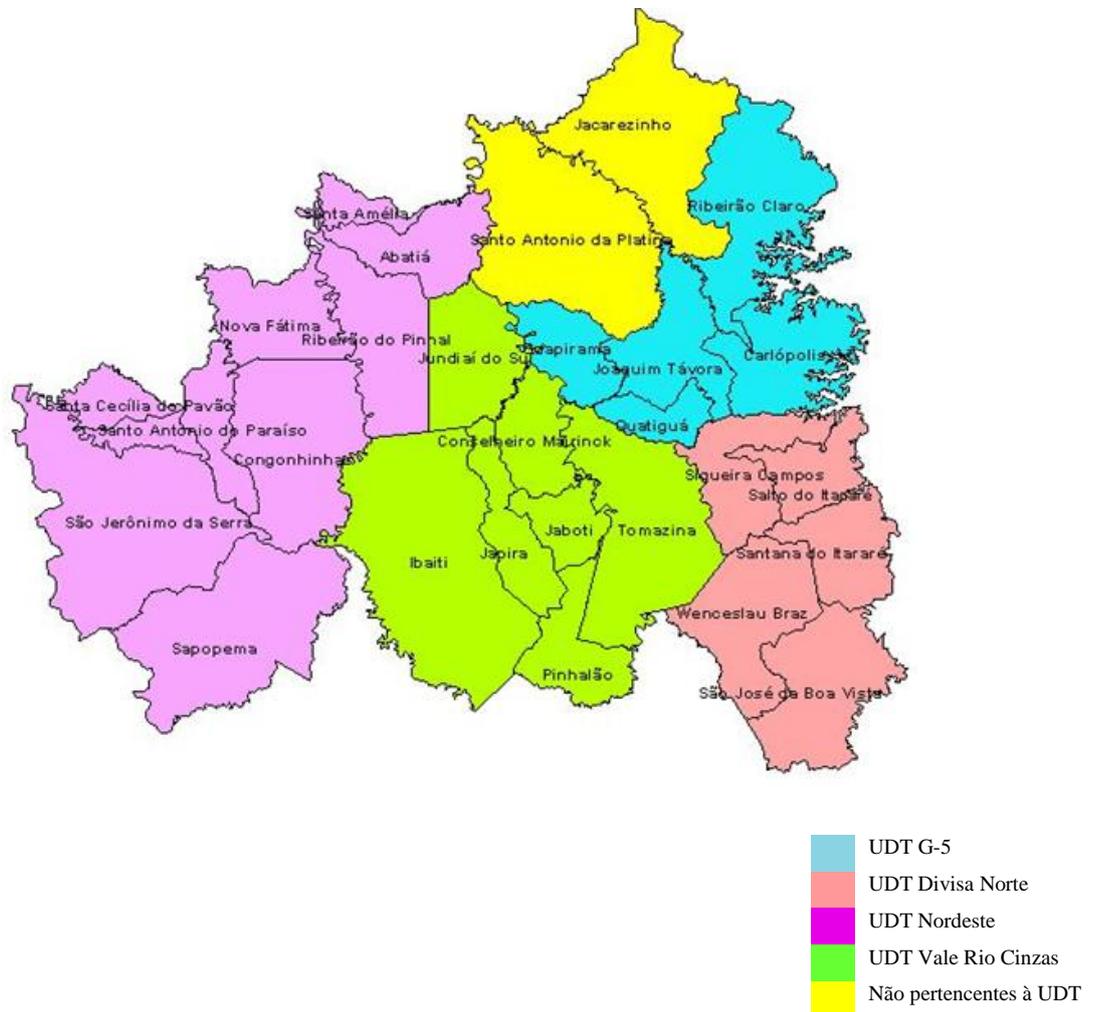
Longe de questionar aqui a legitimidade destas duas instituições (Emater e Fetaep) enquanto representantes de parte expressiva dos anseios inscritos em uma proposta de desenvolvimento para este Território, nosso questionamento dá-se em relação ao fato de diversos outros atores deste rural (outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, lideranças indígenas, movimento de educação do campo, para citar alguns) e mesmo representações de outros segmentos dos pequenos municípios terem sido preteridos nas instâncias de decisão do Território<sup>47</sup>.

Em 2007, como resultado desta organização, mas principalmente da articulação política, os vinte e sete municípios da região Norte Pioneiro do Paraná (então participantes das 4 UDTs citadas) foram reconhecidos como Território pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, aos quais se somaram, a seguir (por força política), mais

---

<sup>47</sup> Inclusive não temos, até o momento, representação dos jovens rurais dentro do grupo gestor do Território, o que tem suscitado a algum tempo questionamentos, mas até o momento não foi levado a cabo esta reivindicação.

dois municípios (representados na figura como não participantes de UDTs), totalizando os 29 municípios que hoje compõem o Território (Quadro 01).



**Figura 04 – Unidades de Desenvolvimento Territorial – Território Integração Norte Pioneiro**

**Fonte:** Ronque (2013), adaptado pela autora.

Esta reorganização dos municípios, com o agrupamento das 4 iniciativas territoriais existentes (Divisa Norte, Vale do Rio Cinzas, G5 e Nordeste), foi colocada como condição para reconhecimento como território, além de acrescentar os municípios de Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, posteriormente, para a inclusão no Programa Territórios da Cidadania<sup>48</sup>, em 2008 (RONQUE, 2013). Esta inclusão se deu por meio de pressão e

<sup>48</sup> O Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, envolve 22 ministérios, sendo considerado pelo governo “uma das bases da estratégia do Governo Federal para promover o desenvolvimento sustentável em regiões com baixo dinamismo econômico, especialmente no meio rural”, abrangendo hoje 120 territórios das cinco regiões brasileiras, concentrados majoritariamente no Norte e Nordeste (MDA, 2010).

articulação política de lideranças do Emater, Fetaep, deputados estaduais e prefeitos da região, e não necessariamente pelo reconhecimento da organização interna no Território.

Lopes (2010), refletindo sobre a questão, vai afirmar que “as políticas públicas do governo do estado do Paraná e os programas territoriais do governo federal resultaram em uma integração prematura entre todas as iniciativas existentes, ainda em processo de consolidação, explicitando em um primeiro momento, as divergências com relação aos distintos projetos políticos em curso”.

Na opinião da autora, que tomou por base o depoimento do delegado federal do MDA no Paraná, “(...) a inserção no Programa Territórios da Cidadania não era uma demanda das organizações ali presentes, mas sim uma decisão, baseada em critérios técnicos, de injeção de recursos em uma área considerada prioritária. Os critérios de participação e gestão social não prevaleceram” (LOPES, 2010, P. 17-18 ).

Ou seja, se por um lado este reconhecimento garantiu a inclusão no Programa Territórios da Cidadania e a possibilidade de aporte de recursos para a região, por outro minou, de certa forma, as iniciativas de organização local que estavam em curso, impactando negativamente na qualidade da participação social (LOPES, 2010). Não parece exagerado dizer, assim, que a política de desenvolvimento territorial negou, desta forma, seus próprios princípios.

Analisando estas questões, bem como a priorização de projetos e destinação de recursos dentro do Território, que na grande maioria das vezes beneficia ações voltadas à produção agrícola, nos questionamos se estas políticas de fato têm adotado a perspectiva territorial de desenvolvimento, ou antes, assumem este discurso, mas na prática continuam a se embasar num antigo conceito de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, conforme discutimos anteriormente.

Importante se faz, de uma forma ou de outra, conhecer um pouco melhor as características deste Território. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o Território Integração Norte Pioneiro possui uma área territorial de 10.436.039 km<sup>2</sup>, estando localizado no Norte do Paraná, conforme pode ser visto na ilustração a seguir (IPARDES, 2007).



**Figura 05- Localização do Território Integração Norte Pioneiro**

Fonte: Ipardes, 2007 (reelaborado pela autora).

No Censo 2010, o IBGE constatou que a população total dos municípios deste Território somava 312.757 habitantes, sendo que destes 235.544 constituíam a população urbana e 77.213 a população rural do Território, o que resultava num grau de urbanização igual a 75,31% e densidade demográfica igual a 29,97 hab./ km<sup>2</sup>, conforme pode ser analisado na Tabela 02.

Nos dados do Censo anterior (IBGE, 2000), a população total era de 309.430 habitantes, enquanto a rural somava 91.759 pessoas, o grau de urbanização era de 70,3% e a densidade demográfica de 29,6 habitantes/km<sup>2</sup>. Percebemos, desta forma, uma redução do número de habitantes do meio rural nesta década e a intensificando o processo de urbanização dentro do próprio Território.

**Tabela 02 – População, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica e Área dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro.**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA 2000	POPULAÇÃO URBANA 2010	POPULAÇÃO RURAL 2000	POPULAÇÃO RURAL 2010	POPULAÇÃO TOTAL 2000	POPULAÇÃO TOTAL 2010	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2010	DENSIDADE 2000	DENSIDADE 2010	ÁREA Km²
Abatiá	5 356	5.732	2 903	2.032	8259	7.764	64,9	73,83	36,1	33,95	228,717
Carlópolis	8347	9.353	4958	4.353	13305	13.706	62,7	68,24	29,7	30,36	451,418
Congonhinhas	4704	4.834	3147	3.445	7851	8.279	59,9	58,39	14,6	15,45	535,964
Conselheiro Mairinck	2406	2.515	1057	1.121	3463	3.636	69,5	69,17	16,9	17,76	204,706
Guapirama	2917	2.900	1151	991	4068	3.891	71,7	74,53	21,5	20,58	189,1
Ibaiti	19707	23.116	6741	5.635	26448	28.751	74,5	80,40	29,5	32,03	897,737
Jaboti	2641	3.027	1949	1.875	4590	4.902	57,5	61,75	33	35,2	139,277
Jacarezinho	33515	34.774	6110	4.347	39625	39.121	84,6	88,89	65,8	64,93	602,529
Japira	2327	2.733	2574	2.170	4901	4.903	47,5	55,74	25,9	26,04	188,288
Joaquim Távara	6972	8.220	2689	2.516	9661	10.736	72,2	76,56	33,4	37,13	289,173
Jundiá do Sul	2266	1.976	1393	1.457	3659	3.433	61,9	57,56	11,4	10,7	320,817
Nova Fátima	6591	6.609	1714	1.538	8305	8.147	79,4	81,12	29,3	28,75	283,423
Nova Santa Bárbara	2871	3.279	740	629	3611	3.908	50,3	83,90	50,3	54,46	71,764
Pinhalão	3532	3.924	2685	2.291	6217	6.215	56,8	63,14	28,2	28,17	220,626
Quatiguá	5929	6.372	813	673	6742	7.045	59,8	90,45	59,8	62,52	112,689
Ribeirão Claro	6796	7.085	4107	3.593	10903	10.678	62,3	66,35	17,2	16,97	629,224
Ribeirão do Pinhal	10675	11.078	3666	2.446	14341	13.524	74,4	81,91	38,3	36,09	374,733
Salto do Itararé	3419	3.723	2130	1.455	5549	5.178	61,6	71,90	27,7	25,82	200,519
Santa Amélia	2950	2.886	1457	917	4407	3.803	66,9	75,89	56,6	48,73	78,045
Santa Cecília do Pavão	3002	3.057	1062	589	4064	3.646	73,9	83,85	36,9	33,09	110,2
Santana do Itararé	3465	3.456	2173	1.793	5638	5.249	61,5	65,84	22,4	20,89	251,267
Santo Antônio da Platina	32617	36.944	7326	5.763	39943	42.707	81,7	86,51	55,4	59,19	721,473
Santo Ant. do Paraíso	1718	1.822	1072	586	2790	2.408	61,6	75,66	16,8	14,51	165,904
São Jerônimo da Serra	5331	5.661	6419	5.676	11750	11.337	45,4	49,93	14,3	13,76	823,776
São José da Boa Vista	3501	3.864	3477	2.647	6978	6.511	50,2	59,35	17,5	16,29	399,668
Sapopema	3183	3.552	3689	3.184	6872	6.736	46,3	52,73	10,1	9,94	677,611
Siqueira Campos	11768	13.424	4232	5.030	16000	18.454	73,6	72,74	57,5	66,37	278,035
Tomazina	4286	4.119	5645	4.672	9931	8.791	43,2	46,85	16,8	14,86	591,439
Wenceslau Braz	14879	15.509	4680	3.789	19559	19.298	76,1	80,37	49,2	48,5	397,917
<b>TERRITÓRIO</b>	<b>212315</b>	<b>235.544</b>	<b>88.856</b>	<b>77.213</b>	<b>309.430</b>	<b>312.757</b>	<b>70,3</b>	<b>75,31</b>	<b>29,6</b>	<b>29,97</b>	<b>10.436,039</b>

Fonte: Dados do IBGE (2010) e IPARDES (2007), trabalhados pela autora.

Ao compararmos os dados dos Censos 2000 e 2010, podemos perceber ainda que, apesar de ter havido um aumento na população total do Território, dezoito (18) dos vinte e nove (29) municípios tiveram perdas populacionais (redução do seu número de habitantes). A redução ocorreu principalmente nas populações rurais dos municípios, sendo que do total deles, apenas quatro (4) municípios tiveram aumento de sua população rural (Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Jundiá do Sul e Siqueira Campos)<sup>49</sup>. Por outro lado, cinco (5) municípios (Guapirama, Jundiá do Sul, Santa Amélia, Santana do Itararé e Tomazina) apresentaram redução de sua população do meio urbano.

Os dados mostram ainda que, em 2010, *todos* os 29 municípios do Território possuíam menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica abaixo de 80 hab/km<sup>2</sup>, sendo Santo Antônio da Platina e Jacarezinho os municípios mais populosos, apesar de Jacarezinho ter sofrido redução de sua população no período 2000 - 2010. Assim, ainda que os dados indiquem um grau de urbanização igual a 75,1%, segundo a classificação proposta por Veiga (2002), todos poderiam então ser considerados como “municípios rurais”<sup>50</sup>.

A análise dos resultados dos dois Censos (2000 e 2010) revelou também que em 2000 haviam mais homens (155.834) que mulheres (153.596) na população total do Território, situação típica de regiões “rurais” do país, conhecida como “masculinização do campo”. Em 2010, porém, a situação se inverte, constatando-se um número ligeiramente maior de mulheres (156.527) que homens (156.230) na população total.

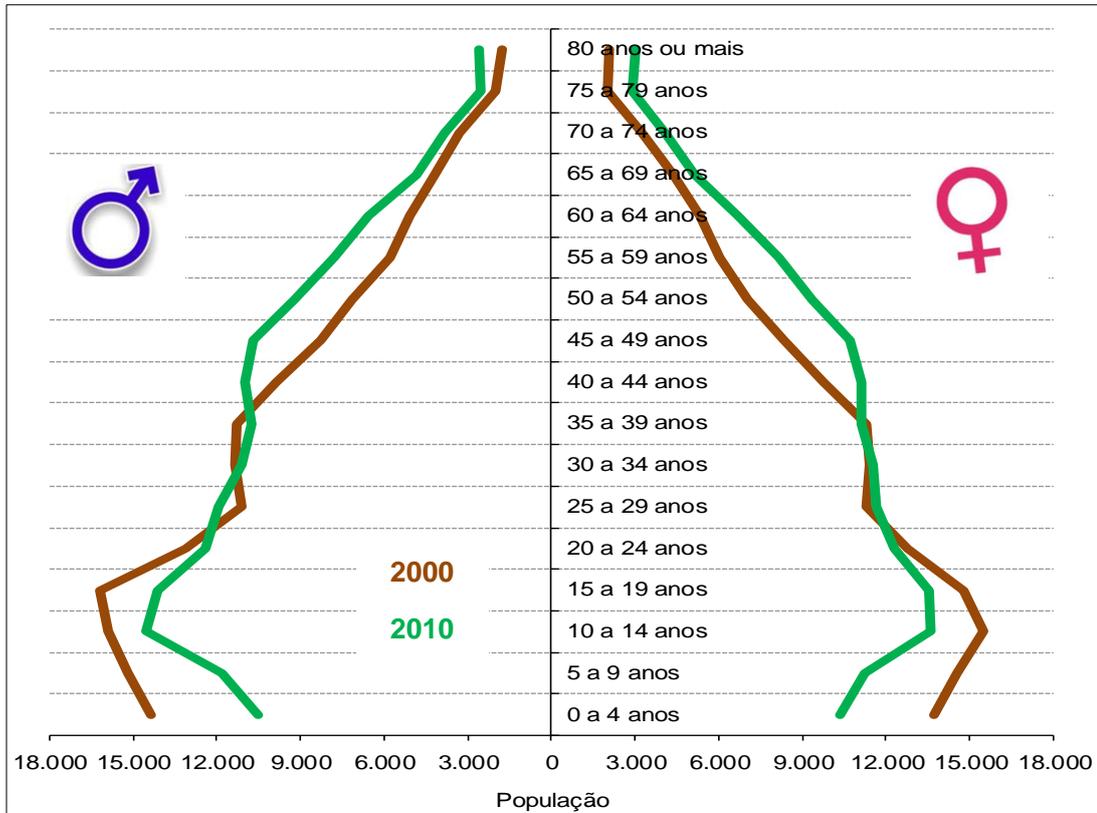
O gráfico que compara as pirâmides etárias do Território, elaboradas a partir dos dados dos dois Censos em questão (apresentado a seguir), demonstra as principais mudanças ocorridas na população neste período. Comparando-se com as pirâmides etárias do Brasil para o mesmo período, notamos que há um comportamento semelhante, com o estreitamento da base da pirâmide (redução da população de 0 a 24 anos e aumento a partir dos 40 anos de idade).

---

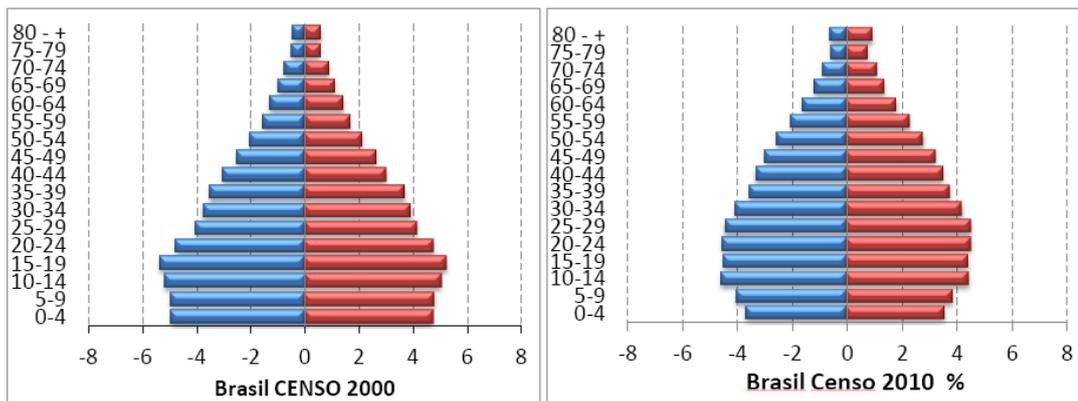
<sup>49</sup> No caso de Congonhinhas e Jundiá do Sul, este aumento possivelmente deve-se ao grande número de famílias assentadas recentemente.

<sup>50</sup> O autor Eli da Veiga considera como municípios “rurais” aqueles que possuem até 50 mil habitantes e densidade populacional menor de 80 hab/km<sup>2</sup> (VEIGA, 2002).

**Pirâmides Etárias do Território Integração Norte Pioneiro, 2000 e 2010**



**Pirâmides Etárias do Brasil, 2000 e 2010**



**Figura 06 – Comparação Pirâmides Etárias da População do Território Integração Norte Pioneiro e Brasil – Comparação 2000 e 2010.**

Fonte: Dados do IBGE, trabalhados pela autora e Alves e Cavenaghi (2012, p. 8)

Quanto à população em idade jovem (15-29 anos) no Território, em 2000 contabilizaram-se 79.221 pessoas, sendo 40.336 homens e 38.885 mulheres. Nas faixas etárias de 15-19 e 20-24 anos, havia mais homens que mulheres, enquanto na faixa etária de 25-29

anos, contabilizavam-se mais mulheres que homens<sup>51</sup>. Na última contagem (2010), entretanto, a população de 15-29 anos foi reduzida para 75.997 pessoas, continuando a contarem-se mais homens (38.484) que mulheres (37.513) em todas as faixas etárias jovens (15-19, 20-24 e 25-29 anos), apesar da população total do Território contabilizar mais mulheres que homens (IBGE, 2010).

**Tabela 03 – População Jovem (15 a 29 anos) no Território, em 2000 e 2010**

Faixa Etária	ANO 2000			ANO 2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19	30.972	16.134	14.838	27.672	14.145	13.527
20 a 24	25.876	13.115	12.761	24.738	12.426	12.312
25 a 29	22.373	11.087	11.286	23.587	11.913	11.674
<b>Total</b>	<b>79.221</b>	<b>40.336</b>	<b>38.885</b>	<b>75.997</b>	<b>38.484</b>	<b>37.513</b>

**Fonte:** Dados do IBGE (2000 e 2010) organizados pela autora.

Se considerarmos que, por um lado, a população total do Território cresceu em números absolutos neste período (2000 a 2010), e que, por outro lado, a população em idade jovem (15 a 29 anos) também cresceu em números absolutos no Brasil e no Paraná (Tabela 04, a seguir), constatamos no Território uma situação inversa, com decréscimo da população em idade jovem, indicando perdas populacionais nesta faixa etária.

No mesmo período (2000 – 2010) ocorre um crescimento da população em idade jovem no meio urbano e redução no meio rural no Território (assim como no Paraná e Brasil). Desta forma temos que os jovens do Território Integração continuam a deixar o campo e mudar-se para a cidade, ao mesmo tempo em que migram também para outras regiões do Estado ou mesmo para fora do Estado, o que é indicado pela perda de população em números absolutos (Tabela 04).

Esta redução da população em idade jovem no Território deu-se principalmente nas faixas etárias de 15-19 anos (exceto em 4 municípios) e 20-24 anos (com exceção de 11 municípios), enquanto na faixa de 25 a 29 anos de idade houve um ligeiro crescimento, para o que contribuíram 12 municípios do Território, ou seja, na maioria dos municípios houve perdas também nesta faixa etária (IBGE, 2010).

<sup>51</sup> As tabelas completas da população em idade jovem para todos os municípios do Território em 2000 e 2010 encontram-se ano apêndice deste trabalho.

**Tabela 04 – População Jovem (15 a 29 anos) Total, Rural e Urbana, no Brasil, Paraná e Território – 2000 e 2010.**

LOCALIDADE	POPULAÇÃO	2000	2010
	<b>Total</b>	<b>47.939.723</b>	<b>51.330.569</b>
<b>BRASIL</b>	Urbana	39.331.638	43.522.942
	Rural	8.608.084	7.807.627
	<b>Total</b>	<b>2.616.327</b>	<b>2.710.195</b>
<b>PARANÁ</b>	Urbana	2.153.898	2.347.436
	Rural	462.429	362.759
	<b>Total</b>	<b>79.221</b>	<b>75.997</b>
<b>TERRITÓRIO</b>	Urbana	55.380	58.893
	Rural	23.841	17.104

**Fonte:** Dados do IBGE (2000 e 2010) organizados pela autora.

Em resumo, conforme observado para outras regiões de características predominantemente “rurais” no Brasil, o Território Integração Norte Pioneiro continua a perder população em idade jovem (15-29 anos). Neste contexto, cabe observar ainda que são as mulheres as que mais migram, ocasionando a chamada “masculinização” do campo (enquanto na população total do Território a maioria é de mulheres<sup>52</sup>, na faixa etária jovem, continuam a ser em menor número que os homens).

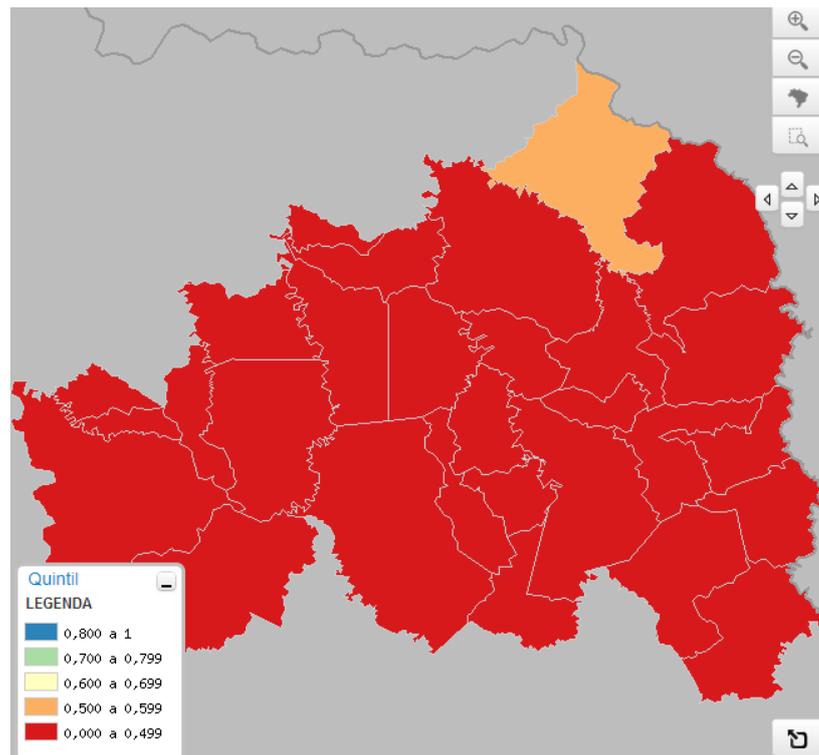
Outro indicador interessante para se analisar no Território é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>53</sup>. Favareto (2009), ao refletir sobre as políticas de desenvolvimento territorial em andamento, identifica, ao nível federal, o Programa Territórios da Cidadania, criado no ano 2008, e no qual foram inseridos inicialmente 60 territórios rurais (entre os quais o Território Integração Norte Pioneiro – PR), com a intenção de ofertar programas governamentais de forma integrada, com vistas à promoção do desenvolvimento

<sup>52</sup> Em 2000, haviam no Território mais homens (155.834) que mulheres (153.596), enquanto em 2010 a situação se inverte, passando a ter mais mulheres (156.527) que homens (156.230) no total da população.

<sup>53</sup> O IDH é um indicador elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a partir de dados relativos à educação, longevidade e renda, com a finalidade de medir o desenvolvimento humano de determinado local - país, estado, região ou município (IPARDES, 2007). Para os municípios, temos como referência o IDH-M, sendo que os dados mais recentes à disposição são aqueles elaborados a partir do Censo 2010. Ressaltamos que houve uma mudança recente na metodologia de cálculo do índice, em relação àquela utilizada em 1998 e 2003, numa tentativa de acompanhar as modificações metodológicas implantadas no IDH Global em 2010, bem como facilitar o cálculo a partir dos dados disponíveis para os municípios brasileiros, a partir dos Censos Demográficos do IBGE. Neste sentido, não seria possível comparar o IDHM de 2013 aos índices de 1991 e 2000. A fim de permitir esta comparação, o Atlas Brasil 2013 traz os dados anteriores (1991 e 2000) recalculados, segundo as mudanças metodológicas implantadas e divisões municipais ocorridas entre 2000 e 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso: 27 de Fevereiro de 2014.

destes espaços. Estes territórios escolhidos têm como principal característica justamente o baixo dinamismo econômico e os piores Índices de Desenvolvimento Humano.

Ao analisarmos o IDH-M dos municípios do Território, comparando os índices em 1991, 2000 e 2010, percebemos que houve uma sensível melhora neste período. Em 1991, exceto Jacarezinho (IDH-M na faixa entre 0,500 e 0,599), todos os demais possuíam os piores indicadores, na faixa entre 0,000 e 0,499, conforme podemos visualizar na figura a seguir:



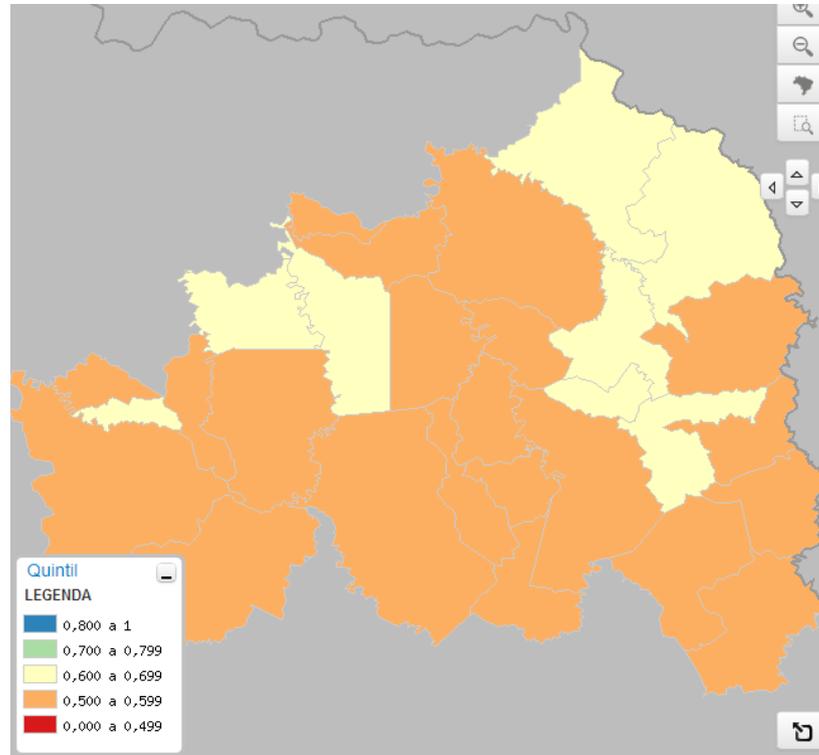
**Figura 07 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro - 1991**

**Fonte:** Dados PNUD (2013), trabalhados pela autora.

Dez anos depois, em 2000, notamos um avanço significativo, sendo que 8 municípios alcançaram a faixa de IDH-M entre 0,600 e 0,699, enquanto os demais avançaram para a o grupo daqueles municípios com índice entre 0,600 e 0,699.

Já em 2010, no último cálculo do IDH-M, a maioria dos municípios atingiu índices entre 0,600 e 0,699, enquanto parte avançou para o grupo daqueles com índice entre 0,700 e 0,799. Ainda que todos os componentes do índice (renda, longevidade e educação) tenham

sofrido melhorias, a educação foi onde mais se avançou, enquanto a renda teve o avanço menos expressivo, em todos os municípios<sup>54</sup> (PNUD, 2013).

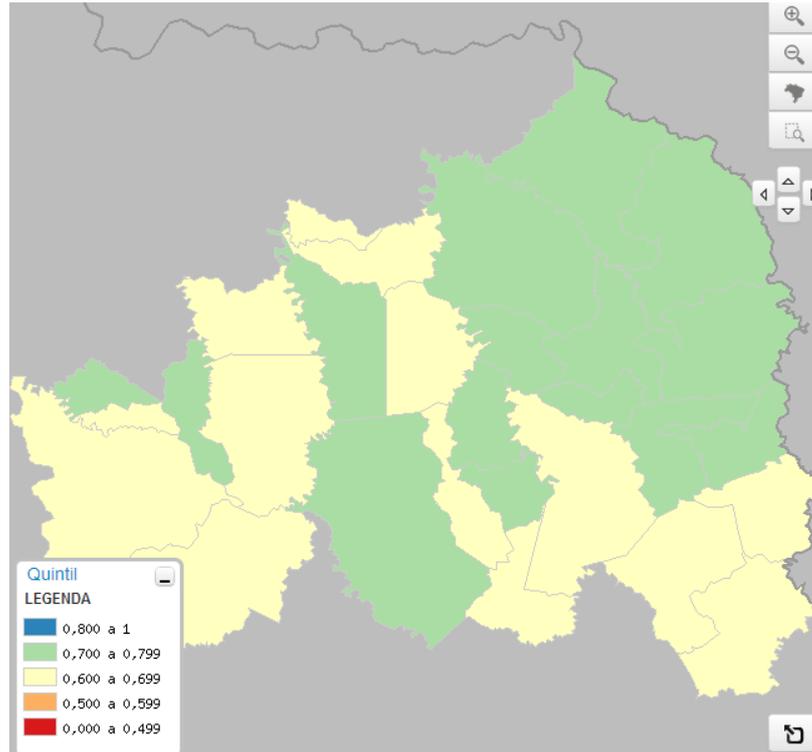


**Figura 08 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro - 2000**

**Fonte:** Dados PNUD (2013), trabalhados pela autora.

Não obstante estas melhorias percebidas, exceto Jacarezinho (IDH-M = 0,743), todos os demais municípios do Território obtiveram em 2010 índices abaixo da média brasileira (0,727) e da média do Paraná (0,749), demonstrando assim que se constitui numa região que expressa as desigualdades existentes dentro do Estado. Além disso, podemos perceber as desigualdades dentro do próprio Território, ao analisar o caso de Jacarezinho, com IDH-M próximo à média estadual, ao passo que outros municípios, como São Jerônimo da Serra, com o pior IDH-M do grupo (0,637).

<sup>54</sup> A lista completa com os indicadores IDH-M para os municípios do Território, em 2000 e 2010 encontra-se no Apêndice deste trabalho.



**Figura 09 – Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro – 2010**

Fonte: Dados PNUD (2013), trabalhados pela autora.

Em 2011, os municípios com maior participação no Produto Interno Bruto - PIB do Território eram: Jacarezinho (14,62%), Santo Antônio da Platina (13,59%) e Ibaiti (9,02%). Estes também são os municípios mais populosos. Por sua vez, os municípios com menor participação eram Nova Santa Bárbara (0,80%), Santo Antônio do Paraíso (0,92%) e Conselheiro Mairinck (1,05%). Ressalta-se que, no período 2008 a 2011, todos os municípios apresentaram crescimento do PIB (a tabela completa com o PIB dos municípios pode ser consultada no apêndice deste trabalho).

Em 2010, constatou-se, porém, que a renda *per capita* de todos os municípios do Território era menor que a auferida para o Paraná (890,89) e mesmo para o Brasil (793,87)<sup>55</sup>. Os municípios com maior renda *per capita* eram Ibaiti (787,74); Jacarezinho (770,55) e Santo Antônio da Platina (765,04) e a menor *per capita* foi de São Jerônimo da Serra (393,81); São José da Boa Vista (458,85) e Santana do Itararé (467,18), segundo o PNUD (2010).

Quanto à renda *per capita* do 1º quinto mais pobre (PNUD, 2010), temos que na maioria dos municípios do Território (26) este valor era menor que o valor do Paraná

<sup>55</sup> A tabela completa pode ser consultada no apêndice deste trabalho.

(167,77). Apenas 3 municípios (Joaquim Távora, Quatiguá e Siqueira Campos) ultrapassou o valor do estado. Ainda assim, 25 municípios alcançaram valores superiores ao valor para o Brasil no mesmo ano (95,73).

No que se refere à porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais, ocupadas, e sem rendimentos, 17 dos 29 municípios tiveram, em 2010, percentual acima daquele observado para o Paraná (3,98%), sendo os maiores valores referentes aos municípios de Sapopema (16,74%), Salto do Itararé (15,4%) e Congonhinhas (15,06%). Além disso, os dados do PNUD (2010) mostram ainda que 27 municípios apresentavam percentual de ocupados, com 18 anos ou mais e rendimentos até 1 salário mínimo, acima do percentual observado para o Paraná (17,21%). Aliás, em cerca de um terço dos municípios (10), observou-se que acima de 40% das pessoas de 18 anos ou mais, ocupadas, recebiam até um salário mínimo.

Na questão da educação, temos que a taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) reduziu-se em todos os municípios do Território comparando-se 2000 e 2010, mas ainda assim permaneceu maior que a taxa no Paraná (6,28) para todos os municípios. Em 23 municípios, a taxa de analfabetismo supera inclusive a taxa brasileira (9,61). Quanto à expectativa de anos de estudo, ao compararmos 2000 e 2010, temos que 23 municípios houve crescimento, enquanto em seis municípios (Jacarezinho, Joaquim Távora, Nova Santa Bárbara, Quatiguá, Siqueira Campos e Wenceslau Bráz) houve redução na expectativa de anos de estudo (expectativa de anos de estudo). Em 25 municípios, esta expectativa é superior à brasileira (9,54 anos), mas em cerca de metade dos municípios do Território, é inferior à expectativa de anos de estudo do Paraná (10,43), segundo os dados do PNUD (2010).

Quanto à esperança de vida ao nascer, conforme informação do PUND (2010) esta variou entre 71,88 (São José da Boa Vista) e 75,87 anos (Santana do Itararé), sendo que a maioria dos municípios (22) apresentou esperança de vida ao nascer abaixo do valor calculado para o Paraná (74,8), dos quais 13 municípios também estavam abaixo do valor brasileiro (73,94) (PNUD, 2010).

Interessante observar ainda que a taxa de fecundidade total no Território, seguindo a tendência do estado (1,86) e do país (1,89), sofreu redução na comparação 2000 e 2010, porém em 23 municípios permaneceu maior que a mesma taxa no Paraná e Brasil. A menor taxa foi observada para o município de Quatiguá (1,63) e a maior para Santa Amélia (2,87), valor bem superior à referência estadual (PNUD, 2010).

Por outro lado, todos os municípios do Território em 2010 (PNUD) apresentaram uma taxa de envelhecimento superior à brasileira (7,36) e estadual (7,53); e 28 municípios tiveram razão de dependência (percentual da população de menos de 15 anos e da população

de 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos) superior à do Paraná (43,78), mais um indicativo do suposto “envelhecimento” dos territórios rurais, como é o caso do Norte Pioneiro.

No que se refere às ocupações, o setor agropecuário continua a ser o mais relevante no território, apesar de ter decrescido em importância em todos os municípios do Território de 2000 para 2010. Apenas em um município o setor agropecuário representa uma porcentagem menor do que o valor do estado (Jacarezinho, onde apenas 13,46% dos ocupados são do setor agropecuário). Enquanto no Paraná o percentual de ocupados maiores de 18 anos ocupados no setor agropecuário era igual a 14,35% em 2010, dentre os municípios do Território, 19 tinham este percentual acima de 30% (sendo 7 deles acima de 50%; e 8 entre 40 e 50%)<sup>56</sup>.

Os produtos agrícolas mais relevantes – em termos de área ocupada no Território, eram em 2012: soja (154.700 há); milho (129.991 há); trigo (62.463 há); cana de açúcar (51.387 há); feijão (30.190 há) e café (26.130 há) (IBGE, 2014). Dentre as criações, destacam-se a produção de bovinos, leite e aves (IPARDES, 2007), sendo que mais de 60% das terras do Território eram destinadas para pastagens, conforme revela Silva (2012).

Devemos ponderar aqui que estes números refletem principalmente a produção da agricultura empresarial, que historicamente se apropria da maior parte das áreas produtivas no Brasil e dispõe de mais meios de gerenciamento, que permitem estatísticas mais precisas em torno do valor produzido. Para se ter uma ideia, dentre os produtos citados anteriormente como mais expressivos, apenas o leite e o café são entendidos pelo Emater como cadeias produtivas dominadas pela agricultura familiar no Território (RONQUE, 2013).

Faz-se necessário, desta forma, analisar então os tipos de estabelecimentos predominantes, bem como as questões referentes ao acesso à terra e estrutura fundiária neste ambiente. Dados do Censo Agropecuário, apresentados por Silva (2012) mostram que em 1996, 85,82% dos estabelecimentos do Território eram do tipo familiar (segundo a Lei 11.326/2006), reduzindo-se para 80,61% em 2006, conforme podemos verificar na tabela a seguir (tabela 05).

Desta forma, temos que na década (1996 a 2006) houve um crescimento de 18,76% do número total de estabelecimentos, sendo que os familiares (até 4 módulos fiscais<sup>57</sup>) apresentaram um pequeno crescimento (10%) enquanto os não familiares cresceram mais de 70% (SILVA, 2012). Cabe ressaltar ainda que, estes estabelecimentos não familiares (20,51%)

---

<sup>56</sup> A tabela completa com os percentuais de ocupação no Território nos diversos setores, em 2000 e 2010, pode ser consultada no apêndice deste trabalho.

<sup>57</sup> Conforme já dito anteriormente, no Território, um módulo fiscal equivale a 18 há.

ocupavam em 2006 76,14% da área total dos estabelecimentos agropecuários existentes no Território Integração Norte Pioneiro, indicando uma concentração do acesso à terra (SILVA, 2012), o que se confirma pela observação do Índice de Gini<sup>58</sup>, que indica muito forte (20 municípios) ou forte (9 municípios) concentração na posse da terra. Assim, a concentração fundiária é uma realidade presente neste Território<sup>59</sup>.

**Tabela 05 – Estabelecimentos Agropecuários Segundo o tipo Familiar ou Não Familiar no Território em 1995/1996 e 2006**

Tipo de Estabelecimentos	1995/1996		2006	
	Número	%	Número	%
Agricultura familiar	15.513	85,82	17.065	79,49
Não familiar	2.564	14,18	4.404	20,51
Total	18.077	100	21.469	100

**Fonte:** Dados do Censo Agropecuário 1995/1996 e 2006, apresentados por Silva (2012).

Uma iniciativa - o Programa Nacional do Crédito Fundiário - PNCF<sup>60</sup> vem sendo implantado na região, com vistas a favorecer o acesso à terra, por meio do financiamento. Até 2012, segundo Silva (2012) 18 municípios do Território acessaram o PNCF, o que representava 31,93% do total do estado do Paraná. Cumpre-nos ressaltar, porém, que o excesso de burocracia no acesso, as altas taxas de endividamento das famílias beneficiárias e as constantes denúncias de irregularidades no Programa levam ao questionamento sobre a eficácia do mesmo enquanto política de redistribuição de terras no Território em questão.

<sup>58</sup> O Índice de Gini mede a desigualdade no acesso à terra, analisando “a distância do real acesso à terra com a perfeita equidistribuição dos estabelecimentos com a área (há), variando de 0 (zero) a 1 (um). Níveis de concentração: fraca – menos de 0,251; média – de 0,251 a 0,500; forte – de 0,501 a 0,700; muito forte – de 0,701 a 0,900; absoluta – de 0,901 a 1,0” (IPARDES, 2007 *apud* SILVA, 2012, p.71).

<sup>59</sup> “Entre os anos 1970 e 1985, ocorreu no Paraná forte processo de concentração do acesso a terra, com pequena redução até 1995. Os municípios de Conselheiro Mairinck, Guapirama, Jaboti, Quatiguá, Santo Antônio da Platina e Sapopema apresentaram a mesma tendência estadual no referido período” (IPARDES, 2007).

<sup>60</sup> O PNCF foi criado em 2003 e trata-se de um programa que financia a aquisição de terras para interessados que comprovem experiência com trabalho na agricultura (mínimo 5 anos, nos últimos 15 anos), renda anual familiar abaixo de 15.000,00 e bens com valor abaixo de 30.000,00. É entendido como um modelo de “reforma agrária de mercado”, desenvolvido nos moldes propostos pelo Banco Mundial. Para maiores informações sobre os programas, acessar <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>> e ver a dissertação de Silva (2012).

Por outro lado, o Território possui também grande número de famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, resultante de mobilizações e luta pelo acesso à terra. Segundo dados do IPARDES (2007), contabilizava-se aí em torno de 1.091 famílias assentadas em 21 assentamentos da reforma agrária, distribuídos entre 10 municípios da região. O município com maior número de famílias assentadas era em 2010 São Jerônimo da Serra, com 331 famílias, em 9 projetos de assentamentos.

Todos estes dados aqui apresentados tem como objetivo tecer uma caracterização do Território Integração Norte Pioneiro, e demonstram que, apesar da intenção das políticas públicas em andamento, estamos ainda longe de atingir o almejado “desenvolvimento territorial sustentável”. Este é o local onde residem os jovens pesquisados e suas famílias, configurando-se assim o pano de fundo para a análise que será apresentada a seguir, a partir dos dados obtidos em entrevistas, grupo focal, questionários e observação participante.

#### 4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS - INFORMANTES DA PESQUISA REALIZADA

Para a concretização deste estudo, contamos com as valiosas informações prestadas por agricultores familiares, técnicos de Ater, professores das Casas Familiares Rurais e escolas do campo, técnicos do serviço público Ater ou da iniciativa privada e jovens rurais de diversos municípios do Território Integração Norte Pioneiro. As informações foram obtidas, desta forma, durante a realização de atividades individuais ou coletivas de Ater ao longo dos seis anos de trabalho da pesquisadora neste Território, e ainda mais durante as observações realizadas por ocasião do estágio obrigatório do Mestrado em Políticas Públicas.

Nosso olhar mais aprofundado sobre as questões colocadas, porém, deu-se a partir da realização de entrevistas (um grupo focal e 16 entrevistas individuais semiestruturadas) realizadas com 20 jovens, filhos de agricultores familiares de 14 a 27 anos de idade, provenientes de 7 municípios do Território, conforme pode ser observado no quadro 01 (a seguir). Na faixa etária de 14 a 18 anos, tivemos 10 entrevistados; na faixa de 19 a 24 anos foram 8 entrevistados e na faixa etária de 25 a 29 anos, 2 entrevistados. Dentre estes informantes, foram entrevistadas 7 moças e 13 rapazes, selecionados de forma intencional, com auxílio de lideranças de agricultores e técnicos locais do Emater, segundo critérios previamente definidos<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Critérios: jovens, de ambos os sexos, filhos/ filhas de agricultores familiares, com diferentes formas de acesso à terra e envolvidos em diferentes atividades produtivas, dispostos a participar da pesquisa.

**Quadro 01 – Caracterização dos Jovens Entrevistados**

<b>CÓDIGO IDENTIF.</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>RELIGIÃO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
<b>E1</b>	Ibaiti	M	16	Solteiro sem filhos	Católico	3º ano Ens. Médio (em curso) – CFR
<b>E2</b>	Ibaiti	F	17	Solteira sem filhos	Católica	3º ano Ens. Médio (em curso) – Magistério
<b>E3</b>	Pinhalão	M	19	Solteiro sem filhos	Católico	Ens. Médio Completo
<b>E4</b>	Pinhalão	M	26	Solteiro sem filhos	Católico	Ens. Médio Completo
<b>E5</b>	Jundiá do Sul	M	20	Casado com filhos	Assembléia de Deus	Ens. Médio Completo
<b>E6</b>	Wenceslau Braz	F	27	Casada com filhos	Católica	Ensino Médio Completo
<b>E7</b>	Wenceslau Braz	F	24	Casada com filhos	Católica	2º Ano Ens. Médio (Incomp.)
<b>E8</b>	Santana Itararé	F	20	Solteira sem filhos	Católica	Ensino Médio Completo
<b>E9</b>	Santana Itararé	M	15	Solteiro sem filhos	Católico	1º ano Ens. Médio (cursando)
<b>E10</b>	Santana Itararé	M	14	Solteiro sem filhos	Católico	8ª série ou 9º ano Ens. Fund.
<b>E11</b>	Tomazina	F	19	Casada, sem filhos	Católica	Ensino Médio Completo
<b>E12</b>	Japira	F	18	Solteira, sem filhos	Católica	4º ano Ensino Médio/ formação docentes
<b>E13</b>	Ibaiti	M	24	Solteiro, sem filhos	Católico	Ensino Médio/ Técnico completo
<b>E14</b>	Ibaiti	M	19	Solteiro, sem filhos	Congregação Cristã	Ensino Médio Completo
<b>E15</b>	Ibaiti	M	22	Solteiro, sem filhos	Católico	Ensino Superior Completo
<b>E16</b>	Ibaiti	M	16	Solteiro, sem filhos	Católico	Ensino Médio – Estudando - 2º ano
<b>EG17</b>	Ibaiti	M	16	Solteiro, sem filhos	Católico	Ensino Médio – Estudando - 2º ano
<b>EG18</b>	Ibaiti	M	17	Solteiro, sem filhos	Católico	Ensino Médio – Estudando - 2º ano
<b>EG19</b>	Ibaiti	M	17	União estável, sem filhos	Católico	Ensino Médio – Estudando - 2º ano
<b>EG20</b>	Ibaiti	F	15	Solteira, sem filhos	Católica	Ensino Médio – Estudando - 1º ano

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Estas entrevistas foram realizadas no período compreendido entre 11 de junho e 16 de dezembro do ano 2013. As entrevistas foram gravadas, com auxílio de gravador digital, e a seguir transcritas e digitadas em arquivo Word, para posterior impressão e análise.

No que se refere ao estado civil dos/das jovens entrevistados/as, no momento da entrevistas, 15 se declararam solteiros sem filhos (11 rapazes e 4 moças), enquanto 4 eram casados (1 rapaz e 3 moças) e 1 rapaz disse viver em união estável. Dentre estes casados/união estável, 2 moças e 1 rapaz tinham filhos. Estes rapazes casados tinham idades entre 17 e 20 anos, enquanto as moças idade entre 19 e 27 anos de idade.

Quanto à fé professada, a grande maioria se declarou como sendo católicos (18 jovens); apenas um rapaz da igreja Assembléia de Deus; e outro da Congregação Cristã no Brasil. Este grande número de jovens católicos talvez seja um indício da representatividade da fé Católica, ainda hoje, dentre os residentes no meio rural brasileiro<sup>62</sup>.

No que tange à escolaridade, notamos que os jovens que já pararam de estudar tem, quase todos, o Ensino Médio Completo (8 jovens), sendo que e apenas 1 jovem tem o Ensino Superior Completo. Os demais (11) estão ainda estudando, sendo que 10 deles no Ensino Médio e 1 no Ensino Fundamental. Isto representa um incremento nos anos de estudo, se comparado aos pais e mães, sendo que a maioria possui o Ensino Fundamental Incompleto (9 pais e 11 mães), tendo a maior parte estudado apenas até a primeira fase (anteriormente chamada de 1ª a 4ª séries). Nenhum pai ou mãe cursou o Ensino Superior, havendo apenas uma mãe com Ensino Médio Completo. Dentre os pais, há um deles não alfabetizado.

A maior parte das famílias (de ascendências) dos jovens entrevistados (9 famílias) é composta por dois filhos – o jovem e um irmão ou irmã – e a seguir destaca-se o número de famílias com três filhos - jovem e dois irmãos (4 famílias). Duas outras famílias tiveram 4 filhos – o jovem e três irmãos deste, e apenas uma família tem apenas 1 filho (jovem entrevistado). As outras 4 famílias não especificaram<sup>63</sup>. Este dado demonstra que, apesar da contínua redução da taxa de fecundidade das mulheres, inclusive no meio rural, o tamanho destas famílias (assim como no Território, segundo observado anteriormente) ainda está um pouco acima da média brasileira, que chegou a 1,86 filhos por mulher segundo análises do último Censo do IBGE (2010).

---

<sup>62</sup> Embora o perfil religioso brasileiro tenha sofrido mudanças, com a redução do número de católicos, estes ainda são o maior número, tendo passado de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010, segundo dados do IBGE.

<sup>63</sup> Um quadro com a síntese dos dados sobre o tipo e tamanho da família, bem como escolaridade dos pais encontra-se disponível no Apêndice deste trabalho.

No que se refere aos tipos de famílias, a Organização das Nações Unidas – ONU (1998, *apud* ALVES e CAVENAGHI, 2012, p.16) define família como sendo “um grupo de no mínimo duas pessoas, formada por laços de consaguinidade, descendência (ou adoção) e matrimônio”. Desta forma, os domicílios podem ser classificados em: i) domicílios com não famílias; ii) domicílio nuclear - casal com ou sem filhos, monoparental masculino ou monoparental feminino; iii) domicílio com família extensa; iv) domicílio com família composta.

O tipo de família predominante entre nossos jovens informantes seria a família nuclear, formada pelo casal e filhos (12 casos), seguido pelo tipo de família extensa, quando os demais membros (tios, avós, sogro, cunhados, sobrinha) residem em uma casa ao lado da primeira, ou até mesmo na mesma casa que o jovem. É o caso de 7 famílias dentre os informantes. Uma única família abriga um não parente junto ao núcleo familiar, consistindo assim no tipo família composta. Do grupo de jovens casados ou em união estável (5), 4 convivem com famílias deste tipo (extensa), enquanto um jovem convive num núcleo familiar, com uma companheira e filhos de outros relacionamentos desta.

#### 4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Minayo (2007) identifica três modalidades de análise possíveis, quando trabalhamos com pesquisa qualitativa, em especial com a realização de entrevistas: a análise de conteúdo; a análise de discurso; e a análise hermenêutica-dialética. A autora demonstra claramente sua preferência pelo terceiro tipo, ressaltando suas vantagens:

Uma análise compreensiva ancorada na hermenêutica-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionados por tal momento histórico e, por isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem (MINAYO, 2007, p. 347).

Para a análise dos dados, optamos então pela modalidade de análise hermenêutica-dialética, segundo proposto pela autora (MINAYO, 2007). Seguimos ainda os passos recomendados pela autora, que consistem basicamente, em primeiro lugar, na ordenação dos dados, e em segundo lugar, na classificação dos mesmos, por meio da leitura horizontal, leitura transversal e análise final.

Com este propósito, após meticulosa leitura das entrevistas (individuais e grupo focal) transcritas e impressas, notas sobre observações realizadas e análise de questionários, foram definidas as categorias de análise descritas a seguir, consideradas fundamentais para entender os jovens rurais do Norte Pioneiro, e os motivos que os levam a permanecer ou não no meio rural: acesso à terra; produção e renda; acesso à educação/ escolarização; meios de comunicação; diferenças/ desigualdades de gênero; casamento/ formação de nova família; tomada de decisões na propriedade; identidade e representações sobre o ser jovem no meio rural; acesso a políticas públicas.

#### **4.4.1 “Quem tem terra hoje tem uma pedra de diamante na mão” – a importância do acesso à terra para a permanência dos jovens do Norte Pioneiro no meio rural**

Para efeito de análise de questões ligadas ao acesso à terra entre os jovens pesquisados, estabeleceremos aqui uma diferenciação entre as famílias deste jovens, agrupando-as, segundo a forma de obtenção da terra em: i) agricultores familiares tradicionais (terra obtida por meio de herança ou compra com recursos próprios); ii) assentados (famílias beneficiárias dos assentamentos de reforma agrária); iii) beneficiários do Crédito Fundiário (famílias que adquiriram terra por meio de financiamento do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF ou do Programa Banco Terra, existente anteriormente). Devemos esclarecer que esta forma de divisão tem função prática apenas para fins desta análise, prevalecendo em outras circunstâncias a determinação legal, que reconhece todas estas categorias como agricultores familiares, sem distinção.

Mediante esta classificação, temos que dentre os 20 entrevistados, 10 jovens eram provenientes de famílias de agricultores familiares tradicionais, sendo 8 deles na condição de filhos e 2 com outra relação de parentesco (esposa/agricultora e neto). Representantes de famílias assentadas, foram 7 entrevistados (5 filhos de assentados, 1 nora e 1 dono do lote/ assentado). E por fim, 3 jovens entrevistados eram de famílias beneficiárias do Crédito Fundiário (filhos).

Desta forma, apenas três jovens se colocaram na posição de donos/ responsáveis pela propriedade, sendo 2 jovens (1 rapaz e 1 moça) provenientes de famílias de agricultores familiares tradicionais e 1 (rapaz) de família assentada. No caso dos agricultores familiares, o rapaz tornou-se o responsável pela propriedade após a morte do pai, mesmo que outros membros da família continuem a residir e trabalhar lá (mãe e irmãos), enquanto a moça é

casada, mora na propriedade do pai com o marido, mas têm outra propriedade no mesmo bairro (herança do marido).

Conforme podemos analisar no Quadro 02, a seguir, a forma de obtenção da terra pelas famílias destes jovens deu-se então principalmente por meio de herança (6 casos, dentre os 10 agricultores familiares, sendo que outros 3 afirmaram que a terra foi comprada com recursos próprios pela família); por meio de assentamento, procedido ou não de ocupação (apenas 2 jovens, dentre os 7 assentados, relataram que suas famílias participaram da ocupação da terra)<sup>64</sup>; ou por meio de compra financiada, no caso dos beneficiários do Crédito Fundiário (3 casos).

**Quadro 02 – Características dos Entrevistados, Forma de Obtenção de Terra, Tamanho e Tipo de Documentação da Propriedade**

CÓD. IDENT.	SEXO	IDADE	RELAÇÃO - TERRA	OBTENÇÃO DA TERRA	TAMANHO (HÁ)	TIPO DE DOCUMENTO
E1	M	16	Assentados	Reforma agrária	21,78 há	Contrato com INCRA
E2	F	17	Beneficiários PNCF	Compra – PNCF	12,1 há	Matrícula/ Escritura
E3	M	19	Agricultores familiares	Herança (avô paterno)	15,73 há	Em inventário
E4	M	26	Agricultores familiares	Herança (avô paterno)	4,84 há	Escritura
E5	M	20	Assentados	Reforma agrária	10,89 há	Não tem (contrato)
E6	F	27	Assentados	Reforma agrária	19,36 há	Contrato com INCRA
E7	F	24	Assentados	Reforma agrária	19,36 há	Contrato com INCRA
E8	F	20	Agricultores familiares	Herança (avô paterno + compra)	11,0 há	Matrícula/ Escritura
E9	M	15	Agricultores familiares	Herança (avô paterno)	7,26 há	Escritura
E10	M	14	Agricultores familiares	Herança (avô materno)	9,6 há	Matrícula (nome do avô)
E11	F	19	Agricultores familiares	Compra (terra adquirida pela jovem e marido)	3,0 há	Matrícula/ Escritura
E12	F	18	Agricultores familiares	Herança (avô paterno)	9,68 há	Escritura
E13	M	24	Assentados	Reforma agrária (ocupação)	19,69 há	Contrato do INCRA
E14	M	19	Assentados	Reforma agrária (ocupação)	12,0 há	Contrato do INCRA
E15	M	22	Agricultores familiares	Compra (pai)	15,73 há	Escritura
E16	M	16	Agricultores familiares	Compra (pai)	4,84 há	Escritura
EG17	M	16	Beneficiários PNCF	Compra – PNCF	12,34 há	Matrícula/ Escritura
EG18	M	17	Beneficiários PNCF	Compra – PNCF	12,34 há	Matrícula/ Escritura
EG19	M	17	Agricultores familiares	Herança (avô)	Não inf.	Não inf.
EG20	F	15	Assentados	Reforma agrária	24,2 há	Contrato do INCRA

**Fonte:** Dados da pesquisa.

<sup>64</sup> Neste sentido cabe esclarecer, aqui, que estes jovens entrevistados não possuem, portanto, o perfil de militantes de movimentos sociais de luta pela terra. Na verdade, o MST tem forte atuação em poucos municípios do Território, com destaque para Congonhinhas, Sapopema e São Jerônimo da Serra. É comum, em nosso Território, assentamentos de reforma agrária que não possuem nenhuma ligação com movimentos sociais, sendo este o caso das famílias de nossos jovens entrevistados.

Dos 3 casos em que a terra foi comprada com recursos próprios, cabe ressaltar, em dois deles a família se dedicou a atividade fora da agricultura (ligada ao meio urbano), o que permitiu acumular os recursos suficientes para a aquisição da terra. No outro caso, o jovem casal adquiriu a terra e está pagando parcelado, a partir da renda obtida com o cultivo do café.

O tamanho médio das propriedades é 12,93 há, sendo a que a maior propriedade tem 24,2 e a menor 3,0 hectares (há). A grande maioria destas propriedades (14) não atinge o tamanho de um módulo fiscal (igual a 18 há para a maioria dos municípios do Território). Se considerarmos que, segundo definido em lei, o módulo fiscal corresponde à “área mínima suficiente para a exploração economicamente viável de uma propriedade rural” (SILVA, 2012), poderíamos nos questionar se estas propriedades estão tendo viabilidade que permita a reprodução da família e, por fim, se poderão garantir a permanência dos jovens nestas propriedades.

A questão produtiva e geração de renda nestas propriedades deixaremos para discutir na seção seguinte, que trata especificamente deste tema. Neste momento, procuraremos analisar, a partir dos dados e falas dos jovens, se existiria alguma relação entre o tamanho da propriedade, número de filhos e a vontade/ possibilidade do jovem permanecer no sítio.

No caso dos 5 jovens cujas famílias possuem áreas maiores que um módulo fiscal, 3 deles afirmaram que tem interesse de permanecer no sítio, e haveria condições de permanecer na própria terra do pai. Em um dos casos, trata-se de uma moça, que tem apenas uma irmã, já casada, que mora fora, ou seja, a jovem entrevistada seria a única possível sucessora na propriedade. No segundo caso, o jovem tem um irmão, mas acredita que seria possível continuar na propriedade, se bem que tenha interesse de ter sua própria terra. E no terceiro caso, o jovem tem três irmãos, mas seu interesse é trabalhar com outras atividades não agrícolas na propriedade, não havendo problemas em relação ao uso da terra por todos.

Quanto aos 2 outros entrevistados cujas famílias tem mais de um módulo fiscal, apesar de terem interesse de permanecer no meio rural, já percebem problemas em relação ao uso da terra. Trata-se do caso de duas jovens (uma cunhada da outra) que são casadas e residem na mesma propriedade do pai/sogro, mas que estão buscando alternativas para obter renda, uma vez que a terra não é suficiente para garantir o trabalho do pai, três filhos casados e um solteiro. A filha com o marido tiveram como opção o trabalho fora da propriedade (pintor e costureira), enquanto os irmãos casados investem numa cultura que ocupa pouco espaço (cultivo de tomate) e arrendam outra área fora.

No caso dos outros 14 jovens, cujas famílias possuem áreas abaixo de um módulo fiscal, 9 deles afirmaram que pretendem permanecer no sítio, enquanto outros 5 estão em

dúvida em relação à decisão de permanecer ou buscar outra oportunidade na cidade. Parece interessante dizer que, nestes casos, os jovens não mencionaram a terra como o fator determinante para a permanência, o que dá a entender que seria possível permanecer na propriedade junto aos pais, desde que outras questões fossem solucionadas favoravelmente, como o acesso a renda (3 casos), a educação superior (1) e o matrimônio com uma pessoa que tivesse interesse em permanecer no sítio (caso de uma jovem que toca, junto com o pai, uma propriedade de produção leiteira).

É necessário ponderar, entretanto, que os três jovens que colocam a renda como fator determinante para a permanência ou não na propriedade, são filhos de famílias beneficiárias do Crédito Fundiário, cujas famílias vêm tendo dificuldades de gerar renda suficiente para pagar o financiamento da terra e manter a família, o que, indiretamente, coloca a questão do acesso à terra como crucial para a permanência ou não no meio rural.

Por fim, passemos ao caso daqueles jovens cujas famílias possuem pequenas áreas de terra (abaixo de um módulo fiscal) e afirmaram que querem permanecer na propriedade. Dos 9 casos, em 6 deles não foi identificado nas falas dos jovens nenhum fator ligado ao tamanho da terra, que pudesse dificultar a permanência dos jovens nestas propriedades, uma vez que esta permanência estaria ligada já a estratégias como o investimento em agroindústria (1 caso), exercício de atividade não agrícola pelo jovem (1 caso) ou mesmo ao fato dos jovens já serem os responsáveis pela propriedade (3 casos).

Nos outros casos, porém, percebeu-se já nas falas dos entrevistados, que eles percebem problemas relativos à garantia de permanência na propriedade. O primeiro destes jovens tem três irmãos solteiros, mais velhos que ele, que estão trabalhando fora, mas tem manifestado o interesse em voltar para a propriedade (15 há), e o jovem já está arrendando terra para criação de gado de corte. O segundo caso é de uma moça, que pretende fazer curso superior, mas continuar na propriedade (9,68 há), e desde já relata dificuldades de negociação na família, uma vez que ela tem interesse em investir na diversificação, enquanto o pai e o irmão insistem em continuar com a monocultura do café (que compete por área com outra cultura). Quanto ao terceiro jovem, não tem irmãos, mas relata que a área já está sendo pequena (4,84 há) para a produção e sente que haverá necessidade de outra área, onde possa ampliar o negócio (olericultura).

Em resumo, trata-se de uma realidade onde as famílias dos jovens entrevistados possuem pequenas áreas de terra, e vem conseguindo se manter graças à estratégias como a pluriatividade (emprego de alguns membros fora, costura, agroindústria), investimento em

culturas que demandam pouco espaço (olericultura) e arrendamento de áreas fora da propriedade, como podemos exemplificar com a fala de uma das entrevistadas, a seguir.

Eles ficam muito juntos, o meu pai é muito unido com meus irmãos. Eles trabalham só juntos. Eles plantam lá no sítio, mas é pouca terra. Daí eles estão arrendando terra pra fora, pra aumentar a renda, né (moça casada, 27 anos, ensino médio completo, filha de assentados).

A questão que se coloca, então, não é a existência ou não de sucessores nas propriedades de agricultores familiares, como vem sendo estudado em outras localidades/ estados da região Sul, mas qual é a garantia de que estes jovens que desejam permanecer no campo terão acesso à propriedade da terra, fator indispensável para a produção na agricultura familiar.

Meu pai fala pra esse meu irmão que trabalha fora, que pra ele ficar no sítio, daí ele [o pai] vai ter que aumentar mais o tomate, e vai ter que deixar mais terra pro tomate. E daí pra ele é complicado, né, porque a parte do pai, do tomate, é pouco, é mais pros grãos que ele faz mais. Daí ele ficou um bom tempo incentivando os meninos a sair, quem sabe arrumar serviço fora porque tava pouca terra, mas aí foram os meninos mesmo que não quiseram [ir]. Tudo grudado no pai [risos] (moça casada, 27 anos, ensino médio completo, filha de assentados).

Algumas falas são representativas do valor que nossos entrevistados atribuem à propriedade da terra, que representa mais que um meio de produção necessário, faz parte do patrimônio familiar e um bem a ser conservado:

Quem tem terra hoje tem uma pedra de diamante na mão. Só tem que saber lapidar. (rapaz, casado, 17 anos, família de agricultores familiares tradicionais)

É só eu e minha irmã, então 50% meu e 50% dela. Só que, como ela mora na cidade, (...) vamos falar assim, na falta de meus pais, vender o sítio eu não venderia. Porque terra não se vende, terra se compra. (moça, solteira, 20 anos, família de agricultores familiares tradicionais)

Quanto à obtenção da terra por meio do financiamento - Crédito Fundiário, em primeiro lugar, devemos esclarecer que se trata de um programa ainda pouco conhecido entre os jovens entrevistados. Mesmo aqueles que o conhecem têm dúvidas ou ideias equivocadas sobre as normas de funcionamento do Programa. Os que conhecem o programa, entretanto, têm severas críticas ao mesmo, conforme podemos ver na fala de dois de nossos entrevistados:

Hoje eles teriam que aumentar o teto, num sei não, se na nossa região aqui, o Crédito Fundiário tá trabalhando com 60, 70 mil<sup>65</sup>, só. (...) Este teto tinha que ser elevado, porque 60, 70 mil reais hoje, dependendo de onde você vai comprar a terra, você compra um alqueire<sup>66</sup>, um alqueire e um trisquinho, num dá mais nada. Daí, com um alqueire de terra... é como diz, tá lá, é terra, mas todo este dinheiro que você pegou você investiu tudo na terra, e você pegou terra limpa. O que você vai colocar lá dentro? (...) Às vezes você fala assim: 'vou comprar um sítio e vou mexer com leite'... Comprei o sítio com os 70 mil reais... e as vacas? E a mangueira? Daí... (rapaz, solteiro, 16 anos, família beneficiários do Crédito Fundiário).

É uma forma [de adquirir a terra] que eu acho difícil. Porque a renda praticamente toda do sítio fica para o banco. E também a acumulação de dívida e possibilidade de, às vezes o trabalho, a fonte de renda, às vezes devido a algum tempo não dá, e fica só em cima de dívidas (moça, solteira, 17 anos, família beneficiária do Crédito Fundiário).

Na fala dos jovens notamos claramente as fragilidades do programa. Em primeiro lugar, trata-se de uma proposta de aquisição de terras a preço de mercado, num cenário de alta concentração fundiária e elevado preço da terra, como é o caso deste Território<sup>67</sup>, o que resultaria na aquisição de uma área pequena, cerca de meio módulo fiscal. Por outro lado, como o jovem bem coloca, adquire-se em geral, terra nua, ficando por conta do beneficiário todos os investimentos necessários para instalação da moradia e início da produção. A proposta é que o investimento inicial da produção seja feito por meio de um novo financiamento, o Pronaf A, o que implica em acumular mais uma dívida.

Não obstante estas críticas ao PNCF<sup>68</sup>, que se somam à constatação de um grande volume de endividamento dos beneficiários, dentre outros problemas na operacionalização do Programa no Território, alguns dos quais estão descritos na dissertação de mestrado de Machado (2013), este modelo de reforma agrária de mercado ainda é apresentado com a saída para os jovens que não tem acesso à terra no Território.

---

<sup>65</sup> Na época de realização da pesquisa, o valor individual liberado para o programa era, na verdade, 80 mil reais.

<sup>66</sup> Alqueire é uma unidade de medida muito utilizada pelos agricultores da região para referirem-se à quantidade de terra, o que equivale, na medida padrão, a cerca de 2.42 há.

<sup>67</sup> Os jovens referiram-se ao preço da terra em torno de 40 mil reais ou mais o alqueire, o que dá em torno de R\$16.528,00 por hectare (considerando-se um alqueire igual a 2.42 há). Neste sentido, os 80 mil reais do financiamento dariam pra comprar, no máximo, 4.84 há, pouco mais de ¼ do módulo fiscal.

<sup>68</sup> Os movimentos sociais ligados à Contag, com destaque para a Fetaep, no Paraná, são os propositores e defensores do Crédito Fundiário como uma alternativa à reforma agrária, não obstante venham também apresentando críticas e sugestões para a melhoria do Programa. Por outro lado, o MST, bem como a Pastoral da Juventude Rural – PJR vêm apresentando severas críticas ao Programa. A intervenção de um jovem da PJR em evento de Juventude retrata bem esta posição: “Concordamos com o fracasso apresentado pelos números com relação aos programas de crédito fundiário. Isso sem falar que a luta da Via Campesina, da PJR e MST não compartilha com a lógica de crédito fundiário do Banco Mundial, do Nossa Primeira Terra, e do acesso à terra proporcionado pelo Banco da Terra, que em muitos casos é comprada de pequenos. Queremos manter todos com raízes na terra. A nossa luta é para desapropriarmos latifúndios, grandes propriedades de terra, produtivas ou não, e não para entrarmos na armadilha do mercado de terras” (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.109).

Dentre os jovens estudantes das Casas Familiares Rurais, por exemplo, sabe-se que muitos deles não conseguem implantar seus projetos de vida e permanecer no meio rural (o que é incentivado por estas escolas), devido ao não acesso à terra. E a única opção que tem sido apresentada a eles é o financiamento por meio do PNCF<sup>69</sup>, que conforme o monitor de uma CFR da região, “é a forma correta de obter terra, e não invadindo o que é dos outros”.

Esta fala descreve bem a tensão existente entre aqueles que apóiam a luta pela terra no Território, representada pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (existentes em poucos municípios), e os que defendem esta outra forma de obtenção de terra, via financiamento. Os beneficiários do PNCF, em grande medida, não reconhecem como legítima a luta pela terra apesar de apontarem diversos problemas no programa de financiamento, e não se mostram ao menos com disposição para somar esforços a outro movimento, “que tem bandeiras diferentes”, pois segundo afirmação de um jovem beneficiário do PNCF, “não têm tempo para isso, pois enquanto o MST tá quebrando pedágio, ocupando algum lugar, eles estão trabalhando”<sup>70</sup>.

Desta forma, nossos jovens informantes, cujas famílias possuem pequenas áreas de terra, estão inseridos num cenário regional de altos índices de concentração fundiária, em que o preço da terra tem atingido altos preços, dificultando a aquisição de novas áreas pela agricultura familiar, além da baixa mobilização popular em torno do problema. Temos assim, a possibilidade iminente de conflitos no processo sucessório e a possibilidade ainda de alguns destes jovens sejam obrigados a buscar outras alternativas, abandonando o meio rural, embora este não seja o seu desejo. A garantia do acesso à terra se configura portanto, como fator fundamental para a permanência ou não destes jovens no meio rural, segundo já demonstraram nos estudos de Abramovay *et al* (2000), Castro (2009) e Wanderley (2007).

#### **4.4.2 “Desde pequenininho a gente andava atrás do pai” – produção, trabalho e renda nas propriedades familiares dos jovens entrevistados**

Ao selecionar os jovens para a entrevista, procuramos englobar ao máximo a diversidade de atividades produtivas de que a agricultura familiar se ocupa no Território, com destaque para a cafeicultura (7 jovens), pecuária de leite (6), fruticultura (1) e olericultura (2).

---

<sup>69</sup> As Casas Familiares Rurais inclusive tem formado jovens, em parceria com outras entidades com a Cresol, para servirem como mobilizadores do Programa em suas comunidades.

<sup>70</sup> Fala anotada durante visita e observação participante realizada num dos maiores projetos do PNCF do Estado, no município de Congonhinhas, no qual foram beneficiadas 200 famílias.

Ao buscar contemplar também a diversidade de formas de acesso à terra (agricultores familiares tradicionais, assentados e beneficiários do Crédito Fundiário), nos deparamos, porém, com outras situações, como é o caso de dois jovens cujas famílias cultivam eucalipto, e outros dois, que têm atividades não agrícolas/ trabalho remunerado fora da propriedade como a principal fonte de renda. Convém destacar que pelo menos metade das famílias tem membros com pluriatividade, combinando o trabalho na produção agrícola com outras atividades (como professores, serviços gerais, trabalho agrícola remunerado, agroindústria, artesanato, costura, entre outros).

**Quadro 03 – Atividade Produtiva, Renda Mensal Familiar, Renda *Per Capita* e Renda do Jovem**

IDENT.	ATIVIDADE	RENDA - S.M.	MEMBROS	PER CAPITA- S.M.	RENDA DO JOVEM
E1	Leite	3,68	4	0,92	Não tem
E2	Café	1,73	5	0,35	338,00/mês
E3	Café/ Olericultura	5,5	5	1,10	Não soube especificar
E4	Café/ Fruticultura	5,5	3	1,83	2,5 a 3,5 S.M./mês
E5	Leite	1,0	5	0,20	1,0 A 1,5 S.M./mês
E6	Pintor/ Costura	2,21	3	0,74	500,00/mês
E7	Tomate/Grãos	2,21	4	0,55	500,00/mês
E8	Leite	8,11	3	2,70	300,00/mês
E9	Leite	5,89	4	1,47	Não
E10	Leite	5,16	5	1,03	Não
E11	Café	Não inform.	2	Não inform.	Não
E12	Café	2,06	4	0,52	400,00/ano
E13	Eucalipto/ Trabalho Rural	6,23	7	0,89	1.300,00/mês
E14	Leite/Suínos	3,68	4	0,92	800,00/mês
E15	Fruticultura/Agroindústria	4,42	4	1,11	Não
E16	Verduras/Suínos/Frango	2,06	3	0,69	Não
E17	Café	1,73	5	0,35	100,00/mês
E18	Eucalipto/ Trabalho Rural	2,21	3	0,74	450,00/mês
E19	Trabalho/Costura	1,0	4	0,25	Não
E20	Café/Lavoura	2,5	3	0,83	Não

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Quanto à renda auferida pelas famílias dos jovens entrevistados, variou entre 1 e 8,1 salários mínimos mensais, sendo a média 3,7 salários mínimos. A estas rendas mínima e máxima correspondem também a menor (0,2 salário mínimo) e maior renda (2,7 salários mínimos) mensal *per capita*, obtida pela divisão da renda mensal pelo número de membros da

família residentes na casa. Sabemos, porém que em grande parte das atividades agrícolas, a renda é sazonal, o que é emblemático no caso do café, cuja produção é bianual (um ano carga cheia, no outro quase não produz). Neste sentido, a fim de obtermos estes valores para comparação, em alguns casos (café), calculou-se o valor anual, que foi dividido pelos 12 meses. No caso de fornecimento do dado relativo à renda bruta, subtraímos parte relativa aos custos de produção. Em todos os casos, tomou-se como referência o valor do salário mínimo no momento da pesquisa = R\$678,00.

Conforme já dito, dentre as famílias dos 20 jovens pesquisados, 7 delas tinham como principal fonte de renda da propriedade o cultivo do café, sendo que em 4 casos de forma exclusiva, enquanto as 3 outras famílias combinavam a cafeicultura com outras atividades como a fruticultura (morango), olericultura (verduras diversas) e lavoura anual<sup>71</sup>. Estes são casos que exemplificam o fato de que, apesar de estar sofrendo redução contínua na área cultivada, a cafeicultura ainda permanece uma atividade típica da agricultura familiar no Território.

Destes jovens, de famílias cafeicultoras, apenas 2, que aliás são de uma mesma família, declararam que sua família enfrenta problemas financeiros, ou seja, a renda gerada é insuficiente para as necessidades da família e manutenção da propriedade, que é financiada pelo Crédito Fundiário. Os motivos seriam, em primeiro lugar, a falta de infraestrutura para produção de colheita do café (maquinário, estrutura de secagem e armazenamento), além de sucessivas intempéries (geada, excesso de chuvas, chuva de granizo) e os baixos preços de comercialização, que têm dificultado o desenvolvimento normal da atividade. Nas falas da jovens, reproduzidas abaixo, podemos perceber um pouco da questão:

Eu penso que [a cafeicultura] é uma atividade interessante, rentável, quando você tem meios para colher, para secar, e um terreirão<sup>72</sup>, um meio de mecanização... o que a gente não tem. Porque se tivesse um meio de mecanização, se tivesse um terreirão, talvez uma máquina, que tivesse lá dentro, talvez o trabalho seria mais facilitado (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário).

Ah, é interessante, mas o preço tinha que ajudar a gente né. Tem hora que dá vontade de desanimar por causa do preço, porque daí vem a geada... e o preço não ajuda. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

---

<sup>71</sup> Por lavoura anual os agricultores entendem o cultivo de milho, feijão, arroz, em geral para consumo, mas neste caso específico, boa parte é pra comercialização.

<sup>72</sup> Terreirão é a forma como os cafeicultores chamam o terreiro de concreto, feito para secar o café, após colhido.

Pesa-se a isso o fato da cafeicultura ser, em alguns casos, a única atividade agrícola da família, que não tem assim, outra alternativa em que se apoiar, a não ser a venda do trabalho de seus membros, como trabalhador diarista nos arredores do sítio onde residem, ou, em última instância, a transferência dos jovens para a cidade, em busca de outras opções de trabalho e renda<sup>73</sup>. A percepção de que a diversificação das fontes de renda da propriedade seria uma estratégia interessante para a agricultura familiar, porém, foi notada em várias falas dos jovens, inclusive cafeicultores, mas, algumas vezes, a proposta esbarra no conservadorismo dos adultos que tomam as decisões na propriedade. Tomamos como exemplo a fala da jovem a seguir:

Eu acho boa [a cafeicultura], mas gostaria de ter outra lavoura, igual morango, uva, mas os meus pais não gostam, meu pai e meu irmão não gostam, só quer café. (...) Uma renda a mais. Igual tem época que fica livre, dava pra ter uva, morango, pra sempre trabalhar (moça, solteira, 18 anos, estudante de ensino médio, filha de agricultores familiares tradicionais).

Outras 6 famílias têm como atividade principal a pecuária de leite, que é comercializado cru, para empresas que coletam o produto resfriado nas propriedades. Destas, apenas uma família procura complementar com outra produção para comércio (criação de suínos), enquanto as demais dependem exclusivamente da renda do leite. Em geral, esta é uma atividade vista pelos jovens como uma boa alternativa de renda para os agricultores familiares, ao contrário de outras opções, como o cultivo de grãos e pecuária de corte.

Olha, pra pequeno agricultor, é a única coisa que dá renda. Pelo menos aqui no município é. Porque aqui tem muito, o pequeno produtor sempre trabalha com leite. Porque pra pequeno agricultor mexer com lavoura [grãos] já num tem como, porque além da quantia, do valor ser muito alto, aí não vem a custo também, porque daí tem o maquinário, tem que pagar pra alguém plantar, tem que pagar pra colher, então daí não dá (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, filha de agricultores familiares tradicionais).

Este entusiasmo em relação à atividade (pecuária de leite) é justificado em grande parte pela renda auferida pela atividade, quase sempre superior à das famílias daqueles jovens cujas famílias são cafeicultoras, por exemplo, a não ser no caso em que os cafeicultores têm uma segunda fonte de renda, como a olericultura ou a fruticultura. Além disso, a renda do leite é recebida mensalmente, ao contrário da cafeicultura. Porém, nem sempre o fato da família trabalhar com a pecuária leiteira vai resultar numa renda suficiente para as

---

<sup>73</sup> Os dois jovens entrevistados, que fazem parte desta família, afirmaram que, caso não consigam num curto período de tempo inverter a situação, gerando renda na propriedade, pode ser necessário mudarem-se para a cidade.

necessidades da família. Os motivos citados por um de nossos informantes, cuja família não tem obtido êxito com esta atividade, seriam: “levar a atividade do jeito certo” - ou seja, realizar os investimentos necessários relacionados ao manejo do rebanho, estrutura, alimentação, sanidade - e “ter um acompanhamento” - em outras palavras, assistência técnica (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, filho de assentados).

Tivemos ainda, dentre nossos entrevistados, 3 jovens cujas famílias têm como atividade produtiva a fruticultura/ olericultura, combinadas com outras atividades geradoras de renda, da seguinte forma: tomate/ grãos; fruticultura/ agroindústria; e verduras diversas/ pequenos animais (suínos e frangos). Sobre esta combinação de atividades, que têm alto potencial para gerar renda em pequenos espaços, assim se manifesta um dos jovens:

Pra pequena propriedade num tem melhor, eu acho. Porque se você vai mexer com boi numa propriedade de 10 alqueires, você vai por o que, no nosso aqui é de 4 cabeças por alqueire... você num vai conseguir viver disso. (...) E o café, sabe como é, né, o preço tá uma porcaria. (...) O morango num posso dizer que deu, porque ainda não colhi, né. Tô começando agora, entrei agora, se eu colhi do meu morango lá eu acho que dá umas 100 caixas. Tanto é que eu plantei desta muda do Chile, que vem mais atrasada, né, que é mais cara, e deu um fruto hoje lá, até nós tava, fomos ver agora cedo lá, achamos o primeiro fruto. Esta aí tá inteira, que é o, que nem diz, é a galinha dos ovos de ouro nosso, que é o que a gente quer mais que produza, né, que o custo é mais alto, né, 5.000 mudas ficou em 2.100 reais (jovem solteiro, 26 anos, ensino médio completo, filho de agricultores familiares tradicionais).

Se por um lado, tratam-se de atividades de alta rentabilidade, apropriadas para pequenas áreas de terra (como é o caso da maioria das famílias destes jovens), segundo constata Ronque (2012) ao realizar análise comparativa destas atividades<sup>74</sup>, por outro lado, demanda um alto investimento inicial, como percebemos na própria fala do jovem, acima. Além disso, são atividades de alto risco (no que se refere à produção e comercialização) e demandam conhecimentos aprofundados de cada cultura específica, o que coloca restrições à sua recomendação como atividade produtiva principal ou exclusiva para a agricultura familiar. São, no entanto, boas opções para a diversificação da propriedade.

---

<sup>74</sup> Em análise da viabilidade da fruticultura para a agricultura familiar do Norte Pioneiro, Ronque (2013) compara a cafeicultura e a fruticultura (abacaxi, maracujá, morango e uva comum), no que se refere à área necessária para implantação, mão de obra, custos de produção e lucro, entre outros. Constata-se que a fruticultura, por um lado, demanda pequenas áreas para implantação, e por outro, ocupa grande quantidade de mão de obra, duas características muito favoráveis para a agricultura familiar. Além disso, o lucro por hectare é muito superior se comparado a cafeicultura ou à bovinocultura de corte, por exemplo. Entretanto, Ronque (2013) alerta sobre algumas características que devem também ser consideradas: o mercado de frutas é instável e oscilante; a atividade exige investimento inicial; demanda conhecimento técnico; e são bastante susceptíveis ao ataque de pragas e doenças.

Um dos entrevistados, cuja família trabalha com fruticultura, aliada à agroindústria, nos dá a fórmula que considera ideal para o agricultor familiar conseguir se manter na propriedade, com uma boa renda e qualidade de vida.

Olha, hoje tá difícil, né, pra uma pessoa entrar, assim... entrar no sítio, é difícil. Mas pra quem tá acostumado, primeiro, seria a diversificação. Você ter pelo menos, duas atividades diferentes, que uma não dependa da outra. Por exemplo, temos a uva, e temos a banana. A banana você colhe o ano inteiro, a uva a gente trabalha com ela, faz até duas colheitas no ano. A uva de vinho. E é o seguinte... é... teve a geadada pouco tempo atrás. Quem dependia, por exemplo, exclusivamente do café, que [a geadada] matou o café, é dois anos sem renda. Então, se você não tiver outro lugar pra se segurar, você vai passar necessidade. Então a primeira coisa seria a diversificação. Segunda coisa seria trabalhar com um produto que você consiga trabalhar com menos mão de obra possível. Porque hoje, pro pequeno produtor, a maior despesa é funcionário, além de você não conseguir gente pra trabalhar. Se você pegar alguém pra trabalhar por mês registrado, tudo certinho, é difícil você achar uma pessoa boa de serviço. Se você pôr pra trabalhar por dia, já tão cobrando 50 reais o dia de serviço. Então, fica você pagando um serviço desse... só se for em último caso, mesmo. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, filho de agricultores familiares tradicionais).

O jovem chama atenção para uma questão interessante: para a agricultura familiar é desejável ter ocupação rentável para todos os membros da família, entre eles os jovens. Entretanto, a partir do momento em que a família não é mais capaz de realizar todo o trabalho da propriedade, começam as dificuldades, que não se referem apenas aos custos do trabalho contratado, mas também ao cumprimento das leis trabalhistas<sup>75</sup>.

Por fim, das 4 famílias restantes, 2 tem sua renda proveniente do cultivo de eucalipto, aliado a outras atividades de pouca renda dentro da propriedade (mel, leite, produtos caseiros), e ao trabalho rural fora da propriedade. As duas últimas famílias obtêm sua renda exclusivamente de atividades fora da propriedade (costura, construção civil/ pintura) e constituem o caso de famílias de jovens já casados, agregados a famílias de agricultores familiares tradicionais ou assentados. Os jovens reconhecem a dificuldade da família se manter com este tipo de atividade, a não ser vendendo o trabalho para fora da propriedade:

[O cultivo de eucalipto] dá um boa renda sim, só que o duro que ela... é... demora 5 anos pra produzir, né, pra você dar um corte. Mas durante estes 5 anos, você vai viver de que? (...) Então... que nem, daí minha mãe trabalhava, né, no caso, eu trabalhava, aí nós tava vivendo, no caso, da parte... da renda fora [da propriedade]. E tem um pouco de leite, de gado, e vai dando este, este jogo de cintura, no caso (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio/técnico completo, filho de assentados).

<sup>75</sup> Um dos jovens informantes, que trabalha com cafeicultura, inclusive, nos relatou duas situações em que teve de responder a processo por questões trabalhistas. A estratégia adotada agora, pelo jovem e ao que parece, pela maioria dos cafeicultores é contratar apenas diaristas, sem vínculo, na época da colheita.

Buscar trabalho fora do sítio, não é de fato uma escolha, mas uma necessidade, especialmente quando a atividade produtiva gera pouca renda ou não se tem área de terra suficiente para o trabalho de todos os membros da família. E assim um das jovens entrevistadas resume a questão:

Eu tô mais na confecção. Eu até tenho vontade de mexer com a terra, porque eu gosto muito, mas é assim, como o sítio é do meu sogro, ele foi assentado com a família dele. Multiplicou as famílias, então não tem muita terra pra gente trabalhar. (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo)

Poderíamos nos perguntar, então, como os jovens se inserem em todas estas atividades produtivas em suas propriedades. As falas dos entrevistados nos revelam que, para estes jovens rurais do Norte Pioneiro, o trabalho começa cedo, se misturando, na infância, ao aprendizado da profissão de agricultor<sup>76</sup>. Conforme nos informa um dos jovens, com orgulho:

Ah, desde pequenininho, a gente andava atrás do pai, perto, né. (...) Tenho foto minha, deste tamanhinho assim, carpindo uva, no meio da roça. (rapaz solteiro, sem filhos, 22 anos, ensino superior completo)

Com o passar dos anos, o aprendizado torna-se “ajuda”, e por volta dos 10-12 anos, estes jovens, inclusive as meninas, assumem tarefas relacionadas à produção, como ordenhar as vacas, colocar ração para o gado, alimentar com leite os bezerros, colher café, ou mesmo realizar tarefas domésticas. No caso das tarefas domésticas, estas são, em geral, realizadas pelas jovens, mas quando os filhos são todos do sexo masculino, houve relatos dos meninos nesta idade, entre 10 e 12 anos, realizarem parte das tarefas domésticas.

Ajuda um pouco... ele ajuda na ordenha, principalmente e às vezes na casa, porque ele é pequeno ainda, então não dá pra fazer muita coisa [sobre o irmão, de 12 anos] (rapaz solteiro, sem filhos, 16 anos, estudante do Ensino Médio)

Há indícios, assim, de que a divisão das tarefas na propriedade ainda tem um viés de gênero, estando as tarefas domésticas mais relacionadas à figura feminina. As moças, dentro de suas possibilidades, sonham ainda em estudar e ser professoras, enquanto os rapazes pensam em profissões como Agronomia, Zootecnia ou Veterinária, sintomas da clássica divisão de papéis (GOLDENBERG, s.d.).

---

<sup>76</sup> Sobre esta questão, Weisheimer (2007, p. 240) esclarece que “o processo de trabalho familiar agrícola como atividade consciente é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico. (...) Este trabalho se realiza com base em saberes e práticas que serão construídos e transmitidos através do próprio trabalho, o que confere um caráter educativo, de ensino e aprendizado, ao processo de trabalho familiar agrícola”.

Voltando, porém, à idade em que se inicia o trabalho dos jovens na propriedade, dois jovens entrevistados relatam que os irmãos de 10 anos de idade não fazem nenhuma atividade, não ajudam na propriedade, “só faz bagunça” diz um, enquanto o outro afirma que o irmão “apenas estuda”. Trata-se, nos dois casos, de irmãos do sexo masculino. Podemos supor que, se fossem meninas, já estariam envolvidas nas tarefas da casa.

Um de nos nossos informantes dá uma pista de qual é a faixa etária onde a realização de atividades que são entendidas como “ajuda” cedem lugar à realização do “trabalho”, entre estes jovens:

Começar a trabalhar mesmo, depois dos 13-14 anos, daí. (rapaz solteiro, sem filhos, 22 anos, ensino superior completo)

Com 16 anos, os jovens (geralmente os rapazes) já assumem o trabalho de forma semelhante a um adulto no sítio, de forma subordinada ao pai. Dois de nossos informantes, com 16 anos de idade, cujas famílias trabalham com pecuária leiteira e produção de verduras, relataram jornadas de trabalho de até 11 – 12 horas por dia, nos dias em que não estão estudando. Outros, porém, mesmo no leite afirmaram trabalhar em torno de 5, 8 e 10 horas ao dia. Na fruticultura/ uva, o jovem relatou que trabalha cerca de 9 horas ao dia. No café, foram relatadas jornadas diárias de trabalho dos jovens entre 5, 6, 8 e até 24 horas ao dia - no caso de um jovem responsável pela propriedade. Ou seja, há uma variedade de situações, que têm em comum, porém, o fato de algumas atividades produtivas demandarem mais mão de obra em determinado período do ano, geralmente a colheita, como é o caso do café.

Ah, quando é colheita de café, 24 horas, falar bem a verdade pra você. Porque daí num tem como parar, e é secador, né. E as pessoas que tocam o secador, trabalham o dia inteiro na roça, e quem tem que assumir o secador de noite é eu. Já teve... o ano passado mesmo, que eu colhi 930 sacas de café, de levar no secador ali, de entrar sexta feira... trabalhar o dia inteiro na sexta, entrar no secador cinco horas da tarde e sair no domingo, duas, três horas da manhã. Porque num podia parar... num tem como você parar, né. Tem que secar, e o tempo tava voltando pra chuva. Daí... é sem horário de parar. Tem hora pra começar, e num tem hora pra parar. (...) Porque eu num deixo pousar café na roça, porque estraga a qualidade da bebida. Daí, desde as seis horas da manhã, acaba a hora que acaba, né. Na hora que acaba pára. Enquanto tiver enxergando... se tiver jeito de colocar a luz, nós tamos mexendo. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares, responsável pela propriedade)

No caso das famílias onde tem grande peso as atividades fora da propriedade, como é o caso das famílias que cultivam eucalipto e os membros exercem trabalho rural, como diaristas; ou no caso em que o entrevistado/ membro da família trabalha na costura, a jornada diária de trabalho gira em torno de 8 horas/ dia. Entretanto, observou-se um caso em que o

jovem trabalha como técnico agrícola em uma empresa do município (destilaria de álcool), e nos relatou que geralmente trabalha em torno de 12 horas ao dia e recebe um adicional pelas horas extras.

Poderíamos nos perguntar: E no caso dos jovens que estudam? Observamos que, dentre os jovens entrevistados, metade estuda (10), e outra metade já concluiu o ensino médio (9) ou ensino superior (1). Dentre estes que estudam, cinco (5) são estudantes de Casa Familiar Rural, onde o ensino é no sistema de alternância, ou seja, uma semana ficam na escola, tendo aulas e outras atividades durante todo o dia, e outra semana permanecem na propriedade, para aplicar os conhecimentos aprendidos e pesquisar os assuntos sugeridos pelos professores. Em geral, quando estão na propriedade, os rapazes trabalham o dia inteiro, às vezes até fora, como diaristas (2 casos). Interessante citar aqui o caso de um jovem estudante da CFR, cuja família trabalhava com cultivo de verduras, e que no segundo ano do ensino médio, solicitou a transferência do rapaz (de 16 anos) para outra escola, para estudar à noite, a fim de que o jovem trabalhasse o dia inteiro/ todos os dias, na propriedade.

Dos outros cinco (5) jovens que estudam, a maioria (2 rapazes e 1 moça) estuda à tarde, uma jovem (1) estuda de manhã e um jovem (1) à noite. No caso dos rapazes que estudam à tarde, cujas famílias trabalham com leite, estes trabalham de 5 a 6 horas por dia, sendo parte das atividades desenvolvidas antes de ir à escola e outras após o retorno. O rapaz que estuda à noite, e a família trabalha com cultivo de verduras, relatou que trabalha cerca de 9 horas por dia, nos dias que tem aula, e em torno de 11 horas, nos dias que não vai à escola.

Quanto às duas moças que estudam (uma estuda pela manhã e outra à tarde, ambas no ensino médio integrado à Formação de Docentes), têm envolvimento diferente nas atividades relacionadas à produção, apesar das duas famílias terem como fonte de renda o cultivo de café. A primeira delas (18 anos), que estuda pela manhã, esclarece que, no período que de maior demanda por mão de obra no café, que é a colheita, quando chega da aula vai cuidar da secagem do café no terreiro, trabalhando também na atividade de colheita em si, especialmente nas férias. Quando não é época de colheita, porém, não vai para a lavoura, fica em casa e se responsabiliza por todo o trabalho doméstico (arruma casa, prepara as refeições, lava e passa roupas), uma vez que a mãe trabalha fora (serviços gerais).

A segunda moça (17 anos), que é ainda estudante, faz estágio remunerado no período da manhã e estuda à tarde. Quando está na propriedade, trabalha entre 5 e 8 horas por dia, em tarefas mais ligadas à casa e seus arredores, segundo relatou-nos. Nos dias que está estudando, apenas ajuda nas tarefas da casa e a “mexer com as criações” (pequenos animais – suínos, aves).

Outras quatro (4) jovens/ moças não estudam, tendo já concluído o ensino médio. Duas delas não trabalham na propriedade, mas em um grupo de costura, conforme relatado anteriormente, não por desinteresse pela propriedade, mas devido ao tamanho da terra, que não garante ocupação para todos os membros familiares. Uma jovem, casada a pouco tempo, e sem filhos, cuja família (pai e marido) trabalha com café, a exemplo de outra jovem citada anteriormente, só vai pra lavoura na época da colheita do café, trabalhando em torno de 8 horas por dia, e fora da colheita, responsabiliza-se por todas as tarefas domésticas.

Por fim, a última das quatro jovens que não estudam, trabalha junto à família na produção de leite. Esta relata que trabalha ao lado do pai, em todas as atividades, além de fazer a maioria das tarefas domésticas, o que dá em torno de 10 horas por dia. O relato da jovem nos dá uma ideia melhor de sua atuação na propriedade:

Eu acordo, ajudo a tirar o leite. Aí, depois a gente toma café, e aí eu subo com o meu pai, com o trator, pra cortar cana e pegar o silo. Aí depois a gente põe o trato no cocho pras vacas, e desce em casa. Aí almoça, aí eu vou lavar roupa, limpar casa, vou cuidar das coisas da casa. Faço as atividades da casa também. Eu não gosto que a minha mãe faça, porque daí, no dia que ela faz alguma coisa assim, ela acaba ficando com dor. Aí, quando é a tarde, a gente tira o leite, e à noite, lava a ordenha, tudo, e fica em casa mesmo, à noite. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Estes dados estão de acordo com as observações de Weisheimer (2007, p. 244) para quem “o trabalho da mulher na agricultura é, via de regra, em tempo parcial, já que dificilmente as tarefas domésticas são transferíveis aos homens”. O autor alerta, porém, que além de realizar o trabalho doméstico sozinhas, na maioria das vezes, sua força não deixa de ser imprescindível na realização do trabalho agrícola, que está sob a responsabilidade masculina.

Sendo o trabalho dos jovens tão relevante nestas propriedades, cabe-nos questionar em relação ao acesso deste jovens aos rendimentos da propriedade. Sendo assim, procuramos descobrir junto aos jovens entrevistados se eles têm acesso a algum rendimento de forma independente, ou seja, se tem alguma renda específica deles.

Dos 20 jovens entrevistados, 8 jovens, com idade entre 14 e 22 anos de idade, declararam não receber nenhum tipo de renda, de forma independente da família, entre eles os dois jovens com o maior número de horas trabalhadas por dia (no cultivo de verduras e produção de leite). Um jovem, de família que cultivava frutas, bem como uma jovem, de família de cafeicultores, assim explicam a questão:

Ah, a questão é... meu pai sempre fala, né, 'se a gente for repartir, num sobra nada pra ninguém, ninguém faz nada, né. Então, a gente, mantendo o dinheiro concentrado, 'ó, to precisando fazer tal coisa', o dinheiro tá lá. (...) Agora a questão da minha parte, assim, de sair, às vezes vou sair, vou passear com a namorada, tem que ter dinheiro, né. E [pra] coisas essenciais sempre têm. Aí quando chega final do ano, que vendeu toda a uva, tá tudo arrumado, já pagou os camaradas, já pagou o meeiro, já quitou as embalagens, daí sobrou tanto, daí o pai fala, 'óh, este tanto aqui é teu, você guarda, vai fazer o que você quiser'. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais).

Ele [o pai] dá o dinheiro quando eu preciso. Quando tá faltando ele dá, não é ele que compra. Igual na viagem [que a jovem fez junto a um grupo organizado pelo Emater], eu nem pedi dinheiro pra ele e ele me deu. Comprar roupa; quando eu faço Formação de Docentes e precisa, quando faço estágio de Docência e precisa tirar xérox ele dá, eu peço e ele dá. (moça, solteira, 18 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares tradicionais)

O pai, assim, é o responsável pela renda obtida na propriedade, e distribui de acordo com o que o jovem "precisa" ou quando ele "pede" para alguma necessidade e em alguns casos (2), ao final do ano distribui uma certa quantia para o jovem, que pode ser utilizado da forma desejada (jovem de 22 anos) ou adicionada a uma poupança no nome do jovem (jovem de 16 anos).

Dos doze (12) jovens que recebem algum rendimento, em 7 casos deles a renda não provém da propriedade (não obstante as atividades que desempenham nas mesmas), mas de outra atividade fora do sítio, seja na costura, colheita de uva, emprego em empresa ou trabalho rural como diarista.

Restam desta forma, apenas 5 casos onde o jovem tem uma renda proveniente da propriedade, sendo que 2 destes jovens são os próprios responsáveis pelo estabelecimento. Para os outros três jovens, a situação é a seguinte: um deles, cuja atividade produtiva da família é a cafeicultura, o pai separou para o jovem 5.000 pés de café, dos quais ele cuida e obtém a renda; no segundo caso, a família trabalha com leite e o pai convencionou o rendimento mensal da jovem em 300,00; e no último caso, onde a família também trabalha com leite, o jovem recebe 50% da renda mensal do leite.

Em resumo, apesar da relevância do trabalho desempenhado pelos jovens para a produção e manutenção da propriedade, poucos são os casos em que eles têm acesso a um rendimento de forma independente dos pais. Nestes casos, porém, onde avançou-se na negociação, chegando os pais a determinar junto aos filhos este rendimento, nota-se grande interesse e envolvimento dos jovens com as questões referentes à propriedade. O jovem, nestes casos, toma para si a responsabilidade pelo andamento do negócio, bem como sente beneficiário dos resultados obtidos. Teria, assim, mais chances de continuar no sítio, uma vez

que alguns jovens justificam que o desejo de ir embora pra cidade deve-se justamente à necessidade de ter renda própria:

**Pesquisadora:** Quando o jovem vai pra cidade, você acha que ele está pensando em que?

**Jovem:** Em trabalhar, né. Trabalhar, ter sua própria renda. Porque em sítio, você trabalhando lá, pra tudo você vai depender do seu pai, né. Pra tudo. Se você trabalha, é pra ajudar o pai, não é pra ter sua própria renda. Pra ter sua própria renda, você tem que trabalhar fora, né. Tem que trabalhar fora, trabalhar pra outro vizinho, alguma coisa assim. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Além do tradicional jogo de poder entre as gerações, aqui também deve ser ressaltada outra questão: muitas vezes, a renda é de fato insuficiente, inclusive para as necessidades básicas da família. É o que percebemos na fala desta jovem, que não recebe uma renda específica por suas atividades na propriedade, e compreende bem a situação em que vive a família:

A gente discute, geralmente, sempre é discutido o que vai fazer, pra onde que vai, geralmente anota o que a gente gastou, com o que a gente gastou. Daí quando a gente sabe que tem dívida com o banco, que tem que pagar o banco, daí a gente divide, às vezes fica alguma coisa sem pagar, pra algum outro mês, é assim. Tudo é dividido. Geralmente a gente compra, e fica pra pagar. (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Não se trata, portanto, de apenas de crítica à atitude dos pais, mas de compreender que, para garantir uma renda independente para o jovem na propriedade, é necessário que a família tenha condições, em primeiro lugar, de gerar renda suficiente para sua própria manutenção e para honrar os compromissos financeiros decorrentes de financiamentos e investimentos necessários para a produção.

Nos casos onde há condições e abertura dos pais para se pensar na autonomia financeira do jovem, surgem algumas situações interessantes, com o crescimento da independência do jovem, ao mesmo tempo em que se mantém os laços de solidariedade entre os membros da família, como no exemplo de um jovem que tem uma área de café sua, dentro da propriedade, e que nos relatou que mantém com o pai o apoio mútuo no desenvolvimento das atividades: “ajudo meu pai a colher o [café] dele, e depois ele ajuda a colher o meu” (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares).

Estes laços de solidariedade entre os agricultores familiares às vezes vão além da família, abarcando a vizinhança, especialmente na época de colheita do café, e constitui uma importante estratégia da agricultura familiar para driblar a dificuldade decorrente da escassez

de mão de obra num momento fundamental para a garantia da qualidade do produto e consequente lucratividade da atividade. A fala da jovem, a seguir, demonstra como ocorre isso em seu bairro:

(...) a gente começou a colher [o café] em junho e agora terminou. Mas a gente tá em seis grupos, daí cada semana vai pra uma pessoa daquele grupo, daí quando chega a vez da gente, vai fazer a vez da gente, todos aqueles que a gente foi [colher] pra eles, eles vem pra gente. (...) É troca de serviço, mas vamos supor que a gente colheu mais do que eles, eles vão pagar [a diferença] em dinheiro. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, filha de agricultores familiares)

A maior parte dos jovens entrevistados tem uma percepção positiva em relação ao trabalho que realizam na propriedade, o que em geral está ligado ao histórico de trabalho na agricultura, muitas vezes desde a infância, conforme já comentamos, e aos casos em que a família obtém uma boa renda, conforme podemos ver na fala dos entrevistados:

É gostoso. É bom porque é um serviço que a gente já tá inteirado desde que a gente nasceu, né, então é um serviço gostoso de fazer. Ano passado mesmo, que eu tava fazendo estágio no Banco do Brasil, estagiei lá 10 meses, por causa da faculdade, né, eu trabalhava das 8 e meia da manhã a 1 e meia da tarde. Eu chegava no sítio, dava vontade de ir pro meio da uva, mexer, era gostoso, sabe. Você olhava e dava vontade de ir lá, mexer com o pé... [de fruta]. (jovem solteiro, 22 anos, ensino superior completo, filho de agricultores familiares tradicionais)

Graças a Deus, muito [satisfeito]! Muito, muito mesmo. A maior parte dos amigos meus, uns são advogados, outros são médicos, num sei o quê, num sei o quê, e eu fui o único da turma que parou de estudar. É que nem eles falam: ‘você parou de estudar mas você tem muito mais [bens]... o tempo que nós tamos estudando e você tá trabalhando, adquiriu muito mais bens que a gente. (...) E eu falo mesmo, eu amo o que eu faço! Faço o que eu gosto, e muito... (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais, responsável pela propriedade)

Em outros casos, os jovens ponderam, analisando pontos positivos e negativos, usualmente quando a renda obtida é pouca em relação ao esforço/ trabalho dispendido, ou mesmo a partir da percepção de que o trabalho rural seria mais penoso que algumas outras ocupações, geralmente do meio urbano (especialmente para as mulheres):

Eu gosto, assim... às vezes dá um desespero, um desânimo assim, mas é coisa passageira, porque eu tenho um objetivo, e quero atingir. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família assentada)

Olha, eu gosto. Apesar de ser complicado, porque agora, esta semana mesmo, a gente tá plantando cana. Então é uma tarefa um pouco complicada, eu... até quando eu vou trabalhar, eu fico pensando assim: ‘tal pessoa, meus amigos assim, num estariam aqui no meu lugar’. Mas assim, é um pouco complicado, um pouco difícil, num vou dizer pra você que é a melhor coisa do mundo porque não é. Mas... é, tá

bom, tô satisfeita. Apesar de eu ter sonhos... de estudar. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Estando mais ou menos satisfeitos, nenhum destes jovens parece, no entanto, considerar a hipótese de não realizar as atividades a eles destinadas pela família, o que sugere que parecem compreender o trabalho como uma obrigação moral, um valor, algo muito importante em sua própria formação, conforme nos afirma uma jovem:

(...) Tem que ser bem informado desde pequeno pelos pais, sempre olhando o serviço dos pais e os pais ensinando. Então na minha visão temos que ser sempre trabalhadores, respeitadores. (moça, solteira, 18 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares tradicionais)

#### **4.4.3 “Porque eu não gostaria de sair de casa, pra mim estudar” – Acesso à educação/escolarização por parte dos jovens do Norte Pioneiro do Paraná**

Conforme já foi dito anteriormente, metade dos jovens entrevistados estava estudando no momento da pesquisa, enquanto outra metade já havia concluído o ensino médio ou, em um caso, o ensino superior (Administração). Dentre aqueles com ensino médio completo, um jovem fez também o curso Técnico Agrícola, tendo se formado numa das Casas Familiares Rurais que atendem os jovens da região<sup>77</sup>.

Dentre os estudantes, cinco (4 rapazes e uma moça) estudavam em uma CFR (fora de seu município de origem), enquanto os demais estudavam em escolas da rede pública estadual (sendo 4 nas sedes de seus municípios de origem, e um no distrito próximo à sua residência), sendo um no nono ano do ensino fundamental, e os demais no ensino médio (dentre eles duas moças eram estudantes do curso de Formação de Docentes integrado ao ensino médio).

Estes dados contrastam com as conclusões de Abramovay *et al* (2000), que no seu estudo, ao investigarem se a permanência dos jovens na agricultura seria uma opção ou fatalidade, concluíram que a baixa escolaridade dos jovens investigados, candidatos a permanecer na propriedade, interferia negativamente no acesso a direitos e cidadania, bem como no desempenho das atividades agrícolas e outras atividades colocadas para o meio rural. Talvez o período (uma década) que separa o estudo de Abramovay *et al* de nossa pesquisa possa explicar esta diferença no que se refere à escolaridade dos jovens, que pode ainda estar

<sup>77</sup> Conforme já se comentou na introdução, existem na região duas Casas Familiares Rurais – a CFR de Figueira e a CFR de Sapopema, que atendem aos jovens do Território. Até o ano em que realizamos a coleta de dados da pesquisa (2013), a CFR de Figueira formava no ensino médio, com Qualificação em Agropecuária, enquanto a CFR de Sapopema formava no ensino médio integrado ao curso Técnico Agrícola.

ligado ao maior acesso à escola (com os avanços no transporte escolar), ou mesmo ao fato do grupo que pesquisamos constituir-se num grupo com mais acesso às políticas públicas, devido à forma como foram selecionados.

É fato, porém, que estes jovens consideram importante terminar o ensino médio, tanto no caso daqueles que querem permanecer no sítio, quanto daqueles que pretendem buscar uma oportunidade no meio urbano. Aliás, geralmente é nesta fase, ao término dos estudos, que eles tomam esta decisão. É o que nos revela um de nossos informantes, ao ser questionado sobre o momento em que os jovens geralmente vão embora:

É, a maioria termina o ensino médio, né. Porque hoje, se você não tiver pelo menos o ensino médio, você não consegue emprego em quase lugar nenhum, né. Porque hoje, a escolaridade é um ponto chave pra qualquer lugar, tanto no sítio quanto na cidade. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Discutir aqui as questões relacionadas à educação/escolarização destes jovens rurais do Território Integração Norte Pioneiro se justifica, entre outras coisas, porque de longa data vem-se discutindo no Brasil a importância de uma educação voltada às necessidades do campo para uma proposta de desenvolvimento rural sustentável para o país<sup>78</sup>, o que também tem sido assunto de debates no Território, em espaços como o I Seminário (2007) e I Conferência de Educação do Campo (2013), entre outros.

A proposta de educação *do campo* surge a partir da constatação de que o modelo tradicional de educação praticada *no campo* servia a uma proposta de desenvolvimento que tinha na urbanização e industrialização seus pressupostos, contribuindo desta forma para incentivar os jovens a abandonar o meio rural. Em nosso levantamento de dados, a questão se fez presente, tanto nas observações realizadas, quanto em falas como a de dois técnicos do serviço público de extensão rural<sup>79</sup>, segundo os quais, “os jovens continuam sendo influenciados pelo modo de vida urbano” e “o sistema de educação tradicional continua incentivando os jovens a sair do sítio”, ao mesmo tempo em que persiste o fechamento de escolas do campo no Território<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Para um melhor entendimento do histórico, justificativa e proposta de educação do campo, ver Arroyo *et al* (2009).

<sup>79</sup> Os técnicos (do Emater) foram entrevistados por meio de questionários enviados por email, com o objetivo de levantar dados sobre a realização de atividades de Ater para jovens no Território.

<sup>80</sup> Com a justificativa de que há poucos alunos e faltam recursos para melhorar a estrutura das escolas do meio rural, as prefeituras comumente decidem fechar estas escolas e levar os estudantes, desde o 1º ano do ensino fundamental, por meio do transporte escolar, para o meio urbano, ou distritos longe de suas comunidades de origem.

O ambiente das escolas tradicionais, desta forma, reproduziria a lógica de desvalorização do rural, conforme podemos perceber nos relatos de alguns dos jovens entrevistados, dentre os quais destacamos os trechos a seguir, sobre o tratamento diferenciado entre crianças do meio rural e da cidade, especialmente quando o estudante frequenta escolas no meio urbano, e não no local onde vive:

Ah, a gente via, né. Do jeito que as pessoas que vinham do sítio, sempre os mais humildes, né, daí se misturam com os meninos da cidade, eles sempre fica mais afastado, né. Porque eu vim estudar na cidade já no segundo grau. Quando eu era criança, fazia até a quarta série, era tudo escola lá na Vila, perto da minha casa. Daí não tinha tanto isso não. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo)

(...) Mas hoje ainda tem, tipo, aquele que chega com o pé sujo de barro na sala, é o 'sitião', né, aquela coisa, deixou sujeira na sala é o 'sitião', aquela coisa, então ainda tem aquele preconceito, né, que às vezes a pessoa, eu já vi até professor que falou assim, alguma coisa, num lembro bem, mas foi assim, que às vezes tinha que sair do sítio, alguma coisa assim. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família assentada)

Em alguns casos, porém, estudar na sede do pequeno município, onde a existe uma maior integração entre o urbano e o rural, pode constituir-se numa experiência positiva, conforme percebemos na fala da jovem, a seguir. Se por um lado, há a afirmação da jovem quanto a sentir-se bem na escola, por outro, resta a dúvida quanto ao ensino estar voltado à realidade (rural) do município, ou satisfazer, em primeiro lugar, às aspirações destes outros sujeitos presentes na sala de aula – os jovens filhos do prefeito, dos professores.

Olha, na época em que eu estudava, no... tipo, vamos falar assim, no fundamental, não tenho muita lembrança. Mas no ensino médio, 1º, 2º e 3º anos não. Não via diferença. Eu me dava muito bem com meus amigos, tanto da cidade, quanto do sítio, não tinha problema nenhum. Até que a gente estudava com o filho do prefeito da cidade, a gente tinha filhos de professores na sala, e num tinha problema nenhum. (jovem, solteira, 20 anos, ensino médio completo, filha de agricultores familiares tradicionais)

Em geral, o transporte escolar facilita o acesso à escola por parte destes jovens, mas em alguns casos não é suficiente para garantir a frequência, seja devido às condições das estradas, ou mesmo à distância da escola até a propriedade, o que dificulta a combinação da frequência à escola com outras atividades, como a realização de estágios. Para ilustrar, podemos citar o caso de uma moça, estudante de ensino médio/ Formação de Docentes, cuja família reside numa propriedade a cerca de 40 km da sede do município, onde estuda. Além disso, a jovem faz estágio na sede do bairro próximo, e para conseguir conciliar estas atividades, algumas vezes necessita de pernoitar na casa de amigos, devido à dificuldade com

transporte. Caso chova por vários dias seguidos, o transporte escolar é interrompido, inclusive com o apoio da própria escola. A jovem assim resume a questão:

Na minha vida atrapalha muito, porque desde que tivesse estrada boa, e um transporte, acho que minha vida seria um pouco mais facilitada. Por causa de eu ter que sair pra trabalhar e estudar. (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, família de beneficiários do Crédito Fundiário)

Outro caso bem interessante é de um jovem, já formado no ensino médio, que na época em que estudava necessitou frequentar a escola à noite para assumir a propriedade, quando o pai ficou doente. Na falta do transporte escolar neste horário, fazia o trajeto de casa até a escola, geralmente, à pé (cerca de 02 km).

Quando eu estudei de manhã, até um certo ponto, era de ônibus, né, porque na parte da manhã tinha ônibus, daí na parte da noite, no 3º ano, que eu me formei, daí, eu tive que passar [a estudar] à noite, pra cuidar da propriedade lá que o meu pai tava meio doente, daí tocar a lavoura, café, né, tinha que trabalhar de dia e estudar à noite, e daí a noite não tinha ônibus pra levar. Daí eu vinha a pé. De vez em quando o pai dava carro, de vez em quando vinha a pé. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

A dificuldade dos estudantes provenientes do meio rural (que estudam na cidade) em realizar pesquisas e comprar material para fazerem trabalhos escolares também foi citada como justificativa, por parte da escola, para a separação entre turmas, conforme nos conta uma jovem, que estudava na sede do seu município:

Aqui em [nome do município] até as salas eram separadas. Onde era do sítio, era do sítio, e da cidade era da cidade, como se os do sítio não quisessem se misturar com os alunos da cidade, porque eles ignoravam a gente. (...) Daí a gente já separava, os alunos do sítio, que a gente vinha pegando lá [o pai era motorista do ônibus escolar], ficava tudo numa sala só. (...) Porque era assim, aqui no sítio a gente não tem muito acesso à internet, essas coisas. Daí os professores pegavam e passavam trabalhos, vamos supor, hoje, e amanhã você tem que entregar esse trabalho com isso, comprar material, tal. Não era problema de comprar, mas o problema é que a gente chegava e não tinha como. Chega em casa e voltar na cidade e comprar alguma coisa pra fazer o trabalho, ou vim na cidade pesquisar alguma coisa... então eles não davam o tempo necessário, porque os alunos da cidade tinha, podia ir na escola, em qualquer lugar, e a gente não, não tinha como, né. Assim, separava, assim. (moça, casada, 19 anos, família de agricultores familiares tradicionais).

Assim, o município, com o pretexto de levar os estudantes para a cidade, para dar mais condições de estudo (uma vez que a estrutura das escolas do meio rural é considerada deficitária), legitima mais uma vez, com o apoio da escola, a exclusão destes jovens: retirados do seu meio para estudar na cidade, e excluídos da escola “urbana” por não terem condições

de cumprir as exigências de uma escola que mantém os olhos fechados para a realidade destes jovens, bem como de seu entorno – um município com características predominantemente rurais<sup>81</sup>.

Se bem que, mais recentemente, os Núcleos Regionais de Educação da região tenham procurado aproximar, nas escolas que leva o nome de “escolas do campo”, sua prática educacional a uma proposta de educação mais voltada à realidade dos jovens rurais (ou do campo, como preferem se referir a eles, para demarcar a diferença de sua proposta), ainda assim, na prática, são as Casas Familiares Rurais, por meio da Pedagogia da Alternância, o modelo que realmente tem se destacado neste trabalho.

Assim, na fala de um jovem estudante da CFR, quando questionado sobre gostar da escola, podemos perceber esta diferenciação em relação ao modelo tradicional de escola, onde estudou anteriormente:

Gosto de muita coisa. A começar pela metodologia, né, que é uma coisa mais humana, mais familiar, né, uma atenção maior, um dinamismo maior, assim, a gente tem mais tempo, tanto para criar, pra receber informação, pra brincar, tudo, e também, eu tenho muitos amigos aqui. Isso é o que eu mais gosto. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de Ensino Médio de uma Casa Familiar Rural)

Apesar das vantagens deste modelo de escola, mais adequada à realidade dos jovens rurais, especialmente aqueles que desejam permanecer no campo<sup>82</sup>, sabemos que ainda não é acessível a todos os interessados, uma vez que existe apenas uma CFR dentro do Território (Sapopema) e outra que, apesar de estar fora do Território (Figueira) atende aos municípios do Território que estão no seu entorno. Uma terceira CFR está em construção no município de Wenceslau Braz, para atender outro grupo de municípios.

Uma das dificuldades que os jovens enfrentam para estudar nestas escolas refere-se ao transporte (quando são de outros municípios), que não é assumido pelas Prefeituras nem por outras entidades quaisquer, ficando a cargo das famílias. Há relatos de jovens que vão para a escola de bicicleta, a pé, de carona ou por meio de transporte particular pago pelas famílias, na ida e volta. Usualmente, os estudantes permanecem hospedados do alojamento

---

<sup>81</sup> Cabe destacar aqui que esta realidade possui outras nuances, havendo casos de professores que preferem os alunos ‘do sítio’, num contexto em que os casos de indisciplina nas salas de aula tornam-se mais frequentes, conforme o relato de um jovem: “(...) mas os próprios professores davam um incentivo para quem era dos sítio. Que os meus professores falavam: ‘as melhores turmas para dar aula são do povo do sítio, porque são mais educados, são mais quietos, num te aquele agito do povo da cidade’. Assim os professores falavam.” (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, filho de agricultores familiares).

<sup>82</sup> Fritz (2012), em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UEM, faz uma interessante análise sobre a Pedagogia da Alternância nas CFRs e seu papel na discussão da sucessão na agricultura familiar.

das CFRs de segunda à sexta feira, e na próxima semana ficam na propriedade, de acordo com os instrumentos da Pedagogia da Alternância, que embasa a atuação destas escolas<sup>83</sup>.

Outra questão problemática, conforme já relatamos anteriormente<sup>84</sup>, refere-se à dificuldade de algumas famílias em combinar a realização de tarefas pelo jovem, na propriedade, e os estudos na CFR, que implicam na permanência do jovem uma semana fora da propriedade. Não obstante reconhecemos a importância desta educação diferenciada para a formação do jovem, e mesmo a importância do respeito à decisão do jovem em relação a qual escola deseja frequentar, não é possível desprezar os fatores econômicos que em determinadas situações levaram os pais a optarem por escolher retirar o filho da CFR e colocar numa escola tradicional, para estudar à noite.

A maioria dos jovens entrevistados sonha com a continuidade dos estudos, no ensino superior. O usual é o rapaz interessar-se por profissões agrárias, como Agronomia, Zootecnia ou Veterinária, ou em segundo plano Administração - quando entende não ser possível este sonho - enquanto o interesse das moças relaciona-se quase sempre às licenciaturas, como a Pedagogia (maior parte), Matemática ou Geografia. Contrariando esta lógica, tivemos uma moça que disse sonhar em estudar Agronomia ou Veterinária e outra que manifestou o interesse por fazer curso Técnico Agrícola. Quanto aos rapazes, a única exceção foi aquele que disse estar em dúvida entre cursar Agronomia ou Artes Cênicas.

A primeira dificuldade que os jovens vêem para a concretização do sonho de estudar é a distância das faculdades/ universidades onde poderiam estudar, o que implica, na maioria das vezes, ter que abandonar a propriedade, onde seu trabalho tem um peso significativo, podendo levar até à inviabilização da propriedade<sup>85</sup>.

**Jovem:** Ainda é um rascunho ainda, não sei se faço Técnico em Agropecuária e paro um pouco, depois vou fazer Zootecnia, ou se vou direto fazer, tem que ver... num tenho certeza se vou fazer Zootecnia mesmo. É uma área que me agradou bastante, é o que se encaixa bem no leite, né. (...)

**Pesquisadora:** Acha que vai ser possível continuar estudando?

---

<sup>83</sup> Os instrumentos pedagógicos que compõem o plano de formação nas CFRs são: o plano de estudo; síntese pessoal; colocação em comum; caderno da realidade; visita de estudo; intervenção externa; visitas às famílias e o projeto profissional de vida do jovem. Para uma melhor compreensão da questão, ver Santos e Pinheiro (2005).

<sup>84</sup> Refiro-me ao caso do jovem (de 16 anos de idade), cuja família retirou-o da CFR e levou para outra escola, a fim de que pudesse estudar à noite e assim trabalhar durante todo o dia na propriedade, no cultivo de hortaliças.

<sup>85</sup> No território, segundo levantamento do Ipardes (2007), apenas 4 municípios teriam alguma instituição com cursos de nível superior, sendo eles: Jacarezinho (4 faculdades), Ibaiti (1), Santo Antônio da Platina (1) e Wenceslau Braz (1). Sabe-se que mais recentemente em alguns municípios foram implantados pólos presenciais de Universidades que oferecem cursos à distância, como a Unopar (Ibaiti) e UAB (Ibaiti, Siqueira Campos, Wenceslau Braz e Congonhinhas). Apenas Jacarezinho teria um campus de uma Universidade Pública – a Universidade Estadual do Norte Pioneiro – UENP, mas não há neste campus nenhum curso da área de agrárias.

**Jovem:** Eu... num sei. Porque, eu num sei quanto que tá uma faculdade de Zootenia ou se... como que vou conseguir... Mas, um pouco pelo tempo, né... [que terá que ficar na faculdade], porque... (...) Por causa do trabalho. Porque assim, eu tenho um certo peso, né, na mão de obra...

E uma coisa que eu gostaria muito de fazer é Veterinária, só que como é que... você sabe que é um curso integral, como é que você cuida de um sítio, e faz Veterinária, e administra casa, e tua mãe, e uma sobrinha junto, e a propriedade... você vai ficar louco. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais, responsável pela propriedade)

Eu tenho vontade de estudar, só que pra mim estudar é um pouco complicado, e ao mesmo tempo não é. Porque, pra mim estudar, no que eu gostaria de estudar, tinha que ir embora. (...) Porque é longe. E um pouco caro, também. Aí eu tinha que entrar pela Federal ou Estadual. Mas... aí pra mim estudar uma outra coisa, aqui perto, eu também tenho que ficar me deslocando. Porque no município aqui, não tem. Então só tem em cidades fora, daí fica um pouco complicado, porque eu não gostaria de sair de casa, pra mim estudar, só. Porque daí, eu... meus pais talvez não poderiam continuar no leite. Porque daí, minha mãe [que é doente] não poderia ajudar meu pai, e só ele, é muita coisa... Então, por isso, eu terminei o ensino médio e parei. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, filha de agricultores familiares tradicionais).

No caso de jovens casadas e com filhos, a responsabilidade com a família de descendência também pode ser um dos fatores que venham a inviabilizar a realização do sonho, mesmo que seja de fazer um curso técnico.

Eu gostava de estudar. Eu gostava bastante. Eu estudava, tentava tirar nota boa, porque eu pensava em fazer faculdade. É o que eu falo pra você, a vida encaminhou pra outro lado. Eu tenho vontade, mas agora eu tenho que esperar minha filhas crescerem um pouco. Eu já fico o dia inteiro longe delas [trabalhando], e se eu for estudar eu vou ficar muito longe delas. (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família de assentados)

Para as moças solteiras, a quem é dado sonhar com a profissão de professora, que lhes permitirá garantir uma renda fora, ao mesmo tempo em que permanecem na propriedade, parece mais fácil realizar seu sonho, uma vez que nas sedes dos municípios geralmente existem pólos de universidades que oferecem cursos à distância, o que facilita o acesso a este tipo de estudo.

**Jovem:** Eu penso em fazer Matemática, ou Pedagogia, só que Pedagogia da Terra.

**Pesquisadora:** Acha que vai dar certo pra continuar estudando?

**Jovem:** Eu penso que sim. Eu poderia fazer, acho que aqui... [na sede do município] estudar à noite, a alternativa é estudar à noite.

**Pesquisadora:** Nestas faculdades à distância, que têm aqui?

**Jovem:** Isso.

Esses dias mesmo a gente tava conversando. Dá vontade de estudar. Só que pra gente lá é difícil. Então, como que eu vou estudar, onde que eu vou estudar? Por exemplo, lá em Ibaiti que tem faculdade, ou Santo Antônio [da Platina], Jacarezinho é muito longe. (...) Tinha que ser alguma coisa à distância, eu imagino. Porque lá no

sítio é difícil. Até a cidade são 14 km, daí não sei se tem ônibus, alguma coisa, [prá] alguma faculdade. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Para aqueles jovens que sonham com a formação na área de agrárias, resta uma esperança: os cursos de formação superior em regime de alternância que algumas universidades, a partir da proposta de educação do campo, começam a oferecer. É o caso da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, cujo campus mais próximo do Território, em Laranjeiras do Sul, oferece cursos diversos. Um dos entrevistados refere-se a esta opção, que apesar de interessante, é pouco conhecida entre os jovens em questão.

Outra questão interessante surgiu a partir de uma declaração de um dos jovens entrevistados: ele pensa em talvez continuar estudando, fazer um curso superior, mas esta será uma alternativa apenas se não for possível ter renda suficiente no sítio, e acabar mudando-se para a cidade, onde já esteve trabalhando por um período, anteriormente.

É que, tipo assim... se eu conseguir me manter numa renda, no sítio, tipo, na parte da produção, e alimento, alguma coisa, e que me propicie uma renda que eu consiga me manter bem, então, creio eu que não há necessidade de estudo. Se bem que algum curso, algum coisa, sempre é bom pra você investir naquilo que você tá fazendo. (...) Se num der, aí eu vou ter que tentar, tipo, alguma forma de estudo, ou alguma coisa assim. Ou até mesmo ter que voltar pra cidade de novo. (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, filho de assentados)

Entende-se, assim, que algumas vezes, estudar pode não ser a opção do jovem rural, mas a falta dela. Tanto que, no relato de outro jovem, cuja família obtém uma boa renda da propriedade (trabalhando com cafeicultura e fruticultura), fica claro que considera desnecessário estudar, nas condições em que a família se encontra hoje. Um desafio para o entendimento daqueles que acreditam numa fórmula única para o desenvolvimento, em geral, ancorada na educação formal – superior - de preferência.

Você tá vendo que tá dando certo as coisas que você tá mexendo, você fala ‘ah, amanhã eu faço, no ano que vem eu entro, ano que vem eu entro, ano que vem eu entro’... Daí, eu ia fazer faculdade de Administração aqui em Ibaiti, daí, conversando com um amigo meu (...) daí ele falou assim: ‘cara, se eu fosse você, num faria faculdade, não, porque você vai gastar aí uns 15 mil numa faculdade de Administração, pra aprender a administrar, sendo que é uma coisa que você já tá fazendo, sem gastar nada. Só pra ter um diploma, pra guardar na gaveta, gastar 15 mil... pega estes 15 mil e enfia no teu sítio lá, e... num tem o que ensinar a você, o mais fácil é ter uma pessoa que aprender com você do que querer ensinar’. Porque fazer conta, e estas coisas assim eu sei, graças a Deus sou muito bom nisso. Então falei ‘rapaz, sabe que você tá certo, vou largar mão desse troço aqui’... (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares, responsável pela propriedade)

Entretanto, quando a escola consegue se aproximar da realidade do estudante, propiciando a ele um conhecimento de fato útil, temos como resultado também a permanência do jovem no meio rural, com mais condições de gerar renda a partir dos recursos disponíveis. É o caso do único jovem entrevistado neste trabalho que possui o ensino superior completo (estudou numa faculdade particular na sede de seu município), está trabalhando na propriedade e pretende expandir a produção e permanecer no sítio com a família. Vejamos seu relato:

Então, quando eu comecei a fazer faculdade, ia fazer [curso de] Sistemas de Informação. O pai falou: ‘ó, você escolhe o que você quer fazer que eu vou pagar. Mas opte por fazer Administração, porque você já tem tudo pronto aqui, você já tem a lavoura pronta, você já vive aqui, já tá dentro de casa, já tá na porta da tua casa, né’. Daí, eu pensei bem, fiz Administração, e não me arrependo, porque hoje, depois de 4 anos de curso, toda experiência, você consegue aplicar naquilo que é seu. Tanto, os professores mesmo falam, tem um professor que deu aula 13 anos pra mim, (...) ele fala, ‘você tem uma agroindústria lá, num vai sair de lá, rapaz, invista lá’. Então foi ele, um professor meu, foi um dos que mais me incentivaram a ficar aqui. (...) Tanto é que meu trabalho de conclusão de curso foi sobre a ampliação da agroindústria familiar. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares)

Entendemos assim que a educação/ escolarização pode ser uma das chaves para compreender a permanência ou não dos jovens do Território Integração Norte Pioneiro no meio rural, em primeiro lugar, a partir do que a escola (tanto no ensino básico, quanto superior) propicia ao estudante, em termos de valorização ou não de sua experiência enquanto agricultor familiar. Em segundo lugar, porque as (poucas) possibilidades de acesso ou não ao ensino superior, a partir do local onde vive, podem ser determinantes para a saída do jovem do meio rural.

#### **4.4.4 “Pra conversar com os amigos, assim, tanto pra ser feliz mesmo, né, às vezes só pra jogar conversa fora, ou pra buscar alguma informação” – internet e celular como parte do dia a dia dos jovens do Norte Pioneiro**

O interesse por investigar a influência destas tecnologias – telefone celular e internet - na vida dos jovens do Norte Pioneiro surge de um fato ocorrido durante o período de observação em uma das Casas Familiares Rurais que atende aos jovens do Território. Na oportunidade, uma das monitoras relatou que uma jovem estudante havia saído de casa, sem aviso ou permissão dos pais, para morar na sede do município, e aí procurar trabalho. O motivo que levou a isso foi o que mais impressionou: a jovem pediu aos pais um celular, e a

mãe, sem condições financeiras para atender, negou o pedido. A jovem decidiu, então, ir atrás de seu objetivo, na cidade, e se negava a voltar para casa, apesar da insistência dos familiares.

A observação deste fato levou a pesquisadora aos seguintes questionamentos: Em que medida os jovens do Norte Pioneiro tem acesso a estas tecnologias de informação e comunicação? O acesso (ou não) a estas tecnologias teria alguma influencia na decisão destes jovens permanecer ou sair do meio rural? Na tentativa de responder a estas questões acima, optamos por incluir no roteiro do grupo focal e entrevistas algumas perguntas relativas ao tema, que foram mais ou menos aprofundadas, dependendo do interesse demonstrado pelo informante.

Na realização do grupo focal, com um grupo de estudantes de uma das CFRs pude ter uma primeira noção do significado da tecnologia na vida destes jovens. Ao solicitar a permissão do grupo para gravar a conversa, ao mesmo tempo em que retirava da caixa o gravador digital, um dos jovens exclamou: “É novo!!!”, referindo-se ao gravador, e deixando assim transparecer a importância que a tecnologia tem em seu cotidiano.

Parece interessante ainda ressaltar que, dentre as 20 entrevistas realizadas, ao menos em 5 casos nos utilizamos da internet/ redes sociais para o agendamento das mesmas<sup>86</sup>, o que dá uma dimensão de seu uso por estes jovens.

Então é uma coisa que, hoje, o jovem precisa muito disso. Eu acho que precisa, porque é o que... é a fonte de informação, assim. É o que ele precisa bastante é isso. (...) Pra conversar com os amigos, assim, tanto pra ser feliz mesmo, né, às vezes só pra jogar conversa fora, ou pra buscar alguma informação. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família assentada)

Todos os jovens entrevistados afirmaram ter telefones celulares, sendo que quase metade deles com acesso a internet. Em alguns casos, reclamaram que o sinal às vezes é ruim, tanto para o funcionamento do celular em si, quanto da internet. Mas de qualquer forma, são as duas tecnologias citadas por estes como fundamentais na vida dos jovens hoje. O computador, que está presente na metade das residências, também é lembrado como importante, se bem que por um número bem menor de jovens.

Apesar de representar a realidade da maioria dos entrevistados, nem todos os jovens, porém, tem este mesmo interesse pela internet, como nos afirma este entrevistado. A

---

<sup>86</sup> Recentemente, os jovens e mesmo os agricultores com os quais tenho contato em atividades de extensão rural, têm me encontrado nas redes sociais (em especial no Facebook), o que por vezes me facilita o trabalho de divulgar eventos, convidar para reuniões, mandar recados, e no caso, agendar entrevistas para a pesquisa.

tecnologia, porém, está presente na propriedade, pois outro jovem que lá vive não pode ficar sem acesso a ela.

Eu mesmo, sei lá, eu num sou muito de computador, estas coisas assim não. Mas tem lá em casa, internet, computador, tem tudo, porque a minha sobrinha gosta destes negócios aí, aí a gente pegou e comprou pra ela. Mas eu num sou muito ligado nestas coisas... (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Questionados se haveria diferenças na utilização destas tecnologias – celular e internet – entre os jovens rurais e os jovens da cidade, nossos informantes citaram, em primeiro lugar, a dificuldade de acesso, uma vez que os jovens “do sítio” quase sempre tem mais dificuldade de acesso que os da cidade, uma vez que o sinal é mais ruim ou nem chega em locais mais afastados. Além disso, o jovem rural permaneceria menos tempo nas redes sociais, utilizando a internet às vezes como instrumento de pesquisa. Na cidade, como as crianças tem menos opções para brincar, às vezes ficam mergulhadas na internet.

Porque às vezes acho que, o jovem usa a tecnologia no sentido de que... o do campo usa pouco, e o da cidade usa bem mais, e também o do campo, quando usa esta internet, ele tá na rede social, só que às vezes, já tá procurando outra coisa [fazendo alguma pesquisa], e o do campo fica um determinado tempo só, agora o da cidade geralmente fica o dia inteiro. (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, filha de beneficiários do Crédito Fundiário)

**Jovem:** Eu acho que os jovens da cidade são muito ligados nisso, esquece de viver a vida de verdade.

**Pesquisadora:** E no sítio, não é muito?

**Jovem:** Não, porque as crianças já aprendem desde cedo a sair, brincar na terra, não fica só nisso, né. E na cidade só fica preso, se sai na rua tem perigo de ser atropelado, daí acaba ficando mais nisso. (moça, casada, 24 anos, família de assentados)

No caso daqueles que não tem acesso à internet em casa, no computador ou no celular, utilizam-se da tecnologia na casa de amigos, locais de acesso pago (*lan house*) ou na escola. Nem sempre, porém, a escola oferece acesso aos estudantes. É o caso dos estudantes da CFR, onde não há laboratório de informática. Questionados sobre como fazem os trabalhos escolares que demandam pesquisa na internet ou uso do computador, o jovem esclarece:

Bom, a gente tem que se virar, né. Celular, ou às vezes usa algum computador ali [da secretaria ou da sala dos professores], ou faz em casa, de algum jeito. Tem que se virar (...) Porque tá mais fácil, né, com celular, assim fica mais fácil [que antes]. (rapaz, solteiro, estudante de ensino médio, família assentada)

Não obstante a importância da internet para a socialização destes jovens, para reduzir a distância dos amigos (que às vezes chega aos 40 km, se considerarmos a distância de algumas propriedades até a cidade), o uso desta tecnologia também tem outras finalidades, como veículo para obtenção de informações e melhoria da produção. Não só os jovens, mas também os seus pais e outros membros da família, já se utilizam deste meio para pesquisa ou comunicação<sup>87</sup>.

E depois que a gente pôs a internet aqui, você consegue fazer pesquisas, ir atrás de novidades, ‘ah, lançou tal produto, a Embrapa fez tal pesquisa de tal fruta, e melhorou essa tal genética’, né. Tanto é que, através da internet, a gente já comprou vários equipamentos pra fábrica [agroindústria], porque a gente, na região você num encontra. As mudas de banana vieram, uma parte veio de Bahia, a outra parte veio de São Paulo, tudo nós ficamos sabendo pela internet... semente de maracujá, o pai trouxe lá de Minas Gerais, *ele* procurou e achou pela internet também. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Estas informações obtidas junto aos nossos entrevistados vão de encontro às observações realizadas para grupos de jovens de outros locais do país. Neste sentido, Novaes (2007) *apud* Carneiro e Castro (2007, p.103) destaca, dentre os aspectos da atualidade que diferenciam a condição juvenil desta geração, se comparada a gerações anteriores, a internet, as conexões virtuais e outras tecnologias. A autora entende que “ser jovem é poder sentir-se desconectado em um mundo conectado”, e o acesso às tecnologias passa a fazer parte das demandas da juventude rural, justamente no sentido de “atenuar a sensação de desconexão em um mundo conectado”, que muitos experimentam.

Desta forma, ao permitir o acesso às redes sociais, metaforicamente “encurtando a distância” entre os jovens rurais e seus amigos, sejam do sítio ou da cidade, bem como ao facilitar o acesso às informações que venham a melhorar a produção e comercialização de seus produtos, estas duas tecnologias – celular e internet – poderiam, quem sabe, constituir-se num incentivo para a permanência dos jovens no meio rural. Por outro lado, o não acesso a estas tecnologias (a sensação de desconexão) pode ser um dos motivos que vai levar o jovem a considerar a possibilidade de buscar na cidade outros meios de vida.

---

<sup>87</sup> Caso interessante também é o da mãe de uma jovem entrevistada, que tem utilizado seu perfil no Facebook para divulgar seu trabalho com artesanato.

#### 4.4.5 “Porque, o homem que passa por baixo da cerca, ele chacoalha a poeira e sai. A mulher, ela sempre vai ficar com alguma sequela” – persistência da dupla moral sexual na educação dos jovens do Norte Pioneiro

Partindo da afirmação de Castro *et al* (2009) de que as mulheres vivenciam de forma diferenciada o “ser jovem” no meio rural, estando submetidas à desigualdades de direitos e ao cuidado e vigilância da família (especialmente dos homens), buscamos entender, a partir das entrevistas, se esta afirmação se aplicaria às jovens do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná.

Pudemos então perceber, pela fala dos jovens entrevistados, que ainda persiste uma diferenciação na forma de educar meninos e meninas, que se refletem em desigualdades na distribuição de tarefas, tomada de decisões na propriedade, e vigilância em relação à sexualidade. Nossa análise partirá desta última questão, pois segundo Castro *et al* (2009, p. 144), amparadas nos escritos de Stolke (2006), vivemos em uma sociedade em que o controle exercido pelos homens sobre as mulheres dá-se principalmente a partir do controle de sua sexualidade.

Nas entrevistas realizadas, a busca deste controle se expressa basicamente no medo dos pais que as filhas venham a “se perder” ou “desandar”<sup>88</sup>, ou mesmo “não fazer nada de errado”, expressões que, segundo nossas informantes, é comum serem utilizadas para se referir àquelas moças que não seguem à risca as recomendações, que consistiriam, em última instância, em não ter relações sexuais antes/fora do casamento, e não engravidar nestas circunstâncias.

Eu vou falar uma coisa que ela [a mãe] falava pra mim. Ela falava assim... ela citava um exemplo de tecido, que antigamente comprava muito tecido, agora não, já compra roupa. Ela falava: ‘As chitas, que são os tecidos mais baratinhos, tá lá em baixo, todo mundo pega, sente, às vezes nem compra, mas coloca a mão. Agora, o tecido caro tá lá em cima da prateleira, só pega quem compra’. Ela comparava a gente com tecido, sabe?! Era isso que ela falava. ‘Você tem que se valorizar’. Esse era um exemplo que ela sempre usava, era dessa forma que ela abordava. (moça, casada, 24 anos, família de assentados)

Bem típico da nossa educação desigual de homens e mulheres, o insinuar que a mulher não teria então valor em si, sendo necessário “valorizar-se” a partir de suas atitudes/comportamento, tornando-se digna de respeito. A tradicional divisão das mulheres entre

---

<sup>88</sup> “Se perder” ou “desandar” foram as expressões utilizadas pela informante para se referir ao medo da mãe, que era expresso no fato desta não gostar que a jovem ficasse arrumando namorados na adolescência.

aquelas que são para a diversão e as “diferentes”, dignas do respeito e do casamento. O namoro, neste caso, seria aceito apenas como uma forma de preparação para o casamento.

**Pesquisadora:** Os pais interferem na questão do namoro?

**Jovem:** Falam... minha mãe... mais na questão da escola, na questão de ter relações sexuais mais cedo... e também outras questões... ter certeza do que quer, né. Porque quando você assume um relacionamento, para a família, é porque você tá com um objetivo de criar uma outra família com aquela pessoa. E também a questão de sempre os pais devem saber com quem você tá, com quem que você tá andando, porque se acontecer alguma coisa, eles estão cientes do que está acontecendo.

**Pesquisadora:** Os pais proibem alguma coisa?

**Jovem:** Não. Eles nunca me proibiram, mas sempre conversaram sobre o assunto, mas nunca disseram ‘não, você não vai namorar’, ou ‘não, isso não tá certo’. Eles sempre conversaram comigo, sempre perguntaram se eu tava ciente mesmo se era isso que eu queria, mais...

(moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, filha de beneficiários do Crédito Fundiário)

A vigilância então dos pais e familiares torna-se constante, quase sempre impedindo as filhas de sair de casa para passear, a não ser sob o controle e supervisão de um membro da família, quase sempre o próprio pai, ou algum outro adulto de sua confiança.

**Jovem:** (...) Quase não saía muito, porque meu pai não gostava muito que saísse.

**Pesquisadora:** Não gostava?

**Jovem:** Não. (risos)

**Pesquisadora:** Porque ele não gostava? Com o que ele ficava preocupado?

**Jovem:** De ficar arrumando namorado.

**Pesquisadora:** Ele e a sua mãe falavam sobre isso?

**Jovem:** Falavam. A mãe também nunca deixou eu sair sem autorização dele. Mas eu gostava de sair, mas sempre que eu saía ele comentava o que tinha acontecido, alguma coisa assim. Daí, quando pedia pra sair de novo, falava ‘não vai’.

**Pesquisadora:** Isso até quantos anos?

**Jovem:** Até os 17. Eu casei com 18 anos.

(moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

**Jovem:** Meu pai é do tipo assim, bem cuidadoso (risos).

**Pesquisadora:** Ah! É bastante cuidadoso?

**Jovem:** Ele é, como posso dizer assim, ‘dos antigos’ (risos). A gente brinca com ele, ele é um pouco ciumento, então, ele tá sempre por perto, assim. Controlando as coisas. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Pudemos perceber claramente que esta vigilância não se aplica da mesma forma aos rapazes. Interessante citar o caso de um jovem de 19 anos, solteiro, que tem uma namorada que mora em uma chácara, perto da cidade e relata que de vez em quando “posa”<sup>89</sup> na casa desta namorada. Diz que os pais não se opõem a isso, preferem que seja assim, a saber que o jovem está transitando tarde da noite pelas estradas. Demonstra-se aqui que a preocupação

<sup>89</sup> “Posar”, no vocabulário comum do Norte Pioneiro significa pernoitar na casa da outra pessoa.

dos pais, em relação aos filhos rapazes, é a sua segurança/ integridade física, ao passo que a primeira preocupação em relação às moças é o seu comportamento sexual.

**Pesquisadora:** E sua família, falava alguma coisa?

**Jovem:** Nunca! Ninguém nunca me proibiu de nada. Não! Toda vida eu tive liberdade dentro de minha casa, sabe, porque minha mãe, nós somos muito de confiança, sabe, nós dois somos... ela num é minha mãe, ela é minha amiga. Nós somos boca aberta mesmo, num tem porque esconder, sabe, porque eu num escondo nada, minha vida assim, pra eles, minha vida amorosa é um livro aberto. Eles sabem de tudo, num to nem aí também, não tenho porque esconder também... (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Em torno dos rapazes gira também a preocupação de ter um filho e ser necessário sustentá-lo. Para os rapazes, a orientação, portanto, é “não fazer cagada”, que um dos nossos jovens informantes traduziu como sendo “não arrumar filho sem ter um compromisso”. E também, com poucas citações, evitar doenças.

Tomar cuidado, ué. Porque se chegasse a arrumar tinha que cuidar, né?! Filho é pra uma vida inteira. (rapaz, casado, 20 anos, ensino médio completo, família assentada).

Davam conselho, o pai e minha mãe, né. Tipo assim... pra num, pra num engravidar ninguém, né. Se você engravidar a filha de outro, você tem que casar, né. Que a mentalidade de meu pai, mais antigo, né... já que você fez, a filha de qualquer um não é brinquedo, né. Você entendeu? Tomar cuidado, com doenças, essas coisas. (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

(...) É, eu me previno sim, sempre me preveni, me cuidei, mas se tiver um filho, sem querer, pra mim num tem problema nenhum, porque graças a Deus eu tenho capacidade de sustentar, estando com a pessoa ou não, se for por um acidente, eu vou dar tudo de mim, vou trabalhar mais ainda que eu já trabalho, porque daí eu sei que tem uma pessoa que depende de mim. Mas num me assusta não. E minha mãe, ah, do jeito que ela adora criança, ela vai ficar mais contente que eu... (risos) (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Outra preocupação dos pais seria evitar que os filhos se envolvam com “más companhias”, o que se traduz em amigos que possam levá-los ao caminho do uso de álcool, cigarro e outras drogas. E não se envolver com mulheres que “não sejam de boa índole”, conforme observamos neste trecho de entrevista:

**Pesquisadora:** E os seus pais, eles interferem nesta questão do namoro?

**Jovem:** Num interferem...

**Pesquisadora:** Não?

**Jovem:** Deixam à escolha.

**Pesquisadora:** É?

**Jovem:** Dão opiniões, né...

**Pesquisadora:** Que tipo de opiniões?

**Jovem:** ‘Ah, vê se é uma moça de boa família, vê as companhias que ela anda, se ela fica na rua ou não, se ela bebe ou não, isso daí já vai mostrando o caráter da pessoa, né’. Então, são os pontos que a gente, eles falam, e a gente começa a perceber pra ver se a pessoa tem uma boa índole ou não.

**Pesquisadora:** E no começo, assim, antes, quando você começou a namorar, eles falavam, eles conversavam com você sobre isso ou não?

**Jovem:** Só falavam que era pra escolher as companhias que a gente andava, né. Eles sempre falavam isso...

**Pesquisadora:** E o que seria este escolher as companhias que andava?

**Jovem:** Por exemplo, que hoje, tá muito fácil pra todo mundo, né. Tanto pra você encontrar coisa boa, quanto coisa ruim. Então, às vezes, você vai pela cabeça de amigos, vai começar a beber, começar a fumar, este tipo de coisa, né.

(rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Sair à noite, por exemplo, pras moças, às vezes é proibido até mesmo para estudar, conforme percebemos pelos relatos. Quanto aos rapazes, as próprias moças entrevistadas reconhecem que têm necessidade de sair, pra passear, procurar namorada. É o que podemos perceber na fala desta jovem, ao nos responder quais seriam os bens materiais necessários para o jovem ter uma boa qualidade de vida no meio rural hoje:

Carro, moto, porque ficar só no sítio o jovem não quer. Ter meio de sair a noite, ter como sair. Principalmente pros jovens, eles não querem ficar só lá, quer sair à noite, quer ir em algum lugar, arrumar namorada [ou seja, os jovens, citados aqui, são os rapazes]. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

E com relação à idade que os jovens começam a paquerar, “ficar”, como dizem, haveria alguma diferença entre homens e mulheres? Segundo observamos nos relatos, não haveria uma diferença significativa: a maioria dos rapazes afirmou ter iniciado a paquera aos 13 anos de idade, o mesmo relatado pela maioria das moças. Os rapazes, no entanto, têm uma percepção de que seria lícito iniciarem mais cedo, conforme a fala deste jovem:

Ahhh... 13 anos, 14 anos, você já começa... piá<sup>90</sup> é mais... (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Como as jovens reagiriam a esta educação diferenciada que se traduz em proibições? Entra em cena aqui a questão religiosa<sup>91</sup>. Conforme destacado na caracterização dos jovens entrevistados, anteriormente, exceto dois jovens, todos os demais entrevistados, tanto rapazes

<sup>90</sup> “Piá”, no linguajar do Norte Pioneiro, quer dizer menino, garoto, rapaz.

<sup>91</sup> Temos clareza que para a compreensão desta questão tão complexa, seria necessário uma investigação aprofundada sobre as influências da religião na vida destes jovens do Norte Pioneiro, o que está além dos objetivos desta pesquisa. Fica como sugestão para pesquisas futuras.

quanto moças, são católicos, e esta opção religiosa explica, em grande parte, a aceitação das moças quanto a estas imposições. Vejamos os relatos:

**Pesquisadora:** E você concordava com isso? Você achava que ela tava certa, você obedecia, como que era?

**Jovem:** Eu sempre concordei. Desde pequena minha mãe me criou assim, na religião, e o que ela mais falava era sobre o fato de ser pecado, de não agradar a Deus, entendeu?! Então, eu concordo muito com isso, e eu espero que as minhas filhas...

**Pesquisadora:** Você vai falar pras suas filhas também?

**Jovem:** Vou.

(moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

**Pesquisadora:** E quando você diz assim que a sua mãe falava pra você não fazer nada de errado, o que era esse ‘errado’?

**Jovem:** Sexo fora do casamento. (risos)

**Pesquisadora:** (risos) Ai... E como que ela falava, ela falava com estas palavras ‘sexo fora do casamento’ ou não, como ela falava?

**Jovem:** Não, tipo, ela não falava exatamente isso, né. Até porque, na igreja Católica, que eu participo, isso é fora...

**Pesquisadora:** Contra a tradição da igreja?

**Jovem:** Isso, é fora da tradição, da religião, é tipo... você tem a liberdade de fazer o que você quiser, só que... a gente, eu mesma sei que isso é pecado. Vai contra a castidade. Então, a minha mãe sempre me aconselhava a não fazer... ela sempre falava assim pra mim, quando eu vou sair de casa, não quando eu vou sair de casa, mas sempre quando a gente conversava, ela falava assim: ‘Porque, o homem que passa por baixo da cerca, ele chacoalha a poeira e sai. A mulher, ela sempre vai ficar com alguma sequela’. E é verdade! É verdade. Num tem outro... porque o homem, ele faz, e num faz, e pra ele tanto faz. Agora a mulher... se fica grávida? É uma coisa que vai mudar a vida... pro resto da vida. Uma mudança radical.

**Pesquisadora:** Verdade...

**Jovem:** E algo que ela vai ter que carregar para sempre. Tá, ficou grávida, aborta. Mas a consciência dela num vai ficar limpa. Ela sempre vai ter aquela consciência pesada, ou... se tiver consciência também, né, porque quem quer abortar e... vai tá matando uma vida. Então...

Interessante pensar que, mesmo a partir da religião, o “pecado” ou a responsabilidade são é vistos como relacionados à mulher, conforme percebemos na fala da jovem: “O homem, chacoalha e a poeira sai”. Este eficiente mecanismo de educação diferenciada parece surtir efeito, o que podemos afirmar especialmente a partir da declaração de uma jovem entrevistada de que era ainda virgem (após se assegurar de que a informação seria sigilosa). Em alguns casos, mesmo quando discordam de alguma questão imposta, ainda mantém a obediência.

**Jovem:** Nunca saí com namorado sozinha. Pra você saber, minha irmã, saiu com o namorado dela, que agora é meu cunhado, que eles casaram, depois de 9 meses de namoro. Saíram juntos e durante o dia.

**Pesquisadora:** E você concorda com isso ou não?

**Jovem:** Ah, em partes eu concordo, mas em partes não. Num precisava tanto.

**Pesquisadora:** Em qual parte você concorda e em qual parte você não concorda?

**Jovem:** (risos) Olha, eu acho que poderia confiar mais, né. Tipo: quero ir numa festa, ‘não vou’ [diz o pai]. Então posso ir com tal pessoa? Confiasse mais. Nesta parte eu num concordo um pouco. Na parte que eu concordo, é que, eu vejo assim

que ah... meu pai acertou em tudo, assim, vamos dizer assim, na educação que ele deu pra mim e pra minha irmã. Porque, a pessoa que somos hoje, num vejo ninguém parecido. Num tô me achando por isso, de maneira nenhuma. Porque, tipo, eu tenho 20 anos, e... sou totalmente diferente das amigas que tenho.

O “ser diferente” para as jovens rurais, neste caso, refere-se a “não ficar com todo mundo”, “não levar um relacionamento de brincadeira”, “não ficar só pra curtir” e, em última instância, não fazer sexo fora do casamento, e “não ir contra a castidade”, ou seja, “permanecer virgem”. A virgindade (das moças) permanece assim como o ideal, na visão das famílias destes jovens rurais do Norte Pioneiro.

Ela [a mãe] sempre pedia pra se cuidar, tomar cuidado, né. Pedia que não fizesse, que era pra esperar, que não sabia se a gente tivesse relação como primeiro namorado, e depois não fosse casar com aquele primeiro namorado, a gente já ia ser diferente. Ela sempre falava que não podia, porque outro rapaz não ia querer namorar uma moça que não fosse virgem, né. E hoje em dia é tudo diferente, né (risos). (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Os rapazes, a quem é outorgada maior liberdade, algumas vezes demonstraram preocupação com a conduta da irmã, a quem devem ajudar a proteger. Quer dizer, não só o pai, mas todos da família, em especial os homens, devem zelar pelo comportamento das moças:

**Pesquisadora:** E com sua irmã, assim, eles discutem sobre isso? Qual é a conversa, assim, o que eles falam pra ela?

**Jovem:** Hoje, a conversa é que ela é proibida de namorar, né. Mas jovem hoje é difícil, você sabe, né. (risos)

**Pesquisadora:** (risos)

**Jovem:** Sempre tem um ficante ou outro...

**Pesquisadora:** É? Mas porque, assim, a proibição...

**Jovem:** Pela idade dela, né, ela ainda é muito nova, pra querer namorar, né. Então, primeiro... 13 anos ainda, hoje tem muita coisa pra ser vivida, pra aprender, né. Porque antigamente, com 13 anos, tanto o menino quanto a menina, iam pra roça, trabalhava o dia inteiro, já sabia, já aprendia alguma coisa da vida, né. Hoje com 13 anos, o jovem é muito despreparado ainda. O jovem tem muito que aprender, pra entrar num relacionamento, de sentimento, de cumplicidade, este tipo de coisa, tem muito que aprender, pra entrar num relacionamento...

**Pesquisadora:** Certo... Mas quando você tinha 13 anos, tinha esta proibição também, com relação a você, ou não?

**Jovem:** Eu acho que no caso do homem, não tem proibição, né...

**Pesquisadora:** Não tem proibição?

**Jovem:** Acho que no caso da menina, é mais seguro... mais presa...

**Pesquisadora:** Porque num tem proibição pro homem?

**Jovem:** Num sei né... (risos) Isso eu num sei explicar, mas a gente sempre vê, né, que a mãe, no caso da mãe, ela pega no pé do menino, e a mãe e o pai pegam no pé da menina. Então, se o menino, com 13, 14 anos, falar que tá namorando... o pai... acho que nem fala nada, né. Mas se a menina falar, é capaz de apanhar...

**Pesquisadora:** É capaz de apanhar?

**Jovem:** (risos)... É...

Este tratamento diferenciado em relação a moças e rapazes está envolto numa roupagem de cuidado e proteção, a que as jovens deverão constatar, com o passar dos anos, que foi o melhor que a família poderia fazer por ela:

**Jovem:** Depende da família, né, se a família for conservadora, tradicional, vai segurar [as moças], né. Agora, se for aqueles pais que num se preocupam com o filhos, às vezes fica à mercê da vida, né.

**Pesquisadora:** E você concorda com estas restrições? [impostas às moças]

**Jovem:** Concordo. Porque a pessoa, com 13 anos, acho que ela ainda num tem capacidade... é que às vezes pode se machucar, né? E às vezes ter uma decepção, ou alguma coisa assim, daí prejudicar a própria pessoa, né. Seria... a jovem vai achar ruim, claro, né, de tá proibindo, mas na hora que ela para pra pensar, vai ver que foi o melhor, né. Que tá impedindo que ela própria se machuque, e aconteça alguma coisa ruim pra ela. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares)

Em geral, são as mães as encarregadas de “dar o recado” dos pais para as moças, mas muitas vezes a conversa se dá de forma indireta, por meio de metáforas, conforme já mostramos anteriormente.

Minha mãe, mais minha mãe [que falava]. Meu pai nem falava. Acho que meu pai falava pra ela, e ela falava pra mim. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Já que as moças muitas vezes são impedidas de sair, ou devem sair somente com a supervisão de um adulto, as festas de igreja, bem como a escola, acabam sendo ponto de encontro com outros jovens, e com os rapazes com quem “ficam” e acabam se casando, muitas vezes.

**Jovem:** Eles não deixavam eu sair muito, muitas vezes. A gente nunca saía. Ali no sítio não tem onde sair. Às vezes tinha uma festa, alguma coisa, ela deixava eu sair, mas assim, nunca foi de impedir nada não.

**Pesquisadora:** Mas que horas você arrumava esses namoradinhos então?

**Jovem:** É que tem festa de igreja, o meu marido é ali do bairro mesmo. Sempre tinha alguma coisinha que a gente se encontrava. A maioria era dali mesmo. Na escola, às vezes. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Um caso excepcional, que entendemos ser importante relatar aqui, é de uma moça, que afirma que os pais não interferem, nem mesmo conversam sobre a questão do namoro. Outros parentes, por outro lado, costumam fazer brincadeiras, dizendo que a jovem vai ficar solteira. Talvez pelo fato dela já estar numa idade (18 anos) em que grande parte das jovens rurais já se casaram.

**Pesquisadora:** Os seus pais eles interferem nesta questão, eles falam alguma coisa ou não?

**Jovem:** Não, é mais a família, tios, primos, os pais nem tanto.

**Pesquisadora:** Mas estes parentes mais distantes, o que eles falam?

**Jovem:** Tem uns que falam que, por minha família ser muito de solteiros, falam que eu vou ficar solteira também. Outros não, falam que eu to namorando.

**Pesquisadora:** Mas a sua mãe e o seu pai conversam sobre isso, sobre esta questão do namoro com você?

**Jovem:** Não.

**Pesquisadora:** Nada?

**Jovem:** Não.

Podemos imaginar que esta diferenciação nos valores aprendidos por rapazes e moças, poderia trazer dificuldades nos relacionamentos afetivos destes jovens. A contradição está expressa no relato deste jovem, a seguir:

**Pesquisadora:** E os seus pais, eles interferem nesta questão do namoro?

**Jovem:** Os meus pais não, mas os pais da minha namorada sim.

**Pesquisadora:** É?

**Jovem:** Ah, num sei... num sei se é porque ele é bem antigo, né... num deixa ela sair, sabe, estas coisas assim.

**Jovem:** Dificilmente, sair, com ela, sabe.

**Pesquisadora:** Ela tem a sua idade ou é mais nova?

**Jovem:** Ela tem 17, faz 18 esse ano agora.

**Pesquisadora:** Ah, ok. Será que é por isso? Tem a ver com a idade?

**Jovem:** Ah, acho que não... acho que é mais por causa deles mesmo... acho que eles sabe... se tiver 18, 20, 21, acho que, se ficar lá, na casa deles, vai continuar igual. (risos) (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Cabe ressaltar que a jovem namorada do entrevistado, cujo relato apresentamos acima, reside na sede de um pequeno município do Território em estudo, o que nos indica que esta dupla moral sexual, persistente na forma de educar homens e mulheres não é exclusiva do meio rural do Norte Pioneiro, mas persiste em diversos meios na atualidade.

Se for verdade que o controle e a exclusão das mulheres jovens têm desencadeado a saída de grande número de moças do meio rural, conforme a afirmação de Castro *et al* (2009), em nosso Território, poderíamos dizer que este grupo está fortemente propenso a mudar-se para a cidade.

#### **4.4.6 “Quer casar? Tá, mas você quer ficar na cidade, ou quer ir pro sítio?” - casamento e formação de uma nova família entre os jovens rurais do Norte Pioneiro**

Com o intuito de pensar a juventude “além da sua ‘natural’ associação com a condição de solteiros e sem filhos” (CASTRO *et al*, 2009), procuramos observar o estado

civil de nosso entrevistados. Dentre os 20 jovens informantes, 5 não eram mais solteiros (com idade entre 17 e 27 anos de idade), sendo que 4 eram oficialmente casados (3 moças e um rapaz) e um vivia em união estável (rapaz). A idade em que se casaram variou entre 17 (2 casos), 18 (2 casos) e 19 anos (2 casos).

Isso indica que se casaram numa idade bem mais jovem que a média dos brasileiros, que tem crescido, ficando em torno de 26 anos para as mulheres e 29 anos para os homens, segundo os dados de 2008 do IBGE (ALVES E CAVENAGHI, 2012). Por outro lado, havia 5 jovens entrevistados acima de 19 anos e ainda solteiros, indicando que o casamento em idade jovem não é exatamente a regra dentro deste grupo.

Quanto a filhos, nenhum dos jovens solteiros declarou ter filhos e, dentre os casados, 2 moças e um rapaz disseram ter filhos, sendo que o rapaz tinha um filho; uma moça tinha um filho; e a outra tinha duas filhas. Estas duas jovens que têm filhos trabalham numa fábrica de costura fora da propriedade, durante o dia inteiro, sendo necessário deixar os filhos fora de casa para trabalhar. A solução encontrada, num dos casos, é deixar a criança com a sogra, na cidade, e no outro caso, deixar as crianças na creche.

Lá no sítio é muito difícil arrumar babá, né. Não tem quem vá lá no sítio, daí meu marido vem trabalhar [na cidade] e traz ele. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

É que tem o Centro Social lá em cima, tem o CEMEI<sup>92</sup> que funciona no Centro Social, nas instalações, daí é perto lá do sítio. Daí eu vou lá, porque no sítio é difícil você conseguir uma pessoa pra cuidar, né. Na cidade é mais fácil em termos, porque é tão fácil que acaba achando gente que fica judiando das crianças. (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Esta constatação de que uma porção dos jovens rurais são casados e têm filhos, suscita a discussão da necessidade de incluir temas relacionados à sexualidade, métodos contraceptivos, educação infantil e outros nas propostas de políticas voltadas à juventude rural, conforme já proposto por Castro *et al* (2009).

Além disso, a constituição de uma nova família traz à tona novamente a questão do acesso à terra e renda por parte do jovem no meio rural. Basta observar que, dentre os 5 jovens casados, 3 vivem na mesma propriedade que o pai ou sogro. Em um dos casos, a jovem e o marido não tiveram opção a não ser buscar trabalho fora do sítio (pelo fato da área ser pequena); no outro caso, a jovem trabalha fora e o marido utiliza parte do sítio (do pai

---

<sup>92</sup> Centro Municipal de Educação Infantil – CEMEI.

dele) e arrenda área fora; e no terceiro caso, a jovem reside com o marido no sítio do pai, mas compraram um sítio fora, que ainda estão pagando.

Percebe-se que, se a jovem casa-se com um rapaz que não é do sítio, a solução é mudar-se para a cidade, enquanto os rapazes em geral, trazem a esposa para o sítio. É uma estratégia utilizada pela família, já que a área é insuficiente para diversas outras famílias que vão se formando. Se a jovem, por algum motivo, insiste em permanecer no sítio, acaba permanecendo, mas a fonte de renda é fora da propriedade (no caso, o marido é pintor, e a jovem costureira).

A gente casou e ficou morando na cidade, daí pagava aluguel. Daí ficamos um bom tempo assim. Daí eu engravidei, depois de 4 anos, do meu primeiro filho, era uma menininha. Daí quando ela nasceu, ela faleceu. Daí eu fiquei muito lá na casa da mãe [no sítio], não queria voltar pra casa e ficou aquela coisa assim. Daí foi que ele decidiu morar no sítio. No entanto, ele ficava tentando segurar, falava que achava complicado, porque não podia tirar a liberdade deles, da gente fazer mais casa lá perto. (...) E o pai também falava que achava bobagem construir casa no sítio, porque não tinha valor. Falava assim, se a gente conseguisse construir na cidade era muito melhor, porque na cidade valoriza, no sítio não, não tem valor nenhum. Daí passou um tempo, eu engravidei de novo, foi quando a gente começou a construir nossa casinha [no sítio do pai]. (...) E a gente tá até hoje e não pretendo sair de lá tão cedo. Eu sempre tive vontade, mas meu marido que ficava segurando. Daí, quando ele decidiu, pra mim foi uma maravilha. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Em outros casos, onde o casal tem apenas filhas, para esta jovem, permanecer no sítio dependerá de encontrar alguém com quem se casar, que queira permanecer no sítio e ajudar a tocar a propriedade. É o caso de uma jovem, que mora com o pai e a mãe apenas, e cuidam de uma propriedade que produtora de leite.

Ah, tipo, pra mim ficar no sítio, se eu encontrasse alguém. Tenho 20 anos, se eu tivesse um namorado, ou casada, daí a pretensão pra ficar já seria outra, né. Mas, assim, solteira, olha... pode ser que a vida na cidade... é um pouco, muito corrida, mas é mais fácil. Eu vejo pela minha irmã [casada, que mora na cidade]. Então... se... se eu ficar no sítio, meus pais e eu não vamos conseguir tocar a produção de leite por muito tempo. Tipo, estes 10 anos. Porque meus pais já não são mais crianças, né. (...) E eu não quero também que eles fiquem se matando por... só pra cuidar de mim, porque bem dizer eles estão cuidando de mim em casa. E eu, sozinha, não vou conseguir tocar. Então... talvez na cidade. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Questiona-se, então, se haveria uma preferência dos jovens rurais do Norte Pioneiro buscariam em se casar com pessoas do sítio ou da cidade. A este questionamento, feito aos solteiros, 7 responderam que não tem preferência, com a ressalva feita por aqueles que de fato estão decididos a permanecer no sítio, de que a pessoa também esteja disposta a viver no meio

rural. Outros 5 entrevistados afirmaram que desejam que a pessoa com quem irão se casar seja do meio rural, e 3 não especificaram.

A preferência por se relacionar com uma pessoa do meio rural, desde o namoro, tem diversas explicações, desde uma suposição de que os rapazes do sítio estão mais dispostos a assumir compromisso, até a existência de certo preconceito dos rapazes da cidade em relação às moças do sítio. É o que nos revelaram estas duas jovens entrevistadas:

**Pesquisadora:** E as pessoas que você fica, ou namora, elas normalmente são do sítio ou da cidade?

**Jovem:** Normalmente do sítio.

**Pesquisadora:** Do sítio? Você tem esta preferência ou não, isso acontece...

**Jovem:** Não é que eu tenha essa preferência, mas é que o negócio é o seguinte: vou ser bem franca com você... os meninos da cidade tão só ficando. Não querem compromisso. Já os meninos do sítio têm uma mentalidade um pouco diferente. Então, se você quer um compromisso, você... no sítio, é mais fácil de encontrar. (risos) (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

**Pesquisadora:** E estas pessoas com quem você convivia, ficava, namorava, eram do sítio mesmo ou eram da cidade?

**Jovem:** Do sítio, da cidade, depende do lugar.

**Pesquisadora:** Mas você preferia que fosse do sítio ou da cidade?

**Jovem:** Que fosse do sítio. Que fosse do mesmo nível, mesma coisa que a gente.

**Pesquisadora:** Porque essa preferência?

**Jovem:** É que nem, na parte da escola, tem um preconceitozinho, alguma coisa assim, por causa da gente ser do sítio. E os meninos da cidade, às vezes assim, aquela menina lá do sítio 'não quero saber não'. Tinha uns que não, tinha uns que era a mesma coisa. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Entende-se que, de certa forma, em algumas situações não seria fácil conciliar os interesses de dois jovens de realidades assim distintas, o que resultaria em um dos lados ceder aos interesses do outro, como revela este jovem, cuja namorada reside na cidade. O encurtamento da distância entre campo e cidade, por meio da facilidade de transporte, na opinião do jovem, resolveria parte do problema.

**Pesquisadora:** E, no caso, a pessoa que você namora você acha que ela gosta do sítio também, você acha que ela teria pretensão de ir para o sítio?

**Jovem:** Se fosse... se fosse pra passear, acho que sim...

**Pesquisadora:** Pra passear... (risos)

**Jovem:** Mas eu acho que pra morar... acho que ela... acho que não. Não conseguiria.

**Pesquisadora:** (risos) E como fica esta questão aí, você diz que pretende, se der certo, se conseguir, investir mais no sítio...

**Jovem:** Isso... com certeza... ah, aí vai dela, né... se ela quiser continuar comigo, você entendeu? Se ela quiser, como se diz, já que ela me ama, né, se quiser acompanhar eu, acompanha.

**Pesquisadora:** Certo.

**Jovem:** Porque a diferença... não vai ser diferença nenhuma, né. Que nem nós estávamos comentando, eu tenho carro, tenho tudo... mas é... só vai mudar o ambiente, né...

Em alguns casos, não há discussão. Tendo o jovem já decidido construir sua vida no meio rural, resta procurar alguém que tenha o mesmo propósito. É o caso do jovem, cuja fala reproduzimos a seguir:

**Jovem:** Pessoa que quisesse viver no sítio. Então este seria um ponto muito decisivo, né. ‘Quer casar? Tá, mas você quer ficar na cidade, ou quer ir pro sítio?’

**Pesquisadora:** Hum, hum... porque, daí, senão, dá desencontro de interesses...

**Jovem:** Dá desencontro de interesses, aí já não tem como, já começa a brigar por aí, né. Então acho que pro... não necessariamente precisaria ser uma moça do sítio, mas alguém que gostaria de viver no sítio, e depender, e trabalhar no sítio pra tirar a subsistência. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares)

Supondo que sejam as moças que mais migram (STROPASOLAS, 2004), porém, nem sempre seria fácil encontrar uma jovem com que se relacionar no meio rural, e que esteja disposta a permanecer por aí. Seria este motivo suficiente para levar alguns jovens a deixar o meio rural, nos perguntamos ao deparar com esta revelação de um jovem entrevistado: “não tem menina, que você se interessa... pra ficar no sítio”<sup>93</sup>.

**Pesquisadora:** Na sua opinião, os jovens do sítio, eles querem ficar no sítio ou querem ir embora para cidade?

**Jovem:** Os que eu conheço, alguns querem ir pra cidade, por causa que querem fazer outra coisa, né, ou estudar em outra coisa. E num tem menina, né, que você se interessa... pra ficar no sítio, estas coisas... [fala de forma bem humorada] (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares)

#### 4.4.7 “Ele às vezes só acha certo do jeito dele, num faz pergunta, essas coisas” - Tomada de Decisões nas Famílias dos Jovens Entrevistados

A possibilidade de participar do processo de tomada de decisões em relação à propriedade rural tem sido apontada por muitos estudos (BRUMER e ANJOS, 2008; CASTRO *et al*, 2009; STROPASOLAS, 2004) como fundamental para a permanência dos jovens na propriedade, ainda que o padrão continue a ser a subordinação ao pai – o “chefe da família”. Nesta questão, as mais prejudicadas seriam as jovens, com menores possibilidades de participação.

<sup>93</sup> “A invisibilidade, a desvalorização e o não reconhecimento da contribuição das mulheres para a realização do trabalho familiar fazem deste algo transferível para outro ramo de atividade, sem prejuízo da reprodução social da família. Com efeito, quanto mais elas buscarem profissões não agrícolas, menores serão as chances dos jovens homens encontrarem moças dispostas a formar novas unidades familiares e produtivas” (WEISHEIMER, 2007, p. 237).

Entre os jovens entrevistados para este estudo, percebemos que embora tenhamos indícios de uma maior abertura para discussão de questões referentes a custos e rendimentos da propriedade, na hora de decidir sobre questões como a realização de investimentos, a opinião preponderante ainda é do pai, o que fica bem claro na declaração desta jovem, que vive com o marido na propriedade do sogro, onde também residem outros dois irmãos (casados) do marido.

Quem decide tudo é meu sogro. Ele é o cabeça e eu acho até bonito isso, eles [o marido e os cunhados] respeitam o que meu sogro fala. Eu acho muito interessante isso. Eles trabalham unidos, Sr. L. é o cabeça, e eles trabalham. Não tem desentendimento, sabe?! Acho muito interessante isso. (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Esta forma de agir dos pais, nem sempre é vista como algo interessante, como relatou a jovem acima. Por vezes, desqualifica a atitude do jovem, com a justificativa de que este “é criança ainda”, portanto, sem condições de emitir opiniões acerca das decisões a serem tomadas. Isto, mesmo que o filho utilize como justificativa os conhecimentos técnicos obtidos na CFR, por exemplo.

Ver, assim, eu não vi, mas o [nome do colega] ele sempre fala pra nós, um colega nosso, que chegou a estudar aqui [na CFR] mas voltou pra lá, sabe... Então, ele chegou, ele falava assim, ‘eu fui falar...’ o pai dele mexe com horta, né, ‘se nós fizer assim, pai, não é melhor?’. E o pai dele, ‘ah, você não sabe de nada não, você é criança ainda’. O pai dele é bem... digamos, arrogante... (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Meu primo, de 18 anos, que estudou aqui [na CFR], a mãe dele... ele falou que ia mexer com uma horta, no fundo da casa lá, aí ela já encheu o caso, falou ‘ah, não vai dar nada’... o piá até desistiu.... (rapaz, solteiro, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Fica clara a insatisfação dos jovens que convivem com esta situação cotidianamente, nos casos em que o pai “acha certo o jeito dele”, e não valoriza a opinião deste jovem que esta ali, trabalhando ao seu lado. É o que declara este jovem:

**Pesquisadora:** Certo. E você tá satisfeito com esta forma como são tomadas as decisões, ou você acha que poderia ser diferente?

**Jovem:** Bom... às vezes o pai quer fazer uma coisa, só que daí às vezes ele num pede opinião, essas coisas.

**Pesquisadora:** Hum, hum... certo..

**Jovem:** Ele às vezes só acha certo do jeito dele, num faz pergunta, essas coisas.

(rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares)

À medida que os jovens passam a questionar esta situação, obtém, aos poucos, algumas mudanças, como no caso destes dois jovens, cujas falas são apresentadas a seguir. Ambos chegam a trabalhar mais de 8 horas por dia nas propriedades, mas ainda assim, inicialmente não tinham a possibilidade de participar das decisões.

**Pesquisadora:** E como são decididas as coisas em relação à propriedade... o que vai plantar, quanto, se vai mudar alguma coisa, quem decide isso?

**Jovem:** Na maioria das vezes é meu pai.

**Pesquisadora:** Seu pai... ele pede sua opinião ou não?

**Jovem:** É... (risos) às vezes...

**Pesquisadora:** Às vezes...

**Mãe do jovem:** Pede, tudo que ele vai fazer, ele fala...

**Jovem:** É, tudo que ele vai fazer ele fala pra mim...

**Mãe do jovem:** Uai, ele falou ‘vamos plantar melancia’, você falou que num era, que agora era sol...

**Jovem:** É... ele pergunta, sim... que daí... que nem, nós ia fazer outra plantação de melancia, né... daí eu decidi num fazer, porque já tá muito fora do tempo, sabe... que depois chega janeiro, sempre, normalmente, é época de chuva, daí era arriscado perder, né... Eu decidi num plantar.

**Pesquisadora:** Daí você explicou isso pra ele e ele aceitou?

**Jovem:** Ele num quis [plantar]... ele num plantou, daí...

(rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares)

**Pesquisadora:** E desde qual idade você participa destas discussões? O quê que ia vender, o que ia comprar, quanto tá custando, se tá dando lucro ou prejuízo...

**Jovem:** Ah, dessa parte aí faz pouco tempo. Vamos supor, aí, uns três anos. Né, que daí, depois... até que comecei a cobrar, né, porque você tá trabalhando naquilo dia e noite, tá dentro de casa, você tá vendo que tá indo, tá vindo, mas não sabe o que tá acontecendo. Então, eu mesmo procurei ir atrás do pai, ‘pai, porque que tá assim, porque que vai fazer assim, porque que tá fazendo assim e não daquele jeito’. Então eu comecei a procurar mais, pra saber, né...

**Pesquisadora:** Hã, hã... E ele deu esta abertura pra conversar?

**Jovem:** Pouco a pouco... foi aos poucos...

(rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares)

Em alguns casos, este padrão teria já sido superado, e o pai procuraria sempre envolver o jovem (rapaz) nas discussões acerca da propriedade, o que parece trazer grande satisfação para este jovem, e mesmo admiração de seus colegas, que vêm a forma com se dá a discussão.

**Jovem 1:** Olha, lá em casa, lá é tudo muito conversado, e é muito rara a decisão que é tomada sem conversar com nós, sabe...

**Jovem 2:** Verdade, isso eu posso falar que eu já convivi com eles lá, e o pai dele pede opinião em tudo. Tudo ele opina, fala ‘oh, isso daqui tá certo, isso daqui tá errado, tal, e tal’... Fala. E o mesmo é lá em casa também.

(grupo focal, CFR Figueira)

Até mesmo no caso das moças, tivemos o relato de uma jovem, que toca a propriedade junto com o pai, e “senta na mesa” com ele para discutir os custos e rendimentos

da propriedade. Ou seja, quando não há um filho rapaz, às vezes as moças têm uma maior abertura para discutir as decisões junto ao pai. Mas quando há um irmão, é a ele que o pai vai dar a abertura para participação.

**Pesquisadora:** Você tem conhecimento sobre os custos e rendimentos da propriedade o que custa, o que rende por mês, os gastos...

**Jovem:** Tenho, tenho... porque o meu pai, ele é tipo, ótimo em conta. Ele fez só até a quarta série, mas eu posso dizer assim pra você, que ele é melhor que eu. Ele... todas as contas, custos, gastos que ele vai fazer, ele senta na mesa pra fazer, e eu sempre tô por perto. Tudo que se compra na cidade pra levar em casa pros animais, é sempre eu que tô junto, né. Eu sempre tô sabendo dos gastos, o quê que tá gastando, o que num tá, o quê que tá sobrando, o que tá faltando. Então eu sempre tô por dentro. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

São várias as explicações dadas para a não participação das jovens, entre elas “poupar a filha da preocupação com as contas”, o “não envolvimento” da jovem com a propriedade, ou em alguns casos, dispensa-se qualquer tipo de explicação para o fato. É o que trazem estas falas dos entrevistados:

(...) O que eu posso falar... eu participo pouco, por causa que ele, o pai, evita de ficar falando de conta, estas coisas... assim, ele comenta, mas participar, colocar tudo no papel, ele evita de ficar falando pra mim... (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

**Jovem:** (...) Só que agora minha irmã, vamos dizer que ela mora em casa, mas ela num participa mais, assim, do movimento do sítio, né, agora ela tá fazendo o tal do magistério lá, né, ela partiu mais pro lado urbano, e pegou estágio remunerado, tá dando aula. Daí, digamos que ela sai 07:30 de casa, chega seis e meia, sete horas. Digamos que ela num...

**Pesquisadora:** Mas antes ela dava opinião, quando ela tava lá?

**Jovem:** Sim, também...

(rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

**Pesquisadora:** Quando vocês eram menores, adolescentes, isso era comum, seu pai conversar com vocês sobre estas coisas [parte administrativa da propriedade] ou não?

**Jovem:** Com meus irmãos era, comigo não era. Ele só queria que eu fosse trabalhar. (risos) (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Este não envolvimento dos jovens nas decisões da propriedade pode resultar em sérios problemas no momento da sucessão. Caso emblemático, que trazemos aqui, é o de um dos jovens entrevistados, que se viu na obrigação de assumir a propriedade, com o falecimento do pai, tendo na época 19 anos de idade.

**Jovem:** (...) Porque os meus irmãos eram meio descabeçados, e minha irmã num sabia pegar num sítio... os mais velhos... daí sobrou pra mim, que era o caçula, daí

eu já ficava sempre junto com meu pai, sempre vendo as coisas pra fazer... Só que ele era meio... pessoa meio sistemático, nunca quis ensinar muito não.

**Pesquisadora:** Não tinha abertura?

**Jovem:** Não, não. Até com a minha mãe mesmo, era... chegava papel do banco lá, ‘assina aí’ [falava o pai], num podia perguntar nem o que tava assinando. Uma pessoa muito boa, mas num... num era... ‘eu faço, tá certo, e é assim que vai ser’.

**Pesquisadora:** E quando você assumiu [a propriedade], você teve alguma dificuldade por isso?

**Jovem:** Muita, muita. Quebrei muito a cara, só que eu nunca desisti, sabe. Chegava no banco... só que eu nunca... porque meu pai era muito conhecido em banco. Nunca falei ‘ah, eu sou filho do N.’. Eu nunca... entrei, ‘eu sou o [nome] mesmo’, tenho muito orgulho de ser filho dele, mas ele fez o nome dele e eu posso fazer o meu, né. Daí eu fui caminhando, e fui andando, e fui, e fui, e conhece daqui, conhece de lá, e vai pegando nome, fazendo as coisas certas...

(rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, filho de agricultores familiares, responsável pela propriedade)

O caso deste jovem nos alerta para a necessidade de que seja dada aos jovens a oportunidade de se envolverem nas questões referentes à administração da propriedade. Além de reafirmar que, tendo a oportunidade, o jovem desenvolverá sua responsabilidade em relação ao negócio da família, com grandes chances de permanecer na propriedade. A história de sucesso deste rapaz é motivadora:

(...) Até eles [os amigos] ficam me elogiando por esse motivo, né, porque todos eles têm pai, e eu sou o único que não tenho pai, e pegou, e é o caçula, e assumiu uma propriedade, e trabalha, e foi, e foi, e foi... Até mesmo o [técnico do Emater] mesmo comentou isso comigo hoje, ‘você é foda, hein, você pegou um negócio na sua mão, tinha 19 anos de idade, e olha o que você tá fazendo’. Falei, ‘óh, nunca parei pra pensar por este lado, de certo modo é verdade, né’. Porque você pega uma pessoa com 19 anos de idade, e cai uma propriedade na tua mão, você fica... se você num tiver cabeça, acaba com tudo, né. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, filho de agricultores familiares, responsável pela propriedade)

#### **4.4.8 “É, antigamente se falava que quem morava no sítio era jacu, né... tinha esse preconceito” – identidade e representações sobre “ser jovem” no meio rural**

Entendemos que a forma como os sujeitos lidam com a identidade que assumem ou lhes é atribuída socialmente em muito pode contribuir para a sua decisão de permanecer ou não no meio rural. Isto porque, ainda hoje, segundo Carneiro e Castro (2007), a identificação como “jovem rural” traria consigo a desqualificação simbólica associada ao rural atrasado, reflexos de uma antiga proposta de desenvolvimento, conforme discutido no capítulo 1.

Neste sentido, buscamos entender como se sentem os jovens rurais do Norte Pioneiro, participantes deste estudo, no que se refere a esta questão. A exemplo do que encontraram Freire e Castro (2007) em suas investigações junto a jovens assentados, nossos informantes na maioria das vezes tem um reconhecimento positivo da identidade de “jovens

rurais”, “jovens do campo” ou “jovens do sítio”, como se identificam e são identificados por aqui.

Sempre me senti orgulhosa de morar no sítio, nunca tive vergonha de falar pra ninguém que morava no sítio, sempre falei. Nunca tive vergonha. Sempre gostei de morar no sítio. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Para os entrevistados, os fatores que levam a esta identificação positiva são principalmente: maior convivência familiar e comunitária; tranqüilidade para criar os filhos; opções diferentes de lazer, ligadas à terra e à natureza; sensação de mais liberdade; ar puro; alimentação saudável; autonomia para trabalhar no sítio; menos violência. Por outro lado, quatro entrevistados (uma moça e três rapazes, cuja renda das propriedades tem se mostrado insuficiente) colocaram como ressalvas: às vezes ter dificuldade de acesso ao trabalho, renda, educação, lazer; e isolamento, que consiste basicamente em não ter com quem conversar<sup>94</sup>.

Porém, as referências à “vergonha de morar no sítio” ou “preconceito” que outros jovens teriam sofrido, em outros tempos, nos alertam para o fato de que isto pode não ter sido totalmente superado, permanecendo ainda o estigma, conforme afirmaram Carneiro e Castro (2007). Muitas falas dos entrevistados trazem a questão à tona:

**Pesquisadora:** Você conhece pessoas que têm vergonha de dizer que são do sítio?

**Jovem:** Conheço sim. Agora não (risos), agora ela já foi embora pra cidade, mas ela tinha vergonha sim. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Ah, tem pessoa que acha né... tem pessoa que tem preconceito, de certo modo, com a pessoa do sítio, ‘ah, é do sítio, num sei o quê, num sei o quê...’. Eu não, eu num tenho vergonha de falar que eu sou do sítio, nada... (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

**Jovem:** Eu acho que muitos têm vergonha, mas num precisa ter vergonha. Porque no sítio, não acontece tanto, no meio rural não acontece tanta tragédia igual acontece na cidade, deste jeito. Eu acho que no sítio, no meu ver, é bem melhor que lá na cidade.

**Pesquisadora:** Você tem colegas que tem vergonha por ser jovem do campo?

**Jovem:** Não, não tenho colegas, mas já vi muita gente falar, assim, que tem vergonha de falar que mora no sítio.  
(moça, solteira, 15 anos, estudante de ensino médio, família assentada)

**Jovem:** É, antigamente se falava que quem morava no sítio era jacu, né... tinha esse preconceito. Mas não, no sítio tem muito mais gente, muito mais inteligente, muito melhor, talvez, que na cidade.

**Pesquisadora:** E hoje, você acha que não tem mais esse preconceito?

**Jovem:** Eu acredito que o preconceito sempre vai existir. Independente do que seja. Mas assim... ter, existir, até existe, mas... eu acredito que as coisas tão bem melhor

<sup>94</sup> Esta questão foi relatada por um jovem que reside em propriedade que fica a cerca de 40 km da sede do município.

agora. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Ainda que alguns jovens entendam que “na prática, não tem nada de diferente assim” (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família assentada) entre ser jovem no sítio ou na cidade, a maioria se entende justamente nesta oposição campo/ cidade<sup>95</sup>, conforme visualizamos na fala dos entrevistados.

Os jovens da cidade têm mais liberdade de ficar pras ruas durante o dia e no sítio não, né. No sítio, se alguém sai, é a noite e pra vir pra escola, os jovens do sítio ficam mais no sítio, né. A criação no sítio é totalmente diferente da criação na cidade. No sítio joga bola, solta pipa. Que não é bom soltar pipa [na cidade] por causa dos fios, né, lá não tem fio. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Pra estudar o jovem vem tudo pra cidade, daí já pega uma idadinha não quer mais ficar no sítio. Na cidade é tudo diferente. Lá no sítio pra você ter amizade com alguém você tem que ir na casa das pessoas, os sítios são longe um do outro, na cidade não, né. Se ficar lá no sítio, um rapazinho estuda até os quatorze, quinze anos, daí ele volta pra casa e tem que trabalhar, né. E os meninos aqui da cidade, com quatorze anos vai pra rua. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Olha, eu imagino assim, que pra uma pessoa da minha idade morar na cidade, ele tem que trabalhar e estudar. Isso, todo dia, todo dia, todo dia, sem uma rotina diferente, deve ser um pouco de tédio. Porque é rotina, muita coisa, todo dia a mesma coisa, e já enche a gente. No sítio mesmo, quando a gente fica a semana inteira, se eu não saio, se não faço alguma coisa diferente, já enjoa. E você fica muito tempo com a mesma coisa. Então, eu sempre procuro fazer alguma coisa diferente, e essa liberdade eu tenho. Agora, na cidade, é um tédio (risos). (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

**Pesquisadora:** E como é ser jovem do campo, do sítio?

**Jovem:** É bom. Eu acho que é muito melhor que ser jovem da cidade, com certeza.

**Pesquisadora:** Por que?

**Jovem:** Ah, a gente tem convivência com todo mundo. No sítio a gente tem liberdade pra qualquer coisa, pra sair, pra passear, lá, né. Agora na cidade, tem os perigos da cidade, onde você tá tem perigo.

**Pesquisadora:** O que seriam estes perigos?

**Jovem:** As drogas, a bebida. No sítio não. A gente é tudo, todo mundo junto, não tem, a gente nem vê isso, essas coisas. Num tem. Se tiver tá bem escondido.

(moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Como se pode perceber, a cidade por vezes traz relação, na visão destes jovens, com maiores índices de violência, correria, ausência da família, poluição, barulho e trânsito.

<sup>95</sup> “É na relação de identidade e diferença que jovens do campo constituem e afirmam sua (s) identidade (s) mediada na ‘tensão’ e às vezes contraditória relação campo e cidade” (FREIRE e CASTRO, 2007, p. 231)

Algumas vezes, porém, na oposição campo/ cidade, fica clara uma visão naturalizada de desvalorização do campo e exaltação da cidade, na fala dos próprios jovens, ao relacionarem o “não ser tímido”, “o estilo de se vestir”, “o rock” e “a malícia/ esperteza”, enfim, “as coisas boas”, à cidade e àqueles que nela habitam, em oposição a “ser jovem rural/ do campo/ do sítio”. Vejamos nas falas destes jovens:

(...) Sou jovem do campo, gosto de coisas assim, que às vezes podem dizer que são coisas mais urbanas, tipo, eu sou rural, mas eu gosto muito de rock, tenho todas as tendências disso... é... não sou nada tímido... (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família assentada)

**Pesquisadora:** Você se considera um jovem do sítio, ou da cidade?

**Jovem:** Meio termo...

**Pesquisadora:** (risos) Meio termo?

**Jovem:** Meio termo.

**Pesquisadora:** Porque assim, como assim?

**Jovem:** Ah, tipo assim... eu, no sítio, eu sou bem sítio, né, convivo, tudo mais, só que eu acho que o mais estilo de vida já é mais cidade...

**Pesquisadora:** Mais cidade...

**Jovem:** O jeito que eu me visto, estas coisas, sabe... Você pode ver que a pessoa do sítio, as pessoas do sítio, mais dos sítios, elas se vestem mais como cowboy, estas coisas, e eu já tenho um estilo mais de cidade. (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Ah... porque tipo assim, a pessoa do sítio, ela é mais simples, né, já a pessoa da cidade, tem mais malícia. É mais maliciosa, tipo assim, já é, como é que eu posso dizer... ela é mais esperta, sabe... A pessoa da cidade já é mais esperta que a pessoa do sítio. A do sítio, assim, é aquela pessoa mais humilde, né, que acredita muito fácil. E a pessoa da cidade já é mais esperta. (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

(...) Eu falei pra você, eu sou uma pessoa do sítio, mas considerado por meus amigos como da cidade, porque eu gosto das coisas boas, eu gosto de ter as coisas boas, e, de certo modo, assim, é a cidade que te proporciona bem, né. Só que você quer ter as coisas que tem na cidade lá no sítio. E eu tento fazer isso, levar as... [coisas da cidade pro sítio] (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

“Levar as coisas boa da cidade para o sítio”, rompendo com a visão do “atraso”, como nos relatou o jovem na fala acima, pode ser a saída encontrada por estes jovens, nesta luta contraditória de se construir como filhos de agricultores familiares/ jovens rurais/ sujeitos do campo. É o que diziam Freire e Castro: “as raízes no campo e na sua dinâmica sociocultural, no entanto, estimulam os jovens a conceber projetos de vida vinculados ao campo, mas em condições e patamares mais elevados, dignos” (FREIRE e CASTRO, 2007, p. 231).

Nesta busca por condições de vida mais digna no meio rural, alguns já perceberam a vantagem de ser agricultor familiar: ter e cuidar do próprio negócio<sup>96</sup>. Neste sentido, ganham destaque as opções de diversificação das fontes de renda da propriedade, bem como as alternativas para agregação de maior valor aos produtos, por meio da agroindustrialização familiar.

Eu me sinto orgulhoso. Orgulhoso, por... primeiro, por não precisar depender de alguém, né, depender de um patrão. Hoje a gente consegue ser nosso próprio patrão. Então, você sendo autônomo, te dá mais ânimo pra fazer o serviço, né. Você consegue fazer o seu horário, faz aquilo que você visualiza que vai ser o melhor... (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Então hoje, quem tem a possibilidade de investir por conta própria, faça! Porque vai ser bem melhor do que você trabalhar pros outros, né. Você sendo um pequeno agricultor, você pode fazer o seu tempo, você vai ver aquilo que tá necessitando de fazer o serviço, você é que vai correr atrás. Então é bem melhor do que trabalhar assalariado. (...) Foi o que a gente fez, né. Investiu em transformar a uva e agregar valor nela dentro da propriedade. (...) Então, a gente agrega valor dentro da propriedade, porque você está ocupando o seu tempo ali, daí a vantagem de você ser um agricultor, pra você colocar o seu tempo no serviço, sem depender de ninguém, e poder tirar o máximo disso, né, que hoje tá sendo a transformação do produto dentro da propriedade. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares)

Esta fórmula, é claro, destina-se àquelas propriedades com alguma condição de investimento. Nos casos onde a família tem lutado para sobreviver, muitas vezes às custas de endividamento, esta “autonomia” do agricultor familiar pode adquirir um sentido negativo, ao passo que o trabalho assalariado (na cidade) parece a opção mais interessante. É o que nos mostra este jovem:

Porque na maioria das vezes, quem é jovem do sítio, tipo... tem que procurar um jeito de ser o seu próprio patrão. Algum jeito de ter o seu próprio negócio. Na cidade, tipo... são pessoas que são bem sucedidas por conseguir manter um emprego próprio. Na maioria das vezes você é empregado na cidade. Você faz o seu trabalho, o que te passam você faz. E no sítio não, você tem que dar um jeito de criar alguma coisa, que... fazer de uma forma que você não vai ter, tipo, tanta despesa por imprudência... creio que é isso. (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, filhos de assentados)

Para os jovens do campo, as responsabilidades seriam antecipadas em relação à condição vivenciada pelos jovens da cidade (FREIRE e CASTRO, 2007), trazendo cedo para

---

<sup>96</sup> “O estabelecimento familiar é uma instituição atrativa, já que proporciona uma relativa autonomia à família agricultora, que ali busca alcançar uma *dupla liberdade*: estar *livre de* relações de exploração exercidas por agentes externos e estar *livre para* fazer as coisas à sua maneira” (PLOEG, 2014, p.10).

os jovens esta angústia de “dar um jeito de criar alguma coisa” que garanta as condições de permanência naquele local.

**Pesquisadora:** É a mesma coisa que ser jovem da cidade?

**Jovem:** Na maioria das vezes acho que não, porque nenhum da cidade acho que trabalha igual eu trabalho. Não tem a mesma vontade que eu tenho. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares tradicionais)

Ser jovem do campo é ter mais responsabilidade. Na cidade, eu acho que a diferença é que o jovem na cidade ele tem um perfil diferente, o jovem da cidade geralmente, às vezes, ele... ele tem de tudo, tipo, ele tem como buscar. Ele já tá na cidade, ele tem como estudar, tem como ele trabalhar, só que às vezes ele prefere largar tudo isso. Já o jovem do campo tem em mente que ele tem que buscar. Ele realmente já vai em busca de oportunidade, vai em busca de vida. Ele, geralmente, já tem uma percepção do que ele tem que fazer. (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio)

Desta forma o “orgulho” de ser jovem rural vai sendo contrabalanceado pelas efetivas oportunidades de permanência no campo. O que não significa uma visão romantizada da cidade – estes jovens também percebem que na cidade, especialmente nas sedes dos pequenos municípios de nossa região, a situação pode não ser muito diferente para as famílias mais empobrecidas, que dependem do trabalho dos jovens para ter acesso a condições mais dignas de vida. Afinal, “de que adianta ser jovem, morar na cidade, mas num ter trabalho?”.

**Jovem:** Olha, às vezes dá até orgulho, mas às vezes... dá, dá uma vontade de ir embora... chega um ponto que às vezes...

**Pesquisadora:** Porque dá vontade de ir embora?

**Jovem:** Sei lá... Ah, também tem muito a ver com a renda, né...

(rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Num tem muita oportunidade [na cidade pequena], né, também. É muito difícil, se for menor aqui, na cidade, num consegue emprego, porque é menor, né. Daí, de que adianta, né, ser jovem, morar na cidade, mas num ter trabalho? E já na parte rural... (rapaz, solteiro, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

#### **4.4.9 “Tem muito jovem que se manda pra cidade porque não tem incentivo” - implicações do acesso ou não acesso às políticas públicas<sup>97</sup> para a permanência dos jovens no meio rural**

Perguntamos entrevistados quais seriam os bens e serviços considerados importantes para que os jovens tenham uma boa qualidade de vida no meio rural. As respostas mais

<sup>97</sup> Neste momento não discutiremos aqui a questão da educação, por ter sido alvo de discussão anteriormente, embora reconheçamos que se trata de uma política fundamental para os jovens rurais, conforme já dito.

frequentes foram: moradia de qualidade e conforto na moradia (7); transporte, incluindo-se aí os que citaram especificamente moto, carro e caminhonete (6); infraestrutura e tecnologias para a produção, maquinário e equipamentos (6); e estradas em boas condições (5); internet ou computador com internet (4).

Isso é importante. Ter uma moradia boa incentiva o jovem a ficar ali. Pensa, não ter uma casa assim, daí ele vai embora pra cidade. Serviço, né, uma renda pra pessoa tirar por mês, alguma coisa, ajudaria. Isso que anima a pessoa a ficar ali. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Sim, é gostoso aqui. É um lugar... além de ser tranquilo, é um lugar próximo da cidade, tem todos os recursos, de conforto, vamos dizer assim, que você pode ter na cidade, todos você tem no sítio também. Tem as possibilidades de ter, né. (...) Ah, internet, televisão, telefone, micro-ondas, equipamentos assim, que antigamente era uma coisa exclusiva da cidade, e hoje pode ter no sítio, com todo conforto também, né. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, filho de agricultores familiares tradicionais).

É porque, igual eu mesmo, né, eu tinha um carro. Aí eu peguei uma caminhonete agora, por causa da propriedade. Que nem eu lá, igual precisa adubar café, choveu hoje, como é que você vai... vem aqui na agropecuária tem 50 nego comprando. Como é que eles vão entregar numa hora só? E você sabe muito bem que, adubação no café, se não for na hora que chove, você perde. Então a caminhonete me ajuda por causa disso. (...) Por isso é a vantagem do carro. E pra sair também, né, porque você num vai ficar só dentro de casa. Tem que sair, tem que... você sai, você festa, você trabalha. Usa o carro pra tudo. O carro e a moto. Como diz, é uma coisa que todo... quando você num tem, você num liga, mas quando você tem, num quer ficar sem. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Foram também citadas, por um número menor de jovens entrevistados, outras questões, tais como: informação e possibilidade de estudar (2); convivência com os pais/família, amor, carinho e lazer (2); recursos para investimento (1); renda (1); roupas (1); comida (1).

Analisamos também em suas falas quais eram as principais reclamações destes jovens, constatando as questões relatadas a seguir. A maior incidência de reclamações dos jovens referiu-se à qualidade ruim das estradas (4 casos), somadas às reclamações com relação às dificuldade de transporte (2 casos), totalizando 6 casos em que os jovens relatam que isto dificulta a mobilidade dos jovens e família, seja para trabalhar fora, para conseguir estudar, ou mesmo para ter acesso ao lazer fora do local onde reside.

Na minha vida atrapalha muito, porque desde que tivesse uma estrada boa, e um transporte, acho que minha vida seria um pouco mais facilitada. Por causa de eu ter que sair pra trabalhar e estudar. (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, filha de beneficiários do Crédito Fundiário)

A seguir, destacaram-se as falas com relação à questão da dificuldade de gerar renda/ baixa renda e falta de opção de renda para o jovem na propriedade (5 relatos). Neste mesmo sentido, outros dois jovens (2) relataram dificuldades devido à falta de estrutura e tecnologias de produção adequadas na propriedade.

Eu acho que os jovens poderiam ter alguma coisa para eles fazerem no sítio. Assim, igual o caso do meu irmão, se ele tivesse uma ocupação pra ele lá no sítio, que ele pudesse ter renda, alguma coisa que fosse lá, ele não precisaria trabalhar na cidade, né. Porque eles estão saindo muito cedo do sítio pra trabalhar na cidade. (moça, casada, 27 anos, ensino médio completo, família assentada)

Tivemos ainda a manifestação explícita da insatisfação de alguns jovens em relação à dificuldade de acesso à terra (2 casos), uma vez que a terra dos pais é insuficiente para as necessidades de todos os filhos, sendo necessário arrendar. Em outros casos, as jovens reclamam: que o pai/ irmão não permitem que seja desenvolvida outra atividade de interesse da entrevistada – fruticultura (1); endividamento da propriedade/ terra financiada (1).

Com menor incidência, tivemos ainda manifestações de descontentamento em relação a: não acesso a computador com internet na residência (1) ou sinal de internet de qualidade ruim (1); falta de agilidade ou não liberação de recursos para os jovens realizarem investimentos (1); falta de informação/ conscientização dos pais sobre crédito e outras possibilidades para melhorar a propriedade (1).

**Jovem:** Ah, que eu sei, tem o Pronaf jovem, depois que você fez a escola agrícola, né. Só que eu fiz... e nunca consegui, sair, sabe... num sei se é o banco que trava... num sei...

**Pesquisadora:** Qual foi a explicação que eles deram pra não ter saído?

**Jovem:** Ah, eles falam que não dá pra fazer... aí fica amarrado sempre... (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Ao serem questionados sobre quais programas conhecem, dentre aqueles direcionados para a agricultura familiar, a grande maioria dos jovens citou o Pronaf<sup>98</sup> (16 jovens, dos 20 entrevistados). Linhas específicas como o Pronaf Jovem, são bem menos conhecidas, sendo citadas apenas por seis (6) jovens. E o Pronaf Mulher, apenas por uma jovem. Interessante que alguns jovens (5) disseram não conhecer ou não se lembrar de nenhum programa ou política pública voltada à agricultura familiar, mas indiretamente, em outro momento da conversa, citaram alguns destes.

Hoje o mundo é assim. Se você não tiver dinheiro, você num compra roupa, se você num tiver dinheiro você num compra comida. Tudo é à base do dinheiro, né, então, se num tiver crédito, como é que você vai fazer as coisas... como é que você toca uma propriedade, que nem esse... como é que eu vou tocar um café desse que eu toco, só com o dinheiro meu, só com recursos próprios, com o café com o preço ruim do jeito que tá? (...) E esse negócio do governo [o Pronaf], ajuda, né, ajuda muito, porque você custeia a lavoura o ano inteiro com o dinheiro deles, você vende, você paga, devolve [o valor financiado] e o lucro é seu. Mas você usa o dinheiro deles, porque se num tiver isso aí, vou falar a verdade procê, num tinha ninguém na roça mais. Tava todo mundo indo pra cidade. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

Quanto às políticas de acesso à terra, foram citados o Programa Nacional de Crédito Fundiário e a linha Nossa Primeira Terra, do mesmo programa, por cinco (5) jovens. Outros programas e ações também foram citados, como: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (2); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC (2); Construção de Moradia no Meio Rural/ Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (2); cursos de capacitação do SENAR (2) e SENAI (1); Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (1); Crédito de Instalação/ Apoio Mulher/ INCRA (1).

Percebemos assim que os jovens entrevistados possuem pouco conhecimento sobre os programas e políticas existentes para a agricultura familiar, e menos ainda para o público jovem, especificamente. Quando os conhecem e procuram acessá-los, enfrentam dificuldades,

---

<sup>98</sup> O Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financia projetos individuais ou coletivos, com o objetivo de gerar renda aos agricultores familiares. Possui duas modalidades, investimento ou custeio, sendo a primeira para iniciar e, ou estruturar a atividade, e a segunda para apoiar a produção, anualmente. Segundo o MDA (2014), o programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. Para ter acesso ao programa, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Emater, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida de acordo com a renda anual e as atividades exploradas. É necessário que o agricultor esteja com o CPF regularizado e livre de dívidas. Detalhes com as condições de acesso ao Crédito Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros são definidas anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso: 22 de março de 2014.

como é o caso do Pronaf Jovem<sup>99</sup> e da linha Nossa Primeira Terra – do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O caso do Pronaf Jovem é emblemático. Consultamos a agência do Banco do Brasil de Ibaiti (que atende 6 municípios do Território), sobre a liberação desta linha do Pronaf. O gerente que nos atendeu informou que, desde que está na agência, não houve nenhuma procura por este crédito. Em sua opinião, a não liberação deve-se então à pouca divulgação ou mesmo ao desinteresse pelo programa.

A agência da Cresol, do mesmo município (que atende aos municípios da microrregião) ao ser consultada sobre a mesma questão, também afirmou que desde 2012, quando foi implantada, não houve a liberação de nenhum projeto destes. Segundo o presidente desta unidade da Cresol porém, por mais que haja o interesse e a documentação esteja certa, sempre esbarra-se na burocracia que impede a liberação. Foi citado o caso de um jovem, de 16 anos, que foi emancipado pelo pai, para acessar o programa e mesmo assim, por restrição do Banco Central, a Cresol não pode liberar o recurso. A alegação é que não poderia ser liberado para menores, ainda que conste nas regras do programa que ele destina-se aos jovens de 16 a 29 anos de idade.

Os jovens, e as instituições que os apóiam, nos eventos de juventude de que eventualmente participamos, sempre discutem a questão do Pronaf Jovem e alegam que a excessiva burocratização impede o acesso ao programa. Algumas exigências em relação à documentação seriam os fatores decisivos, tais como: vinculação da DAP do jovem à do pai; exigência de um contrato de comodato ou arrendamento da área; vinculação ao CPF do pai, impedindo o acesso em caso de qualquer restrição; exigência de garantia ou avalista.

A partir desta situação de insatisfação em relação às políticas (in)existentes, solicitamos aos jovens entrevistados sugestões de ações, programas e projetos que pudessem ser desenvolvidos junto aos jovens rurais. A questão mais citada foi em relação ao crédito ou financiamento para os jovens (5 casos), pedindo-se que se tenha disponibilidade de mais recursos, mais agilidade na liberação e que o Pronaf Jovem realmente funcione.

---

<sup>99</sup> O Pronaf Jovem é uma linha de crédito direcionada a jovens filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 29 anos de idade. Os juros são de 1% ao ano, carência de até 3 anos e 10 anos para reembolso. Um dos requisitos para acessar o financiamento, pede-se que o jovem tenha concluído ou esteja cursando o último ano em um Centro Familiar de Formação por Alternância (Casa Familiar Rural ou Escola Família Agrícola) ou Escola Técnica Agrícola, em nível médio. Admite-se também que o jovem tenha feito cursos ou estágio que resultem em carga horária acima de 100 horas. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/guia/outrosprogramas/pronaf-jovem>>. Acesso: 23 de março de 2014.

Eu acho assim, muito importante o apoio do governo. Porque acontece muito da gente ter plano, ter ideia e não ter dinheiro para investir. Então, se tivesse um projeto pra ajudar, seria muito bom. Tem muita gente que desiste de mexer com o sítio e vai pra cidade por causa disso, que não tem dinheiro pra investir, tem vontade de trabalhar, mas não tem o dinheiro pra investir, daí acaba desistindo. (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Acho que um Pronaf pro jovem seria ideal. Pro jovem, que pudesse haver um investimento para o jovem, porque o jovem é visto como... às vezes está sendo visto como irresponsável. E daí ele tem objetivos, ele tem vontade, mas não consegue ter, porque ele não consegue tirar da propriedade [recursos para investir] e também não tem alguém que apóie ele, para começar. (moça, solteira, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Pro financiamento é muita burocracia. A burocracia para um financiamento hoje é muito grande. Tem uma dificuldade meio grande pra acessar. Daí, sem... porque se o jovem tá no meio rural, ele decide, vamos supor, mexer com leite, daí, se ele não tem o dinheiro pra comprar a vaca?? Daí... (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

**Pesquisadora:** Na época que você tentou fazer o Pronaf Jovem, qual era o investimento?

**Jovem:** Bovinocultura de leite. Essa era minha intenção, minha meta, no caso. Implantar uma... um lugar ali, bonitinho, bem organizado, bem higiênico mesmo, tipo, igual eu fui lá naquele curso lá em Castro. (...)

**Pesquisadora:** Nessa época você estava trabalhando no sítio ainda?

**Jovem:** Tava, tava no sítio.

**Pesquisadora:** E como você imagina que teria sido, se na época, tivesse saído este recurso?

**Jovem:** Ah, eu acho que estaria no sítio ainda. Eu acho que estaria no sítio, porque daí o custo de vida, né, teria melhorado. Porque daí eu ia ter uma condição, tipo assim, eu ia ter aquela iniciativa pra dar continuidade naquilo que eu tava pensando. (rapaz, solteiro, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Diversos jovens (4) também sugeriram que se tenham cursos voltados para os jovens, sendo estes cursos técnicos ou de formação para o trabalho na agricultura. Enfatizaram que estes cursos devem ser realmente voltados à realidade dos jovens, disponibilizados na sede dos pequenos municípios ou bairros rurais, e que possam oferecer a oportunidade de capacitação para os jovens abaixo de 18 anos<sup>100</sup>.

Então, devia ter mais cursos deste tipo. Cursos que estimulassem a pessoa a pensar em maneiras dela se manter no campo. Não apenas de vender o produto in natura, mas de processar ele, 'vamos colocar no mercado, vamos agregar valor, vamos fazer alguma coisa pra gerar renda na propriedade'. Então, este tipo de coisa é interessante ter. Incentivos do governo, que colocassem o jovem pra ficar no campo. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

<sup>100</sup> Uma das críticas costumeiras aos cursos disponíveis para os agricultores é que geralmente exigem que o jovem tenha acima de 18 anos, como é o caso dos cursos do SENAR, o que impede a participação de grande número de interessados.

Em alguns outros casos (4), os jovens pediram que se tenham ações para incentivar o jovem a permanecer no sítio, sem especificar como poderiam ser estas ações. Talvez a resposta esteja nas questões já explicitadas (crédito e capacitação), bem como em outras citadas pelos jovens: facilitar o acesso à terra; opções de renda para os jovens; divulgação de informações de seu interesse; acompanhamento e assistência técnica direcionada para este público; elevar o teto do crédito fundiário e desburocratizar o acesso para os jovens; trabalho de capacitação a partir de hortas comunitárias, desde crianças; mais opções de lazer.

Tanta coisa que é importada de outros países porque o Brasil não produz o suficiente, não o Paraná, porque o Paraná é o estado que mais produz, é o celeiro do Brasil, mas tem muito jovem que se manda pra cidade porque não tem incentivo. Não tem incentivo de informação, não tem incentivo financeiro, não tem incentivo nenhum. Ninguém lembra, pra dizer bem a verdade. (moça, casada, 24 anos, ensino médio completo, família assentada)

Vale lembrar aqui o alerta de Castro (2009) de que, ainda que os jovens rurais sofram com problemas específicos que os atingem (como a hierarquia na família e comunidade, o peso da autoridade paterna, e desigualdades de gênero), não podemos esquecer de que estão submetidos às mesmas questões que preocupam a agricultura familiar na atualidade, como aquelas relativas à produção, reprodução, condições de vida e acesso a bens e serviços. Foi o que nos demonstraram estes jovens, ao serem questionados sobre os bens e serviços necessários, seus descontentamentos, os programas, projetos e políticas públicas que os interessam, bem como suas sugestões para uma política voltada aos jovens rurais.

#### **4.4.10 “A gente atende eles como atende os outros mesmo”- o papel da assistência técnica e extensão rural junto aos jovens no Norte Pioneiro**

Perguntamos aos jovens se sua família recebia algum tipo de orientações técnicas ou assistência técnica. Quatorze (14) entrevistados citaram o trabalho do Instituto Emater, sendo que destes, cinco (5) afirmaram que recebem assistência técnica do Instituto; seis (6) disseram que recebem orientações, mas de forma insuficiente, havendo casos em que procuram orientações de outras fontes; e três (3) afirmaram que poucas vezes recebem orientação deste Instituto.

Interessante destacar que os agricultores muitas vezes entendem como assistência técnica apenas as visitas do profissional da área produtiva (técnico agrícola/ agrônomo/ veterinário). Isto fica claro no caso de um jovem entrevistado, que ao ser questionado se

receberia algum tipo de assistência técnica, o jovem afirma que não. Ao repetir a pergunta, questionando desta vez se o Emater faz algum trabalho junto à família e propriedade, o jovem vai responder que “a [nome da técnica] de vez em quando vai lá”, demonstrando assim não reconhecer o trabalho da área de Inclusão Social como parte das atribuições da Ater.

Desta forma, torna-se necessário relativizar estes dados, e nos atentarmos para o fato de que o modelo produtivista de desenvolvimento rural, disseminado pela própria extensão rural durante muitos anos, até hoje apresenta reflexos na desvalorização do trabalho das áreas de inclusão social e ambiental, seja a partir dos próprios colegas do Emater, seja a partir dos agricultores beneficiários.

No caso daqueles que afirmaram receber assistência técnica do Emater, alguns demonstraram muita satisfação com o trabalho do Instituto, enfatizando a importância destas orientações, especialmente quando o produtor decide investir em uma nova atividade. É o caso do jovem entrevistado, cuja fala reproduzimos a seguir:

**Jovem:** Eu converso muito com ele [o técnico do Emater]. Muito com ele, porque na região nossa aqui, num tem [outro com o mesmo conhecimento]. Igual a ele, inteligente, que entende de morango igual a ele, não existe. (...) Porque eu fico... qualquer coisa que acontece eu trago, eu mostro, eu tiro foto, eu arranco folha, ‘olha, o que é isto aqui, o que é este negócio aqui, o que eu passo, o que eu tenho que fazer?’. (...) Porque sempre qualquer coisa que eu faço, sempre passo por ele.

**Pesquisadora:** E estas orientações ajudam?

**Jovem:** Nossa Senhora! Como ajuda, porque eu realmente, de morango, num sei de nada. Se acontece as coisas lá, eu conto pros outros, conto pra ele [pro técnico do Emater], ‘ah, é tal coisa’. Porque eu, do café, o que você me perguntar eu te digo, eu nasci no meio do café, e cresci, e é o forte nosso. Daí eu te digo. Mas morango, sou totalmente leigo, não tenho vergonha nenhuma de falar isso aí. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Na conversa com este mesmo jovem, pudemos perceber que, mesmo com as dificuldades estruturais que o Emater enfrenta (a escassez de técnicos para o trabalho de campo sendo uma das mais difíceis de superar), há um esforço para atender com qualidade, senão a todos os agricultores familiares, ao menos àqueles que buscam ativamente o trabalho da extensão.

(...) Que nem agora mesmo, com o morango, que tá começando a produzir, tanto que o [técnico do Emater] mesmo, o tanto que ele viu foto. Porque por causa da doença dele, não pode ir nas lavouras. Ele me pediu fotos e eu trouxe pra ele. Ele disse: ‘olha, você está de parabéns pelo primeiro ano’. Quer dizer que, tudo que mandaram eu fazer, e graças a Deus eu tava podendo fazer, eu fiz né. Não medi esforço, até deu uns problemas quando eu plantei este morango, porque a gente tá iniciando, num sabia como que era. Daí no pegamento das mudas, eu perdi mudas, sabe, morreu por falta de água, por excesso de água, nem sei o quê que nós aprontamos lá, sei que perdi bastante muda. Mas daí fomos, tentando, vim atrás do [técnico do Emater], ele falou ‘faz assim, assim, assim, que vai dar certo’. E fomos. E nós

plantamos, e graças a Deus estamos colhendo. (rapaz, solteiro, 26 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Dentre aqueles que declararam receber assistência técnica do Emater, mas acreditam que o trabalho seja insuficiente, por meio de suas falas podemos perceber que gostariam que houvesse um acompanhamento mais a campo, na produção, por meio de visitas técnicas constantes, quase como um “fiscal”, conforme a opinião do jovem:

Alguma coisa ajuda, porque... tipo, alguma coisa é informada sobre o que você trabalha, neste sentido. Creio eu que deveria ter, tipo, mais informações... mais.... Ah, ter, vamos supor, um técnico que acompanhasse no sítio, todo o pessoal, em geral, tivesse alguém acompanhando direto, tipo... você tá tendo uma lavoura, ou mexendo com o gado, sempre ele tá ali, em cima, ali, como se fosse um fiscal, ou alguma coisa assim. (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, família assentada)

As demais entidades citadas como prestadoras de orientações técnicas/ assistência técnica, foram: lojas de revendas de insumos (3); empresa que compra produção (2); veterinário contratado por associação de produtores (3); Casa Familiar Rural – CFR (2); Cooperativa de Ater (1); Senar (1); Sebrae (1) e Instituto Federal de Muzambinho (1).

Em geral, os jovens entendem que as orientações e assistência técnica ajudam, favorecem o desenvolvimento das atividades produtivas pelos agricultores familiares, mas têm consciência de que não é a solução para todos os problemas da agricultura familiar, esbarrando às vezes, na dificuldade do próprio produtor, que por não ter recursos suficientes, não consegue realizar algumas mudanças necessárias na propriedade.

É suficiente e não é, porque não adianta você aprender e não ter como investir, colocar em andamento, né. (rapaz, casado, 20 anos, ensino médio completo, família assentada)

Por outro lado, nos casos em que mais de uma instituição está presente no trabalho de Ater, pode haver divergências nas orientações prestadas, levando o agricultor a uma situação de “não saber o que faz”, como nos foi relatado por esta jovem entrevistada:

**Jovem:** Um dia desses a gente tava conversando. Ajuda, mas se a gente for pegar tudo que eles falam também, às vezes acaba atrapalhando, tem que ir um pouco assim...

**Pesquisadora:** Como assim... porque?

**Jovem:** Porque eles falam pra gente fazer tudo certinho. Mas aí, se for fazer do jeito... Um foi lá e falou, vamos supor, na parte de poda do café, um fala uma coisa, outro técnico vai lá e fala outra coisa. Totalmente diferente. Daí você não sabe o que fazer. Daí você tem que achar o que tá certo mais ou menos. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Em alguns casos, os jovens entendem que a experiência adquirida com a atividade, bem como o hábito de pesquisa, especialmente na internet, reduziriam a dependência de uma assistência técnica constante, de fora da propriedade. É o caso de dois jovens entrevistados, um jovem cuja família trabalha com produtos orgânicos, e outra cuja família trabalha com gado de leite.

Hoje, a assistência técnica é a experiência, né. A nossa própria experiência. O meu pai, desde que nasceu, trabalha com lavoura, né. Então... Mas as vezes a gente precisa, em Ibaiti tem técnico agrícola e no caso do orgânico, vem as pessoas para fazer a visita, conversa, e a gente tem apostilas, que falam de doenças e tratamento, todo este tipo de informação a gente tem, né. Então... você pesquisando, hoje na internet você acha, você tem fotos da doença, então pela foto você já vê o nome, já vê o tratamento, já vê produto disponível, já vê experiências de lavoura, o que aconteceu. Então, hoje, na parte de manter a lavoura, a gente já consegue, tanto por isso, né, tanto por experiência, quanto pela facilidade de você conseguir informação, né. Às vezes, com 3, 4 horas de pesquisa aí, você consegue saber já o produto que você vai utilizar para combater um mal que tá atacando a lavoura, né. (rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Podemos supor que, em geral, estas atividades de Ater direcionam-se à família (ou, na maioria das vezes, ao homem responsável pelo estabelecimento) e não ao jovem. Neste sentido, consideramos importante avaliar também a opinião dos colegas do serviço público de Ater (Emater) sobre o trabalho junto a jovens rurais no Território. Para tanto, foi enviado um questionário (por email) aos escritórios locais do Emater, conforme citado na introdução desta dissertação. Recebemos a resposta de vinte (20) dos vinte e nove (29) municípios que fazem parte do Território.

Dentre os vinte (20) respondentes, apenas quatro municípios (4) responderam que desenvolvem algum trabalho específico com jovens rurais, envolvendo ao todo cerca de 120 jovens nestas ações, que são desenvolvidas nas temáticas: renda (2); organização (2); educação do campo (2); assistência técnica (1); crédito (1); educação ambiental (1); segurança alimentar (1) e outros (1).

No entanto, os técnicos de oito (8) municípios afirmaram que são parceiros de trabalhos desenvolvidos junto a jovens rurais. Os parceiros com quem este trabalho é desenvolvido são: ArcafarSul e Casa Familiar Rural (4); Secretaria Municipal de Educação (2); Núcleo Regional de Educação (1); escolas do campo (1); escola da cidade (1); Câmara Temática de Educação do Território (1); banco (1); Prefeitura (1); Sindicato Patronal (1); SENAR (1); Colégio Dom Bosco (1).

No total, são envolvidos no trabalho da extensão rural oficial, seja por iniciativa própria, seja como parceiro, cerca de 230 jovens do Território. Questionados sobre os fatores que impediriam ou dificultariam o desenvolvimento de ações de ater junto aos jovens rurais, a resposta que obteve mais indicações (12) foi a falta de técnicos ou excesso de comprometimento dos técnicos em outras atividades, bem como a ausência de profissionais da área de Inclusão Social (Economistas Domésticos, Assistentes Sociais, Sociólogos e outros da área).

Estes escritórios tem entre 1 e 3 técnicos, assim distribuídos: 6 escritórios com apenas 1 técnico; 7 escritórios com 2 técnicos; 6 escritórios com 3 técnicos cada. No total, são 41 técnicos, o que dá uma média de 2 técnicos por município. Quanto à formação destes técnicos: 20 são formados em Agronomia; 11 são Técnicos Agrícolas/ Agropecuária; 4 são formados em Zootecnia; 1 é formado em Veterinária; 1 não tem formação (realiza apenas trabalho administrativo). Em apenas 3 escritórios foi registrada a presença de profissionais da área de Inclusão Social (Economistas Domésticos).

Além disso, os pesquisados (7 respondentes) entendem que não há uma definição institucional para priorizar o trabalho com jovens, bem como não há qualificação, treinamentos ou experiência dos técnicos quanto a este trabalho. Também não estaria chegando aos locais políticas públicas a serem operacionalizadas junto a este público pelos técnicos do Emater. A situação foi resumida de forma emblemática por um dos entrevistados na seguinte afirmação: “a gente atende eles como atende os outros mesmo”, ou seja, não há (pelo menos não na prática), uma orientação institucional no sentido de se construir um trabalho de Ater voltado aos jovens rurais no Território.

Outros quatro (4) técnicos justificam a não realização de ações de assistência técnica e extensão rural junto aos jovens uma vez que não haveria mais uma quantidade significativa de jovens no meio rural. Nas palavras do informante: “a juventude foi embora, não tem mais jovens não”. Esta questão foi colocada de forma enfática por técnicos dos municípios do Território onde a produção agrícola tem se voltado à produção de grãos (monocultura de soja e trigo), em grandes e médias propriedades.

Segundo relatam estes técnicos, os agricultores familiares estariam arrendando suas propriedades para o cultivo de grãos. Com isso os jovens procuram alternativas na sede do município ou mesmo fora dele, sendo comum o emprego das moças nas fábricas de costura e dos rapazes na construção civil. Se bem que acreditemos que não seja correto afirmar que “não há jovens rurais” nestes municípios, parece importante destacar que a monocultura de

fato promove o esvaziamento do espaço rural, constituindo-se assim num oponente à permanência do jovem no meio rural.

Outras questões foram ainda citadas como impedimento para a realização de atividades de Ater específicas para os jovens: o fechamento de escolas do campo e o sistema de educação tradicional que incentiva o jovem a deixar o meio rural (1); a legislação trabalhista segundo a qual “o jovem não pode acompanhar o produtor no sítio” (1); a dificuldade de conseguir a liberação de projetos Pronaf Jovem (1). Apenas um município, que realiza trabalho com jovens, afirmou que não vê dificuldade no desenvolvimento destas atividades.

Os jovens rurais, porém, já perceberam a necessidade e a importância da assistência técnica e extensão rural, que inclusive poderia favorecer a sua decisão de permanecer no meio rural ao invés de mudarem-se para a cidade. É o que podemos perceber na fala deste jovem, cuja família é assentada, e produtora de leite.

Na minha opinião, algo que deveria ser desenvolvido... acompanhamento [técnico] do governo, que seja, em relação ao que eu falei... tipo, ter um técnico que estivesse ao lado dos jovens, ou acompanhando, na parte econômica também... alguma forma de investimento, alguma coisa assim. E mais informações. Porque hoje em dia, a gente sabe que tem alguma fonte, alguma coisa que você poderia ter uma renda, que pudesse se manter, ou ter um padrão de vida melhor, e às vezes muitos não sabem. É que nem eu falei, muitos procuram a cidade, porque não sabem o que o sítio pode... tipo, melhorar, ou alguma coisa assim, ou as formas de renda que pode dar alguma coisa. (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, família assentada)

#### **4.4.11 “Porque ele não fica no sítio? Porque não tem como ganhar” – percepções dos entrevistados sobre permanecer ou não no meio rural**

Perguntamos aos entrevistados se eles acreditam que os jovens estão querendo permanecer no meio rural ou ir embora pra cidade. Doze (12) dos vinte (20) entrevistados responderam que a maioria dos jovens pretendem ir pra cidade. Os oito (8) restantes responderam no mesmo sentido, porém com menor intensidade, ou seja, estes acreditam que muitos, uma parte, ou alguns jovens querem ir pra cidade, mas deixaram então subentendido que existe uma outra parte considerável que pretende ficar. Vale dizer que esta percepção de que os jovens “estão indo embora” prevalece mesmo entre aqueles jovens que manifestam a intenção de permanecer. É o caso deste jovem, cuja fala apresentamos a seguir:

**Jovem:** Olha, tudo que eu conheço quer ir pra cidade.

**Pesquisadora:** Querem ir pra cidade?

**Jovem:** O único da sala mesmo que quer ficar no sítio sou eu.

**Pesquisadora:** É mesmo?! E quantos tem na sua sala?

**Jovem:** Onze. Mas a maioria da escola, acho que querem tudo ir pra cidade. (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família de agricultores familiares tradicionais)

A principal explicação para estes jovens deixarem o meio rural, na opinião de nossos entrevistados, estaria relacionada à renda (14 respostas), que os entrevistados assim expressaram: busca por trabalho e renda própria (4); renda mensal muito baixa (2); baixa produtividade (1); não vêem alternativa para permanecer (1); buscar melhor oportunidade de emprego (1); vontade de ser bem sucedido (1); porque estão passando necessidade no meio rural (1); melhorar a condição financeira (1); não ter como se manter na propriedade/ não ter renda fixa (1); moças não tem renda (1).

Grande parte [quer] ir pra cidade. Eu acho, assim, que vem desde os pais. Porque os pais às vezes não conseguem ter uma produtividade, né, não conseguem trazer o que os filhos estão vendo na cidade, né. Então eles não conseguem trazer o que tem lá, o filho vai buscar. (rapaz, solteiro, 16 anos, filho agricultores familiares tradicionais).

[Eles estão querendo] Mudar para a cidade. Porque eles não buscam e não vêem alternativa para permanecer no sítio. E às vezes é porque ele não tem conhecimento, ou às vezes porque ele já cria na mente que tem que crescer no sítio e quando chega a juventude tem que ir pra cidade procurar serviço. Porque no sítio num tem como tirar renda mais. (moça, solteira, 17 anos, filha de beneficiários do PNCF)

Inclusive eu mesmo já muitas vezes pensei de ir embora. Ah, sei lá, às vezes desanima, porque a gente trabalha, luta, luta, luta, e às vezes num chega no ideal. E às vezes isso vai... cansando a gente... Outras vezes você luta, luta, e daí, tipo assim, tá mexendo com café, tá nos dias de colher, e começa a chover, chover, e num para. Você perde todo o café... a pessoa desanima, né... (rapaz, solteiro, 16 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

E quem mora no sítio tá acostumado às vezes a plantar lavoura, e se decepcionar depois, porque às vezes não sabe como mexer, não tem o equipamento adequado. Então creio que o governo deveria estar mais a par do jovem porque, vai chegar a uma certa forma, que os jovens já estão abandonando o sítio. (...) Se você vai no sítio, vai ver, vai encontrar mais as pessoas aí de 30 anos pra cima, e pergunta pro jovem o que ele quer, ele quer ir embora pra cidade. Porque lá ele pode fazer isso, pode fazer aquilo, e pode ter o seu emprego. Porque ele não fica no sítio? Porque ele num tem como ganhar. Se você perguntar pra ele, o quê que ela ganha lá, num ganha nada... (rapaz, solteiro, 19 anos, ensino médio completo, família assentada)

Notamos, porém, que na percepção dos jovens entrevistados, além da renda outras questões interferem na decisão de permanecer ou não no meio rural. Foram também citadas: esforço demandado pelo serviço braçal na agricultura (3); interesse por estudar/ fazer faculdade (2); o fato de morar longe da cidade (1); não ter acesso à terra (1); porque se casaram (1); não se sentem realizados (1); não gostam do sítio (1); num tem jeito de conversar

(1); não ter com quem se relacionar afetivamente ou “num tem menina, né, que você se interessa” (1).

Ao questionarmos os entrevistados para quais cidades os jovens rurais do Território se dirigem ao deixar o sítio, a maioria respondeu que conhecem jovens que migraram para os seguintes locais: Curitiba (citada por 12 jovens); a seguir veio São Paulo (9 dos entrevistados); cidades da região com maior dinamismo econômico, como é o caso de Ibaiti (4 citações); outras cidades médias, fora da região, como Londrina (3), São José dos Campos (2), Maringá (1) e Campo Largo (1). São poucos os casos de jovens que deixaram o meio rural para residir na sede do próprio município ou outras cidades da região, sendo citados: Figueira (2), Wenceslau (2), Pinhalão (1), Jundiá do Sul (1), Santana do Itararé (1), Siqueira Campos (1).

No Norte Pioneiro, geralmente os jovens deixam o meio rural por volta dos 18 anos, quando tiram a Carteira Nacional de Habilitação – CNH e terminam o ensino médio. Seriam os requisitos para conseguir alguma colocação no mercado de trabalho na cidade, conforme nos esclarecem os entrevistados, nas falas a seguir:

**Jovem:** Porque o que a gente vê é o êxodo rural, né. Deu 18 anos, vai pra cidade, embora.

**Pesquisadora:** É? Aqui é normalmente é em torno dos 18 anos que eles vão?

**Jovem:** É, no tempo que tirou a carteira, pra poder dirigir, já vai trabalhar na cidade. (risos)

**Pesquisadora:** (risos) Então é na hora que tirou a carteira?

**Jovem:** Tirou a carteira, já perdeu o filho. (risos)

(rapaz, solteiro, 22 anos, ensino superior completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Olha, minha tia mesmo, eu já ouvi falar que o filho dela completou idade ele quer ir embora. Ele não quer nem saber de continuar ali mais. Ele não tem 18 anos ainda. O meu primo, e tem várias pessoas que eu já ouvi falar que a vontade é ir embora pra cidade, porque, tipo assim, acha o serviço da roça muito pesado. Imagina isso, muito pesado pra ficar ali, e sem ter muito lucro, porque, como diz, é uma vez por ano que você tem a colheita do café só, daí você tem que se manter com aquilo, né, até chegar a próxima colheita. (moça, casada, 19 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares)

É recorrente na fala dos informantes a afirmação de que os jovens iriam pra cidade “buscar uma vida melhor”. Um dos entrevistados, porém, traz o questionamento que já estávamos elaborando: “Será que vão ter esta vida melhor lá?”. Neste sentido, perguntamos aos nossos entrevistados como estariam estes jovens que se mudaram para a cidade. Poucos são os casos onde se avalia que estão numa situação melhor que antes. A maioria dos entrevistados entende que, embora dentre aqueles que foram para a cidade, alguns estejam numa boa situação, outros estão na mesma, ou pior que antes (na cidade tem mais gastos;

mais correria; estão longe da família e amigos; alguns estão desempregados; baixos salários; envolvimento com drogas).

Ah, a maioria que eu vi indo pra cidade grande, eu num vi nenhum crescer. Igual o Fulano lá, o Fulano tá se mantendo, mas vai lá, é o quanto você ganha aqui, lá ele tá ganhando 700 contos, aqui ele, no campo, você ganha isso... (rapaz, solteiro, 17 anos, estudante de ensino médio, família beneficiária do Crédito Fundiário)

Ou seja, embora a cidade muitas vezes se apresente com a única alternativa para a melhoria das condições de vida, a observação das histórias dos conhecidos que já foram anteriormente evitam que estes jovens tenham uma visão romantizada do meio urbano. Fica claro, muitas vezes, o desejo de voltar, num contexto em que as condições das propriedades familiares conseguiram avançar na produção e renda. É o que nos contou uma jovem entrevistada, cuja família conseguiu mudar sua situação econômica, ao investir na pecuária de leite.

**Pesquisadora:** Você acha que estes jovens se mudaram para a cidade com qual intenção?

**Jovem:** Uma vida melhor. Porque na época que eles se mudaram pra lá, não se tinha muita possibilidade no sítio, né. Era um pouco mais... antigamente se pensava assim, que produtor pequeno não sobreviveria. Aquele que tem pouco... pouca, pouca propriedade, propriedade pequena, não sobreviveria. Na época não tinha muita produção de leite. Num era muito abrangente nesta área, nesta parte, né. Então, tipo, tem um primo meu, que mudou pra cidade porque não tinha como sobreviver no sítio. Então... antigamente era assim, agora, hoje ele fala pra mim, que se ele tivesse a oportunidade de voltar pro sítio, ele voltava. Porque a vida no sítio é melhor que na cidade, ele diz. (moça, solteira, 20 anos, ensino médio completo, família de agricultores familiares tradicionais)

Em resumo, permanecer ou não no meio rural é entendido por estes jovens como resultante de uma série de fatores, dentre os quais se destaca o acesso ao trabalho, renda e às condições materiais de sobrevivência. Sem nos esquecermos, porém, que outras questões já discutidas anteriormente, como o acesso à educação e outras políticas públicas, participação nas decisões, desigualdades de gênero, e identidade do jovem do campo também tem papel fundamental nesta decisão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos investigar a realidade vivenciada pelos jovens do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná, bem como os fatores que interferem na decisão destes jovens a permanecerem ou não no meio rural. E ainda compreender qual seria o papel das políticas públicas neste contexto.

Inicialmente, discutimos os conceitos e histórico de desenvolvimento rural no Brasil, da proposta de modernização da agricultura até a atual discussão do desenvolvimento numa perspectiva territorial e sustentável. Isso foi importante para situar, num primeiro momento, a agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento de regiões rurais, como é o caso de nosso Território, e a partir daí, passamos à reflexão sobre a sucessão nas propriedades familiares, questão que dá origem aos estudos sobre juventude rural no Brasil.

Num segundo momento, discutimos os conceitos de juventudes e juventudes rurais, buscando entender o surgimento e consolidação destas categorias enquanto campo de estudos das ciências sociais, além de objeto de preocupação das organizações de agricultores e das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no país.

A partir de levantamento bibliográfico e dados censitários (Censos IBGE 2000 e 2010), bem como observação participante, entrevistas e questionários junto aos jovens rurais, pudemos então compreender as características e a dinâmica populacional nos municípios que compõem o Território em questão; a persistência das perdas populacionais, envelhecimento e masculinização aí presentes; as dificuldades vivenciadas, os sonhos e expectativas destes jovens em relação a permanecer ou não no meio rural.

Entrevistamos assim 20 jovens (rapazes e moças, filhos/as de agricultores familiares, assentados e beneficiários do Crédito Fundiário) de 7 municípios do Território. Estes entrevistados eram predominantemente católicos, com bom nível de escolaridade (ensino médio predominantemente), provenientes de famílias nucleares, que tinham como atividades produtivas principais o cultivo do café, fruticultura, olericultura e gado de leite.

Destacou-se, a partir dos dados levantados, a importância da agropecuária, e especialmente da agricultura familiar no Território, em termos de ocupação e renda, bem como outras características que qualificam os municípios do Território Integração Norte Pioneiro como predominantemente rurais: população abaixo de 50.000 habitantes, baixa densidade demográfica e distanciamento em relação aos grandes centros urbanos.

Persistem as perdas populacionais em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que o grupo populacional de 0 a 24 anos sofre redução e cresce o número de habitantes acima de 40

anos de idade, tendência também observada para o Brasil. Considerando-se que são as mulheres jovens que mais deixam o meio rural (também observado em outros estudos), temos aqui um número maior de jovens do sexo masculino que feminino, tanto no meio rural quanto no total do Território, indicativos de envelhecimento e masculinização, conforme já citado.

Por outro lado, os tradicionais problemas enfrentados pela agricultura familiar aqui também se fazem presentes, destacando-se a concentração fundiária e dificuldade de acesso à terra, e o baixo rendimento das propriedades, especialmente aquelas que tem um único produto como fonte de renda (com destaque aqui para o café e o leite), no contexto de uma economia majoritariamente agrária. E ainda, as dificuldades relativas ao distanciamento das propriedades em relação ao meio urbano, más condições das estradas e transporte.

Em adição a estes, percebemos outros problemas mais específicos da juventude rural, como a dificuldade de acesso à renda de forma autônoma, mesmo que venham assumindo extensas jornadas de trabalho nas propriedades; a educação tradicional que desvaloriza o meio rural, bem como a dificuldade de acesso à educação em nível superior; as diferenças e desigualdades de gênero persistentes na educação de jovens do sexo masculino e feminino; o modelo de tomada de decisões nas propriedades, que na maioria das vezes não valoriza a opinião dos jovens; os preconceitos e tabus relacionados à identidade de jovem rural; o desconhecimento e a dificuldade de acesso às políticas públicas disponíveis.

No entanto, à medida que os/as jovens conseguem ter acesso à ocupação e renda na propriedade, relações mais flexíveis na família (maior participação nas decisões e mais liberdade de ação), acesso às políticas públicas para estruturação da propriedade, facilidade de acesso ao meio urbano e educação conectada à sua realidade (segundo a proposta de educação do campo), crescem as possibilidades de permanecerem no meio rural, o que, diga-se de passagem, foi o desejo manifestado por todos os nossos entrevistados.

Tendo garantida esta primeira possibilidade - a permanência no meio rural- temos consciência que o jovem estará sujeito aos mesmos dilemas enfrentados pela agricultura familiar no país, dentre os quais se destacam aqueles relativos à produção e comercialização dos produtos e geração de renda suficiente para a manutenção de sua família. Não há espaço, desta forma, para uma visão romantizada do rural, da agricultura familiar, ou mesmo dos jovens neste meio.

Perguntamo-nos, então, qual seria o papel que as políticas públicas têm cumprido (ou não) neste contexto, quais políticas estariam presentes no Território, como têm chegado aos agricultores familiares, seus efeitos positivos ou não, e a percepção dos jovens sobre políticas necessárias para ampliar suas condições de permanência no meio rural, a fim de esboçar as

diretrizes de uma proposta de política pública de assistência técnica e extensão rural – ATER direcionada aos jovens rurais, levando em conta a realidade e os anseios deste grupo.

Segundo as informações levantadas junto a nossos entrevistados, estes em geral têm pouco conhecimento dos programas e políticas disponíveis para a agricultura familiar, e menos ainda as específicas para o público jovem. As duas mais conhecidas – o Pronaf Jovem e o Nossa Primeira Terra/ Crédito Fundiário – são alvo de muitas reclamações que se traduzem principalmente na excessiva burocracia e dificuldade de acesso.

No que se refere à política de Ater voltada às juventudes rurais, dados publicados no balanço anual do trabalho do Emater mostram que, no ano 2012, foram atendidos 3.301 jovens rurais pelo trabalho de extensão oficial do Paraná, representando 2,34% de um público total de 141.041 pessoas atendidas (EMATER, 2013). Além de representar um número pouco expressivo em termos absolutos e relativos de jovens atendidos, cabe-nos ainda questionar ainda quem são estes jovens atendidos, onde se localizam, e qual os métodos utilizados e resultados alcançados com o trabalho.

Responder à estas questões está além dos objetivos deste trabalho. Porém, as declarações dos jovens entrevistados, bem como as respostas dos técnicos envolvidos no trabalho extensionista no Território nos permitem afirmar que, pelo menos nesta realidade investigada, a política pública de Ater não tem correspondido aos anseios dos jovens rurais.

Destacamos aqui a controvérsia em torno do atendimento dos jovens rurais pelo serviço oficial de Ater. Por um lado, há um claro reconhecimento da falta de estrutura e capacitação para este trabalho, bem como ausência de políticas públicas que pudessem apoiá-lo, segundo constatamos nas informações levantadas junto aos técnicos locais do Emater.

Por outro lado, temos a percepção da inexistência ou inadequação deste serviço nas falas dos jovens entrevistados, que, embora sejam atendidos por técnicos do Emater, muitas vezes limitam-se a declarar que “não recebem assistência técnica”. E acrescentam, a seguir, que o profissional da área de Inclusão Social “de vez em quando aparece na sua casa”. Neste sentido, caberia a indagação: qual serviço de assistência técnica e extensão rural os jovens do Norte Pioneiro desejam? Como aproximar as ações realizadas destes anseios juvenis?

As sugestões de nossos informantes para pensarmos políticas públicas mais adequadas à sua realidade podem contribuir para clarear a questão. Um dos tópicos mais citados pelos jovens foi em relação ao investimento inicial necessário para estruturar a atividade produtiva. A seguir, aparecem as falas relacionadas a cursos e outras ações de capacitação dos jovens para a produção, gestão e comercialização, especialmente para os jovens abaixo de 18 anos, que hoje tem poucas opções neste sentido.

Outras ações citadas pelos jovens como tendo potencial para incentivar o jovem a permanecer no meio rural foram: facilitar o acesso à terra; garantir opções de renda para os jovens; divulgação de informações de seu interesse; acompanhamento e assistência técnica específica, direcionada para este público.

Desta forma, acreditamos ser viável e necessária uma proposta de Ater, pública e gratuita<sup>101</sup> (por meio do serviço público estadual de Ater), direcionada aos jovens rurais do Território, de forma articulada com outras políticas, especialmente a educação (do campo) e saúde (no campo). Programas já existentes, com o Pronatec, Pro-Jovem, Pro-Jovem Campo, PAA, PNAE, Pronaf Jovem, PNCF, PNHR e outros, deverão ser divulgados e operacionalizados em parceria com a instituição de Ater, a fim de garantir o atendimento deste público.

A extensão rural se configuraria assim, como instituição articuladora na implantação de outras políticas estruturantes fundamentais para a agricultura familiar e para a permanência dos jovens no meio rural, como políticas de acesso à terra, mobilidade (estradas e transporte) habitação, saneamento básico, crédito, entre outras.

Para tanto, faz-se necessário a manutenção do quadro de funcionários do Instituto Emater, por meio da contratação de técnicos (por meio de concursos públicos, de forma a garantir a continuidade do trabalho), com formação na área de ciências humanas/ sociais, além daqueles com formação específica para orientação nas áreas de produção/criações.

Deve ser garantida ainda a formação continuada destes profissionais de Ater, de forma a desenvolver as aptidões necessárias para o trabalho com jovens e que haja de fato programas e projetos estaduais estruturados de atendimento aos jovens rurais, e não apenas ações isoladas e esporádicas, à mercê das mudanças políticas/ gerenciais.

As ações da Ater, segundo esta proposta, poderiam se estruturar em três linhas, a saber: i) produção e renda; ii) organização dos jovens; iii) acesso às políticas públicas. Na primeira linha, seriam desenvolvidas as ações de orientação técnica para melhoria da produção, diversificação da propriedade, comercialização e gestão do empreendimento; na segunda, seriam trabalhadas as questões relativas à formação de grupos formais ou informais de convivência, produção, comercialização e cooperação, e suas vantagens para a agricultura familiar; e na terceira, por fim, seriam divulgados os programas e políticas existentes,

---

<sup>101</sup> Sinalizamos aqui nossa clara opção pela Ater pública e gratuita, assim como pelas demais políticas públicas operacionalizadas a partir do Estado, e não por meio de Organizações Não Governamentais/ privadas. Acreditamos que, neste caso, a transferência de responsabilidade para outras instituições, na prática pode significar o desmonte do Estado e sua desresponsabilização em relação à oferta dos serviços públicos legalmente instituídos.

orientação sobre documentação e outras exigências para acesso, bem como permitir a discussão sobre necessidade de adequações dos programas e políticas existentes, bem como proposição de novos projetos, programas e políticas.

Considerando-se a abrangência e importância que tecnologias como o celular e internet tem hoje entre os jovens rurais, sugere-se a sua utilização para a mobilização, divulgação, organização e realização de todo este trabalho de Ater, que deve ter como pressupostos a participação e construção da autonomia dos jovens, e como finalidade a melhoria de sua qualidade de vida como um todo, e não apenas ganhos econômicos. Desta forma, estas tecnologias poderiam, quem sabe, tornar-se instrumento de mobilização e conscientização destes jovens.

Por meio desta proposta, buscamos enfatizar a relevância de políticas que favoreçam a permanência do jovem no meio rural, entendendo a importância da sucessão familiar para a manutenção da agricultura familiar em seu papel relevante no desenvolvimento do Território Integração Norte Pioneiro do Paraná.

Considera-se, neste sentido, que a discussão sobre o desenvolvimento deste Território, passa necessariamente pelo entendimento das preocupações que envolvem a juventude rural, em particular, e os agricultores familiares, em geral, como protagonistas e beneficiários desta proposta de desenvolvimento.

Isso porque consideramos que uma proposta inovadora de desenvolvimento rural deve levar em conta as potencialidades locais, inclusive as possibilidades produtivas voltadas a incentivar os jovens a permanecer no campo, o apoio à agricultura de base familiar e a valorização da paisagem e cultura local, numa perspectiva sustentável, conforme procuramos discutir ao longo desta dissertação.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. 31p. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/pub/td/2000/td\\_0702.pdf](http://ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0702.pdf)>. Acesso: 27 de agosto de 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo; *et al.* **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. V. 39, 2002. Disponível em: <[http://www.gp.usp.br/files/denru\\_sucessao.pdf](http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf)>. Acesso: 09 de setembro de 2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte inclusão social em debate**, 25 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias\\_demograficas\\_e\\_de\\_familia\\_24ago12.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf)>. Acesso: 12 de fevereiro de 2014.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 214 p.

Berger, Peter; Luckmann, Thomas. **A construção social da realidade**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 239 p.

BIANCHINI, Valter; MEDAETS, Jean Pierre Passos. **Da revolução verde à agroecologia: plano Brasil agroecológico**. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:U-AiLzZi0J:portal.mda.gov.br/portal/arquivos/download/Brasil\\_Agroecol%25C3%25B3gico\\_27-11-13\\_Artigo\\_Bianchini\\_e\\_Jean\\_Pierre.pdf?file\\_id%3D15434496+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:U-AiLzZi0J:portal.mda.gov.br/portal/arquivos/download/Brasil_Agroecol%25C3%25B3gico_27-11-13_Artigo_Bianchini_e_Jean_Pierre.pdf?file_id%3D15434496+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso: 28 de fevereiro de 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Rev. Elet. Pós Grad. em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), jan-jul, 2005, p. 68-80.

BRASIL. Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar e reforma agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2010.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em 09 de Outubro de 2013.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-50.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 6-17, jan.-jun, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/LUCIANA/Downloads/404-1178-1-PB%20(1).pdf>. Acesso: 04 de fevereiro de 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de trabalho**, v.53, novembro de 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadode trabalho/bmt53\\_nt03\\_jovens.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadode trabalho/bmt53_nt03_jovens.pdf)>. Acesso: 01 de março de 2014.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 252-280.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoam. Ciênc. Soc. Niñez. Juv.** v. 7, n. 1, p.179-208. 2009. Disponível em: <<http://umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acesso: 10 de Outubro de 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de; *et al.* **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009. 223 p.

CASTRO, Maurício Barros de. STEPHAN, Gustavo. **Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: UNESP, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. **Resolução Nº 2, de 28 de Abril de 2008**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)>. Acesso: 17 de Abril de 2011.

DORETTO, Moacyr; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; LAURENTI, Antônio Carlos. Rendas agrícolas e não agrícolas das famílias rurais: estudo de caso com pesquisa quantitativa de campo no Patrimônio Espírito Santo, Município de Londrina, PR. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (edit.). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. Embrapa: Brasília, DF, 2004. Cap. 6, p. 205-262. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/rend\\_agri\\_n\\_agric.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/rend_agri_n_agric.pdf)>. Acesso: 05 de junho de 2014.

ESTEVEZ, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA – **Mundos sociais: saberes e práticas**. Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 220 p.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Rimisp: Santiago, Chile. 2009. Disponível em: <[http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/N26\\_2009\\_Favareto\\_catastro-politicas-desenvolvimento-territorial-Brasil\\_PORT.pdf](http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/N26_2009_Favareto_catastro-politicas-desenvolvimento-territorial-Brasil_PORT.pdf)>. Acesso: 20 de Setembro de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. Primeira conferência nacional “por uma educação básica do campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 19- 63.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. **Sociologia: problemas e práticas**, n. 33, 2000, p. 45-54.

FREIRE, Jacqueline. Serra; CASTRO, Edna. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 215- 236.

FREZZA, Márcia; MARASCHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia e sociedade**, v. 21, n.3, p. 313-323, 2009.

FRITZ, Nilton Luiz. **Juventude rural e sucessão familiar: o desafio da pedagogia da alternância nas Casas Familiares Rurais**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GERMER, Claus M. **A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola**. Disponível em: [http://coptec.org.br/biblioteca/Campesinato %20e%20 Reforma%20Agr%20ria/Artigos/Claus%20Germer%20-%20Irrelev %20ancia%20Agric%20Fam%20Gera%20E7ao%20 Emprego%20e%20Renda.rtf](http://coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20ria/Artigos/Claus%20Germer%20-%20Irrelev%20ancia%20Agric%20Fam%20Gera%20E7ao%20Emprego%20e%20Renda.rtf). Acesso: 03 de outubro de 2013.

GOLDENBERG, Mirian. Sobre a invenção do casal. **Estudos e pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 89-104, 2001. Disponível em: <<http://miriangoldenberg.com.br/images/stories/pdf/casal.pdf>>. Acesso: 04 de março de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico e contagem de população – demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1552&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso: 27 de fevereiro de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Instrução especial n.20, de 28 de maio de 1980**. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/pdf/11097027.pdf>. Acesso: 01 de março de 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER. **Emater em números 2012**. Curitiba, 2013. (Panfleto)

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro: Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES. 2007.

LOPES, Eliana Barreto de Menezes. **O programa Territórios da Cidadania no Norte Pioneiro Paranaense e o Território Integração Norte Pioneiro (PR)**. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Porto de Galinhas, PE,

2010. Disponível em: < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Eliana-Barreto-de-Menezes-Lopes.pdf>>. Acesso: 04 de junho de 2014.

MACHADO, Sidnei. Proteção jurídica do trabalho do jovem no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 139-155, jan./jun.2013.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos. 1996.

MENDONÇA, José Ricardo Costa de. Interacionismo simbólico: uma sugestão metodológica para a pesquisa em administração. **REAd**, 26 ed, v.8, n.2, mar-abr 2002. p. 1-23. Disponível em: <[https://19b87486-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/estevao61/home/temas/interaccionismocomunicacaoconflito/IntSimb1.pdf?attachauth=ANoY7cr4TT4VHulLC5hA-v1Kg1v6zA-K5MN8HiY1BjQQol7JEU8NGOUrDKFe1K2\\_O9eawghrvdbdc7Sdv75 Vaf6iba fl6TAd43mcmkl\\_kEqvepfiiV45ZI4hKWup6F4g0\\_spB25djCQFb3sK731xumr8ra3liEUuPuOVJrWyWmT2DrIVKZAWU2VPyboK9wzNCL0t\\_nukgcfzxxZ0Fd0QsCfc9sA8JHcaqhfhfCeeKdd4CByaHwA\\_zIAkGphDv0gtfOrJfQIUbVIs0uy70YQc3ovv-YDsm\\_jiYuA %3D%3D&attredirects=0](https://19b87486-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/estevao61/home/temas/interaccionismocomunicacaoconflito/IntSimb1.pdf?attachauth=ANoY7cr4TT4VHulLC5hA-v1Kg1v6zA-K5MN8HiY1BjQQol7JEU8NGOUrDKFe1K2_O9eawghrvdbdc7Sdv75 Vaf6iba fl6TAd43mcmkl_kEqvepfiiV45ZI4hKWup6F4g0_spB25djCQFb3sK731xumr8ra3liEUuPuOVJrWyWmT2DrIVKZAWU2VPyboK9wzNCL0t_nukgcfzxxZ0Fd0QsCfc9sA8JHcaqhfhfCeeKdd4CByaHwA_zIAkGphDv0gtfOrJfQIUbVIs0uy70YQc3ovv-YDsm_jiYuA %3D%3D&attredirects=0)>. Acesso: 02 de março de 2014.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007, 406 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Documento de referência – 2ª Conferência de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. Brasília: MDA, 2013. 70 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Um novo Brasil rural**. Brasília: MDA, 2010. 124 p.

MUSSALAM, Renê. **Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos Censos**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, 1974.

NEDER, Gizlene. Autoridade e responsabilidade parental do Estado no Brasil: história e ideologia. **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**, v. 9, n.1, março 2006, p. 32-43. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/2330/233017581004.pdf>>. Acesso: 05 de março de 2014.

NEVES, Marcelo. A força simbólica dos direitos humanos. **Rede**, n.4, out-nov-dez 2005, p.1-35. Disponível em: < <http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-4-OUTUBRO-2005-MARCELO%20NEVES.pdf>>. Acesso: 02 de março de 2014.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=en&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 24 Fevereiro de 2014.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R (org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2011. p.11-27.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, out. 2008. 50 p. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao.htm](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm)>. Acesso: 27 de julho 2012.

PEREIRA, Erialdo Augusto. Avaliação formativa e pedagogia da alternância: uma experimentação pedagógica na Escola Família Agrícola de Porto Nacional- TO. **Revista da Formação por Alternância - UNEFAB**, Brasília, v.1, n.1, p. 56-77, 2005.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, n.1, fevereiro de 2014. 16 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso: 27 de Fevereiro de 2014.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **G&DR**, v. 5, n.1, p. 121-148, jan-abr/ 2009.

RONQUE, Édson Roberto V. **Território Integração Norte Pioneiro**: desenvolvimento territorial. Emater: Ibaiti, PR, Julho de 2013. (palestra)

RONQUE, Édson Roberto V. **Viabilidade da fruticultura para a agricultura familiar**. Emater: Jaboti, PR, setembro de 2013. (palestra)

SANTOS, Idalino Firmino dos; PINHEIRO, João Emílio Lemos. O CEFFA e o projeto profissional do jovem. **Revista da Formação por Alternância - UNEFAB**, Brasília, v.1, n.1, p. 37-55, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos**: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, ano 10, v.2, n.18, 2º semestre, 2008. p. 24-42. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acesso: 01 de março de 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de economia política**, v. 30, n.3, p. 511-531, julho – setembro de 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, v. 18, n. 51, fevereiro de 2003. p. 99- 121.

SCHNEIDER, Sérgio *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 137- 165.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.

SILVA, José Francisco Graziano. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 9-65.

SILVA, Roselani Sodrê da; SILVA, Vini Rabassa da. Política nacional de juventude: trajetórias e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, Sérgio Luis Machado da. **Os programas de reordenamento fundiário no Território da Cidadania Integração Norte Pioneiro: um estudo de caso em Tomazina.** 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania.** Disponível em: <[http://www.google.com.br/search?hl=pt&source=hp&q=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gbv=2&oq=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gs\\_l=heirloom-hp.12...1940.1940.0.3237.1.1.0.0.0.296.296.2-1.1.0...0.0...1c.WksRmxHVvVM](http://www.google.com.br/search?hl=pt&source=hp&q=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gbv=2&oq=O+movimento+%28migrat%C3%B3rio%29+da+juventude+rural%3A+em+busca+do+reconhecimento+social+e+da+cidadania&gs_l=heirloom-hp.12...1940.1940.0.3237.1.1.0.0.0.296.296.2-1.1.0...0.0...1c.WksRmxHVvVM)>. Acesso: 20 de Outubro de 2012.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, jan/ abr 2004. p. 253 – 267.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: história e fantasmagorias.** 1997. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.

VIEIRA, Paulo Freire. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política e sociedade**, n.14, abril de 2009. p. 27-75.

VIEIRA, Paulo Freire; *et al.* Introdução. In: VIEIRA, P. F.; CAZZELA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** Florianópolis: APED: Secco, 2010. p.5-24.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2007.** Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/relatorio-de-desenvolvimento-juvenil>>. Acesso: 04 de Outubro de 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A sociologia do mundo rural e as questões da sociedade no Brasil contemporâneo. **Ruris**, v. 4, n. 1, Março de 2010. p. 21-36.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolv. e meio ambiente**, n.2, jul-dez/ 2000, p. 29-37.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, Outubro/2003. p.42-61.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.(org). **Juventude rural em perspectiva** (org.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21- 33.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Meio rural**: um lugar de vida e trabalho. Entrevista publicada na página do fórum DRS do IICA. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2169821555.pdf>>. Acesso: 01 de março de 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: ASPTA. **Agriculturas**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. Disponível em: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/N%C3%BAmero-especial.pdf>>. Acesso: 10 de março de 2014.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. Disponível em: < [http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/125/Juventudes\\_rurais\\_-\\_mapa\\_de\\_estudos\\_recentes.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/125/Juventudes_rurais_-_mapa_de_estudos_recentes.pdf) >. Acesso: 26 de Agosto de 2012.

WEISHEIMER, Nilson. **Socialização e projetos de jovens agricultores familiares**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 237- 251.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A

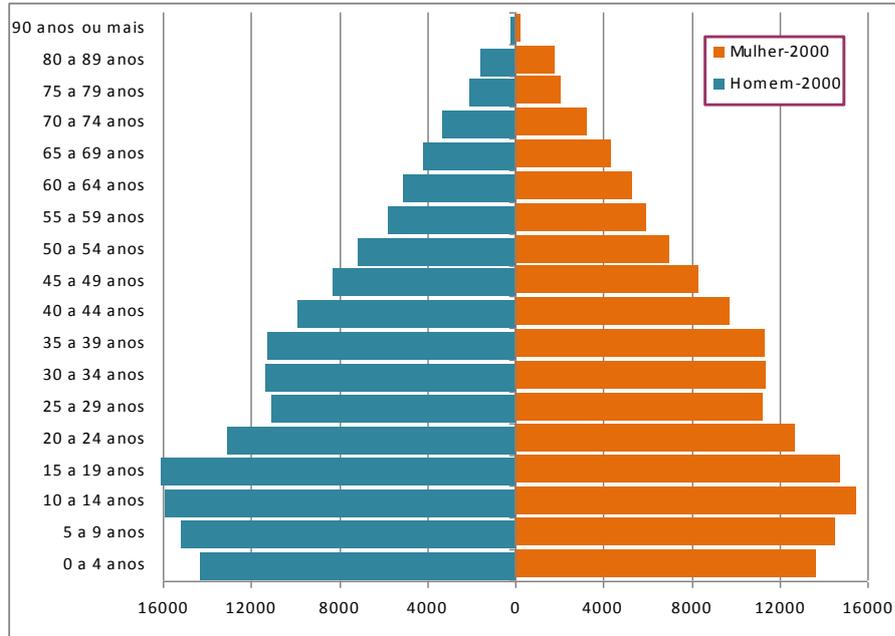
**Tabela 06 - População Urbana, Rural e Total em 2000 e 2010, Grau de Urbanização, Densidade Demográfica e Área dos Municípios do Território Integração Norte Pioneiro**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA 2000	POPULAÇÃO URBANA 2010	POPULAÇÃO RURAL 2000	POPULAÇÃO RURAL 2010	POPULAÇÃO TOTAL 2000	POPULAÇÃO TOTAL 2010	GRAU URBANIZ. 2000	GRAU URBANIZ. 2010	DENSIDADE 2000	DENSIDADE 2010	ÁREA Km²
Abatiá	5.356	5.732	2.903	2.032	8.259	7.764	64,9	73,83	36,1	33,95	228,717
Carlópolis	8347	9.353	4958	4.353	13305	13.706	62,7	68,24	29,7	30,36	451,418
Congoninhas	4704	4.834	3147	3.445	7851	8.279	59,9	58,39	14,6	15,45	535,964
Conselheiro Mairinck	2406	2.515	1057	1.121	3463	3.636	69,5	69,17	16,9	17,76	204,706
Guapirama	2917	2.900	1151	991	4068	3.891	71,7	74,53	21,5	20,58	189,1
Ibaiti	19707	23.116	6741	5.635	26448	28.751	74,5	80,40	29,5	32,03	897,737
Jaboti	2641	3.027	1949	1.875	4590	4.902	57,5	61,75	33	35,2	139,277
Jacarezinho	33515	34.774	6110	4.347	39625	39.121	84,6	88,89	65,8	64,93	602,529
Japira	2327	2.733	2574	2.170	4901	4.903	47,5	55,74	25,9	26,04	188,288
Joaquim Távora	6972	8.220	2689	2.516	9661	10.736	72,2	76,56	33,4	37,13	289,173
Jundiá do Sul	2266	1.976	1393	1.457	3659	3.433	61,9	57,56	11,4	10,7	320,817
Nova Fátima	6591	6.609	1714	1.538	8305	8.147	79,4	81,12	29,3	28,75	283,423
Nova Santa Bárbara	2871	3.279	740	629	3611	3.908	50,3	83,90	50,3	54,46	71,764
Pinhalão	3532	3.924	2685	2.291	6217	6.215	56,8	63,14	28,2	28,17	220,626
Quatiguá	5929	6.372	813	673	6742	7.045	59,8	90,45	59,8	62,52	112,689
Ribeirão Claro	6796	7.085	4107	3.593	10903	10.678	62,3	66,35	17,2	16,97	629,224
Ribeirão do Pinhal	10675	11.078	3666	2.446	14341	13.524	74,4	81,91	38,3	36,09	374,733
Salto do Itararé	3419	3.723	2130	1.455	5549	5.178	61,6	71,90	27,7	25,82	200,519
Santa Amélia	2950	2.886	1457	917	4407	3.803	66,9	75,89	56,6	48,73	78,045
Santa Cecília do Pavão	3002	3.057	1062	589	4064	3.646	73,9	83,85	36,9	33,09	110,2
Santana do Itararé	3465	3.456	2173	1.793	5638	5.249	61,5	65,84	22,4	20,89	251,267
Santo Ant. da Platina	32617	36.944	7326	5.763	39943	42.707	81,7	86,51	55,4	59,19	721,473
Santo Ant. do Paraíso	1718	1.822	1072	586	2790	2.408	61,6	75,66	16,8	14,51	165,904
São Jerônimo da Serra	5331	5.661	6419	5.676	11750	11.337	45,4	49,93	14,3	13,76	823,776
São José da Boa Vista	3501	3.864	3477	2.647	6978	6.511	50,2	59,35	17,5	16,29	399,668
Sapopema	3183	3.552	3689	3.184	6872	6.736	46,3	52,73	10,1	9,94	677,611
Siqueira Campos	11768	13.424	4232	5.030	16000	18.454	73,6	72,74	57,5	66,37	278,035
Tomazina	4286	4.119	5645	4.672	9931	8.791	43,2	46,85	16,8	14,86	591,439
Wenceslau Braz	14879	15.509	4680	3.789	19559	19.298	76,1	80,37	49,2	48,5	397,917
<b>TERRIT.</b>	<b>212315</b>	<b>235.544</b>	<b>88.856</b>	<b>77.213</b>	<b>309.430</b>	<b>312.757</b>	<b>68,61</b>	<b>75,31</b>	<b>29,6</b>	<b>29,97</b>	<b>10.436,039</b>

Fonte: Dados do IBGE, trabalhados pela autora.

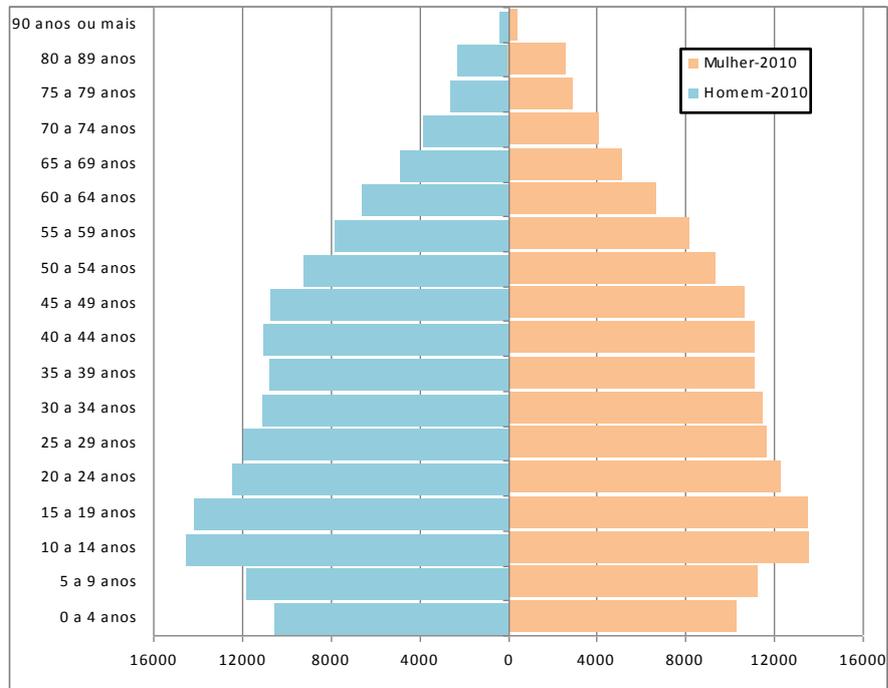
## APÊNDICE B

**Figura 10 - Pirâmide Etária da População do Território Integração Norte Pioneiro - 2000.**



Fonte: Dados do IBGE, trabalhados pela autora.

**Pirâmide Etária da População do Território Integração Norte Pioneiro - 2010.**



Fonte: Dados do IBGE, trabalhados pela autora.

## APÊNDICE C

Tabela 07 – População Jovem do Território Norte Pioneiro 2000 e 2010

Municípios e Território	Sexo	Situação do domicílio X Grupos de idade X Ano																	
		Total						Urbana						Rural					
		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Abatiá	<b>Total</b>	<b>823</b>	<b>749</b>	<b>713</b>	<b>593</b>	<b>577</b>	<b>537</b>	<b>504</b>	<b>563</b>	<b>424</b>	<b>475</b>	<b>362</b>	<b>452</b>	<b>319</b>	<b>186</b>	<b>289</b>	<b>118</b>	<b>215</b>	<b>85</b>
	Homens	430	387	363	280	277	282	242	291	228	234	159	225	188	96	135	46	118	57
	Mulheres	393	362	350	313	300	255	262	272	196	241	202	227	131	90	154	72	98	28
Carlópolis	<b>Total</b>	<b>1.460</b>	<b>1.174</b>	<b>1.048</b>	<b>1.085</b>	<b>910</b>	<b>1.074</b>	<b>831</b>	<b>786</b>	<b>624</b>	<b>794</b>	<b>569</b>	<b>825</b>	<b>629</b>	<b>388</b>	<b>424</b>	<b>291</b>	<b>341</b>	<b>249</b>
	Homens	775	593	552	553	452	537	435	417	332	400	271	406	340	176	220	153	181	131
	Mulheres	685	581	496	532	458	537	396	369	292	394	299	419	289	212	204	138	159	118
Congonhinhas	<b>Total</b>	<b>778</b>	<b>806</b>	<b>566</b>	<b>627</b>	<b>554</b>	<b>556</b>	<b>464</b>	<b>473</b>	<b>309</b>	<b>342</b>	<b>322</b>	<b>367</b>	<b>314</b>	<b>333</b>	<b>257</b>	<b>285</b>	<b>232</b>	<b>189</b>
	Homens	408	422	289	318	275	281	233	233	174	154	146	182	175	189	115	164	129	99
	Mulheres	370	384	277	309	279	275	231	240	134	189	176	185	139	144	143	120	103	90
Conselheiro Mairinck	<b>Total</b>	<b>344</b>	<b>356</b>	<b>264</b>	<b>290</b>	<b>249</b>	<b>249</b>	<b>255</b>	<b>265</b>	<b>151</b>	<b>251</b>	<b>161</b>	<b>186</b>	<b>89</b>	<b>91</b>	<b>113</b>	<b>39</b>	<b>88</b>	<b>63</b>
	Homens	174	182	136	148	131	123	131	131	70	128	75	85	43	51	66	20	56	38
	Mulheres	170	174	128	142	118	126	124	133	80	123	87	101	46	41	48	19	31	25
Guapirama	<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>377</b>	<b>324</b>	<b>330</b>	<b>280</b>	<b>272</b>	<b>303</b>	<b>301</b>	<b>224</b>	<b>278</b>	<b>217</b>	<b>212</b>	<b>126</b>	<b>76</b>	<b>100</b>	<b>52</b>	<b>63</b>	<b>60</b>
	Homens	223	186	165	167	141	145	174	154	122	138	108	106	49	32	43	29	33	39
	Mulheres	206	191	159	163	139	127	129	146	102	141	109	106	77	45	57	22	30	21
Ibaiti	<b>Total</b>	<b>2.627</b>	<b>2.542</b>	<b>2.228</b>	<b>2.306</b>	<b>1.920</b>	<b>2.331</b>	<b>1.920</b>	<b>2.078</b>	<b>1.575</b>	<b>1.936</b>	<b>1.463</b>	<b>1.961</b>	<b>707</b>	<b>464</b>	<b>653</b>	<b>370</b>	<b>457</b>	<b>370</b>
	Homens	1.361	1.327	1.155	1.157	936	1.174	921	1.090	798	987	723	975	440	237	357	170	213	199
	Mulheres	1.266	1.215	1.073	1.149	984	1.157	999	989	777	950	740	986	267	226	296	199	244	171
Jaboti	<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>405</b>	<b>422</b>	<b>306</b>	<b>360</b>	<b>370</b>	<b>241</b>	<b>280</b>	<b>208</b>	<b>197</b>	<b>195</b>	<b>219</b>	<b>205</b>	<b>125</b>	<b>214</b>	<b>109</b>	<b>165</b>	<b>151</b>
	Homens	241	194	215	160	183	186	122	131	97	114	100	98	119	63	118	46	83	88
	Mulheres	205	211	207	146	177	184	119	150	112	84	95	121	86	61	95	62	82	63

Municípios e Território	Sexo	Situação do domicílio X Grupos de idade X Ano																	
		Total						Urbana						Rural					
		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Jacarezinho	<b>Total</b>	<b>3.937</b>	<b>3.521</b>	<b>3.524</b>	<b>3.454</b>	<b>3.134</b>	<b>3.155</b>	<b>3.209</b>	<b>3.151</b>	<b>2.963</b>	<b>3.093</b>	<b>2.687</b>	<b>2.850</b>	<b>728</b>	<b>370</b>	<b>561</b>	<b>361</b>	<b>447</b>	<b>305</b>
	Homens	2.067	1.799	1.686	1.723	1.514	1.600	1.719	1.628	1.348	1.568	1.334	1.460	348	171	338	155	180	140
	Mulheres	1.870	1.722	1.838	1.731	1.620	1.555	1.491	1.523	1.614	1.524	1.354	1.390	379	199	224	207	266	165
Japira	<b>Total</b>	<b>521</b>	<b>414</b>	<b>390</b>	<b>367</b>	<b>360</b>	<b>349</b>	<b>205</b>	<b>212</b>	<b>173</b>	<b>222</b>	<b>210</b>	<b>209</b>	<b>316</b>	<b>202</b>	<b>217</b>	<b>145</b>	<b>150</b>	<b>140</b>
	Homens	294	218	215	192	179	187	127	97	83	112	118	110	167	121	132	80	61	77
	Mulheres	227	196	175	175	181	162	78	115	89	111	93	99	149	81	86	64	88	63
Joaquim Távora	<b>Total</b>	<b>949</b>	<b>913</b>	<b>796</b>	<b>949</b>	<b>650</b>	<b>860</b>	<b>704</b>	<b>742</b>	<b>520</b>	<b>721</b>	<b>471</b>	<b>657</b>	<b>245</b>	<b>171</b>	<b>276</b>	<b>228</b>	<b>179</b>	<b>203</b>
	Homens	501	473	393	460	328	449	367	369	277	345	230	338	134	104	116	115	98	111
	Mulheres	448	440	403	489	322	411	337	374	243	376	242	319	111	66	160	113	80	92
Jundiá do Sul	<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>297</b>	<b>306</b>	<b>239</b>	<b>249</b>	<b>192</b>	<b>232</b>	<b>145</b>	<b>175</b>	<b>159</b>	<b>153</b>	<b>84</b>	<b>97</b>	<b>152</b>	<b>131</b>	<b>80</b>	<b>96</b>	<b>108</b>
	Homens	165	156	162	124	156	89	118	85	91	87	92	44	47	71	71	37	64	45
	Mulheres	164	141	144	115	93	103	114	60	85	72	61	40	50	81	60	43	31	63
Nova Fátima	<b>Total</b>	<b>811</b>	<b>719</b>	<b>764</b>	<b>617</b>	<b>613</b>	<b>566</b>	<b>672</b>	<b>568</b>	<b>632</b>	<b>500</b>	<b>428</b>	<b>475</b>	<b>139</b>	<b>151</b>	<b>132</b>	<b>117</b>	<b>185</b>	<b>91</b>
	Homens	408	353	394	318	302	265	329	277	318	257	219	216	79	76	76	61	83	49
	Mulheres	403	366	370	299	311	301	343	291	314	243	209	259	60	75	56	56	102	42
Nova Santa Bárbara	<b>Total</b>	<b>342</b>	<b>395</b>	<b>246</b>	<b>270</b>	<b>274</b>	<b>270</b>	<b>268</b>	<b>349</b>	<b>191</b>	<b>216</b>	<b>235</b>	<b>238</b>	<b>74</b>	<b>46</b>	<b>55</b>	<b>54</b>	<b>39</b>	<b>32</b>
	Homens	187	192	128	140	130	132	134	164	107	104	107	116	53	28	21	36	23	16
	Mulheres	155	203	118	130	144	138	134	185	84	112	128	122	21	18	34	18	16	16
Pinhalão	<b>Total</b>	<b>685</b>	<b>543</b>	<b>542</b>	<b>508</b>	<b>439</b>	<b>482</b>	<b>358</b>	<b>317</b>	<b>293</b>	<b>339</b>	<b>266</b>	<b>294</b>	<b>327</b>	<b>226</b>	<b>249</b>	<b>169</b>	<b>173</b>	<b>188</b>
	Homens	346	281	299	264	242	243	177	163	162	160	160	149	169	118	137	104	82	94
	Mulheres	339	262	243	244	197	239	181	154	131	178	106	145	158	108	112	66	91	94
Quatiguá	<b>Total</b>	<b>622</b>	<b>599</b>	<b>569</b>	<b>575</b>	<b>553</b>	<b>526</b>	<b>566</b>	<b>549</b>	<b>485</b>	<b>525</b>	<b>524</b>	<b>483</b>	<b>56</b>	<b>50</b>	<b>84</b>	<b>50</b>	<b>29</b>	<b>43</b>
	Homens	322	292	279	285	259	267	277	272	254	248	244	246	45	20	25	37	15	21
	Mulheres	300	307	290	290	294	259	289	277	231	277	280	237	11	30	59	13	14	22

Municípios e Território	Sexo	Situação do domicílio X Grupos de idade X Ano																	
		Total						Urbana						Rural					
		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ribeirão Claro	<b>Total</b>	<b>1.075</b>	<b>916</b>	<b>914</b>	<b>810</b>	<b>778</b>	<b>824</b>	<b>578</b>	<b>559</b>	<b>546</b>	<b>503</b>	<b>529</b>	<b>588</b>	<b>497</b>	<b>357</b>	<b>368</b>	<b>307</b>	<b>249</b>	<b>236</b>
	Homens	569	464	485	415	380	423	294	278	252	226	261	309	275	186	233	189	119	114
	Mulheres	506	452	429	395	398	401	284	282	293	277	267	279	222	170	136	118	131	122
Ribeirão do Pinhal	<b>Total</b>	<b>1.408</b>	<b>1.277</b>	<b>1.181</b>	<b>952</b>	<b>988</b>	<b>936</b>	<b>1.019</b>	<b>992</b>	<b>931</b>	<b>803</b>	<b>730</b>	<b>769</b>	<b>389</b>	<b>285</b>	<b>250</b>	<b>149</b>	<b>258</b>	<b>167</b>
	Homens	754	640	567	449	486	493	540	505	430	364	372	418	214	135	137	85	114	75
	Mulheres	654	637	614	503	502	443	479	487	501	439	358	351	175	150	113	64	144	92
Salto do Itararé	<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>468</b>	<b>391</b>	<b>360</b>	<b>388</b>	<b>342</b>	<b>374</b>	<b>357</b>	<b>232</b>	<b>277</b>	<b>216</b>	<b>260</b>	<b>194</b>	<b>111</b>	<b>159</b>	<b>83</b>	<b>172</b>	<b>82</b>
	Homens	312	228	200	176	193	188	210	163	115	135	106	138	102	65	85	41	87	50
	Mulheres	256	240	191	184	195	154	164	193	118	142	110	122	92	47	73	42	85	32
Santa Amélia	<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>366</b>	<b>373</b>	<b>253</b>	<b>282</b>	<b>229</b>	<b>298</b>	<b>252</b>	<b>250</b>	<b>218</b>	<b>197</b>	<b>191</b>	<b>174</b>	<b>114</b>	<b>123</b>	<b>35</b>	<b>85</b>	<b>38</b>
	Homens	233	194	191	126	144	111	142	129	117	110	100	88	91	65	74	16	44	23
	Mulheres	239	172	182	127	138	118	156	123	132	108	97	103	83	49	50	19	41	15
Santa Cecília do Pavão	<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>336</b>	<b>259</b>	<b>277</b>	<b>229</b>	<b>227</b>	<b>290</b>	<b>289</b>	<b>189</b>	<b>244</b>	<b>172</b>	<b>197</b>	<b>94</b>	<b>47</b>	<b>70</b>	<b>33</b>	<b>57</b>	<b>30</b>
	Homens	193	168	132	138	100	117	153	140	95	123	58	100	41	28	37	15	42	17
	Mulheres	191	168	127	139	129	110	137	150	94	121	114	97	54	18	33	18	15	13
Santana do Itararé	<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>442</b>	<b>456</b>	<b>346</b>	<b>385</b>	<b>368</b>	<b>397</b>	<b>292</b>	<b>279</b>	<b>227</b>	<b>213</b>	<b>265</b>	<b>188</b>	<b>150</b>	<b>177</b>	<b>119</b>	<b>172</b>	<b>103</b>
	Homens	304	216	243	170	191	183	224	152	146	109	92	132	80	64	97	61	99	51
	Mulheres	281	226	213	176	194	185	173	141	133	118	121	132	108	85	80	58	73	53
Santo Antônio da Platina	<b>Total</b>	<b>3.979</b>	<b>3.635</b>	<b>3.485</b>	<b>3.523</b>	<b>2.984</b>	<b>3.427</b>	<b>3.260</b>	<b>3.268</b>	<b>2.905</b>	<b>3.191</b>	<b>2.350</b>	<b>2.924</b>	<b>719</b>	<b>367</b>	<b>580</b>	<b>332</b>	<b>634</b>	<b>503</b>
	Homens	2.011	1.895	1.697	1.801	1.457	1.667	1.564	1.652	1.422	1.639	1.137	1.389	447	243	275	162	320	278
	Mulheres	1.968	1.740	1.788	1.722	1.527	1.760	1.696	1.616	1.483	1.552	1.213	1.534	272	124	305	170	314	226
Santo Antônio do Paraíso	<b>Total</b>	<b>258</b>	<b>190</b>	<b>235</b>	<b>187</b>	<b>236</b>	<b>165</b>	<b>162</b>	<b>142</b>	<b>140</b>	<b>139</b>	<b>154</b>	<b>126</b>	<b>96</b>	<b>48</b>	<b>95</b>	<b>48</b>	<b>82</b>	<b>39</b>
	Homens	105	89	124	89	142	77	64	65	67	70	96	58	41	24	58	19	46	19
	Mulheres	153	101	111	98	94	88	98	77	74	69	58	67	55	24	37	29	36	21

Municípios e Território	Sexo	Situação do domicílio X Grupos de idade X Ano																	
		Total						Urbana						Rural					
		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
São Jerônimo da Serra	<b>Total</b>	<b>1.167</b>	<b>1.063</b>	<b>952</b>	<b>885</b>	<b>823</b>	<b>779</b>	<b>525</b>	<b>532</b>	<b>435</b>	<b>444</b>	<b>356</b>	<b>340</b>	<b>642</b>	<b>531</b>	<b>517</b>	<b>441</b>	<b>467</b>	<b>439</b>
	Homens	617	538	515	465	408	407	246	257	200	228	186	165	371	281	315	237	222	242
	Mulheres	550	525	437	420	415	372	280	275	235	216	170	175	270	250	202	204	245	197
São José da Boa Vista	<b>Total</b>	<b>721</b>	<b>574</b>	<b>528</b>	<b>439</b>	<b>455</b>	<b>469</b>	<b>359</b>	<b>355</b>	<b>286</b>	<b>293</b>	<b>246</b>	<b>346</b>	<b>362</b>	<b>219</b>	<b>242</b>	<b>146</b>	<b>209</b>	<b>123</b>
	Homens	368	298	268	229	235	223	198	182	149	149	136	173	170	116	119	80	99	50
	Mulheres	353	276	260	210	220	246	161	173	137	144	109	173	192	103	123	66	111	73
Sapopema	<b>Total</b>	<b>722</b>	<b>647</b>	<b>605</b>	<b>520</b>	<b>483</b>	<b>483</b>	<b>279</b>	<b>327</b>	<b>272</b>	<b>286</b>	<b>240</b>	<b>264</b>	<b>443</b>	<b>320</b>	<b>333</b>	<b>234</b>	<b>243</b>	<b>219</b>
	Homens	396	333	302	287	258	252	129	162	142	152	124	118	267	171	160	135	134	134
	Mulheres	326	314	303	233	225	231	150	165	130	134	116	146	176	149	173	99	109	85
Siqueira Campos	<b>Total</b>	<b>1.521</b>	<b>1.546</b>	<b>1.414</b>	<b>1.509</b>	<b>1.186</b>	<b>1.451</b>	<b>1.115</b>	<b>1.147</b>	<b>1.012</b>	<b>1.110</b>	<b>896</b>	<b>1.121</b>	<b>406</b>	<b>399</b>	<b>402</b>	<b>399</b>	<b>290</b>	<b>330</b>
	Homens	800	803	707	754	566	726	544	589	503	555	432	554	256	214	204	199	134	172
	Mulheres	721	743	707	755	620	725	571	558	509	555	465	567	150	185	198	200	155	158
Tomazina	<b>Total</b>	<b>1.017</b>	<b>720</b>	<b>748</b>	<b>683</b>	<b>656</b>	<b>647</b>	<b>432</b>	<b>332</b>	<b>322</b>	<b>375</b>	<b>268</b>	<b>337</b>	<b>585</b>	<b>388</b>	<b>426</b>	<b>308</b>	<b>388</b>	<b>310</b>
	Homens	530	381	413	344	329	346	208	175	174	198	121	180	322	206	239	146	208	166
	Mulheres	487	339	335	339	327	301	224	157	148	178	147	157	263	182	187	161	180	144
Wenceslau Braz	<b>Total</b>	<b>1.992</b>	<b>1.682</b>	<b>1.633</b>	<b>1.478</b>	<b>1.378</b>	<b>1.451</b>	<b>1.515</b>	<b>1.366</b>	<b>1.361</b>	<b>1.244</b>	<b>1.108</b>	<b>1.262</b>	<b>477</b>	<b>316</b>	<b>272</b>	<b>234</b>	<b>270</b>	<b>189</b>
	Homens	1.040	843	840	694	693	740	758	657	732	559	550	646	282	186	108	135	143	94
	Mulheres	952	839	793	784	685	711	757	709	629	686	557	615	195	130	164	98	128	96
<b>TERRITÓRIO</b>	<b>Total</b>	<b>30.972</b>	<b>27.672</b>	<b>25.876</b>	<b>24.738</b>	<b>22.373</b>	<b>23.587</b>	<b>21.335</b>	<b>20.989</b>	<b>18.107</b>	<b>19.402</b>	<b>15.938</b>	<b>18.502</b>	<b>9637</b>	<b>6683</b>	<b>7769</b>	<b>5336</b>	<b>6435</b>	<b>5085</b>
	<b>Homens</b>	16.134	14.145	13.115	12.426	11.087	11.913	10.780	10.608	9.005	9.653	7.857	9.224	5355	3537	4111	2773	3230	2689
	<b>Mulheres</b>	14.838	13.527	12.761	12.312	11.286	11.674	10.557	10.384	9.100	9.754	8.083	9.274	4281	3143	3662	2558	3202	2400

Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

## APÊNDICE D

**Tabela 08 - Relação do IDHM dos Municípios do Território Integração Norte  
Pioneiro, 2000 e 2010**

Localidade	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010	IDHM 2000	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 2000
Abatiá	<b>0,687</b>	0,676	0,804	0,596	<b>0,553</b>	0,575	0,744	0,396
Carlópolis	<b>0,713</b>	0,696	0,832	0,625	<b>0,590</b>	0,632	0,767	0,423
Congonhinhas	<b>0,668</b>	0,655	0,809	0,562	<b>0,534</b>	0,570	0,707	0,378
Cons. Mairinck	<b>0,707</b>	0,675	0,806	0,650	<b>0,588</b>	0,675	0,722	0,418
Guapirama	<b>0,702</b>	0,666	0,805	0,645	<b>0,570</b>	0,597	0,766	0,405
Ibaiti	<b>0,710</b>	0,738	0,813	0,596	<b>0,548</b>	0,608	0,725	0,374
Jaboti	<b>0,718</b>	0,699	0,827	0,640	<b>0,587</b>	0,611	0,766	0,432
Jacarezinho	<b>0,743</b>	0,734	0,844	0,663	<b>0,644</b>	0,686	0,759	0,512
Japira	<b>0,696</b>	0,675	0,827	0,603	<b>0,579</b>	0,619	0,761	0,411
Joaquim Távora	<b>0,700</b>	0,699	0,801	0,613	<b>0,620</b>	0,630	0,766	0,495
Jundiá do Sul	<b>0,688</b>	0,660	0,817	0,605	<b>0,597</b>	0,672	0,712	0,444
Nova Fátima	<b>0,688</b>	0,681	0,819	0,584	<b>0,626</b>	0,656	0,765	0,489
Nova Sta Bárbara	<b>0,680</b>	0,668	0,799	0,588	<b>0,608</b>	0,607	0,738	0,501
Pinhalão	<b>0,697</b>	0,679	0,828	0,601	<b>0,578</b>	0,617	0,737	0,425
Quatiguá	<b>0,714</b>	0,691	0,803	0,655	<b>0,622</b>	0,641	0,766	0,490
Ribeirão Claro	<b>0,716</b>	0,704	0,832	0,627	<b>0,602</b>	0,626	0,744	0,468
Ribeirão do Pinhal	<b>0,701</b>	0,684	0,824	0,611	<b>0,600</b>	0,621	0,753	0,462
Salto do Itararé	<b>0,704</b>	0,661	0,836	0,631	<b>0,573</b>	0,588	0,767	0,417
Santa Amélia	<b>0,653</b>	0,655	0,809	0,526	<b>0,571</b>	0,607	0,707	0,433
Santa Cecília	<b>0,723</b>	0,681	0,838	0,661	<b>0,585</b>	0,572	0,753	0,465
Santana do Itararé	<b>0,687</b>	0,654	0,848	0,585	<b>0,570</b>	0,598	0,763	0,406
Santo Ant. da Platina	<b>0,718</b>	0,733	0,817	0,617	<b>0,599</b>	0,657	0,725	0,452
Santo Ant. do Paraíso	<b>0,716</b>	0,683	0,813	0,662	<b>0,585</b>	0,601	0,721	0,463
São Jerôn. da Serra	<b>0,637</b>	0,626	0,822	0,503	<b>0,532</b>	0,578	0,738	0,353
São José da Boa Vista	<b>0,671</b>	0,651	0,781	0,594	<b>0,539</b>	0,575	0,723	0,376
Sapopema	<b>0,655</b>	0,695	0,795	0,509	<b>0,504</b>	0,552	0,722	0,322
Siqueira Campos	<b>0,704</b>	0,708	0,839	0,588	<b>0,605</b>	0,632	0,766	0,457
Tomazina	<b>0,699</b>	0,661	0,829	0,622	<b>0,577</b>	0,612	0,767	0,409
Wenceslau Braz	<b>0,687</b>	0,692	0,790	0,594	<b>0,586</b>	0,647	0,702	0,443
<b>Paraná</b>	<b>0,749</b>	<b>0,757</b>	<b>0,830</b>	<b>0,668</b>	<b>0,650</b>	<b>0,704</b>	<b>0,747</b>	<b>0,522</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,727</b>	<b>0,739</b>	<b>0,816</b>	<b>0,637</b>	<b>0,612</b>	<b>0,692</b>	<b>0,727</b>	<b>0,456</b>

Fonte: Dados do PNUD (2013) compilados pela autora.

## APÊNDICE E

**Tabela 09 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes, no período 2008 a 2011, dos Municípios do Território**

Variável = Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)					
Brasil e Município	Ano				% PIB Território
	2008	2009	2010	2011	2011
Abatiá	58.844	55.804	59.151	67.229	1,68
Carlópolis	110.682	106.924	150.995	187.512	4,68
Congonhinhas	89.620	77.699	83.297	98.707	2,46
Conselheiro Mairinck	34.714	31.879	36.929	42.167	1,05
Guapirama	40.622	42.041	52.359	59.180	1,48
Ibaiti	261.759	255.546	279.970	361.448	9,02
Jaboti	33.624	33.976	37.714	43.766	1,09
Jacarezinho	405.071	498.427	574.508	585.800	14,62
Japira	37.970	37.947	45.936	56.854	1,42
Joaquim Távora	118.789	159.515	195.576	184.541	4,61
Jundiá do Sul	36.876	35.146	41.253	48.834	1,22
Nova Fátima	82.294	64.320	85.354	103.435	2,58
Nova Santa Bárbara	31.930	30.559	31.750	32.064	0,80
Pinhalão	58.208	50.025	61.549	87.842	2,19
Quatiguá	54.080	59.492	71.508	79.365	1,98
Ribeirão Claro	105.827	115.833	151.305	165.574	4,13
Ribeirão do Pinhal	90.693	89.117	103.801	116.874	2,92
Salto do Itararé	38.218	36.816	103.922	101.905	2,54
Santa Amélia	31.072	31.112	40.191	44.048	1,10
Santa Cecília do Pavão	47.434	52.593	56.807	62.956	1,57
Santana do Itararé	51.007	45.413	47.552	57.964	1,45
Santo Antônio da Platina	351.765	427.291	486.225	544.721	13,59
Santo Antônio do Paraíso	32.873	28.552	31.971	36.994	0,92
São Jerônimo da Serra	92.614	88.150	83.808	114.148	2,85
São José da Boa Vista	67.907	64.637	71.240	86.430	2,16
Sapopema	52.316	51.232	62.074	67.052	1,67
Siqueira Campos	148.492	161.116	222.259	254.792	6,36
Tomazina	69.061	67.336	93.072	96.848	2,42
Wenceslau Braz	186.966	197.109	198.737	218.018	5,44
<b>TOTAL - TERRITÓRIO</b>	<b>2.821.328</b>	<b>2.995.607</b>	<b>3.560.813</b>	<b>4.007.068</b>	<b>100</b>
<b>Brasil</b>	<b>3.032.203.490</b>	<b>3.239.404.053</b>	<b>3.770.084.872</b>	<b>4.143.013.337</b>	

Fonte: IBGE, 2014, dados trabalhados pela autora.

## APÊNDICE F

**Tabela 10 - Relação dos Municípios do Território, com Descrição da Renda Per Capita, Rendimento Médio, Ocupados Sem Rendimentos e com Rendimento até 1 S.M..**

Município, Paraná e Brasil	Renda per capita (2010)	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho (2010)	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre (2010)	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais (2010)	% dos ocupados - rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais (2010)
Abatiá	535,86	66,71	135,31	728,98	3,26	36,68
Carlópolis	608,82	75,16	150,05	872,47	4,49	27,49
Congonhinhas	471,57	68,13	83,77	715,93	15,06	45,42
Conselheiro Mairinck	534,5	69,36	131,76	785,04	14,75	42,32
Guapirama	505,91	72,54	122,35	819,73	5,21	25,52
Ibaiti	787,74	71,06	108,06	1286,73	5,98	23,94
Jaboti	618,6	73,88	161,11	913,59	2,63	35,19
Jacarezinho	770,55	76,46	162,82	1272,37	1,8	14,58
Japira	534,19	67,64	129,86	713,92	7,75	43,94
Joaquim Távora	618,36	75,89	176,2	918,05	2,93	19,51
Jundiá do Sul	485,95	62	89,02	655	14,19	46,06
Nova Fátima	555,2	73,17	143,44	877,12	2,32	32,12
Nova Santa Bárbara	511,42	71,67	92,61	883,18	3,31	37,9
Pinhalão	545,95	72,08	133,78	793,98	6,96	44,93
Quatiguá	590,85	77,67	175,83	943,46	2,26	22,06
Ribeirão Claro	639,91	71,98	124,4	1021,76	3,82	22,18
Ribeirão do Pinhal	563,87	68,89	123,08	851,67	9,14	36,6
Salto do Itararé	490,56	64,66	119,27	617,76	15,4	43,99
Santa Amélia	470,75	66,71	124,93	701,55	1,94	22,16
Santa Cecília do Pavão	553,12	74,95	120,09	921,97	3,69	32,48
Santana do Itararé	467,18	68,32	97,59	807,45	7,57	39,97
Santo Ant. da Platina	765,04	78,07	153,61	1239,84	1,86	16,3
Santo Ant. do Paraíso	561,33	62,65	145,27	832,6	4,58	25,33
São Jerônimo da Serra	393,81	65,07	47,02	634,55	10,05	49,39
São José da Boa Vista	458,85	64,94	114,88	628,72	11,02	45,63
Sapopema	603,35	77,52	98,05	981,03	16,74	44,07
Siqueira Campos	655,16	80,61	168,15	1092,46	1,57	17,85
Tomazina	489,45	69,17	117,36	681,87	12,3	44,78
Wenceslau Braz	594,42	75	111,67	983,32	6,92	30,97
<b>Paraná</b>	<b>890,89</b>	<b>77,41</b>	<b>167,77</b>	<b>1368,35</b>	<b>3,98</b>	<b>17,21</b>
<b>Brasil</b>	<b>793,87</b>	<b>74,32</b>	<b>95,73</b>	<b>1296,19</b>	<b>5,58</b>	<b>21,91</b>

Fonte: Dados PNUD (2010), organizados pela autora.

## APÊNDICE G

Tabela 11 - Municípios do Território, com Taxa de Analfabetismo e Expectativa de Anos de Estudo, 2000 e 2010

Município, Paraná e Brasil	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2000)	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)	Expectativa de anos de estudo (2000)	Expectativa de anos de estudo (2010)
Abatiá	20,99	16,76	9,35	9,93
Carlópolis	14,69	8,07	9,67	10,29
Congonhinhas	22,98	16,91	9,11	11,25
Conselheiro Mairinck	19,74	10,11	9,96	11,85
Guapirama	14,82	12,54	9,78	10,07
Ibaiti	18,15	11,59	9,04	10,37
Jaboti	19,01	11,49	9,95	11,69
Jacarezinho	12,34	9,04	10,28	9,85
Japira	17,2	10,99	9,72	11,77
Joaquim Távora	14,13	8,08	10,36	10,34
Jundiá do Sul	20,12	14,51	10,06	11,81
Nova Fátima	18,42	13,62	10,12	11,31
Nova Santa Bárbara	20,3	16,41	10,44	10,39
Pinhalão	17	11,64	9,84	10,02
Quatiguá	12,35	8,46	10,63	10,08
Ribeirão Claro	13,06	7,45	9,83	10,48
Ribeirão do Pinhal	20,35	15,38	10,14	11,07
Salto do Itararé	21,41	14,92	10,63	11,54
Santa Amélia	18,28	11,19	9,18	11,15
Santa Cecília do Pavão	23,05	17,83	10,86	11,69
Santana do Itararé	21,24	16,1	9,85	11,12
Santo Antônio da Platina	14,49	9,75	9,09	9,54
Santo Antônio do Paraíso	18,65	13,07	10,15	12,8
São Jerônimo da Serra	26,39	17,23	9,12	9,51
São José da Boa Vista	19,37	11,44	10	10,02
Sapopema	23,73	16,97	8,71	10,34
Siqueira Campos	13,26	8,8	9,93	9,36
Tomazina	17,3	13,23	9,55	11,55
Wenceslau Braz	15,55	10,96	9,88	9,87
<b>Paraná</b>	<b>9,53</b>	<b>6,28</b>	<b>10,11</b>	<b>10,43</b>
<b>Brasil</b>	<b>13,63</b>	<b>9,61</b>	<b>8,76</b>	<b>9,54</b>

Fonte: Dados PNUD, 2010, trabalhados pela autora.

## APÊNDICE H

**Tabela 12- Esperança de Vida ao Nascer, Razão de Dependência, Taxa de Fecundidade e Envelhecimento 2000 e 2010**

	Esperança de vida ao nascer (2000)	Esperança de vida ao nascer (2010)	Razão de dependência (2000)	Razão de dependência (2010)	Taxa de fecundidade de total (2000)	Taxa de fecundidade de total (2010)	Taxa de envelhecimento (2000)	Taxa de envelhecimento (2010)
Abatiá	69,62	73,23	57,05	45,72	2,6	2,24	6,97	9,9
Carlópolis	71,01	74,91	55,77	47,07	2,68	2,06	7,37	9,13
Congonhinhas	67,39	73,53	62,21	50,36	2,79	2,57	8,02	10,19
Conselheiro Mairinck	68,31	73,37	62,51	48,29	2,86	2,14	7,71	9,82
Guapirama	70,93	73,32	59,72	45,51	2,68	1,85	6,54	8,35
Ibaiti	68,5	73,77	58,52	48,5	2,8	2,14	7,26	8,61
Jaboti	70,96	74,61	54,7	47,12	2,69	1,91	6,95	9,26
Jacarezinho	70,51	75,61	54,46	45,05	2,26	1,76	6,43	8,29
Japira	70,66	74,61	55,34	51	2,54	2,22	7,02	9,52
Joaquim Távora	70,93	73,04	54,95	45,29	2,41	1,91	8,94	9,11
Jundiá do Sul	67,73	74,03	60,2	51,37	2,33	2,22	8,36	10,22
Nova Fátima	70,89	74,15	56,7	47,78	2,68	1,94	7,51	9,49
Nova Santa Bárbara	69,27	72,91	61,57	52,3	2,43	2,34	7,28	11,36
Pinhalão	69,23	74,68	56,56	46,65	2,58	1,81	6,88	9,38
Quatiguá	70,93	73,2	48,7	41,72	2,22	1,63	7,56	10,11
Ribeirão Claro	69,62	74,92	55,47	46,96	2,13	1,75	8,89	10,84
Ribeirão do Pinhal	70,15	74,43	62,17	52,37	2,85	2,21	7,5	10,66
Salto do Itararé	71,01	75,15	54,91	46,85	3,15	2,03	7,77	11,1
Santa Amélia	67,39	73,55	58,87	50,85	2,89	2,87	7,06	10,07
Santa Cecília do Pavão	70,18	75,28	59	49,98	2,43	2,31	7,23	10,7
Santana do Itararé	70,75	75,87	56,65	49,89	2,92	1,99	7,22	9,51
Santo Antônio da Platina	68,48	74,03	54,21	47,43	2,16	1,92	7,1	8,64
Santo Antônio do Paraíso	68,27	73,8	57,89	48,55	2,76	2,4	6,42	9,55
São Jerônimo da Serra	69,29	74,31	65,02	53,51	3,13	2,36	5,9	9,06
São José da Boa Vista	68,35	71,88	60,52	50,4	3,02	2,32	7,97	9,75
Sapopema	68,3	72,71	64,8	51,34	2,92	2,38	5,86	8
Siqueira Campos	70,93	75,32	52,95	44,84	2,39	1,82	7,7	9,05
Tomazina	71,01	74,76	56,03	45,47	2,46	1,93	8,53	10,27
Wenceslau Braz	67,14	72,42	57,13	49,61	2,73	2,22	7,28	9,24
<b>Brasil</b>	<b>68,61</b>	<b>73,94</b>	<b>54,94</b>	<b>45,92</b>	<b>2,37</b>	<b>1,89</b>	<b>5,83</b>	<b>7,36</b>
<b>Paraná</b>	<b>69,83</b>	<b>74,8</b>	<b>52,39</b>	<b>43,78</b>	<b>2,3</b>	<b>1,86</b>	<b>5,5</b>	<b>7,53</b>

Fonte: Dados do PNUD (2010) organizados pela autora.

## APÊNDICE I

### Tabela 13 - % de Ocupados em Cada Setor Produtivo, por Município, em 2000 e 2010

MUNICÍPIOS, PARANÁ E BRASIL	% ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais		% ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais		% ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais		% ocupados no SIUP - 18 anos ou mais		% ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais		% ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais		% ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Abatiá	62,07	52,55	0	0	2,78	6,45	0,39	0,58	5,23	5,29	8,18	9,86	20,01	24,36
Carlópolis	55,71	41,85	0	0,07	5,57	14,34	0,18	1,09	6,34	5,93	6,05	11,3	26,15	22,27
Congonhinhas	53,67	51,36	0	0	4,63	6,69	0	1,45	4,75	5,25	8,68	8,56	28,27	22,92
Cons. Mairinck	44,72	31,49	0	0	3,49	10,15	1,27	0,51	8,46	5,47	6,06	10,29	35,64	33,14
Guapirama	51,42	34,54	0,86	0,55	4,24	12,44	0	0,2	4,34	2,86	12,03	17,15	27,12	26,41
Ibaiti	42,4	25,36	0,07	0	9,73	14,25	0,45	0,65	6,27	6,72	11,3	15,12	29,78	34,35
Jaboti	61,4	52,69	0	0	3,32	8,18	0	0,45	3,95	5,55	8,7	6,85	22,64	24,97
Jacarezinho	22,87	13,46	0,84	0,3	15,27	17,48	0,41	1,64	7,07	8,59	12,27	13,5	41,07	41,53
Japira	60,94	52,7	0	0	7,91	9,86	0,39	0,15	4,59	3,24	6,19	7,85	19,89	23,52
Joaquim Távora	33,12	24,48	0,15	0	12,99	18,76	0,14	1,08	7	5,46	12,73	19,39	33,26	28,53
Jundiá do Sul	52,69	53,24	0	0	3,59	6,82	0,85	0,5	4,33	3,83	8,11	8,01	29,67	25,84
Nova Fátima	40,62	33,29	0	0	5,62	5,16	0,14	1,15	5,31	3,99	11	16,44	37,32	36,01
Nova Sta. Bárbara	40,12	21,85	0	0	4,35	7,9	0,43	0,41	7,45	6,73	11,84	14,5	35,81	46,03
Pinhalão	57,79	53,84	0	0	3,51	7,03	0,33	0,65	5,31	7,57	8,16	7,85	24,78	21,75
Quatiguá	21,84	21,4	0,43	0	14,84	15,86	0	0,74	6,55	6,07	22,67	18,2	32,81	35,14
Ribeirão Claro	44,09	27,58	0,45	0,88	7,53	12,15	0,66	1,28	6,36	8,57	6,85	12,79	33,99	35,21
Ribeirão do Pinhal	46,63	36,18	0	0,08	7,81	11,19	0,08	0,85	4,67	5,58	10,41	15,01	30,15	29,36
Salto do Itararé	56,1	43,6	0	0,05	4,57	18,53	0,21	0,34	5,61	4,46	9,81	7,35	23,5	21,49
Santa Amélia	55,74	47,06	0	0	7,6	12,2	0	0,5	4,75	4,07	5,7	8,02	26,22	24,18
Santa Cecília Pavão	46,66	29,82	0	0	6,47	5,5	0,81	0,64	3,4	5,93	5,19	10,19	37,48	40,18
Santana do Itararé	51,65	48,03	0,4	0,21	2,87	6,48	0	0,42	6,38	4,31	8,99	10,93	29,71	28,66
Santo Ant. Platina	24,94	16,57	0,25	0,25	9,39	15,85	0,81	0,74	6,47	6,89	16,39	17,36	41,41	36,43
Santo Ant. Paraíso	43,67	41,28	0	0	3,69	5,54	0,27	0,29	6,93	5,27	9,2	6,51	36,23	37,77
São Jerôn. da Serra	60,51	53,21	0	0,11	2,88	1,93	0,25	0,25	4,26	4,64	6,12	7,52	25,97	26,78
São José Boa Vista	58,17	46,66	0	0,1	2,38	16,81	0,73	0,45	4,55	5,01	9,86	6,17	24,31	23,35
Sapopema	45,8	45,47	0,3	0,08	12,34	11,66	0,29	2,26	3,5	5,02	8,24	6,32	29,53	27,38
Siqueira Campos	29,98	19,88	0,55	0,18	18,65	27,95	0,27	0,84	8,46	6,62	11,27	14,49	30,61	26,86
Tomazina	65,1	48,7	0,53	0,57	3,39	9,86	0	0,47	4,34	4,79	5,02	8,65	21,52	24,25
Wenceslau Braz	30,18	26,67	0	0,78	6,67	7,76	0,17	1,32	9,39	6,89	13,68	16,56	39,71	35,62
<b>Paraná</b>	<b>19,09</b>	<b>14,35</b>	<b>0,19</b>	<b>0,26</b>	<b>14,65</b>	<b>14,74</b>	<b>0,5</b>	<b>1,05</b>	<b>7,42</b>	<b>7,41</b>	<b>14,76</b>	<b>15,36</b>	<b>42,04</b>	<b>41,28</b>
<b>Brasil</b>	<b>17,4</b>	<b>13,55</b>	<b>0,36</b>	<b>0,48</b>	<b>13,56</b>	<b>11,92</b>	<b>0,52</b>	<b>0,93</b>	<b>7,2</b>	<b>7,4</b>	<b>14,43</b>	<b>15,38</b>	<b>45,24</b>	<b>44,29</b>

Fonte: Dados PNUD (2010) trabalhados pela autora.

## APÊNDICE J

Tabela 14- Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários no Território em 2006

Brasil, Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar	Variável			
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Brasil	Total	5.175.636	100	333.680.037	100
	Não familiar	809.369	15,64	253.577.343	75,99
	Agricultura familiar	4.366.267	84,36	80.102.694	24,01
Paraná	Total	371.063	100	15.391.782	100
	Não familiar	68.235	18,39	11.139.123	72,37
	Agricultura familiar	302.828	81,61	4.252.659	27,63
Abatiá – PR	Total	808	100	18.271	100
	Não familiar	165	20,42	10.491	57,42
	Agricultura familiar	643	79,58	7.781	42,58
Carlópolis – PR	Total	1.084	100	26.159	100
	Não familiar	201	18,54	16.291	62,27
	Agricultura familiar	883	81,46	9.869	37,73
Congonhinhas – PR	Total	1.013	100	47.698	100
	Não familiar	178	17,57	39.494	82,8
	Agricultura familiar	835	82,43	8.204	17,2
Conselheiro Mairinck – PR	Total	216	100	19.003	100
	Não familiar	64	29,63	17.126	90,12
	Agricultura familiar	152	70,37	1.877	9,88
Guapirama – PR	Total	211	100	10.180	100
	Não familiar	47	22,27	8.036	78,94
	Agricultura familiar	164	77,73	2.144	21,06
Ibaiti – PR	Total	1.584	100	76.889	100
	Não familiar	310	19,57	60.614	78,83
	Agricultura familiar	1.274	80,43	16.275	21,17
Jaboti – PR	Total	527	100	12.309	100
	Não familiar	180	34,16	7.981	64,84
	Agricultura familiar	347	65,84	4.328	35,16
Jacarezinho – PR	Total	712	100	78.747	100
	Não familiar	218	30,62	73.312	93,1
	Agricultura familiar	494	69,38	5.435	6,9

Brasil, Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar	Variável			
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Japira – PR	Total	531	100	15.991	100
	Não familiar	165	31,07	11.698	73,15
	Agricultura familiar	366	68,93	4.294	26,85
Joaquim Távora - PR	Total	760	100	27.850	100
	Não familiar	185	24,34	20.407	73,28
	Agricultura familiar	575	75,66	7.443	26,72
Jundiá do Sul – PR	Total	431	100	37.165	100
	Não familiar	111	25,75	33.842	91,06
	Agricultura familiar	320	74,25	3.323	8,94
Nova Fátima – PR	Total	363	100	24.268	100
	Não familiar	104	28,65	21.997	90,64
	Agricultura familiar	259	71,35	2.271	9,36
Nova Santa Bárbara – PR	Total	213	100	5.884	100
	Não familiar	42	19,72	4.318	73,39
	Agricultura familiar	171	80,28	1.566	26,61
Pinhalão – PR	Total	564	100	16.285	100
	Não familiar	76	13,48	11.174	68,61
	Agricultura familiar	488	86,52	5.112	31,39
Quatiguá – PR	Total	258	100	10.102	100
	Não familiar	65	25,19	6.160	60,98
	Agricultura familiar	193	74,81	3.942	39,02
Ribeirão Claro – PR	Total	1.062	100	62.539	100
	Não familiar	345	32,49	53.489	85,53
	Agricultura familiar	717	67,51	9.049	14,47
Ribeirão do Pinhal – PR	Total	688	100	33.324	100
	Não familiar	152	22,09	26.749	80,27
	Agricultura familiar	536	77,91	6.575	19,73
Salto do Itararé - PR	Total	590	100	14.217	100
	Não familiar	109	18,47	7.514	52,85
	Agricultura familiar	481	81,53	6.704	47,15

Brasil, Unidade da Federação e Município	Agricultura familiar	Variável			
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Santa Amélia – PR	Total	495	100	7.771	100
	Não familiar	39	7,88	4.205	54,11
	Agricultura familiar	456	92,12	3.566	45,89
Santa Cecília do Pavão – PR	Total	435	100	8.880	100
	Não familiar	35	8,05	3.583	40,35
	Agricultura familiar	400	91,95	5.297	59,65
Santana do Itararé – PR	Total	768	100	23.267	100
	Não familiar	136	17,71	15.001	64,48
	Agricultura familiar	632	82,29	8.265	35,52
Santo Antônio da Platina – PR	Total	1.555	100	64.853	100
	Não familiar	348	22,38	47.287	72,91
	Agricultura familiar	1.207	77,62	17.566	27,09
Santo Antônio do Paraíso – PR	Total	151	100	7.724	100
	Não familiar	39	25,83	6.701	86,75
	Agricultura familiar	112	74,17	1.024	13,25
São Jerônimo da Serra – PR	Total	1.420	100	64.166	100
	Não familiar	327	23,03	51.142	79,7
	Agricultura familiar	1.093	76,97	13.023	20,3
São José da Boa Vista – PR	Total	852	100	29.186	100
	Não familiar	109	12,79	16.598	56,87
	Agricultura familiar	743	87,21	12.588	43,13
Sapopema – PR	Total	740	100	53.177	100
	Não familiar	198	26,76	44.748	84,15
	Agricultura familiar	542	73,24	8.430	15,85
Siqueira Campos - PR	Total	888	100	18.664	100
	Não familiar	111	12,5	11.401	61,09
	Agricultura familiar	777	87,5	7.263	38,91
Tomazina – PR	Total	1.309	100	52.498	100
	Não familiar	211	16,12	37.327	71,1
	Agricultura familiar	1.098	83,88	15.171	28,9
Wenceslau Braz – PR	Total	1.241	100	31.869	100
	Não familiar	148	11,93	17.098	53,65
	Agricultura familiar	1.093	88,07	14.771	46,35

Fonte: IBGE (2006)

## **APÊNDICE K**

### **ROTEIRO UTILIZADO PARA REALIZAÇÃO DE GRUPO FOCAL**

- 1º - Preenchimento de questionário individual com os dados de cada participante e declaração autorizando gravar e utilizar dados.
- 2º - Apresentação do coordenador e equipe.
- 3º - Breve explicação sobre a pesquisa e objetivos do grupo focal.
- 4º - Apresentação dos participantes.
- 5º - Dinâmica com figuras/ fotografias.
- 6º - Discussão das questões referentes ao tema.
- 7º - Encerramento e agradecimentos.

### **QUESTÕES A SEREM DISCUTIDAS**

- Qual figura cada jovem achou mais interessante, e porque?
- O que esta figura tem a ver com sua realidade?
- Em que medida estas figuras mantém alguma relação com a temática “juventude rural ou juventude do campo”?
- Como é ser jovem no campo? É o mesmo que ser jovem na cidade?
- Como você se sente ao pensar que é definido como um “jovem rural”???
- Acredita que a maioria dos jovens do campo querem permanecer no campo ou mudar pra cidade? Porque? Pra quais cidades eles normalmente vão?
- O que deseja ser ou fazer no futuro? O que gostaria de estar fazendo daqui a 10 anos?
- Êxodo rural: o ficar ou partir na visão dos jovens.
- Condições de vida no meio rural hoje em dia (alternativas de renda, infra estrutura, educação, lazer, participação, etc).
- Os prós e contras a ida para a cidade.
- Relacionamentos afetivo/ amorosos.

## APÊNDICE L

### QUESTIONÁRIO - DADOS DOS JOVENS ENTREVISTADOS

#### MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS PESQUISA - JUVENTUDE RURAL NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

NÚMERO DA ENTREVISTA: _____	CÓDIGO IDENTIFICADOR: _____
-----------------------------	-----------------------------

LOCAL DA ENTREVISTA: _____		
DATA: ____/____/____	HORÁRIO DE INÍCIO: ____:____	DURAÇÃO: _____
OBSERVAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: _____ _____		

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	SEXO: ( )MASCULINO ( )FEMININO
ESTADO CIVIL: ( )SOLTEIRO SEM FILHOS ( )SOLTEIRO COM FILHOS ( )OUTROS: _____	RELIGIÃO: _____
	ESCOLARIDADE: _____

#### COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

MEMBRO/ PARENTESCO	SEXO (M/F)	IDADE (ANOS)	SITUAÇÃO CIVIL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	RENDA

#### PROPRIEDADE E RENDA:

LOCAL DE RESIDÊNCIA: _____	MUNICÍPIO: _____
TIPO DE PROPRIEDADE: _____ _____	TAMANHO DA PROPRIEDADE: _____ DOCUMENTAÇÃO: _____
ATIVIDADE PRODUTIVA/ RENDA (FAMÍLIA): 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____  RENDA MENSAL DA FAMÍLIA: _____	FAMÍLIA TEM ALGUMA RENDA FORA DA PROPRIEDADE: _____ _____  O JOVEM EXERCE ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA? _____ _____

## APÊNDICE M

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS – JOVENS RURAIS

#### **DADOS PESSOAIS:**

Pedir que o jovem fale um pouco ao seu respeito, características como idade, estado civil, religião, escolaridade.

#### **LOCAL DE RESIDÊNCIA E VIDA FAMILIAR:**

O jovem reside em que local? Algum período fica fora da residência?

Quais são as outras pessoas com quem reside? Como é a convivência com a família e demais pessoas da casa?

Está satisfeito por morar neste local? Porque?

Origem da família: a família sempre residiu neste local? Os pais são desta região, deste Estado?

#### **ACESSO À TERRA:**

A terra é da família? Como foi obtida (herança, compra, assentamento, etc)? A propriedade tem documentação? Qual tipo?

#### **TRABALHO E RENDA:**

Qual (is) a atividade (s) da propriedade? Qual o regime de trabalho na propriedade (contratado, familiar, outros)? É uma atividade interessante pro agricultor? Esta atividade é rentável/ ou tem gerado uma renda suficiente pra manutenção da família?

Quais são as atividades exercidas pelo jovem na casa/ propriedade? Está satisfeito por realizá-las? Quantas horas trabalha em média por dia? Recebe algum tipo de remuneração pela atividade realizada?

Exerce alguma atividade remunerada (ou não) fora da propriedade? Tem alguma fonte de renda?

Quais bens e/ou serviços considera importantes para que o jovem tenha uma boa qualidade de vida? Tem acesso a estes bens/ serviços?

Existe alguma necessidade financeira ou problema enfrentado pela família no momento? Como a família está procurando resolver a situação? Quais as redes de apoio presentes (grupo religioso, associações, Emater, etc)?

#### **POLÍTICAS PÚBLICAS:**

A família recebe orientações técnicas? De qual instituição? Como estas orientações chegam até a família? Estas orientações tem ajudado?

A família e o Jovem participam de eventos técnicos (cursos, excursões, reuniões, etc)?

Conhece os projetos/ programas direcionadas para a agricultura familiar e jovens rurais? Qual ou quais programas ou projetos considera mais interessantes no que se refere à juventude rural?

#### **SUCESSÃO NA PROPRIEDADE:**

O que imagina para o futuro? Em qual atividade gostaria de estar trabalhando daqui a uns 10 anos? Porque?

Pretende continuar no sítio ou mudar-se para a cidade? Quais fatores vão determinar o ficar ou partir?

Os pais incentivam a permanência ou a mudança? Qual a posição dos pais, conselhos, quando se trata do futuro do jovem?

Seria possível permanecer na terra da família? O jovem tem interesse em ter a própria terra? Qual é a possibilidade de obtê-la?

### **TOMADA DE DECISÕES NA FAMÍLIA?**

O jovem tem conhecimento sobre os custos e rendimentos da propriedade? Conversa sobre isto com a família?

Como são tomadas as decisões na família e na propriedade? Está satisfeito com esta forma como são tomadas estas decisões?

### **EDUCAÇÃO:**

Estuda? Qual escola, curso, série? Distância da escola até o local onde reside? Qual o meio de transporte utilizado para ir até a escola?

O que mais gosta na escola? O que poderia ser diferente? O que a escola representa pra você?

Tem interesse em continuar os estudos? Fazer curso superior? Acredita que conseguirá prosseguir estudando? Porque?

### **LAZER:**

O que o jovem faz no tempo livre? Onde? Está satisfeito com estas opções?

### **INTEGRAÇÃO RURAL – URBANO:**

Como e com quem faz amizade? Estes amigos são do meio urbano ou rural? Tem facilidade para fazer amigos nestes dois meios? Que atividades faz junto com os amigos?

Como é ser jovem no campo? E na cidade, é a mesma coisa?

Como se sente ao pensar que é considerado “jovem do campo ou rural”?

Como o jovem se comunica com os seus amigos? Utiliza alguma tecnologia? A quais tecnologias o entrevistado tem acesso ou utiliza (celular, computador, internet..)?

Qual tecnologia considera fundamental na vida dos jovens hoje em dia? Tem alguma diferença no uso da tecnologia entre os jovens do campo e da cidade?

### **ÊXODO RURAL:**

Na percepção do entrevistado, os jovens rurais pensam em permanecer no campo ou mudar pra cidade? Por qual motivo?

Conhece jovens que se mudaram pra cidade? No caso de se mudarem pra cidade, pra qual/ quais cidades costumam ir? Com qual intenção se mudaram pra cidade?

Na sua opinião, como está a vida deste jovem depois da mudança (continua igual, melhorou ou piorou? Porque? Quais as vantagens e desvantagens de permanecer no campo? E de se mudar pra cidade?

### **RELACIONAMENTOS AFETIVOS - AMOROSOS:**

Qual o estado civil (casado, solteiro, namorando, etc)?

Quando/ com qual idade você começou a namorar/ paquerar/ ter algum tipo de relacionamento afetivo com outra pessoa? Os pais interferiram ou interferem nesta questão do namoro/ relacionamentos?

No caso de estar em algum relacionamento/ namorando no momento, esta pessoa mora no sítio ou na cidade?

Acha que esta pessoa com quem se relaciona pretende viver no meio rural ou urbano?

Escolheria casar-se ou viver com uma pessoa moradora do sítio ou da cidade? Porque?

### **SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA:**

Realiza exames preventivos ou consultas médicas? Tem acesso a atendimento médico com facilidade?

Recebe algum tipo de orientação em relação à saúde sexual e reprodutiva? Com quem o jovem conversa a este respeito? Os pais/ familiares dão alguma orientação neste sentido?

Tem conhecimento dos métodos de proteção contra doenças sexualmente transmissíveis? E métodos anticoncepcionais? Utiliza ou pretende utilizar alguma forma de controle de natalidade? Qual e por que?

## APÊNDICE N

### Quadro 04 - Entrevistados – Dados Pessoais, Família e Outros

CÓDIGO IDENTIF.	MUNICÍPIO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	RELIGIÃO	ESCOLARIDADE	TIPO DE FAMÍLIA	NÚMERO DE IRMÃOS	ESCOLARIDADE DOS PAIS
E1	Ibaiti	M	16	Solteiro sem filhos	Católica	3º ano Ens. Médio (em curso) - CFR	Jovens+pais+ Irmão	01irmão	Pai – Fund. Incomp. (7ª) Mãe – Médio Incomp.
E2	Ibaiti	F	17	Solteira sem filhos	Católica	3º ano Ens. Médio (em curso) – Magistério	Jovem+pais+ irmãos+ avó+ tio (outra casa )	02irmãos	Pai- Fund. Completo Mãe- Fund. Incomp. (6ª)
E3	Pinhalão	M	19	Solteiro sem filhos	Católica	Ens. Médio Completo	Jovem+ pais + irmãos	02 irmãos	Pai- Fund. Comp. Mãe – Fund. Incomp. (4ª)
E4	Pinhalão	M	26	Solteiro sem filhos	Católica	Ens. Médio Completo	Jovem + mãe + sobrinha *Pai falecido	Não informado	Pai – Não Informado Mãe – Fund. Incomp.(4ª)
E5	Jundiaí do Sul	M	20	Casado com filhos	Assembleia de Deus	Ens. Médio Completo	Jovem+esposa+ filha+pai+irmão	Não informado	Pai – Fund. Incomp.(7ª) Mãe – Não Inform.
E6	Wenceslau Braz	F	27	Casada com filhos	Católica	Ensino Médio Completo	Jovem+ marido +filho + pais + irmão (outra casa)	03 irmãos	Pai – Fund. Incomp. (4ª) Mãe – Fund. Incomp.(4ª)

<b>CÓDIGO IDENTIF.</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>RELIGIÃO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>TIPO DE FAMÍLIA</b>	<b>NÚMERO DE IRMÃOS</b>	<b>ESCOLARIDADE DOS PAIS</b>
<b>E7</b>	Wenceslau Braz	F	24	Casada com filhos	Católica	Ens. Médio Completo	Jovem+ marido + 2 filhas + 3 famílias (sogro e cunhados)	Não inform.	Não Inform.
<b>E8</b>	Santana Itararé	F	20	Solteira sem filhos	Católica	Ensino Médio Completo	Jovem + pai s (irmã é casada)	01 irmã	Pai – Fund. Incomp.(4ª) Mãe- Fund. Incomp.(4ª)
<b>E9</b>	Santana Itararé	M	15	Solteiro sem filhos	Católica	1º ano Ens. Médio (cursando)	Jovem+ pais+ irmão	01 irmão	Pai – Ens. Méd. Inc. Mãe – Fund. Comp.
<b>E10</b>	Santana Itararé	M	14	Solteiro sem filhos	Católica	8ª série ou 9º ano Ens. Fund.	Jovem+ pais+ irmãs	02 irmãs	Pai – Fund. Completo Mãe- Fund. Incomp. (4ª)
<b>E11</b>	Tomazina	F	19	Casada, sem filhos	Católica	Ensino Médio Completo	Jovem+ marido + pais+ irmão (outra casa)	01 irmão	Pai – Fund. Incomp.(4ª) Mãe – Fund. Incomp.(4ª)
<b>E12</b>	Japira	F	18	Solteira, sem filhos	Católica	4º ano Ensino Médio/ formação docentes	Jovem+ pais+ irmão	01 irmão	Pai- Ens. Méd. Inc. Mãe- Ens. Mé. Inc.
<b>E13</b>	Ibaiti	M	24	Solteiro, sem filhos	Católica	Ensino Médio/ Técnico completo	Jovem+ pais+ irmãos+ agregado	03 irmãos	Pai – Fund. Incomp. (4ª) Mãe- E. Méd. Comp.

<b>CÓDIGO IDENTIF.</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>RELIGIÃO</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>TIPO DE FAMÍLIA</b>	<b>NÚMERO DE IRMÃOS</b>	<b>ESCOLARIDADE DOS PAIS</b>
<b>E14</b>	Ibaiti	M	19	Solteiro, sem filhos	Congregação Cristã	Ensino Médio Completo	Jovem+ pais+ irmão	01	Pai – Não Alfabet. Mãe- Fund. Incomp.(4ª)
<b>E15</b>	Ibaiti	M	22	Solteiro, sem filhos	Católica	Ensino Superior Completo	Jovem+ pais+ irmã	01	Pai – Fund. Comp. Mãe- Fund. Comp.
<b>E16</b>	Ibaiti	M	16	Solteiro, sem filhos	Católica	Ensino Médio – Estudando - 2º ano	Jovem+ pais	00	Pai – Fund. Incomp. (4ª) Mãe – Fund. Comp.
<b>EG17</b>	Ibaiti	M	16	Solteiro, sem filhos	Católica	Ensino Médio – Estudando - 2º ano	Jovem+pais+ irmãos+ avó+ tio (outra casa)	02irmãos	Pai- Fund. Completo Mãe- Fund. Incomp. (6ª)
<b>EG18</b>	Ibaiti	M	17	Solteiro, sem filhos	Católica	Ensino Médio – Estudando - 2º ano	Jovem + pais	01 irmã	Pai – Fund. Incomp. (3ª) Mãe – Fund. Incomp.(4ª)
<b>EG19</b>	Ibaiti	M	17	União estável, sem filhos	Católica	Ensino Médio – Estudando - 2º ano	Jovem + esposa + 2 filhos da esposa	Não Inf.	Pai – Não Inf. Mãe – Não Inf.
<b>EG20</b>	Ibaiti	F	15	Solteira, sem filhos	Católica	Ensino Médio – Estudando - 1º ano	Jovem + pais	01	Pai – Fund. Incomp.(4ª) Mãe- Fund. Incomp.(4ª)

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## APÊNDICE O

### QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO ÀS UNIDADES LOCAIS DO EMATER

#### LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A PESQUISA DE MESTRADO – PROJETO “JUVENTUDE RURAL E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ”

**Mestranda:** Luciana S. de Morais – Emater Ibaiti

**Programa:** Mestrado em Políticas Públicas – UEM

**OBSERVAÇÃO:** As respostas levantadas serão analisadas como um todo e mantido sigilo em relação aos informantes. Os dados quantitativos serão utilizados como complemento às informações que estão sendo levantadas por meio de entrevistas e observação junto aos jovens rurais. Após preenchido o questionário (um por local do Emater), favor devolver para o email [luciana.mineira2009@hotmail.com](mailto:luciana.mineira2009@hotmail.com). Agradecemos sua importante colaboração.

**UNIDADE LOCAL EMATER (MUNICÍPIO):** \_\_\_\_\_

**NÚMERO DE TÉCNICOS NA UNIDADE LOCAL:** \_\_\_\_\_

**ÁREA DE FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS:** \_\_\_\_\_

**1) O Emater, no seu município, realiza algum trabalho específico junto a jovens rurais?**

( ) Sim                      ( ) Não

**2) O Emater, por meio da equipe local, é parceiro em algum trabalho que envolva jovens rurais?**

( ) Sim                      ( ) Não

Se sim, informar quem são os parceiros: \_\_\_\_\_

**3) No caso da equipe local desenvolver algum trabalho junto a jovens rurais (específico ou como parceiro), marque a (s) opção (ões) que está mais relacionada ao trabalho desenvolvido (marque quantas forem necessárias):**

( ) Crédito rural                      ( ) Organização dos jovens                      ( ) Geração de renda  
( ) Educação do campo                      ( ) Educação ambiental                      ( ) Assistência técnica  
( ) Outros (especificar): \_\_\_\_\_

**4) No caso de realizar algum trabalho junto a jovens rurais, qual o número total de jovens atendidos/ envolvidos na (s) atividade (s)?** \_\_\_\_\_

**5) Listar os fatores que dificultam a realização ou a expansão de atividades de assistência técnica e extensão rural - ATER junto a jovens rurais:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_